

Organização:
Eduardo Lopes Piris
Moisés Olímpio-Ferreira

DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO EM MÚLTIPLOS ENFOQUES

Organização:
Eduardo Lopes Piris
Moisés Olímpio-Ferreira

DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO EM MÚLTIPLOS ENFOQUES

Ficha técnica

Título:

Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques

Organização:

Eduardo Lopes Piris

Moisés Olímpio-Ferreira

Conselho Editorial

Galia Yanoshevsky (Bar-Ilan University, Israel)

Helson Flávio da Silva Sobrinho (Universidade Federal de Alagoas)

Iraneide Santos Costa (Universidade Federal da Bahia)

María Alejandra Vitale (Universidad de Buenos Aires)

Marie-Anne Paveau (Université Paris 13)

Maurício Beck (Universidade Estadual de Santa Cruz)

Paulo Roberto Gonçalves Segundo (Universidade de São Paulo)

Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto (Universidade Nova de Lisboa)

Rubens Damasceno Moraes (Universidade Federal de Goiás)

Capa:

Grácio Editor

Coordenação editorial:

Grácio Editor

Design gráfico:

Grácio Editor

1ª edição: junho de 2016

ISBN: 978-989-8377-93-7

© Grácio Editor

Travessa da Vila União, 16, 7.º drt

3030-217 COIMBRA

Telef.: 239 084 370

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
Rui Alexandre Grácio	
<i>Da epistemologia à racionalidade retórica: a argumentação na sua condição civil</i>	11
Rui Alexandre Grácio	
<i>Retórica e sociedade: a valorização da multidimensionalidade</i>	27
Moisés Olímpio-Ferreira	
<i>Acerca do estatuto da techne da Retórica</i>	43
Christiani Margareth de Menezes e Silva	
<i>Destinatários internos, destinatários externos: o gênero apologia</i>	61
Jacyntho Lins Brandão	
<i>A Análise do Discurso contra a Retórica: demolindo mitos e deuses</i>	73
Melliandro Mendes Galinari	
<i>Retórica e argumentação na teoria semiolinguística que praticamos</i>	99
Ida Lucia Machado	
<i>Pour une analyse discursive et argumentative de la polémique</i>	113
Ruth Amossy	
<i>Retórica e transgressão: o discurso de Angela Merkel para o parlamento de Israel</i>	129
Eliana Amarante de Mendonça Mendes	
<i>Conexão e argumentação: reflexões sobre o ensino</i>	151
Janice Helena Chaves Marinho	
<i>Capacidades argumentativas de professores e estudantes da educação básica em discussão</i>	167
Isabel Cristina Michelan de Azevedo	
<i>O direito à argumentação no contexto escolar</i>	191
Soraya Maria Romano Pacífico	
<i>A retórica do grito: dos sussurros e dos gestos no teatro ático</i>	213
Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa	

<i>Les lettres d'Emilie du Châtelet à Maupertuis</i>	229
Jürgen Siess	
<i>As emoções e sua implicação na construção argumentativa</i>	241
Helcira Maria Rodrigues de Lima	
<i>Paixões e posições ideológicas nos discursos jornalísticos sobre o golpe de Estado brasileiro de 1964</i>	261
Eduardo Lopes Piris	

APRESENTAÇÃO

O presente volume é um bom exemplo da vitalidade que os estudos do discurso, da argumentação e da retórica têm hoje no Brasil. Nele podemos identificar uma saudável postura de pluralismo teórico e metodológico, consonante com uma visão multidimensional deste domínio de estudos.

Com efeito, esta atitude de abertura que caracteriza o genuíno espírito de pesquisa, tem-se tornado patente no modo como os organizadores deste volume — Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira — vêm dinamizando, junto da comunidade científica nacional e internacional, e com a preciosa colaboração de uma equipe de investigadores e colaboradores de diversos pontos do mundo, a reflexão e a produção científica nesta área de pesquisa. De entre as várias iniciativas a que se encontram ligados os organizadores deste livro, duas não podem deixar de ser realçadas: a publicação de EID&A — Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, iniciada em novembro de 2011 e a caminho seu décimo número, e a realização, de dois em dois anos, do SEDIAR — Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação, com a sua terceira edição em 2016.

No que diz respeito à revista EID&A, ela tornou-se uma publicação de referência para os estudiosos do discurso e da argumentação e tem sido responsável não só por um crescendo qualitativo da produção científica como, também, pela tradução e essencial divulgação de textos e autores de referência neste campo de estudos.

Quanto ao SEDIAR, ele tem dado uma dimensão internacional aos trabalhos desenvolvidos, promovido interlocuções fecundas e criado uma rede de grande valia e vitalidade em termos de pesquisa. Tendo sempre em mente a multidimensionalidade, a fecundidade e a importância para a vida social e para as práticas de cidadania, a realização dos seminários é feita sob o signo da multiplicidade e da pluralidade de perspectivas, constituindo-se assim como um ímpar momento de enriquecimento para quem nele participa.

O presente volume resulta da realização do II SEDIAR, que ocorreu em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em novembro de 2014. Nele se reúnem os textos das conferências que aí foram proferidas e posteriormente preparadas para esta publicação. Pela riqueza e diversidade que apresentam poderá o leitor ajuizar sobre a valia deste livro. Aqui fica um breve sobrevoo por cada um dos textos que o compõem.

Rui Alexandre Grácio perspectiva diacronicamente os atuais desenvolvimentos epistemológicos da retórica e da argumentação tendo em conside-

ração três momentos: o da refundação, o da proliferação e o dos impasses e das rupturas. Questiona a unidade paradigmática do campo de estudos da retórica e da argumentação e ilustra algumas das incomensurabilidades que o continuam a atravessar. Propõe, por fim, uma perspetivação pós-disciplinar da argumentação retórica que enfatiza a sua transversalidade social e filosófica e a devolve a sua condição civil.

No seu artigo, Moisés Olímpio-Ferreira caracteriza os fenómenos retórico-argumentativos como sociais, complexos e multidimensionais. Destaca, além do mais, que eles não são susceptíveis de serem compreendidos através de modelos teóricos lineares que os dissociem dos mecanismos práticos da escolha, os quais são solidários quer do exercício interativo da liberdade humana, quer da articulação negociada entre possível e preferível.

Christiani Margareth de Menezes e Silva propõe ir em busca do estatuto da *techne* retórica no contexto dos primeiros gregos que sobre ela refletem, começando pelos sofistas, passando por Sócrates e Platão e acabando em Aristóteles e na sua proposta de uma retórica filosófica.

Jacyntho Lins Brandao propõe-nos um ensaio sobre o género apologia, colocando a questão da duplicidade dos destinatários a quem ele se dirige. Se, num primeiro olhar, os destinatários externos poderiam ser os mais evidentes, o autor realça contudo que este discurso — qual pregação a convertidos — adquire uma importante função epidíctica cujo efeito é o de provocar um reforço junto dos destinatários internos.

Melliandro Mendes Galinari faz do seu texto um lugar de questionamento das relações entre a análise do discurso e a retórica, pondo em causa certos axiomas das narrativas fundadoras da AD francesa nos quais a retórica de matriz sofística acaba sendo indevidamente desconsiderada. Para o autor, o que mais importa é levar a sério a ideia de que a retoricidade é inerente à linguagem e, se o fizermos, então concluiremos que “o campo da Análise do Discurso é o mesmo velho campo da Retórica”.

No seu artigo, Ida Lucia Machado trata das relações entre uma das correntes da Análise do Discurso (a Teoria Semiolinguística da Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau) e as teorias retórico-argumentativas da linguagem. Mostra a autora que a argumentação e a retórica foram progressivamente ocupando um lugar de maior importância na teorização de Charaudeau e põe em evidência em que medida a retórica se revelou fecunda para a elaboração de uma abordagem discursiva das emoções, a qual se revela fundamental para a análise das narrativas de vida.

A reflexão proposta por Ruth Amossy incide sobre a natureza e funções do discurso polémico. Como funciona o discurso polémico no espaço público? Se, de fato, ele não conduz a acordos, e se acentua, sobretudo, o dissensus, nem por isso ele é um diálogo de surdos ou deixa de cumprir a

função epidíctica de reforçar posições já existentes, consolidar identidades grupais e, desse modo, preparar e contribuir para ações futuras. Nesse sentido ele cumpre uma função social essencial numa sociedade democrática que acolhe a coexistência no dissensus.

Eliana Amarante de Mendonca Mendes dedica o seu texto à análise de um discurso proferido em 2008, por Angela Merkl, perante o parlamento de Israel. Servindo-se do quadro analítico proporcionado pela retórica clássica e considerando que o discurso político é por natureza transgressivo, a autora assinala o impacto e o significado de determinadas estratégias retórico-argumentativas e coloca o problema das falácias no discurso.

Partindo da ideia de que os conectores não são apenas elementos de encadeamento discursivo, mas desempenham também uma função argumentativa, Janice Helena Chaves Marinho procede a uma análise de duas expressões do português brasileiro frequentemente usadas em textos jornalísticos: *seja como for* e *na verdade*. A autora mostra, através de suas análises, de que forma as referidas expressões imprimem um viés persuasivo aos textos de opinião.

O artigo de Isabel Cristina Michelan de Azevedo aborda a noção de “capacidades argumentativas” — capacidades que, segundo os programas oficiais de ensino, é fundamental promover. A autora procura elucidar o significado teórico e conceptual dessa noção, indagando também pelos meios práticos que a permitem operacionalizar em contexto de ensino. Conclui, por um lado, que o suporte teórico em torno da ideia de “capacidades argumentativas” é algo vago, oscilante e insuficiente e, por outro lado, que isso mesmo se reflete, com muito raras exceções, na escassez de propostas específicas de atividades didático-pedagógicas dirigidas ao desenvolvimento das capacidades argumentativas de professores e de alunos.

Ao perspectivá-la como direito social e humano, Soraya Maria Romano Pacífico enquadra a argumentação no contexto escolar como uma prática que deveria servir para nos afastar do tradicional “discurso do mestre” e promover a emancipação dos indivíduos, incentivando o aparecimento nos alunos de uma voz própria, participativa e cidadã. O problema é que, na sua qualidade de Aparelho Ideológico de Estado e com todo um aparelhamento didático impositivo (os manuais escolares, por exemplo), a escola acaba, segundo a autora, por se produzir o seguinte paradoxo “cria-se no aluno a ilusão de que ele aprende sobre argumentação; todavia, ele não está autorizado a praticá-la”.

Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa traz-nos temática da retórica do grito, procurando encontrar caminhos para situações atuais de crise a partir dos ensinamentos da tragédia atica. Estabelece assim uma ponte entre passado e contemporaneidade, fazendo da história e do seu legado lugar de

um diálogo fecundo para a compreensão do humano, seus afetos e seu modo de construir o destino.

Jurgen Siess dedica o seu ensaio ao género epistolar, um género que considera único, não só quanto às potencialidades dinâmicas que tem sobre o destinatário como, também, quanto às possibilidades variadas que oferece para construir uma imagem de si. No caso concreto, o autor mostra como, através da sua correspondência com Maupertuis, e numa época em que as mulheres não eram bem vistas na Academia científica, Mme du Chatelet consegue criar uma imagem de exceção através da qual a paridade filosófica e intelectual entre homens e mulheres é afirmada.

Como indica o título do seu artigo, Helcira Maria Rodrigues de Lima dedica-se, num primeiro momento, a olhar para alguns quadros teóricos no enquadramento que estes fazem da questão das emoções e, num segundo momento, estuda a presença das emoções no discurso argumentativo (em torno da polémica da publicação de biografias não autorizadas) e, ainda que se foque no *pathos*, a autora ressalva a inseparável tridimensionalidade que a análise retórica comporta.

O presente volume encerra com um artigo de Eduardo Lopes Piris em que o discurso jornalístico é analisado tendo em consideração o cruzamento entre paixões e posições ideológicas no contexto específico do golpe de Estado brasileiro de 1964. O autor mostra como a circulação pública dos discursos está associada à construção de uma aparente naturalidade que, no entanto, misturando subtilmente racionalidade e emoções, acaba por se encontrar ao serviço de determinadas formas de legitimações ideológicas.

Rui Alexandre Grácio
Coimbra, maio de 2016

DA EPISTEMOLOGIA À RACIONALIDADE RETÓRICA: A ARGUMENTAÇÃO NA SUA CONDIÇÃO CIVIL

Rui Alexandre Grácio

1. Introdução

O tema proposto para a presente comunicação — «Desenvolvimentos epistemológicos sobre retórica e argumentação hoje» — remete para a elaboração de um ponto da situação — em termos de teorias, de conhecimento disciplinar e de propostas metodológicas — do atual estado dos estudos da argumentação e da retórica. Mas aconselha, também, a que se faça um enquadramento diacrónico que nos permita entender como se chegou ao atual estado da arte.

Nesse enquadramento diacrónico, considerarei três momentos da história recente da argumentação e da retórica designando-os como: o momento da *refundação*, o momento da *proliferação* e o momento das *fraturas e dos impasses*. Depois disso, e para concluir a exposição, apresentarei alguns aspetos que considero essenciais na teorização da argumentação e da retórica nos nossos dias.

2. O momento da refundação

O momento da refundação corresponde à reabilitação e à renovação da argumentação e da retórica, ocorrida a partir dos finais dos anos 50 do século XX e está geralmente associado às obras *The uses of Argument* de Stephen Toulmin e ao *Traité de l'argumentation. La Nouvelle Rhétorique* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, ambas publicadas em 1958.

Devo contudo ressaltar que a ideia de *refundação* é mais apropriada para tradição europeia — uma vez que nesta a retórica se viu restringida e institucionalmente deslegitimada — do que para a tradição americana, na qual a retórica, sempre valorizada, foi progressivamente migrando das aulas dos professores de discurso público dos departamentos de inglês para os chamados «speech departments» e, posteriormente, para os «communication studies». De qualquer modo, o último terço do século XX — já sob a influência da obra de Perelman — foi, em qualquer destas tradições, de grande efervescência teórica em torno da argumentação e da retórica.

2.1. Aspetos contextuais do momento da refundação

Aquilo que designei como o momento da refundação tem um contexto específico que importa caracterizar. Surge associado a cinco aspetos principais (e, para simplificar, nos aspetos que em seguida vou elencar, terei especificamente em mente a *Nova Retórica* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca). Assim, o momento de refundação:

- está ligado à contestação da conceção cartesiana de razão e à epistemologia que lhe está associada, para a qual o desacordo e a divergência são sinónimos de erro;
- surge associado a uma reação perante a hegemonia crescente (aliás ainda hoje reinante) das ciências exatas relativamente às ciências humanas (designadas estas, por vezes, como «moles», por contraposição às ciências ditas «duras»);
- não confundindo objetividade e neutralidade, surge associado à reivindicação de um tipo de racionalidade inclusiva do papel dos valores quer na produção do conhecimento, quer no estabelecimento das nossas escolhas e preferências, nas quais se manifesta sempre uma margem de liberdade;
- surge associado à tentativa de aproximar a noção de racionalidade às práticas críticas humanas inseridas na sua matriz social e histórica e, finalmente,
- surge associado à valorização da linguagem natural enquanto portadora de pré-construídos culturais e de implícitos convivenciais (por exemplo, os chamados «lugares comuns») fundamentais no modo como os homens comunicam, agem entre si e, principalmente, lidam com os seus desacordos.

2.2. Um corte com a epistemologia clássica

«Principalmente lidam com os seus desacordos». Com efeito, o acolhimento do desacordo como um componente marcante da vida dos homens — e, correlativamente, dos próprios processos de conhecimento — representa uma machadada decisiva nos parâmetros da epistemologia clássica que, privilegiando a evidência, tem na sua base um paradigma gnosiológico binário de cariz proposicionalista.

A consideração do desacordo, da divergência e da dissensão como *factum* sociológico, mostra que a verdade é um conceito essencialmente antagonístico e que, ao invés de ser incompatível com o conflito das interpretações, ela é, antes, solidária de uma pluralidade de perspetivas todas elas igualmente argumentáveis.

Contudo, dizer que todas as perspetivas são igualmente argumentáveis não é sinónimo de relativismo epistemológico, mas algo que diz respeito à

condição social a partir da qual temos de negociar, *na prática*, e em condições de incerteza, a nossa convivencialidade.

2.3. *Nova Retórica* e perspetivismo

Neste sentido, a *Nova Retórica*, é consistente com o perspetivismo e com a sua frase ícone, tal como Nietzsche a formulou: «não há factos, apenas interpretações», ainda que se possa atribuir a algo o estatuto de facto¹. O mesmo é dizer que não há uma naturalidade não retórica da linguagem², que não há análises «puras», tal como não há um hermeneutismo que possa transcender o nível perspetivístico da compreensão e das descrições que, afinal, são sempre, também, versões. Não podendo aqui desenvolver o tema do perspetivismo, assinalarei apenas que, pensado em articulação com a nova retórica, o perspetivismo encerra uma vertente *pragmática*, ligada à premência da ação, e uma vertente *agonística*, ligada à conflitualidade intersubjetiva.

2.4. O «império retórico»: a ligação entre sentido, persuasão e retórica

Por outro lado, neste momento de refundação é posta em destaque a face imperial da nova retórica, ou seja, de um paradigma tão abrangente que, na realidade, se configura como uma nova imagem de pensamento e de racionalidade.

Com efeito, com a colocação da linguagem como *medium* da qualquer construção interpretativa é toda uma face imperial que se mostra.

Note-se que não se trata apenas de considerar a teoria da argumentação como indispensável, e cito Perelman (1970, p. 9),

«para o raciocínio prático, que tende a justificar toda a decisão razoável, mas também nas ciências humanas, em filosofia e mesmo nas ciências naturais, quando se trata de preferir um tipo de explicação a um outro, de justificar as revoluções científicas».

¹ Cf. PERELMAN, Ch., OLBRECHTS-TYTECA, L., 1988, § 16.

² Cf. NIETZSCHE, F., 1995, p. 44-45. Aí se lê que «não é difícil de provar, à luz clara do entendimento, que o que se chama 'retórica', para designar os meios de uma arte consciente, estava já em ato, como meios de uma arte inconsciente, na linguagem e no seu devir, e mesmo que a retórica é um aperfeiçoamento (Fortbildung) dos artifícios já presentes na linguagem. Não existe de maneira nenhuma uma 'naturalidade' não-retórica da linguagem à qual se pudesse apelar: a linguagem ela mesma é o resultado de artes puramente retóricas».

Trata-se, também, de uma forma mais alargada, de ver a retórica como imprescindível para a compreensão dos processos de construção partilhada de sentido. Kenneth Burke (1969, p. 72) disse-o, aliás, de uma forma lapidar quando escreveu que «onde quer que haja persuasão, há retórica. E onde quer que haja ‘sentido’, há ‘persuasão’».

E eu acrescentaria ainda: onde quer que haja sentido, persuasão e retórica, há pessoas e convivencialidade.

Na sequência da consideração deste caráter abrangente e pós-disciplinar da retórica, vão também as palavras de Alan Gross (1996, p. viii) quando afirma que «a retórica diz respeito às condições necessárias e suficientes para a criação do discurso persuasivo em qualquer campo», sendo que, da análise retórica, não está excluído o discurso científico, pois, afirma ainda Alan Gross (1996, p. 7),

«em qualquer momento, em qualquer ciência, os cientistas têm que se decidir sobre o que é que precisa de ser explicado, sobre o que é que constitui uma explicação e de que modo uma tal explicação constrange o que conta como evidência».

Com efeito, substituindo, por um lado, a problemática da verdade pela questão dos efeitos persuasivos perante um auditório, e considerando, por outro, o problema das metodologias e dos requisitos de cientificidade em termos de estratégias comunitárias de construção da relevância e da objetividade, a compreensão retórica alterou profundamente — desdogmatizando — as visões então reinantes da construção do conhecimento científico, trazendo a primeiro plano a racionalidade sócio-argumentativa.

2.5. Perelman e a racionalidade retórico-argumentativa

Aliás, é bom não esquecer que, no momento da refundação, a teoria da argumentação e da retórica surge antes de mais ligada à problemática filosófica da racionalidade e à proposta perelmaniana de uma filosofia do razoável e E. Griffin-Collart (1979, p. 3) considerou mesmo que

«a nova retórica apresenta (...) a metodologia do raciocínio apropriado a um estado democrático, a uma sociedade pluralista para a qual os valores são irredutíveis a um valor único e onde a arte do diálogo e da controvérsia prevalece sobre as soluções de violência».

O grande mérito de Perelman foi, por conseguinte, o de conferir direito de cidade à racionalidade retórico-argumentativa como fundamental na compreensão e no funcionamento das dinâmicas sociais e mostrar que o uso do

discurso em termos de influência é uma das dimensões constitutivas do seu uso. Hoje, obviamente, ao uso pragmático dos meios discursivos, temos de acrescentar a retórica das imagens, a persuasão através dos meios audiovisuais e os efeitos da retórica mediatizada, o que obriga pensar a análise retórico-argumentativa para lá da habitual restrição aos «meios verbais».

De notar que, na sua teorização da retórica-argumentativa, Perelman enjeita o formalismo lógico — recusando separar, em termos de linguagem, forma e conteúdo — e assume uma posição descritiva e não normativa. Quando fala de avaliação das argumentações não encontramos na sua obra, por exemplo, o uso do termo «falácia» ou qualquer indicação acerca de como bem argumentar mas, apenas, referência aos critérios da eficácia e da qualidade dos auditórios (cf. PERELMAN, 1970, p. 33) enquanto critérios que permitem descrever a força social dos argumentos.

Do ponto de vista epistemológico, podemos considerar que a obra de Perelman é fecunda, pois, ao ensinar que os mecanismos fundamentais da argumentação são os procedimentos de ligação e de dissociação, ao inventariar todo um quadro de técnicas argumentativas e ao tecer um conjunto de considerações sobre a interação dos argumentos — sendo neste último aspeto de salientar a relação estabelecida entre a força dos argumentos e as situações específicas nas quais as argumentações se desenvolvem³ — ele guiou-nos o olhar para os meios discursivos de construção da persuasividade considerados como relevantes instrumentos sociais de comunicação e de ação.

Embora as preocupações de Perelman fossem essencialmente filosóficas e sociológicas, a sua obra não deixou de semear bases teóricas para a análise argumentativa do discurso, cujos procedimentos, na elaboração que posteriormente Ruth Amossy (2006, p. 31-32) deles fez, se repartem por seis dimensões de análise: a linguageira, a comunicacional, a dialógica e interacionista, a genérica (relativa aos géneros do discurso), a estilística e a textual.

3. O momento da proliferação

Quem lançar um olhar sobre o campo de estudos da argumentação e da retórica na atualidade arrisca-se a ficar algo confuso com o cenário de

³ «A força dos argumentos depende, portanto, largamente, de um contexto tradicional. Por vezes o orador pode abordar todos os temas e servir-se de toda a espécie de argumentos; por vezes a sua argumentação é limitada pelo hábito, pela lei, pelos métodos e técnicas próprias à da disciplina no seio da qual o seu raciocínio se desenvolve. Esta determina frequentemente o nível da argumentação, aquilo que pode ser considerado como estando fora de questão, aquilo que deve ser considerado como irrelevante para o debate» (PERELMAN, Ch., OL-BRECHTS-TYTECA, L., 1988, p. 616). Esta ideia é consistente com a afirmação de Pierre Bourdieu segundo a qual o poder chega à linguagem «de fora» (cf. BOURDIEU, 1982).

heterogeneidade que irá encontrar e poderá ser mesmo levado a questionar a unidade deste domínio.

3.1. O cenário geral

Com efeito, depois do momento de refundação, surgiram no universo dos estudos da argumentação e da retórica, e em vários pontos do globo, abordagens como a problematologia de Michel Meyer, a «lógica natural» de Jean-Blaise Grize, o estudo do modelo cognitivo das operações do discurso argumentativo de Georges Vignaux, a «argumentação na língua» de Anscombe e Ducrot, «a argumentação no discurso» de Ruth Amossy, a lógica informal de Johnson e Blair, a lógica dialógica ou pragmática de Douglas Walton, a pragma-dialéctica de Rob Grootendorst e van Eemeren, a retórica anti-lógica de Marc Angenot, os estudos sobre a racionalidade e a antropologia retóricas do GRAL, liderados por Emmanuelle Danblon, as investigações do ICAR, nas quais se destaca o valioso trabalho teórico de Christian Plantin e do seu modelo dialogal, a conceção dissensual e interacionista de Charles Arthur Willard, a teoria da argumentação coalescente de Michel Gilbert, a abordagem conversacional de argumentação (com Jacques Moeschler na Europa e com Jackson e Jacobs e respetiva teoria dos pares adjacentes nos Estados-Unidos), o «design approach» de Jean Goodwin, e tantas outras abordagens teóricas, ora mais delimitadas disciplinarmente, ora mais abrangentes e ligadas à análise do discurso e à retórica discursiva.

3.2. Traços característicos do atual estado da arte e a ausência de um paradigma

Podemos, pois, assinalar quatro traços característicos no atual cenário: por um lado assistimos, a partir dos anos 70 do século passado, a uma *proliferação de perspectivas teóricas* que, quando não são incomensuráveis nos seus pressupostos são, muitas vezes, de difícil articulação em termos de complementaridade epistemológica.

Por outro lado — e para não falar da polissemia que encontramos quanto ao uso da palavra «retórica» — as próprias relações entre argumentação e retórica são consideradas de forma diversa pelos diferentes teorizadores (surgindo aqui, *grosso modo*, correntes que as identificam, correntes que as distinguem mas as consideram indissociáveis, correntes que as dissociam mas as consideram relacionáveis e, ainda correntes que consideram, por exemplo, que a argumentação retórica e a argumentação linguística são radicalmente diferentes).

Por outro lado ainda, e como é visível na elencagem que acima fizemos, podemos verificar uma grande *diversidade* no que diz respeito à *proveniência*

disciplinar dos teóricos que se interessam pelo estudo da argumentação e da retórica, proveniência que vai da filosofia às ciências da linguagem, da lógica às ciências da cognição, da linguística às ciências da comunicação, das ciências sociais à didática, da literatura ao *marketing*, do direito às ciências da computação.

São por isso, a este respeito, pertinentes as palavras de Marianne Doury e Sophie Moirand (2004, p. 9-10) quando observaram que

«as investigações que se reclamam da argumentação tentam assim definir um campo em si, um campo inteiramente à parte, particular e autónomo. Mas a unidade deste campo afigura-se desde logo problemática em virtude da variedade de disciplinas conexas que encontram no caminho das suas investigações factos que relevam da argumentação sem que esta esteja forçosamente no centro das teorias ou das metodologias próprias destas disciplinas: assim acontece com a análise do discurso e com a linguística textual, com as ciências da comunicação e da informação e com as ciências cognitivas nas suas relações com a linguagem humana e com as línguas naturais. Isso sem falar dos domínios de aplicação, como o ensino (pela via das formas e pelo prisma dos conectores), o *marketing* ou a comunicação política (pela via da influência sobre o outro e pela força da persuasão), etc.».

Finalmente, e decorrente da tal *diversidade* no que diz respeito à *proveniência disciplinar* dos teóricos, tornou-se cada vez menos frequente a referência a uma teorização geral da argumentação e da retórica, e mais usual a sua abordagem em termos de aplicação a áreas temáticas ou a campos especializados (por exemplo, a argumentação jurídica, a argumentação em ciência, a argumentação nos media, a argumentação linguística, argumentação no discurso político, a argumentação no discurso religioso, a argumentação do ponto de vista literário, o papel da argumentação nos processos de cognição, a argumentação no discurso filosófico, e por aí em diante).

Aliás, perante esta espécie de retalho disciplinar, David Frank (2004, p. 267) fala mesmo de uma «contínua fragmentação do campo num conjunto de estudos de caso com muito pouco sentido partilhado quanto ao seu propósito» ideia reforçada por Christian Plantin (2001, p. 71-92) quando afirma que

«o domínio dos estudos da argumentação não está estruturado por qualquer coisa como um ‘paradigma’; para se chegar a um paradigma, seria preciso um mínimo de diálogo teórico — não significando obviamente diálogo um acordo, mas pelo menos uma forma de partilha de objetos, de métodos e mesmo de pro-

blemáticas, que no momento não existe. Na ocorrência, cada obra se constitui como um paradigma».

4. O momento das fraturas e dos impasses

Permitam-me que ilustre com dois exemplos esta incomensurabilidade teórica, quer quanto à questão das relações entre argumentação e retórica, quer quanto à conceção de razão com que se parte para o estudo da argumentação.

4.1. A relação entre retórica e argumentação

De uma maneira geral, os investigadores provenientes ciências da linguagem e da análise do discurso não só adotam uma *perspetiva descritiva*, como colocam a tónica no discurso, não no raciocínio lógico (formal ou informal).

Isso facilmente lhes permite abandonar uma visão proposicionalista da razão e desenvolver os seus processos de análise do discurso tomando em consideração a tríade retórica do *ethos-pathos-logos* e as operatividades de co-construção do sentido.

Ora, se atentarmos nos investigadores oriundos da lógica ou, pelo menos, que privilegiam o papel da lógica como central no estudo da argumentação, o mesmo não se passa.

Um exemplo disso é a conhecida «escola holandesa» de Van Eemeren e Rob Grootendorst — hoje, aliás, bastante influente — que, a par da lógica pragmática de Douglas Walton ou da lógica dita «informal» de J. A. Blair e R. Johnson, entre outros, assumiram uma *perspetiva normativa* da argumentação. Ora, como veremos adiante, esta posição normativa permanece ancorada numa visão proposicionalista da razão.

Com efeito, a oposição entre argumentação e retórica é nítida num texto de 1991, da autoria de Van Eemeren e R. Grootendorst (1991, p. 177), onde os autores afirmam que a obtenção da aprovação de uma tese pelo público através de vias pouco apropriadas constituem um falso meio de discussão. Assim, escrevem,

«As manhas retóricas que passam por verdadeira argumentação exploram quer as emoções ou os preconceitos do público, quer os traços pessoais do interlocutor, a sua competência, ou outras qualidades. O *logos* é substituído pelo *pathos* no primeiro caso e pelo *ethos* no segundo».

Ainda que, atualmente, a pragma-dialéctica tente integrar os contributos da retórica no seu quadro conceptual, nomeadamente através do conceito de «manobras estratégicas», o problema é que a harmonização dos aspectos dialéticos e retóricos acabam sempre pela subsunção dos últimos aos primeiros. De facto, e como escrevem van Eemeren e Houtlosser (2000), «a questão é então a de saber que estratégias retóricas usadas no discurso são dialeticamente aceitáveis».

Ou seja, e para citar o comentário irónico de David Frank (2004, p. 281), «os retóricos são bem-vindos ao reino da pragma-dialéctica, mas como cidadãos de segunda classe que têm intuições sobre ‘técnicas retóricas’».

4.2. Conceção de racionalidade e teorização da argumentação

Mas esta incomensurabilidade não se verifica apenas ao nível das relações entre a argumentação e a retórica. Ela tem, de facto, o seu cerne na conceção proposicional da racionalidade, explicitamente expressa por Douglas Walton (2006, p. 9-10) nos seguintes termos:

«o conceito de proposição é fundamental para a argumentação crítica, porque os argumentos são feitos de premissas e conclusões que são proposições. Uma proposição tem duas características definidoras. Em primeiro lugar, é algo que, em princípio, é verdadeiro ou falso. (...) Uma segunda característica (...) [é que] enunciados ambíguos não são proposições. (...) A razão disso é que não têm a propriedade de, por si próprios, serem verdadeiros ou falsos».

Neste enquadramento não é de espantar que, a propósito de uma situação que dá como exemplo, escreva o seguinte (WALTON, 2006, p. 4):

«a tese de Bob é oposta, ou a negação da tese da Helen. Isso significa que uma das teses pode apenas ser verdadeira se a outra não for».

Posição bem diferente apresenta Christian Kock (2009, p. 96) quando, referindo que a argumentação prática não é assim, salienta que:

«(1) que na argumentação deliberativa o caso padrão é haver bons argumentos de ambos os lados; (2) que um bom argumento para a ação não licencia essa ação; e (3) que bons argumentos

em ambos os lados não se excluem uns aos outros» (KOCK, 2007, p. 241)⁴.

De facto — e é preciso assumir as consequências da passagem da epistemologia à retórica — a argumentação prática implica seleções e escolhas, e a escolha, como já notara Aristóteles (2005, 1226a), não é verdadeira nem falsa.

Outro exemplo a que me queria referir de passagem é o dos pedagogo-prescritores da pragma-dialéctica que, propondo-se analisar, interpretar e avaliar as argumentações, enunciaram, no seu chamado «código de conduta do argumentador razoável», a seguinte regra:

«9. *Regra do fecho.*

O falhanço da defesa de uma tese deve resultar na retratação da tese defendida e uma defesa bem sucedida de uma tese deve resultar na retratação das dúvidas que sobre ela foram lançadas» (EEMEREN, GROOTENDORST, HENKEMANS, 2002, p. 182-183).

Não me parece, com efeito, que este modo de ver a argumentação e a retórica se constituam como avanços epistemológicos neste campo de estudos, apesar de reconhecer como positivo o esforço de consolidação desenvolvido pela chamada escola holandesa — nomeadamente na vertente em que a sua teorização é assumida como descritiva e, também, ao nível do trabalho sistemático de investigação, de publicação e de organização de conferências que tem vindo a promover.

4.3. Do proposicionalismo à problematologia

Mas, aquilo que procurei evidenciar são aspetos teoricamente incommensuráveis e Michel Meyer (1990, p. 69-86) não se cansou de mostrar que o abandono da epistemologia em detrimento do paradigma retórico implica não só o afastamento de uma conceção proposicionalista da razão e do correlativo paradigma normativo binário (onde, por exemplo, a ironia não tem cabimento), como, também, a opção por um caminho problematológico que coloca a noção de «problema» como unidade do pensamento, e toma, como ponto de partida, o par pergunta-resposta. No fundo, trata-se de transitar do primado do cognitivo para o primado do ético-social, com a sua

⁴ Ver também, a propósito das teses segundo as quais a) a retórica tem a ver com a escolha e não com proposições e b) é melhor procurar definir a argumentação retórica a partir do tema ou assunto em questão do que da consideração das finalidades que visa ou dos meios que utiliza (KOCK, 2013, p. 437-464).

razão insuficiente, os seus contextos práticos de incerteza e de risco e com a sua opacidade problemática entre o pensar e o agir⁵.

5. A argumentação retórica na sua condição civil

Será que o estado da arte dos estudos da argumentação, as suas fraturas e os seus impasses epistemológicos devem ser considerados de uma forma negativa ou, ao invés, a multiplicidade de pontos de vista deve ser considerada como algo de natural e positivo?

A minha resposta a esta pergunta é dupla: os estudos da argumentação e da retórica tem vindo a fazer caminho, a aclarar diferenças, a aumentar a literatura neste domínio, a diversificar os enfoques, a cruzar tradições e a apresentar esta área de investigação sob o prisma de um politeísmo metodológico e como uma área pós-disciplinar.

Mas, por outro lado, parece-me que os teorizadores perdem por vezes o verdadeiro foco existencial, social e prático do *argumentar* que, sendo inerente ao nosso modo de estar no mundo, não deixa de remeter — pela ligação das opções com os valores, pelo modo como tratamos e nos relacionamos com os outros e pela visão de mundo inerente ao uso linguagem — para uma dimensão filosófica, à maneira de Gramsci, no sentido da sua afirmação de que todos os homens são espontaneamente filósofos ou, à maneira de Heidegger (2005, p. 193), quando este diz que «ao contrário da orientação tradicional do conceito de retórica como uma espécie de ‘disciplina’, ela deve ser apreendida como a primeira hermenêutica sistemática da convivência quotidiana com os outros».

5.1. A dimensão filosófico-social da argumentação retórica

«Não é verdade que, tomada em sentido geral, a retórica é uma espécie de psicagogia por meio de palavras, não apenas nos tribunais e muitas outras assembleias públicas, mas também nas reuniões privadas, a mesma a respeito de questões de pequena como de grande monta? E o seu uso correto não se torna a coisa mais honrada quando se trata de assuntos sérios ou insignificantes? Ou como ouviste tu falar a este respeito?»

(Platão, *Fedro*, 261a-b).

⁵ Nota James Crosswhite que ao reclamar-se da problemática da racionalidade, a retórica é forçada a transitar «dos seus papéis limitados como arte prática oral ou verbal restringidos a um conjunto de ocasiões específicas, para uma arquitetura retórica ampla e para o papel retórico profundo de metafilosofia» (2013, p. 87).

Para além da passagem colocada em epígrafe, curiosamente, as palavras que abrem a *Retórica* de Aristóteles não andam também muito distantes desta ideia que eu gosto de designar como a *argumentação retórica na sua condição civil*, ou seja, enquanto refratária às circunscrições disciplinares e como uma competência transversal que, sendo antropológicamente constitutiva da nossa sociabilidade, permite lidar com as diferenças, estabelecer laços de entendimento e partilhar causas comuns.

De facto, Aristóteles (1998, 1354a) escreve a propósito da retórica e da dialética que elas «se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência particular»⁶.

Ou seja, elas vão a par da nossa condição de seres sociais e do facto de, enquanto tal, termos de nos posicionar, de optar por modos de ver, de interpretar, de decidir e de deliberar, situando-nos perante o mundo e perante os outros.

Como sugere Jean Goodwin (2007, p. 48), professora e teórica americana, podemos defender o valor da argumentação «sublinhando que através da argumentação, mesmo em argumentações sem solução, e dolorosas, conseguimos acabar por nos posicionar mais solidamente no mundo» e que essa é a real dignidade dessa atividade e, diria eu, também o fulcro do seu ensino.

Trata-se, no fundo, de ligarmos as exigências argumentativas do posicionamento à configuração da nossa própria identidade cidadã e à modulação das componentes éticas e sociais das nossas vidas. Como sublinha Gerard Hauser (2002, p. 65):

«sem argumentos que nos forcem a considerar visões e impulsos contraditórios, faltar-nos-ia a consciência de um Si. *A consciência dos nossos impulsos contraditórios e da potencial resolução com base em argumentos dizem ao si quem é e onde se posiciona*».

Não era Perelman (1949) quem associava a argumentação à divisa «duvidar, decidir-se e convencer», divisa que Plantin (1998, p. 26) prefere enunciar como «propor, opor-se e duvidar», mas que, em ambos os casos, põe manifestamente em evidência as afinidades da argumentação com a

⁶ Também Renato Barilli fala justamente de assuntos «*de que nenhum homem enquanto tal poderá alguma vez abdicar*»: a gestão da coisa pública, a administração da justiça, o estabelecimento dos valores morais a seguir no comportamento público e privado, e, portanto, também os critérios de opinião, o louvor ou o vitupério de outrem com base nos respetivos comportamentos: estes alguns dos temas que interessam *indistintamente todos os membros duma comunidade, e que, aliás é difícil atribuir disciplinas específicas*» (BARILLI, 1985, p. 8. Itálico nosso).

dimensão filosófica da dúvida, da problematização e de posicionamento perante o mundo e perante os outros?

E não é ainda essa indissociabilidade entre atividade argumentativa e a dimensão filosófica que está presente quanto Plantin (2002, p. 230) propõe definir a argumentação como «uma forma de interação problematizante formada por intervenções orientadas por uma questão».

É aliás por isso que, na minha proposta de teorização da argumentação retórica, procurei chegar a conceitos que capturassem a afinidade entre a dimensão filosófica e social da existência e a atividade argumentativa.

Afinal, quando abordamos assuntos em questão, não somos sempre levados a processos de tematização que tanto implicam opções quanto a modos de ver e de pensar (*inventio*), como configurações de ordem dialógico-comunicacionais (*dispositio, elocutio e actio*), como, ainda, modos supostamente bilaterais de tratarmos o Outro?

E o enquadramento da argumentação retórica como *atividade de pensamento, de comunicação e de interação dissensual* não conduz — para além da distinção entre argumentatividade discursiva, discurso argumentado e situação de argumentação — a conceitos como «assunto em questão»⁷ (que considero ser a unidade adequada à análise das argumentações), «perspetiva», «tematização», «discurso e contradiscurso» (interação por turnos de palavras), entre outros?

Dou, aliás, particular importância à noção de *situação de argumentação* pois penso ser importante integrar, nos estudos de argumentação e da retórica, a advertência de Pierre Bourdieu (1982) segundo o qual o poder chega à linguagem «de fora», afirmação que para mim significa a indissociabilidade entre a racionalidade argumentativa e a racionalidade sociológica e resulta, em termos de análise argumentativa, em tomar em consideração não apenas os argumentos, mas também os argumentadores e o seu desempenho enquanto atores sociais no quadro das relações do poder simbólico.

Aliás — permitam-me este aparte — quanto mais tenho vindo a aprender sobre argumentação e sobre retórica, mais considero que a importância do seu estudo reside nas possibilidades que ele oferece para: a) compreender a filigrana sociológica da convivencialidade; b) atentar nas variações de intensidade do requisito ético do comum por que se pauta a cultura da negociação; c) aferir os índices de democraticidade das relações sociais. Numa palavra, a argumentação retórica interessa-me na medida

⁷ A elaboração deste conceito tem na sua raiz a conceção problemática que Aristóteles apresenta da retórica e que foi sublinhada por Thomas Conley quando escreveu: «chamamos ‘problemática’ à retórica de Aristóteles uma vez que a ‘persuasividade’ disponível varia consoante a natureza do problema em questão numa situação retórica» (CONLEY, 1990, p. 23-24).

em que, no contexto das suas práticas se torna possível viver melhor uns com os outros do que fora desse contexto.

5.2. Conclusões: alguns aspetos fulcrais na teorização da argumentação

Voltando agora, para finalizar, ao tema dos pressupostos epistemológicos da argumentação no âmbito mais alargado do paradigma retórico que hoje se instalou no espaço da racionalidade, — considero como pontos fulcrais na teorização da argumentação (e limito-me a referir três essenciais) aspectos como:

- 1) A preocupação em estabelecer metodologias de análise do discurso argumentado não deve desviar da importância das competências práticas exigidas quando se veste a pele de argumentador em situações no mínimo bilaterais. Formar um analista do discurso não é necessariamente formar um bom argumentador e talvez a teorização da argumentação e da retórica possa ser fecundamente instruída pelas exigências das pessoas terem *efetivamente* de tomar posições e de por elas se baterem quando assumem que estão nessa subespécie de comunicação que é a argumentação e na qual, dando-se a articulação das noções de *orientação* e de *avaliação*, se dá também a crítica do discurso de um pelo discurso do outro. Mais do que um hermeneuta, o argumentador é um *performer* crítico que toma o discurso do outro de uma forma dissensual. A argumentação tem, pois, uma função crítica.
- 2) As questões argumentativas são aqueles para as quais há sempre, pelo menos, duas posições, tendo nós de lidar com isso através das ideias de prevalência, de negociação de escolhas e não de exclusão do alternativo — há pois uma dinâmica tensional que percorre as situações de argumentação. Um estudo dos argumentos que não tenha em consideração essa tensionalidade revela-se muito redutor e rasura aquilo que genuinamente a retórica, nas palavras de James Crosswhite (2013, p. 2), tem para oferecer, ou seja, «a capacidade para deliberar e para ajuizar em condições de incerteza [e] onde existem concepções conflituais sobre aquilo que é bom».
- 3) Há boas argumentações sem resolução, o que de modo algum significa que a negociação das distâncias (MEYER, 2008, p. 21) que aí ocorre seja irrelevante do ponto de vista prático, existencial e social; pelo contrário, as argumentações são decisivas do ponto de

vista da convivencialidade e da coexistência humanas até porque o desacordo desempenha uma função reguladora importante em termos de vida coletiva.

Afinal, como notou Marc Angenot (2008, p. 441), que cito para concluir e para de novo enfatizar a condição civil-filosófica da argumentação retórica, ou seja, uma condição transversal a todos os homens e não uma competência técnica de especialista,

«os humanos argumentam e debatem, trocam ‘razões’ por dois motivos imediatos, logicamente anteriores à esperança, razoável, pouca ou nenhuma, de persuadir o seu interlocutor: argumentam para se justificarem, para encontrarem face ao mundo uma justificação (...) inseparável de um ter razão — e eles argumentam para se situarem relativamente às razões dos outros, testando a força e a coerência que imputam às posições deles, para se posicionarem (eventualmente com as suas) e, segundo a metáfora polémica, para sustentarem estas posições e se colocarem em posição de resistir».

REFERÊNCIAS

- AMOSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- ANGENOT, M. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique, Paris: Mille et une nuits, 2008.
- ARISTÓTELES. **Ética a Eudemo**. Tradução de J. A. Amaral e Artur Morão. Lisboa: Tribuna da História, 2005.
- _____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- BARILLI, R. **A Retórica**. Lisboa: Presença, 1985.
- BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer**. Lisboa: Difel, 1982.
- BURKE, K. **A Rhetoric of Motives**. Berkeley: University of California Press, 1969.
- CONLEY, T. **Rhetoric in The European Tradition**. Ney York/London: Longman, 1990.
- CROSSWHITE, J. **Deep Rhetoric**. Philosophy, Reason, Violence, Justice, Wisdom. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2013.
- DOURY, M.; MOIRAND, S. (Org.). **L'argumentation aujourd'hui**. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.
- EEMEREN, F.; HOUTLOSSER, P. Rhetoric in pragma-dialectics. In: **Argumentation, Interpretation, Rhetoric** — On-line Journal, 1, 2000. http://argumentation.ru/2000_1/papers/1_2000p1.htm
- EEMEREN, F.; GROOTENDORST, R. Les sophismes dans une perspective pragmatique-dialectique. In: LEMPEREUR, A. (Ed.), **L'argumentation**. Liège: Mardaga, 1991.

- EEMEREN, F.; GROOTENDORST, R.; HENKEMANS, F. **Argumentation. Analysis, Evaluation, Presentation**, London: LEA Publishers, 2002.
- FRANK, D. Argumentation studies in the wake of the New Rhetoric. In: **Argumentation and Advocacy**, 2004.
- GOODWIN, J. Theoretical Pieties, Johnstone's Impiety, and Ordinary Views on argumentation. In **Philosophy and Rhetoric**, vol. 40, n.º1, 2007.
- GRIFFIN-COLLART, E. L'argumentation et le raisonnable dans une philosophie du sens commun. In: **Revue Internationale de Philosophie**, 33^e année, n.º 127-128, 1979.
- GROSS, A. **The Rhetoric of Science**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1996.
- HAUSER, G. **Introduction to Rhetorical Theory**. Illinois: Waveland Press, Inc., 2002.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- KOCK, C. Constructive Controversy: Rhetoric as Dissensus-oriented Discourse. In: **Cogency**, Vol 1, N.º. 1, Winter 2009.
- _____. Dialectical Obligations in Political Debate. In: **Informal Logic** 27, 2007.
- MEYER, M. De la fin de la raison propositionnelle: L'être, Dieu et le sujet. In: LEMPEREUR, A. (Dir.), **L'homme et la rhétorique**, Paris, Méridiens Klincksieck, 1990.
- _____. **Principia Rhetorica**. Une théorie générale de l'argumentation, Paris, Fayard, 2008.
- NIETZSCHE, F. **Da retórica**. Lisboa: Editorial Vega, 1995.
- PERELMAN, C. Le libre examen, hier et aujourd'hui. In: **Revue de L'université de Bruxelles**, 1949, N.S., 2^e année, fasc. 1.
- _____. **Le Champ de L'Argumentation**. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1970.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation. La Nouvelle Rhétorique**. Bruxelles: 5.^a éd, Éd. de L' Université de Bruxelles, 1988.
- PLANTIN, C. Analyse et critique du discours argumentative. In: KOREN, R.; AMOSSY, R. (Org.), **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?**. Paris: L'Harmattan, 2002.
- _____. L'argumentation entre discours et interaction. In: **Lengua, Discurso, Texto** (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso). Visor Libros, 2001.
- _____. La interacción argumentative. In: **Escritos** 17/18, 1998.
- PLATÃO. **Fedro**. Tradução de José Ribeiro Ferreira, Lisboa: Edições 70, 1997.
- WALTON, D. **Fundamentals of Critical Argumentation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RETÓRICA E SOCIEDADE: A VALORIZAÇÃO DA MULTIDIMENSIONALIDADE

Moisés Olímpio-Ferreira

Qualquer breve pesquisa a respeito da Retórica e da Argumentação concluirá que uma e outra têm sido, ao longo do tempo, objetos de diversas perspectivas teóricas que as enfatizam de modos bem distintos, ora como ação pelo próprio mecanismo linguístico, ora como ferramental persuasivo situado no discurso de um orador com o fim de influenciar, ora como objetos em que se focalizam os aspectos informais do raciocínio lógico com avaliação dos possíveis modelos normativos de raciocínio numa dada situação, ora como um conjunto de elementos pelos quais se estabelecem critérios e um código de conduta na interlocução, ora como fontes de dados averiguáveis a partir das atividades cognitivas subjacentes pautadas na lógica natural, ou a partir da pragmática interacionista, da ação pragmática sociológica, ou ainda do ponto de vista ontogenético da psicolinguística etc.. Enfim, como bem observou Plantin:

As pesquisas nesse domínio desenvolvem-se nos mais diversos campos disciplinares: os recentes trabalhos são concernentes à linguística (linguística da língua, da enunciação, das interações) e também aos campos tradicionalmente ligados à argumentação, como a lógica e a retórica, e à dialética, como o direito e a filosofia da linguagem e do diálogo; mas também à sociologia e à psicologia, como as ciências políticas, as ciências da comunicação e da cognição... Certamente, seria preciso não esquecer os trabalhos em didática da argumentação. [...] Esses diferentes domínios não têm, forçosamente, a mesma definição de argumentação e os mesmos métodos de trabalho. [...] O domínio dos estudos da argumentação não está estruturado por alguma coisa que lhe sirva de ‘paradigma’; para que se pudesse chegar a um paradigma, seria preciso um mínimo de diálogo teórico – diálogo que obviamente não significa acordo, mas, ao menos, uma forma de partilha dos objetos, dos métodos, ou mesmo das problemáticas –, o que não existe até o momento. Na atual situação, cada obra constitui-se como paradigma (2001, p. 71-92).¹

¹ Nossa tradução para: “Les recherches dans ce domaine se développent dans des champs disciplinaires les plus divers: les travaux récents touchent à la linguistique (linguistique de la langue, de l’énonciation, des interactions), mais aussi à ces champs traditionnellement

Não temos a pretensão de fornecer dados que expliquem ou exemplifiquem os muitos paradigmas teóricos, já que isso exigiria um espaço muito maior do que este e, certamente, as discussões não chegariam à profundidade que pode ser encontrada nas respectivas obras fundantes. Partimos da simples ideia de que o centro das atenções da Retórica-Argumentação não pode ser desconectado das dimensões social e contextual e, portanto, encontra-se vinculado ao mundo sociológico, regido pela contingência, pela incerteza, pela multidimensão, em que, baseada no ferramental possível de persuasão, urge a tomada de decisão, dadas as condições de delimitação impostas pela “corrida contra o relógio”.

Antes de prosseguirmos, é preciso abrir um parêntese. Para efeito de simplificação, trataremos, de modo integrado, a Retórica e a Argumentação, sem que isso signifique que possam ser entendidas, de modo natural e unitário, como disciplinas idênticas. Perelman e Olbrechts-Tyteca as unificam, como se vê no próprio título: *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*; Michel Meyer, por sua vez, chega mesmo a propor explicitamente a unificação das disciplinas: “Hoje em dia, não se pode mais privilegiar a argumentação em desfavor da retórica, ou o contrário, e é realmente necessário unificar a disciplina” (2007, p. 33)², a fim de que se evite o privilégio de uma sobre a outra. Entretanto, Grácio contrapõe e justifica:

Ao designar a sua teoria da argumentação como uma “nova retórica”, Perelman optou por uma identificação entre argumentação e retórica. Como estratégia e como ponto de partida essa opção é aceitável. Contudo, um aprofundamento e continuação do seu pensamento exigiria que se procedesse a

liés à l’argumentation que sont la logique la rhétorique et à la dialectique, le droit et la philosophie du langage et du dialogue; mais aussi la sociologie et la psychologie, comme les sciences politiques, les sciences de la communication et de la cognition...; et il ne faudrait certainement pas oublier les travaux en didactique de l’argumentation. [...] ces différents domaines n’ont pas forcément la même définition de l’argumentation et les mêmes méthodes de travail. [...] le domaine des études d’argumentation n’est pas structuré par quelque chose comme un ‘paradigme’; pour qu’on ait affaire à un paradigme, il faudrait un minimum de dialogue théorique – dialogue ne voulant certainement pas dire accord, mais au moins une forme de partage des objets, des méthodes voire des problématiques, qui n’existe pas pour le moment. En l’occurrence, chaque oeuvre se constitue en paradigme.”

² Meyer (2007, p. 27-8), porém, reconhece que não se está diante do mesmo fenômeno, porque é possível diferenciar as disciplinas pela maneira como elas tratam do que está em questão: “a grande diferença entre a retórica e a argumentação deve-se ao fato de que a primeira aborda a pergunta pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto resolvida, ao passo que a argumentação parte da própria pergunta, que ela explicita para chegar ao que resolve a diferença, o diferencial, entre os indivíduos”. Assim, na Retórica, explicita-se somente a resposta, deixando a questão implícita; na Argumentação, mostra-se a questão, começa-se por ela para torná-la clara ou para conseguir cooperação do auditório em sua solução.

uma distinção entre argumentação e retórica, distinção cujo critério seria o seguinte: identificar o termo “argumentação” com o termo “retórica” sempre que se trate de discurso, escrito ou falado. Dessa forma, sempre que se escreve ou fala, também se argumenta e se faz retórica. Distinguir argumentação e retórica quando a ação comunicativa exercida sobre nós não depende exclusivamente do discurso: desta forma, há uma retórica das imagens... há uma retórica da moda... há uma retórica da violência... (GRÁCIO, 1993, p. 11).

Retornando à discussão, a primeira pergunta que propomos pôr em destaque não é *O que é Retórica-Argumentação?* em razão de que inúmeras respostas já lhe foram e continuam sendo dadas nas incontáveis páginas que a estudam, mas, sim: ***Onde está a Retórica-Argumentação?***

Para tentar responder a essa questão, partimos do que Wayne Brockriede (2009) escreveu em seu artigo intitulado *Where is argument?* O autor situa a Argumentação na proximidade das pessoas e das atividades humanas; ela está ligada à dimensão problemática com que os assuntos são perspectivados. Para Brockriede, “[...] os argumentos não estão em proposições, mas nas pessoas”, isto é, “[...] as pessoas encontrarão argumentos na vizinhança de pessoas” (p. 14): eles não são entidades abstratas, mas recursos que possibilitam a interação numa dada interlocução social, situada e perspectivada; como somente pessoas podem se servir da argumentação, encoraja-se a “[...] que se considerem as escolhas conceptuais das pessoas, relevantes” (idem). Definindo a “visão descritiva da argumentação como uma co-construção levada a cabo por duas instâncias dotadas de iniciativa argumentativa”, Grácio dirá que ela “põe a tônica não apenas na competência de produzir organizadamente um discurso mas também, e de uma forma fundamental, na capacidade de ouvir, o que implica ver na argumentação algo mais do que um diálogo de surdos ou um debate imóvel” (GRÁCIO, 2009, p. 103).

Além disso, como os argumentos encontram-se nas pessoas e são o que as pessoas pensam que eles são, toda argumentação está situada em perspectivas, em modos de ver e de fazer ver, estando, portanto, sujeita a mudanças e a filtros conceptuais. Trata-se, portanto, de um conceito aberto, sujeito às intempéries que escapam ao controle da lógica demonstrativa, como a própria vida.

Indo ainda mais além, Brockriede entende a Argumentação de forma bem elástica, podendo ser definida como um “[...] quadro de referência que pode **potencialmente** ser relacionado **com qualquer tipo** de empreendimento humano [...]” (2009, p. 14, grifos nossos), ainda que outras perspectivas possam ser-lhe aplicadas e que nem toda comunicação possa ser

tomada como argumentação. Nesse sentido, não há discurso neutro, embora isso não seja sempre evidente, já que o “parecer neutro” pode ser justamente um recurso retórico.

É, de fato, na dimensão do problemático que a presença da Argumentação é mais evidente. Michel Meyer, em sua *Teoria da Problematicidade*, entende que falar ou escrever suscita questões que exigem respostas, de modo que a interrogatividade é o traço mais característico do homem ao articular a razão e a paixão no uso da linguagem. De fato, as questões surgem entre nós, com motivos, não necessariamente explícitos. É nessa dimensão do controverso que a negociação argumentativa surge para trazer respostas possíveis às inquietações produzidas por nossas questões, estando estas implícita ou explicitamente formuladas. Se argumentamos, é porque o ponto de partida do discurso é necessariamente uma diferença.

Nesse sentido, a Retórica está presente na simples linguagem quotidiana, já que “sempre somos uma pergunta para o outro” (MEYER, 2007, p. 30), de modo que a negociação para redução das distâncias tem lugar até mesmo em um simples cumprimento automático ou nas fórmulas de polidez que procuram

[...] amenizar o aspecto agressivo que possa decorrer do fato de nos dirigirmos a ela (uma pessoa) como que mirando um alvo, e de por vezes nos impormos a ela unicamente pela presença corporal. [...] Numa expressão de polidez, tentamos ser agradáveis para ele (o outro) e minimizar a agressividade potencial que toda diferença implica (MEYER, 2007, p. 30).

Entretanto, se, por um lado, são as questões que se levantam entre as pessoas que dão origem ao processo argumentativo, por outro lado, a dimensão do problemático deverá receber parâmetros para que o processo retórico-argumentativo possa existir.

Brockriede defende que a Argumentação encontra-se na “[...] lógica variável do mais ou menos [...]”, ou seja, “[...] se uma argumentação não é suficientemente problemática [...]” ou se há “[...] excesso de problematicidade” (2009, p. 15), não haverá argumentação. Ignora-se, portanto, o trivial e o definitivo. Noutros termos, o autor a situa na “zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável e não de uma lógica categorial” (op. cit., p.17).

Fundamentado nas obras de Aristóteles, Rui Grácio (2013) insiste na ideia de que os *processos seletivos da adequação descritiva*, que objetiva determinar a especificidade do campo da Argumentação, têm ocorrência no *plano intermédio*. Ora, nem tudo pode ser posto em controvérsia já que, por um lado, certos aspectos estão adquiridos e, portanto, demonstrados ou

facilmente demonstráveis, e, por outro, certos assuntos estão em território cuja validação parece inalcançável. A Argumentação situa-se, assim, no *caráter intermédio* das controvérsias, entre a evidência e os meios de demonstração especializados. É no *nível intermédio* que ela lida com as questões desprovidas de ciência ou de arte especializada que delas dê conta, onde o *grosso modo*, o *vago*, o *impreciso*, os *traços essenciais*, as *conclusões aproximadas* dos pressupostos das questões se tornam relevantes para o mundo dóxico, em contrapé do *detalhe* e do *rigor* da articulação formal dos raciocínios que se ligam, por excelência, à demonstração.

Desse modo, quanto maior for a incerteza da resposta à questão (sem que se tenha atingido o excesso de problematidade e, portanto, o definitivo), maior será a necessidade de argumentação. Como a imposição de tomar decisão diante do contingente sempre ocorrerá quando a questão estiver permeada pela dúvida (seja porque não conhecemos a resposta, seja porque não temos os meios para resolvê-la), quanto mais certa for a causa, menor será essa imposição, e quanto mais ela inspirar imprecisão ou for ambígua, mais alternativas existirão e mais deliberação se exigirá:

Quanto mais incerta uma questão for, menos se reduzirá a uma alternativa e mais abrirá um espaço de alternativas múltiplas. Já não se trata então de aprovar ou desaprovar, de julgar uma questão que conseguimos reduzir a uma alternativa ou outra; agora convém decididamente encontrar a resposta mais útil, a mais adequada entre todas as possíveis e até mesmo criar a alternativa (MEYER, 1998, p. 35).

É inclusive essa condição de variabilidade interrogativa que constitui os gêneros da sociedade grega antiga, estudados pela velha retórica e, por isso,

[...] no género deliberativo, a priori ninguém é depositário do juízo resolutorio a não ser por autoridade, natural ou institucional. Este problema existe mesmo em matéria judiciária, mas menos acentuado que precedentemente, porque há regras de juízo, entre outras coisas fornecidas pelo direito. Finalmente, existe um último caso: o louvor, o elogio fúnebre, ou seja, quando se coloca uma questão que não é verdadeira ou radicalmente problemática, pois a resposta está lá, oferecida à disposição (MEYER, 1998, p. 34-5).

O quadro sintético proposto por Meyer (1994, p. 52), que a seguir reproduzimos, bem situa esses gêneros em relação a essa variabilidade que os caracteriza:

LOGOS	problematicidade	resolução			
	problematicidade máxima	questão duvidosa sem critério de resolução	deliberativo (o debate político)	útil	decisão
	grande problematicidade	questão incerta mas com critério (o direito, por exemplo)	judiciário (processo)	justo	juízo
	fraca problematicidade	questão resolvida	Epidíctico (o elogio fúnebre ou a conversação quotidiana)	verossímil	adesão
PATHOS	ETHOS				

É perceptível que a organização e o funcionamento estão baseados sobre a articulação *êthos*³-*páthos*-*lógos*. O orador interfere *deliberando* (à procura do mais útil, do conveniente, apontando os resultados projetivos possíveis), *defendendo* (à procura do justo, com base nos atos e dados já conhecidos, ou que se acredita conhecer) ou *ornamentando* (à procura do elogioso, do honrável).

Dessa forma, os gêneros retóricos estão todos localizados na zona média do *continuum* do mais ou menos de que trata Brockriede e estão atrelados aos campos da atividade humana em sua discursividade problemática espaço-temporal (o que é contrário à demonstração) e, portanto, situados sócio-historicamente: o futuro (*problematicidade máxima* – decisão quanto ao útil, mesmo diante da falta de critérios claros, definidos ou aceitos *a priori*, para dar respostas à questão), o passado (*grande problematicidade* – julgamento quanto ao que é justo, apesar das incertezas que os dados fornecem, da insegurança do processo), o presente (*fraca problematicidade* – adesão em relação ao verossímil, ao que é aparentemente verdadeiro, já que a questão pode apenas parecer resolvida):

{Os} tempos de cada um desses são: para o que delibera, o futuro (pois aconselha a respeito das coisas que serão, estimulando ou desestimulando); para o que julga, o que veio a ser (pois a respeito dos atos realizados sempre, por um lado, um acusa e,

³ Em nossas transcrições de palavras gregas, preferimos a forma *êthos* (de ἦθος: *caráter, modo de ser*; com plural *êthe*, de ἦθη) para diferenciá-la de *éthos* (de ἔθος: *costume, hábito*; com plural *êthe*, de ἔθη). Além disso, procuramos manter a acentuação original de todas as outras palavras gregas a que fizemos referência ao longo do artigo: *lógos*, *páthos*, *dóxa* etc., ainda que imprópria às regras da língua portuguesa.

por outro lado, outro defende); para o epidíctico, o principal é o presente (pois {é} de acordo com as coisas que existem {que} todos louvam ou censuram), {embora} muitas vezes se sirvam não só lembrando das coisas que foram, mas também formando imagens (conjecturando) das coisas que estão por vir (Retórica, I, 3, 1358b)⁴.

O auditório, por sua vez, não é passivo nesse processo; a argumentação é situada e interativa. Com suas reações⁵ intelectuais e passionais, ele julga se a resposta é útil, justa ou bela; põe à prova a resposta; interroga sobre a pertinência das questões tratadas e sobre a legitimidade daquele que as responde. O discurso, por seu turno, fundado sobre o contingente, repousa no que será, no que teria sido, ou no que é possível ser ou não-ser (MEYER, 2007, p. 29),

É perceptível que nesses gêneros de problemáticas há uma estrutura comum em que é variável a presença de cada um dos componentes da trilogia retórica. Quando houver *problematicidade máxima*, a participação do *êthos* será determinante, pois quem fala, em razão de sua legitimidade, conquistada pelo *lugar* que ocupa no mundo⁶ ou construída pelo discurso, tem a possibilidade de pôr fim à questão, lançando mão de toda racionalidade e paixões. Quanto maior for a problematicidade, mais a institucionalização do *êthos* e a recorrência à paixão⁷ serão critérios de resposta, o que leva a questão a ser apresentada sob o ângulo daquele que a resolve (MEYER, 1994, p. 53).

Entretanto, mesmo que a instância retórica do *êthos* seja a que busque o assentimento a fim de reduzir as distâncias, apresentando respostas possíveis na via do preferível, não se pode, apesar de toda força *éthica* oriunda

⁴ Nossa tradução para: “χρόνοι δὲ ἐκάστου τούτων εἰσὶ τῶ μὲν συμβουλευόντι ὁ μέλλων (περὶ γὰρ τῶν ἐσομένων συμβουλεύει ἢ προτρέπων ἢ ἀποτρέπων), τῶ δὲ δικαζομένῳ ὁ γενόμενος (περὶ γὰρ τῶν πεπραγμένων αἰὶ ὁ μὲν κατηγορεῖ, ὁ δὲ ἀπολογεῖται), τῶ δ' ἐπιδεικτικῷ κυριώτατος μὲν ὁ παρών (κατὰ γὰρ τὰ ὑπάρχοντα ἐπαινοῦσιν ἢ ψέγουσιν πάντες), προσχρῶνται δὲ πολλάκις καὶ τὰ γενόμενα ἀναμνησκόντες καὶ τὰ μέλλοντα προεικάζοντες”.

⁵ Na persuasão, portanto, como Perelman (1987, p. 235) afirma: “Querer persuadir um auditor significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que expressem uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual. Não se pode persuadir um auditório senão tendo em conta as suas reações, de modo a adaptar o seu discurso a estas reações”.

⁶ Como afirmam Perelman e Tyteca: “As funções exercidas, bem como a pessoa do orador, constituem um contexto cuja influência é inegável: os membros do júri apreciarão de modo diferente as mesmas observações pronunciadas pelo juiz, pelo advogado ou pelo promotor” (2002, p. 363).

⁷ Aristóteles afirma: “ἔστι δὲ τὰ πάθη δι' ὅσα μεταβάλλοντες διαφέρουσι πρὸς τὰς κρίσεις οἷς ἔπεται λύπη καὶ ἡδονή” (Retórica, II, 1, 1378^a), “São por causa das paixões que {os homens}, mudando, diferem em relação às sentenças, aos quais dor e prazer acompanham”.

do dizer, da imagem pré-discursiva e do lugar que se ocupa, atribuir a alguém influente, que profere um discurso convencedor, unilateral, monogerido (como se a argumentação estivesse restrita aos discursos argumentados escritos), a responsabilidade absoluta do processo de adesão. Ora, adesão/assentimento requer coparticipação, coparcerias, cooperação, coautorias, corresponsabilidades... entendimentos, avaliações e ajustes entre as partes interessadas na questão. E é nesse sentido que, ao falarmos de *êthos*, não podemos nos limitar à instância unilateral de um orador competente, mas devemos entendê-lo, num sentido mais amplo, em condições de interação, como produto do embate dos *êthe* ativados nas trocas sociais circunstanciadas entre orador e auditório, que, ao revezarem as suas posições discursivas *éthica-pathética* no processo dialogal e dialógico, constroem, desfazem, reconstroem, reformulam... as possíveis representações de si, para chegarem (ou não) a uma opinião compartilhada. O embate dessas imagens se realiza no terreno do fortuito, no vário e no diverso discurso social que dá sentido e significado sob condições de múltiplos dizeres igualmente possíveis, mas imperfeitos dada a existência de possibilidades hermenêuticas não homólogas, distantes da unanimidade, próprias das contribuições individuais, subjetivas, sociais e históricas, não impositivas e orientadas, todas, à contingência dos juízos, das opiniões e interpretações, advinda da incompletude, insuficiência e equivocidade dos saberes e da parcialidade própria à opacidade da língua.

Onde há *grande problematicidade*, a questão ainda é incerta, mas há critérios que permitem *inventar* a solução. Na atividade judiciária, interroga-se muito mais a ocorrência dos fatos do que na epidíctica, e as fontes de resposta para o embate são os códigos e a jurisprudência. Nessa posição intermediária (entre a máxima e a mínima), há, portanto, meios comuns partilhados para se chegar ao que é justo, e os critérios de resolução culminam na autoridade do juiz que despacha de acordo com normas fixadas na lei.

Por último, onde há *fraca problematicidade*, o caráter do orador não é decisivo, já que não exerce forte influência sobre esse tipo de discurso. Por sua vez, as paixões da audiência limitam-se às reações convencionais e ao prazer estético, sem se pronunciar sobre a questão, sem contestar. O discurso, embora seja acentuado por qualificar coisas, eventos e pessoas, ele é construído de forma a oferecer o que a audiência busca ouvir. Para Meyer, as conversações corriqueiras e triviais possuem um caráter convencional semelhante, pois simplesmente nutrem as boas relações estabelecidas por meio da aceitação comum de fórmulas que agradam a todos.

Essa concepção, porém, a respeito do gênero epidíctico, não pode ser admitida em todos os casos em que dele se faz uso, pois, apesar da fraca

problematicidade, ele tem o poder de manter e/ou aumentar a adesão aos valores *dóxicos*, fato esse relevante no processo argumentativo:

Ora, para nós, o gênero epidíctico é central, pois seu papel é o de intensificar a adesão a valores, sem os quais os discursos que visam à ação não poderiam encontrar a alavanca para comover e mover seus auditórios (PERELMAN, 2009, p. 38)⁸.

Para Perelman, a ideia de que esse gênero está mais preso à literatura do que à argumentação é produto de um entendimento equivocado do conceito de *belo* (equivalente à ideia de *bom*) em Aristóteles, pois enquanto para o filósofo a noção de *juízo de valor* é também constituinte do epidíctico, para a interpretação equivocada há apenas a de valor estético, de espetáculo discursivo, o que reduz e esvazia a sua força argumentativa. De fato, o poder está em seus efeitos de intensificação: à medida que a adesão aos valores é reforçada e a disposição para a ação recebe mais vigor, mais obstáculos são superados.

Nessa busca do assentimento do outro, é imprescindível a partilha de opiniões, de visões de mundo; é indispensável a coparticipação dos quadros de referência, das pressuposições, das crenças e valores e juízos; noutros termos, não é possível que a *dóxa* não seja levada em conta, já que ela é a responsável pela construção da identidade social, o que a faz pertencer ao campo do verossímil, do subjetivo, do falível, do parcial. Foi por esse caráter escorregadio da *opinião* que Platão criticou severamente a Retórica: à via da opinião (a *dóxa*) ele contrapôs a da ciência (a *epistème*).

Mas partilhar, em termos! Na verdade, a *dóxa* também deve estar regulada em seus níveis de aproximação para que a argumentação possa eclodir. Se, por um lado, é nas extremidades que os indivíduos experimentam a unicidade ou a diferença saturada, por outro lado, é na divisibilidade das pessoas – divisibilidade essa que se faz visível na zona intermédia do *continuum* do mais ou menos – que o papel da *dóxa* se aplica à argumentação, pois que, pondo em harmonia certos elementos, sem fazer iguais orador e auditório, ela torna a argumentação realizável.

Dessa forma, a Retórica-Argumentação:

- localiza-se na interação comunicativa interpessoal e interdependente, realizando-se por meio de pessoas nas menores instâncias discursivas do cotidiano;

⁸ Nossa tradução para: “Or, pour nous, le genre épictique est central, car son rôle est d’intensifier l’adhésion à des valeurs, sans lesquelles les discours visant à l’action ne pourraient trouver de levier pour émouvoir et mouvoir leurs auditeurs”.

- encontra-se nas mais diferentes perspectivas pelas quais é fundamentada e filtrada, mas com existência de interesse mútuo na questão;
- situa-se na dimensão do problemático circunscrita na zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável, em que a divisibilidade (a diferença) das pessoas é ainda passível de justificação, negociação, contestação e, portanto, de realização de atos sociais de argumentar pela ação multilateral do discurso circunstanciado, tanto dialogal quanto dialógico, conferindo interesse à perspectiva do outro.

A segunda questão que se impõe e que nos interessa neste momento é:

A Retórica comporta uma única resposta necessária à questão dada?

De fato, apesar da consciência (pelo menos, aparente) de que lidamos com o incerto e com o provável, o anseio da mais alta inspiração ainda continua delineado pelo ser da certeza, fazendo com que se julgue a Retórica-Argumentação por uma bitola epistemológica que a binariza e a unidimensionaliza (certo ou errado), o que é altamente redutor, já que a multiplicidade, o problemático, o controverso, a interrogatividade, permanecem secundarizados.

O que se ainda percebe em muitos domínios da sociedade é que os efeitos daquela supremacia platônica do *ser* único, imutável, incontestável, têm continuamente incompatibilizado a valorização do complexo, do mutável, do refutável, pois, apesar de se afirmar que a Retórica se ocupa do verossímil e não da Verdade, esses efeitos do ideal platônico têm mascarado o espaço próprio da Retórica e, especialmente, a sua componente deliberativa. Ao ainda se desejar (mesmo que inconscientemente) o *necessário* e o *que é*, desvaloriza-se o aparente e o contingente; fora dessas condições ideais, é estar sujeito à manipulação das convicções, ao falso, à errância, à suspeição, à vanidade das opiniões, já que somente o suporte ontológico pode validar o discurso, entendido como expressão do *ser* em que se situa a *Verdade*.

Entretanto, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, é impossível um *fato* (e também uma *verdade* em sistemas complexos) ser estabelecido sem qualquer interferência do auditório. Se, por um lado, há objetos de acordo que incidem sobre o *preferível* (formados por objetos que indicam uma preferência: *valores* e *hierarquias*, e pelos que indicam o que é preferível: *lugares*), e deles reconhecemos, sem oposição, as constantes (re)avaliações, por outro lado, há aqueles que incidem sobre o *real* (*fatos*, *verdades* e *presunções*, dos quais advêm os *juízos de realidade*) que, na perspectiva da argumentação, não escapam dessa natureza imprevisível, instável,

modificável no tempo, pois sempre, quando se pretende empregá-los como premissas úteis, se deverá indagar o que se pensa sobre eles, se (ainda) são aceitos, se estão suficientemente compartilhados, se alcançaram – ainda que momentaneamente – a condição de não necessitarem receber reforço na adesão. O certo é que nenhum desses objetos tem o seu estatuto definitivamente assegurado, pois a qualquer momento todos podem ser confrontados com outros *fatos e verdades* aos quais não se acredita ser possível renunciar. O *Tratado da Argumentação* (p. 76) nos esclarece:

Não contamos com nenhum critério que nos permita, em todas as circunstâncias e independentemente da atitude dos ouvintes, afirmar que alguma coisa é um fato. Contudo, nós podemos reconhecer que existem certas condições que favorecem esse acordo, que permitem facilmente defender o fato contra a desconfiança ou a má vontade de um adversário: esse será esse o caso, notadamente, quando se dispõe de um acordo a respeito das condições de verificação; no entanto, assim que tivermos de efetivamente fazer intervir esse acordo, nós estamos em plena argumentação.

É nessa perspectiva que, hasteando a bandeira da multidimensionalidade, Grácio defende que o verossímil não é alguma coisa a que falte algo, não é parente pobre de nada ou de ninguém. Antes, remete para uma dinâmica convivencial em que o tempo da analiticidade difere da premência do agir e do decidir, e da qual o risco e a contingência não são elimináveis. Nesse sentido, Grácio acompanha Angenot (2008), Carrilho (2012), Plantin (1996, 1999), e entende que a tônica da argumentação não está em persuadir, mas em conviver; está na comunicação, entendida como ato de interação, de troca, em que as discórdias não implicam necessário rompimento do convívio humano (BAUMAN, 2004).

A Retórica clássica já examinava o que é bom para *esta* ou para *aquela* situação, buscava os melhores meios relativos ao que é persuasivo, embora não tivesse como finalidade última a persuasão, visto que a Retórica, além de não dar garantias de sucesso ao orador, buscava, de fato, a convivialidade, ou seja, a capacidade humana de favorecer as trocas recíprocas entre as pessoas. Noutros termos: argumentamos porque é preciso fazer compreender os nossos pontos de vista, porque é preciso saber lidar com as diferenças em cada caso.

Por sua vez, sistematizando-se a partir dos fundamentos teóricos da Retórica aristotélica, a Nova Retórica perelmaniana, com características do raciocínio prático, traz à tona a relevância da convivência com os sentidos múltiplos, com as leituras multívocas, com os conflitos interpretativos, com

a variedade quotidiana, com os condicionamentos de épocas e de espaços, com a aceitação de que a *verdade possível* nada mais é do que a aceitação da *opinião* que estiver melhor e mais bem fundamentada entre as outras possíveis, sobre a qual se pretende firmar acordos, ainda que provisórios, a seu respeito.

Como se sabe, Perelman revalorizou a Retórica e se pôs à distância de toda espécie de forças coibentes das filosofias monistas, do cientificismo, dos absolutismos e dos dogmatismos. Noutros termos, ele revalorizou a arte da vida em que não há fundamentos absolutos e necessários, mas, sim, a liberdade e a pluralidade humanas.

De fato, a Escola de Bruxelas (Eugène Dupréel e seu pluralismo sociológico, Chaïm Perelman com a nova retórica e a racionalidade argumentativa, e Michel Meyer com a sua teoria da problematologia) nos tem apresentado a proposta de uma nova maneira de conceber a razão e a tematização pluralista da racionalidade, que lida com a problematidade, que nos insere nos vários domínios das atividades humanas e nos permite ler os usos múltiplos que fazemos da língua.

Nesse contexto, como são as provas argumentativas que auxiliam o processo de discernimento da melhor opinião, é natural, no domínio da ação, que o assentimento seja alcançado pela decisão e participação, ou seja, as questões são tematizadas sem, entretanto, oferecer-lhes solução⁹ baseada em verdade apodíctica. É nesse sentido que Christian Kock (2009, p. 76) afirma: “propostas e escolhas não podem ser ‘verdadeiras’ e não aspiram a isso”, nitidamente seguindo Aristóteles que, na *Ética a Eudemo*, 2, 1226^a1, já dizia: “[...] ademais, uma escolha não é verdadeira ou falsa”¹⁰.

Assim, uma escolha não pode ser considerada fora de um contexto multidimensional no qual o equilíbrio holístico dos vários fatores faz com que a seleção de uma resposta seja simultaneamente um palpite. Dito de outra maneira, que ela seja sempre uma proposta e não uma solução. É, aliás, esse caráter propositivo que faz com que a negociação seja um elemento constitutivo das dinâmicas conviviais.

⁹ No *real retórico* intersubjetivo, as questões exigem *respostas* e não necessariamente *soluções*, uma vez que *soluções* admitem o esgotamento do problema e *respostas*, mais próprias ao mundo retórico, são decisões provisórias. Essa pertinente distinção foi feita por Manuel Maria Carrilho (2012, p. 702), quando diz: “Um cientista fala de uma solução quando o problema desaparece, quando deixa de haver problema. Ora isso é uma situação que nós não conhecemos em filosofia. O que nós temos são problemas que se tematizam (aparecem, desaparecem, mascaram-se etc.) tomando a forma de *respostas*. Mas estas respostas não são soluções. Em filosofia não há o tipo de solução que existe em ciência, exatamente porque não há um procedimento que permita fazer desaparecer o problema – e é nisso, nesse desaparecimento, que consiste a eficácia do método científico”.

¹⁰ Nossa tradução para “[...] ἔτι οὐκ ἔστι προαίρεσις ἀληθὴς ἢ ψευδής”.

Ora, como sempre estamos inseridos em contextos, ligados e afeiçoados a crenças e valores que nos unem e nos separam, é certo que a interação contínua que se dá na cena argumentativa é passível de muitos imprevistos. Não há garantias de que o conflitual seja eliminado, não é certo que o desacordo possa ser resolvido, não há opinião caucionada cuja eficácia esteja previamente garantida, de modo que, admitir opiniões divergentes é substituir a filosofia da evidência pela filosofia do razoável, apropriada à convivência humana pluralista. Por vezes, o melhor mesmo a fazer é apenas chegar a um acordo sobre a dissensão, a fim de se precisar o objeto da controvérsia irresolúvel.

Mas, esse caráter contingencial do discurso implica indefensabilidade? Trata-se de *verdade* opinativa cujos juízos de valor não possam ser preferidos? Ora, as respostas dadas a assuntos em questão são indissociáveis de valorações pessoais “mas – diz-nos Grácio –, nem por isso arbitrárias, injustificáveis, indefensáveis ou não susceptíveis de reforço perante quem delas discorda” (GRÁCIO, 2010, p. 15).

É verdade que a ótica da Nova Retórica rebate a intolerância naturalmente provocada pela ideia de uma Verdade que exclui todo o discurso que com ela não coincida. Entretanto, ela não só põe em questão o envolvimento fanático daquele que adere a um ponto de vista que, embora seja por natureza questionável, foi acolhido como absoluto, mas também problematiza a ausência de envolvimento por ceticismo, sob a alegação idealista de que um ponto de vista não pode receber *status* definitivo. Ora, nem uma nem outra dessas extremidades; a argumentação, na “multiplicidade fluida das opiniões, das emoções, das reviravoltas possíveis” (MEYER, 2005, p. 41¹¹) visa, de fato, a promover uma escolha pessoal, razoável e responsável entre as possíveis verdades não uníssonas, já que não implica noções de verdade/falsidade, de certo/errado na forma binária:

Como a prova retórica jamais é totalmente necessária, o espírito que dá sua adesão às conclusões de uma argumentação o faz por um ato que o envolve e pelo qual é responsável. O fanático aceita esse envolvimento, mas como alguém que se inclina ante uma verdade absoluta e irrefragável; o cético recusa esse envolvimento, a pretexto de que ele não lhe parece poder ser definitivo. Recusa-se a aderir porque tem da adesão uma ideia que se assemelha à do fanático: ambos desconhecem que a argumentação visa a uma escolha entre possíveis; propondo e justificando a hierarquia deles, ela tenciona tornar racional uma

¹¹ Nossa tradução para: “[...] multiplicité fluide des opinions, des émotions, des revirements possibles”.

decisão. Fanatismo e ceticismo negam essa função da argumentação em nossas decisões. Tendem ambos a deixar, na falta de razão coerciva, campo livre à violência, recusando o envolvimento da pessoa (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 69-70).

Se, por um lado, é verdade que, no mundo do verossímil, todo argumento é intrinsecamente discutível, também é certo que todos os objetos de acordo concernentes ao *preferível*, cuja impossibilidade de experiência e de verificação não permite o acordo universal, podem, sim, ser aceitos por escolha justificada, pela razoabilidade que as opções apresentadas portam consigo. A esse respeito, Kock adverte:

O fato de que, em matéria de escolha, nenhum dos argumentadores necessariamente será forçado a retirar o seu ponto de vista e, inversamente, o de que ninguém pode “provar” conclusivamente o seu ponto de vista é também a razão por que todos os recursos da argumentação: ethos e pathos, seletividade tópica, audiência, adaptação, os dispositivos de apresentação e outros, geralmente serão convocados. [...]

No entanto, é problemático quando os teóricos da argumentação veem retórica como principal, ou mesmo exclusivamente definida pelo desejo dos argumentadores de persuadir. Tal definição truncada faz com que teóricos se esqueçam do que a maioria dos pensadores retóricos sempre soube, ou seja, que a argumentação concernente à escolha de ação é um domínio distinto com características distintas (KOCK, 2009, p. 77)¹².

A *Nova Retórica*, na base da racionalidade argumentativa, aponta a busca da negociação, a busca de racionalidade compartilhada em meio ao universo inquietante do verossímil, do universo dos conhecimentos prováveis e da controvérsia. Como já dizia David Zarefsky (1995): “Devemos ver a argumentação como a prática de justificar decisões sob condições de incerteza”. E, de fato, nessas condições contingenciais, a abertura para o múltiplo e o não-coercitivo é a palavra-chave da racionalidade.

¹² Nossa tradução para: “The fact that, in matters of choice, none of the arguers will necessarily be forced to retract his standpoint, and, conversely, that none can conclusively “prove” his standpoint, is also the reason why all the resources of rhetorical argumentation: ethos and pathos, topical selectivity, audience adaptation, presentational devices, and more, will usually be mustered. [...] Nevertheless it is problematic when theorists of argumentation see rhetoric as primarily or even exclusively defined by the arguer’s wish to persuade. Such a truncated definition allows theorists to forget what a most rhetorical thinkers have always known, namely that argumentation concerning choice of action is a distinct domain with distinctive features”.

As últimas linhas do *Tratado da Argumentação* insistem nessa condição pragmática inerente à Retórica-Argumentação, dependente das opiniões e convicções, dos hábitos e comportamentos, das paixões e aspirações dos auditórios na interação interpessoal e, ainda, dependente do modo como cada um se insere no mundo e o perspectiva na zona do problemático. Dessa forma, as premissas da argumentação não se dão em espaço abstrato de raciocínio; são, na verdade, apreciadas em seu modo de ação sobre o espírito humano e estão associadas ao exercício da liberdade humana.

Kock, ao falar sobre as características distintivas da argumentação, enfatiza a noção de *escolha*. Nem coerciva, nem arbitrária; nem verdade objetiva, nem recurso à violência; nem falsa, nem verdadeira; simplesmente, retoricamente preferível entre outras possíveis, produto de uma racionalidade argumentativa que justifica a tomada de posição por meio de razões sociais de ordem prática:

[...] na argumentação a respeito de escolha de ação, um desacordo razoável pode existir e persistir indefinidamente; nesse domínio não ocorre o caso em que um dos dois argumentadores opostos possa provar conclusivamente o seu ponto de vista, ou que seja forçado a retrai-lo, mas é um domínio rico em recursos pelos quais argumentadores podem influenciar outras adesões individuais. Quando um problema é realmente uma questão de escolha, como na deliberação política e na esfera cívica de modo geral, a argumentação retórica desempenha um papel central e indispensável, precisamente porque “escolha não é verdadeira ou falsa”. Cada indivíduo, legislador ou eleitor frequentemente tem opções a confrontar; retórica é uma prática social que nos ajuda a escolher (KOCK, 2009, p. 77-78)¹³.

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, M. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une Nuit, 2008.
- ARISTÓTELES. **Ética a Eudemo**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

¹³ Nossa tradução para: “[...] in argumentation about choice of action reasonable disagreement may exist and persist indefinitely; in that domain it is not the case that one of two opposed arguers may conclusively prove his standpoint, or be forced to retract it; but it is a domain rich in resources by which arguers may influence other individuals’ adherence. When an issue is truly a matter of choice, as in political deliberation and the civic sphere generally, rhetorical argumentation plays a central and indispensable part, precisely because “choice is not true or false”. Every individual, legislator or voter regularly has choices to face; rhetoric is a social practice that helps us choose”.

- BROCKRIEDE, W. Where is argument? In: TRAPP, R.; SCHUETZ, J. (Editors). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honor of Wayne Brockriede**, New York: International Debate Education Association, 2006, p. 4-8. [Artigo traduzido para o português sob o título: Onde está a argumentação?, por Rui Grácio e Ricardo Grácio. **Comunicação e Sociedade**, v. 16, 2009, p. 13-17].
- CARRILHO, M. M. **Pensar o mundo**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.
- GRÁCIO, R. A. **Racionalidade Argumentativa**. Porto, Edições ASA, 1993.
- _____. Com que é que se parece uma argumentação? Representações sociais do argumentar. **Comunicação e Sociedade**, v. 16, 2009, p. 101-122.
- _____. **A interação argumentativa**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.
- _____. **Perspetivismo e Argumentação**. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2013.
- KOCK, C. Choice is not true or false: the domain of rhetorical argumentation. **Argumentation**, n. 23, v. 1, p. 61-80, 2009
- MEYER, M. **Qu'est-ce que l'argumentation?** Paris: Vrin, 2005.
- _____. **A retórica**. São Paulo: Ática, (Série Essencial), 2007.
- _____. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Tradução de António Hall, Lisboa: Edições 70, 1998. (Nova Biblioteca 70).
- _____. As bases da retórica. In: CARRILHO, Manuel Maria (Coord.). **Retórica e Comunicação**. Tradução de Fernando Martinho. Lisboa: Edições Asa, 1994, p. 31-70.
- PLANTIN, C. L'argumentation entre discours et interaction. In: TOVAR, José Jesús de Bustos (Coord). **Lengua, discurso, texto: I Simposio Internacional de Análisis del Discurso**, v. 1, Espanha: Visor, 2001, p. 71-92. Disponível em: <http://icar.univ-lyon2.fr/membres/cplantin/documents/2001.doc>. Acesso em maio/2015.
- _____. La interacción argumentativa. **Escritos**, Puebla, n. 17/18, p. 23-49, 1999.
- _____. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **L'Empire Rhétorique**: Rhétorique et Argumentation. 2^e éd., Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2009.
- ZAREFSKY, D. Argumentation in the Tradition of Speech Communication Studies. In: van EEMEREN, F.; GROOTENDORST, R.; BLAIR, J.A.; WILLARD, C. A. (eds.). **Perspectives and approaches**: Proceedings of the Third International Conference on Argumentation. V. 1. Amsterdam: SICSA, International Society for the Study of Argumentation, 1995, p. 32-52.

ACERCA DO ESTATUTO DA *TECHNE* DA RETÓRICA

Christiani Margareth de Menezes e Silva¹

Universidade Estadual de Santa Cruz

Aspectos gerais da noção de *techne*

A noção de *techne* (arte, técnica) aparece empregada em diversas esferas de atividades na antiguidade grega. Nos autores do século V a.C., primeiramente designava a atividade do marceneiro (*tekton*), e do ferreiro, para aos poucos, com o alargamento do horizonte de sua aplicação, referir-se a outros peritos (*technites*) como o médico, o poeta, ou seja, às atividades que combinavam teoria e aplicação.

Junto a esta amplitude de empregos, seu caráter epistemológico é destacado, especialmente pelos escritos médicos hipocráticos. Tais textos são também testemunha de que a noção de *techne* implica a capacidade criativa do perito, que deve saber rever seus procedimentos quando necessário, já que a arte lida com a contingência. Assim, um perito deve saber lidar com situações que fogem aos resultados esperados, teoricamente aprendidos.

Nos tratados hipocráticos essa questão aparece de maneira clara, pois, ao lidar com a saúde humana, a medicina pode tanto atingir a cura, como pode causar a morte do paciente. Os textos *Sobre a Técnica* e *Da Medicina Antiga* apresentam essa problemática, acrescida ao fato do autor ou autores dos tratados argumentarem em favor da medicina como uma verdadeira *techne*, mesmo não apresentando resultados tão pontuais como a marcenaria, ou a matemática, já que lidar com o organismo humano é algo com menos controle de resultados do que a construção de um navio, ou um teorema. O médico, ao tratar pacientes, pode encontrar um em que o tratamento não seja eficaz como na maioria, pode ainda não obter o resultado esperado do tratamento. Para tais autores dos tratados sobre a *techne* médica, isso não diminui o caráter técnico da medicina, mas demonstra as diferenças entre as *technai* (artes, técnicas) e que estas não se limitam a um único modelo.

¹ Este texto apresenta os resultados do projeto de pesquisa “A noção de *techne* em Platão e Aristóteles” (Cadastro PROPP nº 00220.1700.959), desenvolvido na UESC de junho de 2010 a outubro de 2013, além dos resultados parciais do projeto de pesquisa “*Pathos* e virtude ética em Aristóteles” (Cadastro PROPP nº 00220.1700.1308) iniciado em agosto de 2013 na UESC.

No *Da Medicina Antiga*, o autor hipocrático apresenta duas maneiras de compreender a técnica: a primeira, tradicional, a *techne* é considerada um conhecimento preciso distinto do conhecimento comum, e o *technites* (perito, especialista) possui certo controle sobre aquilo que domina; além disso, ele pode passar as explicações de seu procedimento a um futuro perito, embora essas explicações estejam numa linguagem específica. A segunda maneira está ligada aos hipocráticos: a técnica aparece como um tipo de conhecimento limitado à aplicação empírica, falível, portanto não absolutamente seguro como o conhecimento das matemáticas, nem baseado em certas *hypotesis*, como as da ciência natural, além de expresso, nos escritos médicos, em linguagem comum.

Esses textos, portanto, nos dizem que a medicina é um conhecimento de natureza falibilista ou conjectural, seu objeto não é abstrato como o número, nem é passivo e de material maleável como a madeira; ele é bem distinto, pois é um organismo vivo, complexo, desejante e, muitas vezes, imprevisível: o ser humano. Isso caracteriza a medicina como falível, mas não tira desta a qualidade de *techne*.

Nos autores do século V a.C., a noção de *techne* primeiramente designava a atividade do marceneiro (*tekton*), para posteriormente referir-se a outros peritos (*technites*), como o médico e, dessa forma, essa noção alargou o horizonte de sua aplicação, passando também a ser destacado seu caráter epistemológico, graças, em parte, às discussões ocorridas nos textos médicos hipocráticos. De modo geral, nos autores desse período a noção de *techne* designa um conhecimento teórico que pode ser aplicado e também ensinado, e é essa capacidade de aplicar e ensinar que define o perito enquanto tal. A abordagem dos escritos hipocráticos é a primeira que busca uma *episteme* (ciência) técnica, que influenciará fortemente Platão e terá impacto na história posterior da noção, mesmo em Aristóteles (SANTOS, 2001, p. 14).

Por uma arte da argumentação

No período inicial da filosofia, a arte de argumentar será desenvolvida aos poucos como método e, de acordo com Platão no *Parmênides*, esse método teria sido inventado por Zenão de Eléia: a dialética. Esta consistiria, de modo geral, na arte de discutir perguntando e dando razões daquilo que se diz. Na obra citada de Platão, Zenão apresenta argumentos que têm função semelhante a das provas (*tekmerion*) nos debates jurídicos, pretendendo demonstrar uma verdade segura e irrefutável, enquanto a argumentação oposta expressa o contraditório e, conseqüentemente, é refutada e considerada falsa.

É essa técnica argumentativa que vemos Górgias usar para atacar as teses do mestre de Zenão, Parmênides, em seu *Sobre o não-ser*. O argu-

mento central de Górgias nesse texto é demonstrar que o ser parmenídico é contraditório, e para isso ele diz que o ser não pode ser pensado nem dito, porque a palavra (*logos*) não exprime o ser, e nem o conhecer, mas é ela própria que cria a realidade, tomando o lugar do ser. Por isso, no *Elogio de Helena*, o *logos* não comunica conhecimento, mas sentimento, sendo compreendido por Platão como contrário ao *logos* da dialética, e identificado com o *logos* da retórica, já que esta pretende persuadir movendo os afetos.

Contudo, para Górgias, a retórica não é ciência, mas uma *techne* verdadeira, que lida com a opinião (*doxa*), já que para ele é impossível termos um conhecimento objetivo sobre o mundo e sobre as questões éticas. Por isso encontramos em alguns de seus textos, como o *Sobre o não ser*, considerações de que não há como alcançar a verdade objetivamente (*aletheia*), nem mesmo a opinião (*doxa*) pode ser uma saída a esse problema, ficando a razão limitada a orientar os homens e as cidades, e cada situação deve ser analisada para saber o que fazer e o que não fazer, numa espécie de “ética da situação”. Desse modo, a palavra adquire autonomia própria, pois ela é portadora de persuasão, crença, sugestão, e a retórica é a arte (*techne*) da palavra (*logos*) objetivando persuadir, já que a função do *logos* – comunicar e transmitir o conhecimento da realidade de modo objetivo – torna-se irrealizável. É nesse sentido que no *Elogio de Helena* vemos Górgias considerar que o *logos* cria a realidade: ele não comunica o pensamento, mas produz o efeito deste, as paixões (*pathe*). Procurando conhecer e transmitir objetivamente a realidade, pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles desenvolverão, cada um a sua maneira, métodos que busquem e expressem a verdade.

Argumentação e método

De acordo com Platão, Xenofonte e Aristóteles, Sócrates praticava um método de discussão via perguntas e respostas, conhecido como *elenchus* (refutação), parecido com o método atribuído aos sofistas, mas distinto da retórica, especialmente em relação à forma de considerar as opiniões, pois a dialética socrática propõe uma análise crítica das mesmas visando à verdade, enquanto a retórica considera as opiniões verdadeiras nelas mesmas, cabendo ao orador tornar uma delas persuasiva.

Apesar de distinta na forma de considerar a opinião, a dialética mantém-se no terreno das opiniões para Sócrates, embora relacionada à ciência, mas com esta não se identificando, como percebemos nos primeiros diálogos inconclusos de Platão. Resumidamente o *elenchus* socrático é um método de verificação da consistência das opiniões, demonstrando que essas não constituem conhecimento verdadeiro, embora Sócrates não nos indique nesses

diálogos aporéticos em que consiste a ciência, apenas que a opinião não se identifica com o conhecimento epistêmico (DINUCCI, 2008, p. 5).

Essas críticas que Platão em seus primeiros diálogos faz à retórica parecem ligadas ao posicionamento do Sócrates histórico, principalmente quando vemos aos poucos a atitude de Platão para com a retórica apresentar duas formas de recepção desta: uma negativa, na qual a retórica dos sofistas é considerada uma “prática empírica” da linguagem não preocupada com a verdade, apenas com a persuasão e, por isso, produtora de crenças (*pisteis*) e opiniões (*doxai*) (cf. *Górgias* 465 a, 454 e, 455 a) e não uma *techne*; e outra positiva, na qual a retórica se identifica com o método dialético platônico.

No *Eutidemo*, Platão considera a retórica como uma habilidade prática que tem uma afinidade com a magia e o encantamento – de acordo a tradição pitagórica – seduzindo e enfeitando juízes e participantes de assembleias populares de maneira parecida com aqueles que encantam as serpentes ou os escorpiões (cf. *Eutidemo*, 289e, 290a). Nessa obra, o sofista e o retor são identificados; o orador é uma figura que se situa “entre o político e o filósofo” (*Idem*, 305c), é o retórico-sofista inimigo da filosofia.

No *Górgias*, a discussão é aprofundada, embora a visão negativa da retórica seja mantida. Na primeira parte da obra, Platão procura estabelecer a essência da retórica (447a-466a). Como no *Eutidemo*, ele sustenta que a retórica não tem característica epistemológica alguma, é apenas uma habilidade prática (*empeiria*) e, portanto, não pode ser uma *techne*, já que a *techne* aproxima-se, e até se identifica para Platão, com a ciência (*episteme*).

Apesar de suas críticas, Platão, em algumas passagens elogia a habilidade do orador, reconhecendo ser necessário para possuí-la espírito imaginativo e ousado, ou mesmo atração por uma das figuras da retórica, a refutação (*elenchus*), método aplicado também por seu mestre Sócrates, importante ainda para o desenvolvimento daquilo que será o método dialético platônico (*Górgias*, 458a).

No *Fedro* também encontramos considerações positivas sobre as técnicas da retórica, especialmente na parte final do diálogo, o que parece estranho às críticas presentes no *Górgias*, e em outras obras de Platão. Assim, no *Fedro*, Platão considera que alguns professores de retórica, entre eles Teódotos e Anaxímenes de Lâmpsaco, são professores de uma *techne* autêntica, diversamente de *Górgias* (*Fedro*, 269b-c). Apesar dessa retórica também ter o objetivo de persuadir, ela prescinde do conhecimento da verdade, porque se baseia na filosofia, especialmente no método dialético, sendo a “verdadeira retórica” (*Fedro* 265 c-266 b).² Platão parece, portanto,

² Sócrates nesse diálogo é considerado como um grande orador que possui “alguma filosofia” (*Fedro* 297 a). Apesar disso, em outros diálogos Platão irá criticá-lo, cf. observação de BERTI, 2002, p. 168-169.

querer resgatar uma retórica substancial dessa retórica aparente atribuída ao sofista. Nesse sentido, a verdadeira retórica daqui em diante chamar-se-á dialética.

A saída das aporias dos primeiros diálogos permitirá a Platão identificar ciência e dialética, assim como admitir uma retórica pautada na dialética. No diálogo *Mênon*, da fase intermediária de seu pensamento, a dialética é relacionada à ciência, embora Platão ainda não identifique as duas, o que ele faz em uma obra da maturidade, *República*. Nesta, especialmente na descrição dos estados do conhecimento no final do Livro VI, passagem conhecida como “Símile da Linha”, Platão, na voz de Sócrates, descreve os dois planos do real atribuindo a eles graus de conhecimento, identificando a dialética com a ciência, assim como o lugar da opinião no processo de conhecimento.

Em Platão, a realidade apresenta dois planos: um sensível, que coincide com este mundo, no qual as sensações geram as primeiras impressões; e um mundo inteligível, ou das Ideias/Formas (*idea/eidos*), que são entes invisíveis e paradigmas eternos do sensível, conhecidos somente pela especulação racional. Para tudo o que existe no mundo da sensibilidade – seres e mesmo noções morais –, existe uma Ideia correspondente que é o ser em si daquilo que só em parte temos contato no sensível. Assim, as coisas belas que percebemos aqui são belas por participação (*methesis*) no ser ideal, que é belo em sentido pleno, havendo diferença de grau entre as coisas belas e o Belo em Si, que é belo em grau máximo, enquanto o belo sensível o é em grau inferior.

Assim, a linha do Livro VI representa esses dois planos da realidade, e Platão também apresenta aí os estados (*pathemata*) de conhecimento correspondentes a um e a outro. No primeiro plano da realidade temos, via sensação, dois estados da alma correspondentes à forma de recepção dos entes sensíveis: a percepção das sombras e reflexos das coisas sensíveis, cujo estado de conhecimento é a conjectura (*eikasia*) e, após essa primeira etapa, a percepção das coisas sensíveis nelas mesmas (animais, plantas, artefatos), ou seja, das coisas que provocaram as sombras e reflexos anteriormente, possibilitando um estado de crença (*pistis*) acerca da sensibilidade. No plano da realidade sensível, o conjunto formado pela *eikasia* e pela *pistis* resulta na *doxa* (opinião) acerca do plano sensível.

No momento em que a alma passa a analisar estabelecendo hipóteses e, a partir dessas análises, procura chegar a uma conclusão, temos para Platão o primeiro estágio de conhecimento do plano inteligível, a *dianoia*, sendo seguida pela procura do princípio: passando gradualmente de hipótese em hipótese até se chegar ao não hipotético, alcançando aí a *episteme* (ciência). Chegando a esse ponto, a razão passa então “de Idéia em Idéia para chegar

a uma Idéia” (IGLÉSIAS, 1998, p. 50; PLATÃO, *República*, 511b). Assim, saímos do plano das opiniões para o plano epistemológico. Platão desvaloriza a opinião e a distingue da ciência, identificando esta com a dialética.

Para Platão, dentro da perspectiva relativista dos sofistas temos apenas opiniões que, enquanto tais, mesmo que “corretas”, são mutáveis e passíveis de engano como é mutável a própria realidade sensível.³ Não há, pois, certezas, já que tudo é relativo ao indivíduo. A perspectiva platônica apresenta a realidade a partir de uma norma, de paradigmas que existem *a priori* – as Ideias ou Formas – e, dessa maneira, se não houver normas para o que é fático, não há como ter ciência, mas apenas a constatação da mutabilidade e incerteza das opiniões. Assim, como lida com opiniões, a retórica praticada pelos sofistas não apresenta o verdadeiro, nem tem ele como alvo, o que a distancia da noção de *techne* que, para Platão, está muito próxima, ou é sinônima, de *episteme*. Uma distinção pontual entre as duas – *techne* e *episteme* – encontraremos em um discípulo ilustre de Platão, Aristóteles, de quem falaremos a seguir.

A retórica enquanto *techne*: Aristóteles

A *techne* para Aristóteles

Em Aristóteles, vemos a proximidade entre retórica e dialética, como encontramos em Platão, mas não a identificação de uma e outra. Aqui devemos lembrar que em Aristóteles a dialética não é o mesmo que a *episteme*, embora esteja próxima a ela e desempenhe papel importante nas diversas formas argumentativas, incluindo as ciências. Além disso, a retórica será para o filósofo uma verdadeira *techne* discursiva.

Antes de falarmos de como Aristóteles estabelece a retórica como verdadeira *techne*, devemos dizer algumas palavras sobre a não identificação desta com a ciência (*episteme*) no filósofo. Encontramos a definição de ciência (*episteme*), nos *Segundos Analíticos*: “Julgamos conhecer cientificamente (*epistasthai*) cada coisa, de modo absoluto e não, à maneira sofística, por acidente, quando julgamos conhecer a causa pela qual a coisa é, que ela é a sua causa e que não pode essa coisa ser de outra maneira” (I 2, 71 b9-12; Tradução de PEREIRA, 2001, p. 35). A causa (*aitia*) em sentido antigo, e aristotélico, significa o porquê ou algum tipo de explicação, que para Aristóteles é entendida de quatro formas: como causa material, causa formal, causa eficiente e causa final.

³ No *Teeteto*, Platão fala da “opinião verdadeira”, que é uma possibilidade, mas, por não termos como saber se a possuímos em todos os casos, toda opinião deve ser recusada como expressando algo verdadeiro, já que não há garantias de que opinião e verdade coincidam.

Desse modo, se pretendo explicar um objeto, pergunto do que ele é feito, porque é feito de certo modo e não de outro, quem o fez e para o que serve. Caso queira explicar um evento pergunto por que aconteceu, o que o provocou, por que se apresentou daquele modo e não de outro, que consequências ele pode ter, e a que fins ele pode estar voltado. Vemos que o sentido de causa hodierno é bem distinto do aristotélico, embora nosso sentido de causa se assemelhe à causa eficiente do filósofo (cf. BERTI, 2010b, p. 10).

Assim, a causa (*aitia*) é a razão, a explicação de um fato, de um comportamento ou de uma propriedade. Além disso, como vemos pelo trecho citado anteriormente dos *Segundos Analíticos*, outra característica da ciência para Aristóteles é a necessidade de suas conclusões, o que significa que tais conclusões não podem ser diversamente do que se sabe que são. Portanto, possuir ciência é tanto conhecer “o quê” quanto conhecer o “porquê” de um estado de coisas (cf. BERTI, 2002, p. 4-5).

No início da *Metafísica*, Aristóteles fala do processo cognitivo, iniciado pela sensação/percepção (*aisthesis*), que discrimina as formas sensíveis, certo conjunto de sensações forma a memória (*mneme*), que é a capacidade de retenção dos dados sensoriais e esta, por sua vez, formará a experiência (*empeiria*). Já a experiência é a capacidade de estabelecer relações entre os dados sensoriais retidos pela memória que possibilitará a aprendizagem da arte (*techne*) e da ciência (*episteme*). Sensação, memória e experiência são formas de conhecimento que lidam com as coisas de forma particular, quando temos capacidade, partindo da experiência, de formular conceitos que universalizam certos casos particulares, é possível adquirir arte e ciência, que lidam por sua vez com o universal (*Metafísica* I, 981 a3-6).

Contudo, apesar de ser conhecimento universal como a *episteme*, a *techne* se distingue desta por se ocupar dos entes contingentes, enquanto a *episteme* lida com o que existe “sempre”, como o Motor Imóvel, as Esferas Celestes (que são eternas), relações matemáticas, por exemplo. Além disso, a *techne* é a capacidade de produção/fabricação (*poiesis*) de algo que a natureza (*physis*) por si só não produz:

Na classe variável incluem-se tanto coisas produzidas como coisas praticadas. Há uma diferença entre produzir e agir (quanto à natureza de ambos consideramos como assente o que temos dito mesmo fora de nossa escola); de sorte que a capacidade raciocinada de agir difere da capacidade raciocinada de produzir (*Ética a Nicômaco* VI 4, 1140 a 5).

Por fim, *techne* é um conhecimento teórico de procedimentos que resultarão em algo, seja na construção de casa ou navio, seja na capacidade de navegar, na capacidade de curar da medicina, na de compor poemas trágicos.

cos ou cômicos, etc. Em relação à *techne*, Aristóteles localiza de modo mais claro a racionalidade e os objetos desta que seus predecessores e nos legou duas obras sobre o assunto, que, curiosamente tratam da linguagem: a *Poética* e a *Retórica*. Falemos agora sobre esta última e seu estatuto de *techne*.

Dialética e retórica

Antes de tratarmos da retórica aristotélica, cabe algumas considerações sobre os *Tópicos*, tratado sobre dialética no qual Aristóteles procura os *topoi* (lugares) ou esquemas de raciocínio úteis para a argumentação:

Nosso tratado se propõe encontrar um método [*methodos*] de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas [*endoxa*], sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraço.⁴

A dialética constrói suas premissas e proposições baseando-se nas “opiniões geralmente aceitas”, que são opiniões de tipo especial, conhecidas como *endoxa*, adjetivo grego que expressa aquela ou aquelas opiniões que têm “fama”, “reputação”, “glória” (BERTI, 2002, p. 25), isto é, as opiniões dos mais sábios ou eminentes, ou opiniões comuns à maioria ou aos especialistas, que dizem respeito a um corpo de crenças expressas, e é no interior destas que elas se elegem e são justificadas, como nos diz outra passagem dos *Tópicos*: “São, por outro lado, opiniões ‘geralmente aceitas’ [*endoxa*] aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os sábios [*sophoi*] – em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes [*endoxoi*]”.⁵

Assim, a dialética aristotélica desenvolve a argumentação no plano das opiniões comuns, e é neste plano que se encontra sua veracidade (*Tópicos* I 14, 105 b30-31). Dessa forma, o plausível (*endoxon*), objeto da opinião comum, é identificado por Aristóteles com o provável (*eikos*), que, sem ser

⁴ *Tópicos* I 1, 100 a18-22. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores IV) Uso esta tradução nas citações dessa obra, geralmente com modificações, mas não na presente passagem citada.

⁵ *Tópicos* 1, 100 b21-23. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim com modificações. Prefere traduzir *sophoi* por “sábios” por concordar com os comentadores que apontam o fato de que estes não coincidem com os filósofos, já que as opiniões destes podem não ser compartilhadas pela maioria, não se caracterizando, portanto, como *endoxa*. Estes *sophoi* são geralmente os especialistas em uma determinada área, por exemplo, no caso de geômetras, quanto à geometria, e dos médicos, quanto à medicina.

necessário, contém verdade, pois ele é assim reconhecido pela maioria (*hoi pleitoi*), ou, pelo menos, pelos mais sábios (*hoi sophoteroi*; *Tópicos* I 10, 104 a8). Além disso, a dialética para Aristóteles seleciona e justifica os *endoxa* e não é uma arte da controvérsia entre opiniões, onde encontramos para ele a *erística*; ela é um *cálculo de probabilidades* (cf. VIANO, *apud.* RACIONERO, *op. cit.*, p. 35), que estabelece quais opiniões são *endoxa* e quais são seu contrário, as *adoxon*, opiniões compartilhadas por poucos, ou pelos menos sábios (*Tópicos* I 10, 100 b23-101 14).

A primeira parte da *Retórica*, Livro I capítulo 1, apresenta semelhança com o início dos *Tópicos*, especialmente o Livro I 1-2 deste. A retórica é também considerada como “o desdobramento” ou “a outra face” (*antistrophos*) da dialética (BERTI, 2010, p. 406).

A retórica é a outra face [*antistrophos*] da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e que não pertencem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma ou de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar.⁶

A dialética e a retórica lidam com as opiniões, são técnicas ou artes (*technai*) da linguagem em Aristóteles que se complementam, mas não se identificam, e a função de ambas é selecionar e justificar enunciados prováveis para assim constituir raciocínios verossímeis. Elas são *methodoi*, instrumentos que determinam os requisitos que as argumentações prováveis devem cumprir, apresentam o mesmo objeto e o mesmo tipo de saber, mas seu âmbito de aplicação não se restringe a alguma matéria ou fim determinado (*Retórica* I 1, 1355 b8-10).

Essa proximidade, contudo, não significa identificação entre retórica e dialética em Aristóteles, já que, a dialética examina (*exetazein*) e sustenta um argumento (*hypechein logon*), enquanto a retórica acusa (*kategorein*) e defende (*apologeisthai*) (*Retórica* 1354 a5-6). Como já consideramos, retórica e dialética são *antístrofes* ou saberes simétricos e complementares, e

⁶ *Retórica* I 1, 1354 a1-7. Tradução M. Alexandre Jr., P. F. Alberto e A. N. Pena, modificada. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. O termo *antístrofe* vem do teatro e significa uma cumplicidade formal comum à retórica e à dialética: *e rhetorike estin antistrophos te dialektike* (*Retórica* 1354 a1-2). *Antistrophos* é traduzido geralmente por “correlativo”: “Na lírica coral, a estrutura métrica de uma *strophe* repete-se na *antistrophe*, representando a primeira o movimento numa direcção, e a segunda o movimento contrário. Ambos, porém, em coordenação oposta e complementar, como artes que têm semelhanças gerais e diferenças específicas”, cf. ALEXANDRE JÚNIOR, M.; ALBERTO, P. F.; PENA, A. N., 1998, nota 2, p. 89. Literalmente, significa “convertível”, correspondente, paralela, análoga, cf. BERTI, 2002, p. 171. A retórica é também considerada “imagem” (*homoioma*), “semelhante” (*homoia*) à dialética, cf. *Retórica* 1359 b11 e 1354 a31, respectivamente.

não redutíveis um ao outro (*Retórica* 1354 a1-3; *Dos Argumentos Sofísticos* 34, 183 b1-8), pois a dialética deve saber provar a probabilidade de uma opinião, refutando as opiniões opostas objetivando vencer uma discussão; enquanto a retórica deve saber defender a opinião mais provável, determinando, mediante persuasão, a necessidade de aceitação de tal opinião pelo público, que julga calado, o discurso proferido pelo orador.

O caráter técnico da retórica é saber utilizar, da melhor maneira, as *pisteis*, ou seja, os meios de persuasão, os modos de causar crença, as provas (1354 a13, 1355 a4); enquanto que o caráter técnico da dialética consiste em saber utilizar bem as argumentações (*syllogismoi*) (*Tópicos* 100 a21). Enquanto a dialética analisa os enunciados prováveis a partir da *função designativa* da linguagem, concluindo com isso a *verossimilhança* de tais enunciados, a retórica os investiga a partir das *competências comunicativas* da linguagem, concluindo sobre sua capacidade de *persuasão* (RACIONERO, *op. cit.*, p. 36). Mas a persuasão não objetiva apenas o sucesso, como vemos em Protágoras, porque para Aristóteles ela também se relaciona com a verdade: “...a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários”. (*Retórica* I 1, 1355 a21-22). A capacidade persuasiva da retórica para o filósofo, inclusive, é maior quanto mais próximo se está do verdadeiro:

[...] quem melhor puder teorizar sobre as premissas – do que e como se produz um silogismo – também será o mais hábil em entimemas, [...] Pois é próprio de uma mesma faculdade discernir o verdadeiro e o verossímil, já que os homens têm inclinação natural para a verdade e a maior parte das vezes alcançam-na. E, por isso, ser capaz de discernir [*stochastikos echein*] sobre o plausível [*pros ta endoxa*] é ser igualmente capaz de discernir sobre a verdade. (*Retórica* I 1, 1355 a10-18)

O verossímil, portanto, não é o que tem aparência de verdadeiro e, por isso, conclui-se ser falso, mas, é aquilo que se aproxima do verdadeiro; devemos lembrar que o termo grego *eikos*, muitas vezes, traduzido como “provável” ou “verossímil”, literalmente significa “semelhante”, o que indica sua proximidade com o verdadeiro. A retórica é um método (*hodos*; *Retórica* I 1, 1354 a8) que seleciona e justifica enunciados verossimilhantes (e por isso mesmo eles são persuasivos), pois a *pistis* é uma “espécie de demonstração” (*apodeixis tis*), cuja principal forma é o *entimema*, um silogismo de probabilidade, fundamentado nos *endoxa*:⁷ “Persuadimos, enfim,

⁷ De acordo com Racionero, a raiz do vocábulo *entimema*, formada por *en thymoi*, indica a validade subjetiva das premissas. *op. cit.*, p. 46. *Thymos* indica o “ânimo”, “ímpeto”, envolvendo o estado de alma. Cf. *Retórica* I 1.

pelo discurso [via argumentos que têm como premissa os *endoxa*], quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (*Retórica* I 2, 1356 a19-20). Podemos ainda concluir que aquele que conhece bem a dialética também conhece bem os *entimemas* retóricos (1355 a3-14), e nisso consiste, como diz Berti, a analogia estrutural que existe entre dialética e retórica em Aristóteles (BERTI, 2000, p. 172).

As premissas das argumentações retóricas – entimemas – são argumentações persuasivas por fundamentarem-se nos *endoxa*, e seu valor epistemológico está no fato dos *endoxa* coincidirem com o que é semelhante ao verdadeiro na maioria dos casos, ou seja, o verossímil (*to eikos*). É dessa forma que Aristóteles estabelece ainda valor epistemológico aos *endoxa* (BERTI 2010a, p. 383). A noção de *eikos* (verossímil, provável, plausível), aparece esclarecida na *Poética*, em uma passagem famosa na qual a poesia é considerada mais filosófica que a história:

[...] a poesia é mais filosófica e tem um caráter mais elevado do que a história. É que a poesia expressa o universal, a história o particular. O universal é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verossimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar, atribuindo, depois, nomes às personagens. O particular é, por exemplo, o que faz Alcibiades ou que lhe aconteceu. (*Poética* 1451 b5-11)

Ser mais filosófica que a história não significa aqui que a poesia trate de verdades ou que não haja verdade nas narrativas históricas. Estas são verdadeiras, mas tratam de fatos particulares, não necessariamente relacionados entre si, enquanto a poesia apresenta narrativas sobre assuntos que poderiam acontecer na maioria das vezes, além de encadeados para surtir certo efeito, tornando a poesia mais “científica” ou filosófica do que a história.

Segundo Aristóteles, a narrativa histórica diz respeito ao já acontecido, enquanto a narrativa poética se inscreve no campo do possível e do verossímil. Apesar de o poeta e o historiador utilizarem do mesmo meio de expressão – a escrita em verso ou em prosa –, o conteúdo a que se referem demonstra suas diferenças: o historiador narra o sucedido e o poeta narra o que poderia ser dentro da ordem do verossímil e do necessário. Por encadear e ordenar os fatos e as ações no *mythos* (enredo), a poesia é considerada mais próxima da filosofia do que a história, porque seu conteúdo ordenado revela sua universalidade (cf. *Poética* 9, 1451 a36-1451 b10). Contudo, a poesia lida com o plausível do “como se” composto pelo poeta e nesse sentido se distancia da filosofia, que lida com o que é verdadeiro (cf. *Metafísica* II 6, 1003 a15).

Nas argumentações retóricas, o provável ou verossímil (que é uma premissa plausível ou *endoxon*) é uma classe do contingente, ou seja, é um contingente que ocorre “na maioria das vezes”, e será este aspecto que garantirá a proximidade ou semelhança com a verdade:

Com efeito, probabilidade é o que geralmente acontece [*to os epi to poly ginomenon*], mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular. (*Retórica* I 2, 1357 a31-b1)

Tanto os entimemas retóricos quanto os silogismos dialéticos dizem respeito aos lugares (*topoi*), aos esquemas de argumentação comuns (*koinoi*). Ambas, retórica e dialética, são capacidades argumentativas calçadas em opiniões que apresentam a veracidade de premissas aceitas pela maioria ou pelos peritos, que são verdade na maioria das vezes. Em suma, a retórica é uma forma de racionalidade estruturada sobre argumentações dialéticas, e por causa dessa estrutura apresenta caráter técnico, visto dizer respeito ao verossímil (cf. BERTI, 2002, p. 185). Assim, o que caracteriza o *entimema*, ou as premissas da argumentação retórica de maneira semelhante ao silogismo dialético, é o verdadeiro “na maioria dos casos” [*hos epi to poly*], e nisso consiste o valor epistemológico dos *endoxa* para Aristóteles:

[...] atendendo a que nenhuma arte se ocupa do particular – por exemplo, a medicina, que não especifica o que é remédio para Sócrates ou Cálías, mas, para pessoas da sua condição (pois isso é que é próprio de uma arte, já que o individual é indeterminado e não objeto de ciência) –, tampouco a retórica teorizará sobre o provável para o indivíduo – por exemplo, para Sócrates ou Hípías –, mas sobre o que parece verdade para pessoas de certa condição, como também faz a dialética. (*Retórica* I 2, 1356 b30-34)

Agora devemos observar que enquanto outras artes, como a medicina, possuem objeto claro, a retórica parece não possuir um gênero de objetos particulares. Na verdade, como Aristóteles deixará claro, o “objeto” da retórica é estudar os modos de persuadir aplicados a casos distintos:

É, pois, evidente que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definido, antes se assemelha à dialética. É também evidente que ela é útil e que sua função não é persuadir mas discenir os meios de persuasão mais per-

tinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes; de facto, não é função da medicina dar saúde ao doente, mas avançar o mais possível na direção da cura, pois também se pode cuidar bem dos que já não estão em condições de recuperar a saúde (*Retórica* 1355b).

A retórica é uma verdadeira *techne* não apenas pela proximidade com a dialética; para Aristóteles tanto a base nos *endoxa* como a estrutura silogística é importante, mas algumas características muito próprias, negligenciadas por outros autores de tratados de retórica, devem ser observadas com atenção, já que, segundo Aristóteles, por vezes esses autores de tratados retóricos centraram-se nos diálogos judiciais e desprezaram outros, ou nos aspectos passionais, desconsiderando os demais aspectos. É o que veremos a seguir.

Arte retórica

A retórica trata de três tipos de discurso (*logos*), a saber: *deliberativo* (delibera-se sobre assuntos que podem ocorrer ou não, sobre o que será conveniente ou é prejudicial), *epidítico* (no qual se elogiam ou censuram os heróis ou as pessoas célebres) e *judiciário* (os discursos dos tribunais, onde se exerce a acusação e a defesa).⁸ A partir dos três gêneros oratórios e mediante as finalidades (*tele*) dos discursos, formaliza-se uma estrutura, uma rede na qual se objetivam sistematicamente os lugares da persuasão. Esta rede atende ao que é *conveniente* ou *prejudicial* (no gênero deliberativo), *belo* ou *vergonhoso* (no epidítico) e *justo* ou *injusto* (no judicial), de modo que dos lugares correspondentes a essas finalidades (*tele*) dicotômicas se obtenham enunciados persuasivos para que se concluam, em cada caso, o *conselho* ou a *dissuasão*, o *elogio* ou a *censura* e a *acusação* ou a *defesa* (*Retórica* I 3; RACIONERO, *op. cit.*, p. 51).

Além dos tipos de discursos, a retórica aristotélica tanto observa a estrutura de seu silogismo – entimema – quanto os aspectos passionais. Quanto ao entimema, ele é assim definido na *Retórica*:

O entimema [é] formado de poucas premissas e em geral menos do que o silogismo primário. Porque se alguma dessas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma coroa como prêmio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia (I, 1357 a).

⁸ Como sugere a passagem do *Fedro* 261 c-e, cf. observação de RACIONERO, *op. cit.*, p. 50-51.

Já os “signos” (*semeia*) constituem uma das premissas do entimema e deles a conclusão é necessária, enquanto as premissas prováveis (*eikota*) que constituem a maioria das premissas dos entimemas, caracterizam-se por levarem a uma conclusão geral, não necessária. Apesar de os signos levarem a conclusões necessárias, apenas algumas dessas são “provas” (*tekmeria*), que têm caráter irrefutável (*alyta*), enquanto o signo que não constitui prova é refutável (*lyta*), mesmo no caso de sua conclusão ser verdadeira (1357 a22-b25). Por fixar as competências comunicativas dos argumentos que implicam apenas verossimilhança, a *Retórica* é um *methodos* (“via que se percorre”) sobre os raciocínios prováveis que implicam persuasão.

Se estudarmos apenas o Livro I da *Retórica*, concluiremos que Aristóteles, por entender os argumentos do orador como procedentes do discurso (*logos*), consequentemente considera que todos os elementos, que não se referem ao assunto (*pragma*) tratado pelo discurso, devem ser recusados como não-subsumíveis à argumentação, ou seja, recusa-se tudo o que esteja “fora do assunto” (*exo tou pragmatos*) (cf. A. Grimaldi *apud*. RACIONERO, *op. cit.*, p. 48-49). Assim procedendo, recusam-se ainda os elementos passionais que residem no caráter (*ethos*) do orador, ou nos caracteres (*ethe*) e paixões (*pathe*) dos ouvintes, porque eles não proporcionam enunciados persuasivos para o discurso, e escapam ao controle lógico do método dos *lugares*.⁹

Mas recordemos que a retórica lida com um conjunto de *doxai* praticadas, especialmente, nas assembleias e nos tribunais, isto é, no espaço público da *polis*. Na *Retórica* aristotélica, os estados passionais ou emocionais¹⁰ não são mais entendidos como provocados por uma droga, ou um encantamento, nem mesmo como um elemento persuasivo apenas auxiliar. Fazer que por meio do discurso “os ouvintes estejam em uma determinada atitude diante do orador” (*Retórica* II 1, 1377 b32) coloca uma questão intrínseca à retórica. Em *Retórica* I 2, a motivação de tais reações já figura, com efeito, como uma nova classe de *pisteis* ou fontes de enunciados persuasivos: a *pistis dia ton pathon* (*Retórica* 1356 a14-18). A isso se dedica também toda a primeira parte do Livro II (capítulos 1-17): estabelecer, numa análise geral das paixões e dos caracteres, a lista de enunciados plausíveis que correspondam a tal *pistis* e possam ser usados, em consequência, como premissas de raciocínios retóricos.

Os fatores passionais da persuasão se organizam conforme um triplo critério para Aristóteles, os quais são: a) o estado em que se encontram

⁹ As contradições existentes entre os capítulos 1 e 2 do Livro I são consideradas insuperáveis pela crítica especializada, cf. Racionero, *op. cit.*, nota 129, p. 49.

¹⁰ A maioria dos estudiosos da obra de Aristóteles acha possível fazer uma distinção entre paixão (*pathe*) e emoção (*pathema*), embora o próprio Aristóteles não a faça. Aqui empregamos ambos os termos de maneira sinonímica.

(*diakeimenoi*) os sujeitos da paixão; b) contra quem se dirige tal sentimento; c) e quais motivos o provocaram. Esses três critérios cumprem papel semelhante à divisão do *pragma* nos três gêneros oratórios e permitem, em todo caso, a integração das *pistis dia ton pathon* dentro de um sistema único e homogêneo de retórica. Assim, de uma proposta da argumentação retórica limitada apenas ao *pragma*, que obtém suas provas a partir dos assuntos próprios do discurso (*dia tou logou*), passamos a uma proposta mais complexa, que propõe três fontes de enunciados: o assunto do discurso (*pragma*), o caráter do orador (*ethos*) e os caracteres e a emotividade do auditório (*ethe* e *pathe*).

Inicialmente na *Retórica*, especialmente em I 1, parece que Aristóteles está recusando os elementos subjetivos, presentes na tradição retórica grega, em prol de uma retórica pautada num logicismo estrito. Na verdade, a análise das paixões feita no Livro II indica uma ampliação do campo das *pisteis* que possibilita a Aristóteles subsumir metodicamente os fatores emocionais na persuasão. A retórica aristotélica não se apresenta, dessa forma, como uma alternativa excludente da retórica tradicional. A tradição retórica – seus assuntos, seus recursos temáticos, seus fins – fica inteiramente assumida por Aristóteles; mas a retórica, a partir de agora, será uma retórica filosófica (RICOEUR, 2000, p. 22).

De acordo com Racionero, numa primeira versão da *Retórica*, o único método reconhecido por Aristóteles para a seleção das proposições plausíveis era o dos lugares (*topoi*), dos quais se obtinham enunciados gerais, *comuns* a todas as matérias e não *próprios* de uma determinada ciência. A retórica se converte numa *arte (techne) específica* e, desse modo, de acordo com uma concepção de retórica como *antístrofe* da dialética, cujos silogismos se constroem a partir de quaisquer premissas “tomadas de tantos modos quantos se toma a proposição”, se passa a uma concepção de retórica como uma *paraphyes*, um ramo autônomo da dialética, que só pode exercer aquele que “tem a capacidade de pensar mediante silogismos e possui um conhecimento teórico (*theoresai*) dos caracteres, das virtudes e das paixões” (I 2, 1356 a25-26).¹¹

Assim, enquanto a prova lógica produz no ouvinte uma convicção de verdade através da exposição discursiva da tese defendida, as provas pelo

¹¹ Sobre *paraphyes* ver *Retórica* I 1, 1354 a1-10. Ver também Racionero, *op. cit.*, p. 112. De acordo com ele, a versão da *Retórica* que conhecemos apresenta traços de uma primeira e de uma segunda redação do texto. A segunda versão apresentaria acréscimos e correções sobre a primeira, evidenciando uma evolução no pensamento de Aristóteles quanto à retórica. A segunda redação do texto traria a análise das paixões, excluídas pela primeira, e as relações destas com os aspectos lógicos da retórica. Esta segunda versão corresponde a obra que conhecemos, cf. RACIONERO, *op. cit.*, nota 4 p. 308.

ethos do orador e pelo *pathos* do auditório levam à mesma convicção não pelo discurso: criam uma imagem do orador como digno de credulidade, criam também estados emocionais favoráveis à tese defendida, pois essas podem mesmo mudar os juízos (*Retórica* II). Dessa forma, Aristóteles desenvolveu uma psicologia retórico-filosófica necessária às suas posteriores investigações, principalmente nos campos da ética e da política (cf. FORTENBAUGH, 1979, p. 153).

Concluindo, a retórica concebida por Aristóteles é produto da herança sofística e socrático-platônica e, ao se propor como filosófica, passa a ser uma *techne* de defesa contra o crivo e o domínio da palavra, uma defesa contra o perigo de uma retórica posta a serviço dos que dominam; contudo, não ultrapassa o âmbito e os limites da própria retórica, da *techne* da persuasão fundada na comunicação humana ocorrida nas assembleias e tribunais, mas importante instrumento ou *órganon* da filosofia prática aristotélica (RACIONERO, *op. cit.*, p. 133).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **The Works of Aristotle**. In. Great Books of the Western Word. Edited by Robert Maynard Hutchins. Chicago/London/Toronto: Encyclopaedia Britannica, 1952. V. 1 (8) e V. 2 (9) (Reprinted from *The Works of Aristotle*, translated into English under the editorship of W. D. Ross, by arrangement with Oxford University Press).
- _____. **Aristotle in Twenty-three Volumes**. Cambridge-Mass./London: Harvard University Press. (The Loeb Classical Library)
- _____. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Prefácio de Sir David Ross. Porto Alegre: Globo, 1969.
- _____. **Metafísica**. Trad. Trilíngue de Valentín García Yebra. Madrid, Gredos, 1990.
- _____. **Poética**. Tradução e Notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. **Poética**. Tradução trilíngue de Valentín García Yebra. Madrid: Gredos, 1974.
- _____. **Poética**. Tradução, Prefácio, Introdução, Comentário e Apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- _____. **Retórica das paixões**. Livro II, Capítulos 1-11. Prefácio de Michel Meyer. Tradução bilíngüe grego-português de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Retórica**. Introdução, tradução e notas de Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1994.
- _____. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Jr., P. F. Alberto e A. N. Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- _____. **Tópicos. Dos Argumentos Sofísticos** Trad. de Leonel Vallandro e Gerd

- Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores IV)
- _____. **Ética a Nicômaco**. Trad. de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores IV).
- BERTI, E. **As razões de Aristóteles**. Tradução de Dion Davi Macedo. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002.
- _____. “O valor epistemológico dos *endoxa* segundo Aristóteles”. In. **Novos estudos aristotélicos I**: Epistemologia, lógica e dialética. Trad. Êlcio de Gusmão V. Filho. São Paulo: Loyola, 2010a, p. 370-387.
- _____. **No princípio era a maravilha**. As grandes questões da filosofia antiga. Trad. de Fernando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2010b.
- CHERNISS, H. F. A Economia Filosófica da Teoria das Idéias. Trad. Irley Franco. **O que nos faz pensar**. Rio de Janeiro: PUC, n. 2, 1990. p. 109-118.
- COELHO, M. C. de M. N. **Górgias: verdade e construção discursiva**. Incluindo as traduções de GÓRGIAS. *Sobre o não-ente. De Melisso Xenophane Gorgia. Elogio de Helena*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- DINUCCI, A. L. O *elenchus* como o principal instrumento da pedagogia socrática. **Saberes**, Natal-RN, v. 1, n. 1, dez. 2008. p. 5-16.
- FORTENBAUGH, W. W. “Aristotle’s *Rhetoric* on emotions” In. BARNES, J.; SCHOFIELD, M.; SORABJI, R. (ed.). **Articles on Aristotle: 4**. Psychology and Aesthetics. London: Duckworth, 1979. p. 133-153.
- GUTHRIE, W. K. C. **Os Sofistas**. Tradução de João Rezende da Costa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- IGLÉSIAS, M. Platão: a descoberta da alma. **Boletim do CPA**, Campinas, n. 5/6, jan./dez. 1998.
- LAËRTIOS, D. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução e notas Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2008.
- PEREIRA, O. P. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: UNESP, 2001.
- PLATÃO. **Eutidemo**. Edição bilíngüe grego-português. Tradução Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Loyola-PUC-Rio, 2011.
- PLATÃO. **Górgias**. Edição bilíngüe grego-português. Tradução de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2011.
- PUESTE, F. R. A *téchne* em Aristóteles. **Hypnos**, ano 3, n. 4, 1998, p. 129-135.
- RACIONERO, Q. Introdução. In. ARISTÓTELES. **Retórica**. Madrid: Gredos, 1994.
- RICOEUR, P. “Entre retórica e poética: Aristóteles”. In. **A metáfora viva**. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000. (Leituras Filosóficas)
- SANTOS, J. A. da S. **Ética e ‘felicidade’ em Platão**. Um estudo sobre o ‘bem humano ‘enquanto expressão de ‘felicidade’ a partir das analogias entre ‘técnica’, ‘bem’ e ‘virtude’’. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia da PUC-Rio, 2001.

DESTINATÁRIOS INTERNOS, DESTINATÁRIOS EXTERNOS: O GÊNERO APOLOGIA

Jacyntho Lins Brandão

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Nos dias que se seguiram à recente eleição presidencial, alguns analistas políticos afirmaram que o pecado principal do candidato derrotado (o Senador Aécio Neves) foi “pregar a convertidos”. Essa expressão poderia ser tomada como título desta fala, pois desenha com bastante clareza a situação que pretendo enfocar: a quem preferencialmente se destina o gênero antigo denominado “apologia”?

Para tanto tomarei como *corpus* os discursos apologéticos dos autores gregos cristãos do segundo século, os quais, do ponto de vista da situação que encenam, são dirigidos aos “gregos”, isto é, à comunidade externa ao movimento cristão. Todavia, mais de um estudioso já sugeriu que tais peças poderiam ter como destinatários principais as próprias comunidades cristãs, situação em que sua intenção e os efeitos que pretendem devem ser reavaliados – e, de fato, do que se tem certeza é que tais obras foram consumidas principalmente pelos próprios cristãos, que inclusive as conservaram para a posteridade. Assim, a questão da destinação se impõe e é preciso reavaliar o sentido dos argumentos utilizados, os quais se dirigem, num primeiro nível, aos “outros”, mas, num segundo nível, talvez mais importante, visam aos próprios correligionários, configurando justamente a situação a que me referi: pregar a convertidos.

Antes de mais nada convém recordar que a apologia, enquanto discurso de defesa, constitui uma das espécies do *lógos dikanikós*, o discurso judiciário, de acordo com a divisão da retórica em três gêneros, proposta por Aristóteles. Dessa perspectiva, lançando mão de argumentos ou provas (*písteis*), ela visa a produzir persuasão (*peithó*) e tem como efeito o convencimento (*pístis*), levando a uma deliberação, pelo voto, sobre o que é justo ou injusto com relação ao passado. Trata-se, portanto, de um gênero de discurso inteiramente imerso na efemeridade das circunstâncias do tribunal, que só tem sentido no contexto do contraditório (o *agón*) e cujo objetivo é provocar nos juízes um convencimento de curta duração, pois é preciso que se prolongue não mais que até a emissão do voto (culpado/innocente). Note-se que todos esses traços se aplicam também ao *lógos demagogorikós* (deliberativo), com não mais que três diferenças: a deliberação diz

respeito ao futuro, tem em vista o que convém ou não convém, e os votos são dados não por juízes, mas por cidadãos reunidos em assembleia. O paralelo entre as duas situações é importante no sentido de sublinhar a efemeridade dos efeitos pretendidos, já que nos dois casos se trata de ouvir e votar, os dois procedimentos esgotando-se na consecutividade de uma mesma circunstância espaço-temporal. Se, de um lado, isso empresta ao *lógos* uma desmesurada importância, pois tudo depende do efeito imediato que ele produz, por outro lado põe o mesmo *lógos* em suspeição, pela perspectiva de que, em outras circunstâncias de espaço ou tempo, poderia ele produzir o efeito contrário. Uma possibilidade, portanto, de definir o *lógos* retórico seria esta: trata-se de um *lógos* em situação, ou seja, cuja eficácia depende inteiramente do *kairós*.

Da Antiguidade grega recebemos um conjunto pequeno, mas representativo de peças, principalmente dos oradores atenienses, que tudo leva a crer foram realmente pronunciadas na assembleia ou no tribunal, ainda que possam ter sido reescritas para posterior publicação. Mas recebemos também peças retóricas que jamais foram de fato pronunciadas, tendo, portanto, uma função literária. Entre esses dois extremos, encontramos discursos com relação aos quais não se tem como tomar uma decisão taxativa, o mais famoso dos quais, já que nosso foco são os discursos de defesa, a apologia de Sócrates escrita por Platão. A decisão não dirá respeito à forma da apologia, que naturalmente foi dada por Platão, enquanto autor do texto, mas a saber se de fato Sócrates usou os argumentos que, a seu modo, Platão transmite. Neste caso, contamos com um segundo testemunho, o de Xenofonte, que, diferentemente de Platão, não nos fornece uma peça mimética, apresentando Sócrates como o locutor, sem nenhum enquadramento autoral, mas discursos diretos de Sócrates enquadrados em seu próprio discurso.

O que se constata é que nos dois textos há sim uma recorrência dos mesmos argumentos, mas tratados de modo bastante diferente. Conforme Xenofonte, por exemplo, Sócrates teria referido em seu discurso o fato de que, interrogado por Querefonte a seu respeito, o oráculo de Apolo em Delos lhe teria dito que “nenhum homem era mais livre, nem mais justo, nem mais sensato” (*Apologia* 14), um dado que teria tido um efeito adverso, pois, conforme o mesmo Xenofonte, “ao elogiar-se a si próprio diante do tribunal, Sócrates despertou a inveja dos juízes e tornou-os ainda mais veeementes na sua condenação” (*Apologia* 32). Ora, o que Sócrates teria argumentado é que outras personagens ilustres foram tratadas igualmente pelo deus, como Licurgo, que, ao ingressar no templo, ouviu: “hesito se devo chamar-te deus ou homem” (*Apologia* 15). A versão de Platão é mais conhecida: Querefonte interrogara o oráculo perguntando se havia alguém mais

sábio que Sócrates, tendo o deus respondido simplesmente “não”; considerando que nada sabia, mas que o deus não poderia mentir, Sócrates inicia então uma pesquisa, testando os políticos, os poetas e os artesãos, para concluir a verdade da declaração de Apolo: todos esses acreditavam saber algo quando na verdade nada sabiam, apenas Sócrates sabendo que nada sabia, o que o tornava, então, o mais sábio de todos.

Não se trata aqui de julgar qual informação corresponderia mais ao discurso proferido no tribunal nem mesmo qual argumento se poderia considerar melhor ou pior, mas antes que a sofisticação argumentativa do Sócrates de Platão, que condiz com o caráter mimético de sua apologia, tem como destinatários não os juízes na efeméride do julgamento (como contudo se representa), mas provavelmente os discípulos de Sócrates e, mais à frente, os próprios discípulos de Platão, os frequentadores da Academia. Ora, a apologia, neste caso, tem sua função fortemente redirecionada, pois não é dirigida a juízes sorteados dentre a multidão – ou seja, escolhidos ao acaso –, mas a filósofos; melhor, àqueles que Platão chama de filósofos (cujo modelo é Sócrates), os quais, segundo ele, se distinguem justamente de *hoi polloí*, literalmente, “os muitos” ou a “maioria”, nomeadamente a “maioria” dos não filósofos em que se incluíam os juízes que julgaram Sócrates. A argumentação trabalhada na *Apologia* deixa, portanto, de ter a função de produzir um convencimento – uma *pístis* – efêmera, visando ao voto, para pretender a produção de uma *pístis* não propriamente perene, já que a *pístis* é por natureza efêmera (em termos gregos, dependente do *kairós*), mas passa a ter a função de produzir conhecimento (*epistémē*) ou uma opinião verdadeira (*dóxa alethēs*). Ainda hoje não lemos a *Apologia de Sócrates* por Platão para julgar se Sócrates é culpado ou inocente, mas para confirmar e aprender nosso estatuto de socráticos (ou platônicos), ou seja, mesmo que o discurso encene uma das espécies do *lógos dikanikós*, visa a ter o efeito do *lógos epideiktikós*, ao condenar o vício e louvar a virtude, sem o constrangimento do voto.¹

A situação dos apologistas cristãos do segundo século tem alguma semelhança com o modelo platônico, embora o caráter mimético dos textos seja mais difícil de determinar, já que não se trata de alguém reproduzindo o que teria sido o discurso de outro. Noutros termos: não é impossível que o discurso tenha sido dirigido aos destinatários externos – mesmo que apenas na forma escrita, pois dificilmente teria sido pronunciado diante das autoridades envolvidas –, mas também não é improvável que já tivesse em vista, desde sua concepção, o público interno das comunidades cristãs. Vou analisar alguns exemplos.

¹ Agradeço a meu colega Wander Emediato essa observação judiciosa de que o *lógos dikanikós*, tirado de seu contexto no tribunal, termina por transformar-se em discurso epidítico.

Os comentadores costumam salientar o quanto é estranha a afirmação com que parece que se abria a segunda das apologias cristãs do segundo século, a de Aristides:

É evidente (*phanerón*) para nós, ó rei, que são três as raças (*gêne*) de homens neste mundo, ou seja: os adoradores dos que por vocês são chamados deuses, os judeus e os cristãos; por sua vez, os que veneram muitos deuses em três raças se separam: caldeus, gregos e egípcios – pois estes foram os guias (*arkhegoí*) e mestres (*didaskaloi*) dos restantes povos (*éthnesi*) no culto e adoração dos deuses de muitos nomes.²

Ora, considerar “evidente” essa divisão de raças só tem sentido para a própria comunidade a que Aristides pertence, soando um tanto cômica para um recebedor externo, neste caso o próprio Imperador de Roma (não sabemos que amplitude ele aplica ao “nós”, se inclusivo ou exclusivo, mas, de qualquer modo, mesmo no segundo caso, afirmar que isso é “claro” só poderia soar estranho). Segundo a informação de Eusébio de Cesareia, quando da estada de Adriano em Atenas e sua iniciação nos mistérios de Elêusis, no inverno de 124-125, um tal Quadrado teria apresentado uma apologia ao Imperador, texto que não se conservou, e “também Aristides, homem de fé dedicado a nossa piedade, de modo semelhante a Quadrado, deixou uma apologia sobre a fé, proferida a Adriano”, e “o seu escrito (*graphé*) foi conservado até hoje por muitos” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica* 4, 3, 3). Ora, apesar dessa última declaração, parece claro que Eusébio sabia muito pouco do que informa e apenas de segunda mão. A própria dedução de que a apologia teria sido proferida tendo como destinatário o rei pode ter sido deduzida do fato de que foi escrita como um discurso em defesa diante do Imperador e a observação de que foi conservada por muitos mostra como, de qualquer modo, mesmo que isso seja verdade, o texto ultrapassou a destinação inicial.

De fato, a apresentação dos cristãos como uma terceira raça constitui quase um lugar comum nas comunidades cristãs, a origem desse tipo de raciocínio parecendo remontar à *Proclamação de Pedro*, um texto difícil de datar, mas que parece ter sido escrito nas últimas décadas do século primeiro ou nas primeiras do segundo século, em que se declara que os cristãos devem venerar a Deus de um modo novo, “pois a [raça] dos gregos e

² ARISTIDES, *Apologia* 2: φανερόν γάρ ἐστίν ἡμῖν, ὦ βασιλεῦ, ὅτι τρία γένη εἰσὶν ἀνθρώπων ἐν τῷδε τῷ κόσμῳ. ὧν εἰσὶν οἱ τῶν παρ’ ὑμῖν λεγομένων θεῶν προσκυνῆται καὶ Ἰουδαῖοι καὶ Χριστιανοί· αὐτοὶ δὲ πάλιν οἱ τοὺς πολλοὺς σεβόμενοι θεοὺς εἰς τρία διαίρουσιν αἰετὶ γένη, Χαλδαίους τε καὶ Ἕλληνας καὶ Αἰγυπτίους· οὗτοι γὰρ γεγόνασιν ἀρχηγοὶ καὶ διδάσκαλοι τοῖς λοιποῖς ἔθνεσι τῆς τῶν πολυνύμων θεῶν λατρείας καὶ προσκυνήσεως.

dos judeus é antiga, mas vocês, os cristãos, como uma terceira raça (*trítôi génei*), veneram-no de modo novo”.³ O mesmo argumento é registrado ainda na *Carta a Diogneto*, um documento de datação incerta, mas que tudo leva a crer pertença ao ambiente intelectual da primeira metade do segundo século, em que se repete que a “teosebia dos cristãos” não considera “os chamados deuses pelos gregos”, nem guarda “a superstição dos judeus”, constituindo “esta nova raça (*kainòn toûto génos*) ou modo de vida (*epitédeuma*)” introduzido “na vida agora e não antes”.⁴ O fato de que esses dois últimos textos não sejam apologias, mas exortações dirigidas exatamente a um público interno às comunidades cristãs, contribui para reforçar a impressão de que a apologia de Aristides não tem outra finalidade senão atingir seus correligionários – para os quais, sem dúvida, a divisão de raças proposta pareceria evidente –, o texto devendo então ser classificado, como no caso de Platão, como uma apologia literária, ou seja, uma peça mimética cuja função não seria a defesa (de uma acusação que aliás não se explicita qual seja), diante do único juiz que é o Imperador, mas efetivamente uma autêntica pregação aos convertidos – para os quais, inclusive, seria familiar a imagem das três raças que se usa como argumento.⁵

Ora, o argumento (*pístis*) das três raças tem como pressuposto que a terceira delas, como afirma Justino de Roma, seja formada por processos de convencimento, ou seja, é pela *pístis* (fé) que ela é constituída. Kinneavy procedeu a uma meticulosa análise das origens retóricas do conceito cristão de fé (*pístis*), o que tem como um dos principais resultados sublinhar a diferença entre as concepções judaicas tradicionais e as cristãs: assim, “como um conceito analítico e reflexivo” – conclui ele – “persuasão não existe no Antigo Testamento”, sendo justamente a presença de um “elemento comum de persuasão” que aproxima o conceito de *pístis* no cristianismo e na retórica. A base dessa articulação estaria na “presença, em ambas as modalidades de *pístis*”, a retórica e a cristã, das noções de “confiança no orador”, de “promessa de um bem a ser alcançado pelo ouvinte

³ *Proclamação de Pedro*, apud CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Tapeçarias* 6, 5, 41: ὥστε καὶ ὑμεῖς ὅσιος καὶ δικαίως μανθάνοντες ἃ παραδίδομεν ὑμῖν, φυλάσσεσθε, καὶ νῦν τὸν θεὸν διὰ τοῦ Χριστοῦ σεβόμενοι εὐρομεν γὰρ ἐν ταῖς γραφαῖς καθὼς ὁ κύριος λέγει: “ἰδοὺ διατίθεμαι ὑμῖν καινὴν διαθήκην, οὐχ ὡς διεθέμην τοῖς πατράσιν ὑμῶν ἐν ὄρει Χωρήβ.” νῦν ἡμῖν δίδετο: τὰ γὰρ Ἑλλήνων καὶ Ἰουδαίων παλαιά, ἡμεῖς δὲ οἱ καὶ νῦν αὐτὸν τρίτῳ γένει σεβόμενοι Χριστιανοί.

⁴ *Carta a Diogneto* 1: Ἐπειδὴ ὁρῶ, κράτιστε Διόγνητε, ὑπερσπουδακότα σε τὴν θεοσέβειαν τῶν Χριστιανῶν μαθεῖν καὶ πάντῃ σαφῶς καὶ ἐπιμελῶς πυνθανόμενον περὶ αὐτῶν, τίτι τε Θεῷ πεποιθότες καὶ πῶς θρησκεύοντες αὐτὸν <τόν> τε κόσμον ὑπερορῶσι πάντες καὶ θανάτου καταφρονοῦσι, καὶ οὔτε τοὺς νομιζομένους ὑπὸ τῶν Ἑλλήνων θεοὺς λογίζονται οὔτε τὴν Ἰουδαίων δεισδαιμονίαν φυλάσσουσι, καὶ τίνα τὴν φιλοσοργίαν ἔχουσι πρὸς ἀλλήλους, καὶ τί δήποτε καὶ νῦν τοῦτο γένος ἢ ἐπιτίδευμα εἰσῆλθεν εἰς τὸν βίον νῦν καὶ οὐ πρότερον.

⁵ Tratei extensamente desse argumento das três raças nos apologistas gregos do segundo século em BRANDÃO, 2014, p. 81-149.

que livremente dá seu assentimento à mensagem” e, finalmente, de “aquisição de algum conhecimento”, ou seja, o correspondente, respectivamente, aos argumentos (*písteis*) de ordem ética, patética e lógica codificados pelos retores gregos (KINNEAVY, 1987, p. 52).

Tendo em vista essa centralidade que o conceito de “fé” assumiu desde o princípio no imaginário cristão, não seria absurdo admitir que o cristianismo se constituiu como uma “religião retórica” e não como uma “religião filosófica”, o reconhecimento da fundamental importância da retórica para tal constituição sendo prejudicado, provavelmente já desde o segundo século, pela forma negativa como essa disciplina foi tratada pelos filósofos, ou seja, como atinente não à esfera da verdade (*alétheia*), do conhecimento (*gnôsis*) ou da ciência (*epistême*), mas relativa à opinião (*dóxa*) e à crença (*pístis*). Todavia, é exatamente essa dimensão que permite a constituição de uma comunidade que se entende como uma nova raça no contexto do Império de Roma, já que a *pístis* é uma categoria inteiramente mergulhada na temporalidade. Explico-me de forma mais clara: ainda de acordo do Kinneavy, dois dos traços mais relevantes da *pístis* retórica, que também se encontram no conceito cristão, são que ela é “uma decisão livre no sentido de uma mudança (uma conversão)” e “incorpora uma medida de incerteza” (KINNEAVY, 1987, p. 134). Assim, a *pístis* vem a ser uma operação que se realiza inteiramente no tempo, seu grau podendo inclusive nele variar (o que aponta para a importância do *kairós*), ou seja, ainda que o ponto de partida seja uma conversão, que, enquanto mudança, repita-se, supõe um antes e um depois, não se trata de uma aquisição definitiva e para sempre, em virtude da incerteza, em maior ou menor grau, inerente à própria *pístis* (noutros termos: um ouvinte persuadido por um orador, no tribunal ou na assembleia, por exemplo, experimenta sempre a possibilidade de, em ocasiões diferentes, mudar de opinião). Por isso, pode-se dizer que, tomando a noção retórica como um dos seus elementos básicos, a *pístis* cristã constitui uma criação genuína, que não se aplica a outras religiões. Como assevera Buber, trazendo como exemplo o judaísmo antigo, “a fé judaica era tribal, era baseada num contrato pré-existente e envolvia a pessoa por inteiro”, enquanto a “fé cristã, especialmente em Paulo, era individual, baseada em decisão e conversão, e fundamentalmente, embora não completamente, intelectual” (BUBER, 1951, p. 10-11 e 172-173). O que se chama, neste caso, de “fé judaica” corresponde ao termo hebraico *enu-mah*, mais propriamente ‘confiança’, de tal modo que poderíamos dizer que um judeu não necessitava ter “fé” em Iahweh, pois se tratava do deus de Israel, em que competia não exatamente “acreditar”, mas sim “confiar” que ele não abandonaria seu povo. Já a *pístis* cristã, ainda conforme Buber, tendo nascido “fora da experiência histórica das nações”, supunha um

“desafio” para o crente, no nível individual, qual seja: “crer que um homem crucificado em Jerusalém era seu salvador” (BUBER, 1951, p. 172).

Se tivermos presente a centralidade da *pístis* para as práticas cristãs, baseadas no proselitismo, e sobretudo o fato de que se trata de algo que tem como constante apenas a própria instabilidade, a possibilidade de que os escritores cristãos explorem todas as formas discursivas que a retórica antiga acumulara se torna mais justificada. Ao lado do aconselhamento, da exortação, da parênese e de tantas outras espécies destinadas a produzir *pístis* no recebedor, as modalidades do *lógos dikanikós* não seriam desprezadas, inclusive porque mais impactantes. Assim, uma apologia dirigida “contra os gregos”, como era comum que elas identificassem seus destinatários, poderia não passar de uma peça literária cujo alvo estaria nos próprios cristãos, nascidos, crescidos e formados nas tradições gregas que uma *pístis* titubeante incitava a negar.

Consideremos um trecho bastante significativo da primeira *Apologia* de Justino de Roma, escrita provavelmente na segunda metade do segundo século e dirigida ao “Imperador Tito Élio Adriano Antonino Pio César Augusto e a Veríssimo, seu filho, filósofo, e a Lúcio, filho por natureza do César filósofo e de Pio por adoção, amante da *paideia*, e ao sagrado Senado e a todo povo (*démoi*) dos romanos”, o autor apresentando-se assim: “em favor dos homens de todas as raças (*ek pantôs génos anthrópon*) injustamente odiados e caluniados, Justino, filho de Prisco, filho de Báquio, da cidade de Flávia Neápolis, na Síria Palestina, sendo um deles, compus este arrazoado e súplica”.⁶ Assim, o que se apresenta é um discurso de defesa de destinação ampla (não menos que aos imperadores, ao senado e a todo o povo romano), o próprio Justino apresentando as credenciais que garantem sua cidadania romana – já que filho e neto de pessoas com nomes latinos. Trata-se de um texto em que os paralelos entre o que dizem os cristãos e as tradições gregas e romanas são usados como argumentos fortes, para justificar o seguinte raciocínio: se dizemos coisas semelhantes ao que dizem vocês, os “gregos”, por que somos perseguidos? Um dos momentos mais destacados desse tipo de argumento encontra-se na passagem abaixo:

⁶ JUSTINO, *Apologia* 1: Αὐτοκράτορι Τίτῳ Αἰλίῳ Ἀδριανῷ Ἀντωνίνῳ Εὐσεβεῖ Σεβαστῷ Καίσαρι, καὶ Οὐρησισίμῳ υἱῷ Φιλοσόφῳ, καὶ Λουκίῳ Φιλοσόφῳ, Καίσαρος φύσει υἱῷ καὶ Εὐσεβοῦς εἰσποιητῷ, ἐραστῇ παιδείας, ἱερᾷ τε συγκλήτῳ καὶ δήμῳ παντὶ Ῥωμαίων, ὑπὲρ τῶν ἐκ παντὸς γένους ἀνθρώπων ἀδίκως μισουμένων καὶ ἐπηρεαζομένων, Ἰουστίνῳ Πρίσκου τοῦ Βακχείου, τῶν ἀπὸ Φλαουίας Νέας πόλεως τῆς Συρίας Παλαιστίνης, εἰς αὐτῶν, τὴν προσφώνησιν καὶ ἐντευξίν πεποίημαι. Anote-se que esse cabeçalho levanta sérios problemas com relação ao protocolo exigido nos libelos dirigidos aos imperadores, o que leva diversos comentadores a considerar que “the setting of these two works [as apologias de Justino] is a literary fiction” (BUCK, 1996, p. 59). Para uma visão alternativa, segundo a qual, em que pesem as imperfeições formais, se trata de autênticas apologias, ver THORSTEINSSON, 2012.

O filho de deus, o chamado Jesus, ainda se só um homem de um modo comum (*koinôs*), pela sabedoria (*sophía*) é digno de ser dito filho de deus, pois “pai dos homens e dos deuses” todos os escritores chamam a deus. Mas se de um modo próprio (*idíος*), fora da geração comum (*parà tèn koinèn génesin*), dizemos ter ele nascido de deus, como o *lógos* de deus, como dissemos antes, seja isso comum (*koinòn ésto*) com vocês, os que dizem Hermes ser o *lógos* mensageiro da parte de deus. Mas se alguém o acusa de ter sido crucificado, também isso é comum (*koinòn hypárkhei*) com os antes enumerados filhos sofredores (*pathoûsi huiois*) – segundo vocês – de Zeus. Pois deles se contam (*historeîtai*) paixões de morte (*páthe toû thanátou*) não semelhantes (*hómoia*), mas diferentes (*diáphora*), de modo que nem com relação ao que há de particular na paixão (*tò idion toû páthous*) aquele parece ser inferior (*héttona*) a estes, mas, como prometemos, uma vez tendo avançado o discurso (*lógou*) mostraremos ser ele até superior (*kreíttona*) – mais ainda, isso está já demonstrado, pois o que é superior (*kreítton*) se mostra a partir das obras (*práxeon*). E se difundimos ter ele nascido de uma virgem, comum (*koinón*) também isso seja, para vocês, com Perseu. A quem dizemos ele ter feito sadios os coxos, paralíticos e doentes de nascença, e ter ressuscitado mortos, coisas semelhantes (*hómoia*) às ditas que aconteceram com Asclépio também nisso parecemos dizer (*pháskein dóxomen*).⁷

O universo mental que assim se desenha admite diferentes angulações, numa perspectiva de possibilidades complexa. Antes de tudo, existe a alternativa de que Jesus seja comumente humano, caso em que, meramente por sua *sophía*, mereceria ser chamado “filho de deus”, embora não mais que na acepção comum que garante que Zeus/Deus é pai de todos os homens e também de todos os deuses, um epíteto formular que remonta a

⁷ JUSTINO, *Apologia* 2, 2: Υἱὸς δὲ θεοῦ, ὁ Ἰησοῦς λεγόμενος, εἰ καὶ κοινῶς μόνον ἄνθρωπος, διὰ σοφίαν ἄξιος υἱὸς θεοῦ λέγεσθαι· πατέρα γὰρ ἀνδρῶν τε θεῶν τε πάντες συγγραφεῖς τὸν θεὸν καλοῦσιν. εἰ δὲ καὶ ἰδίως, παρὰ τὴν κοινὴν γένεσιν, γεγεννηθῆναι αὐτὸν ἐκ θεοῦ λέγομεν λόγον θεοῦ, ὥς προέφημεν, κοινὸν τοῦτο ἔστω ὑμῖν τοῖς τὸν Ἑρμῆν λόγον τὸν παρὰ θεοῦ ἀγγελτικὸν λέγουσιν. εἰ δὲ αἰτιάσαιτό τις ἐσταυρῶσθαι αὐτόν, καὶ τοῦτο κοινὸν τοῖς προκατηριθμημένοις παθοῦσιν υἱοῖς καθ’ ὑμᾶς τοῦ Διὸς ὑπάρχει. ἐκείνων τε γὰρ οὐχ ὅμοια τὰ πάθη τοῦ θανάτου ἀλλὰ διάφορα ἱστορεῖται· ὥστε μὴδὲ τὸ ἴδιον τοῦ πάθους ἥττονα δοκεῖν εἶναι τοῦτον, ἀλλ’ ὥς ὑπεσχόμεθα, προϊόντος τοῦ λόγου καὶ κρείττονα ἀποδείξομεν, μᾶλλον δὲ καὶ ἀποδείκεται· ὁ γὰρ κρείττων ἐκ τῶν πράξεων φαίνεται. εἰδὲ καὶ διὰ παρθένου γεγεννηθῆναι φέρομεν, κοινὸν καὶ τοῦτο πρὸς τὸν Περσέα ἔστω ἡμῖν. ᾧ δὲ λέγομεν χωλοὺς καὶ παραλυτικούς καὶ ἐκ γενετῆς πονηροὺς ὑγίεις πεποικέναι αὐτόν καὶ νεκροὺς ἀνεγείρειν, ὅμοια τοῖς ὑπὸ Ἀσκληπιοῦ γεγενῆσθαι λεγομένοις καὶ ταῦτα φάσκειν δόξομεν.

Homero e Hesíodo, confirmado por “todos os escritores”.⁸ Além desse apelo ao mais comum – expresso no epíteto repetido à exaustão por todos –, pode ser que Justino tenha em vista também a facilidade com que os mesmos escritores chamam de divinos homens simplesmente célebres por sua sabedoria: assim, já Homero qualificava Fêmio de “divino aedo”,⁹ ele próprio tendo sido chamado de “divino Homero” num lapso de tempo que remonta pelo menos a Aristófanes¹⁰ e segue pelos séculos afora (conforme a *Antologia palatina*, assim ele seria conhecido em seu epitáfio)¹¹ – garantindo-nos Platão que o adjetivo podia ser aplicado a poetas, proferidores de oráculos, adivinhos e mesmo a qualquer “homem bom”.¹²

A segunda possibilidade leva ao que é próprio e fora do comum na biografia de Jesus, nomeadamente o nascimento, as curas e a morte. Nessa esfera, admitem-se duas alternativas: aquilo que simplesmente se toma como comum (*koinòn ésto*), ou seja, que Jesus e Hermes sejam tidos como o *lógos* de deus e que Jesus e Perseu tenham nascido de uma virgem; aquilo que se conta sobre Jesus, isto é, fatos que, situados no plano da pluralidade, parecem homólogos ao que se diz sobre os filhos de Zeus, nomeadamente as variadas curas (no caso de Asclépio) e as não menos variadas mortes (como as de Hércules, Dioniso e outros). É importante notar como o apelo ao comum pode justificar o que se diz sobre Jesus: se ele poderia ser acusado de ter sofrido uma morte ignóbil, as variadas mortes padecidas pelos filhos de Zeus, muito mais ignominiosas, deixam-no em vantagem. Em resumo: tudo o que é idiossincrático a respeito de Jesus justifica-se ou porque é comum com o relativo aos filhos de Zeus ou porque, assemelhando-se ao que se diz sobre eles, se mostra a isso superior.

⁸ Cf. HOMERO, *Iliada* 15, 47: πατήρ ἀνδρῶν τε θεῶν τε (dentre outras passagens); HESÍODO, *Teogonia* 47, 457 e 468: Ζῆνα θεῶν πατέρ' ἤδ' καὶ ἀνδρῶν. Como se vê, é a fórmula homérica, tornada tradicional, que Justino cita (πατέρα ἀνδρῶν τε θεῶν τε), com a única diferença de que πατήρ se encontra no acusativo.

⁹ HOMERO, *Odisseia* 1, 336: θεῖον αἰοιδόν.

¹⁰ ARISTÓFANES, *Rãs* 1034: ὁ θεῖος Ὅμηρος (é a personagem Ésquilo que o qualifica assim).

¹¹ Cf. *Antologia palatina*, epigramas fúnebres 3: “aqui jaz o divino Homero”.

¹² Cf. PLATÃO, *Mênon* 99c-d, em que se afirma que o adjetivo θεῖος se aplica a “todos os poetas”, do mesmo modo que a proferidores de oráculos e adivinhos – propondo Sócrates que se deva aplicar também aos políticos tidos como sábios, os quais, movidos pela “opinião verdadeira” (ἀληθὴς δόξα) e não por algum conhecimento (ἐπιστήμη), quando falam e agem bem, o fazem porque se encontram em estado de entousiasmo, não porque saibam algo (Ὁρθῶς ἄρ' ἂν καλοῖμεν θεῖους τε οὓς νυνδὴ ἐλέγομεν χρησιμῶδους καὶ μάντις καὶ τοὺς ποιητικοὺς ἅπαντας· καὶ τοὺς πολιτικοὺς οὐχ ἥκιστα τούτων φαίμεν ἂν θεῖους τε εἶναι καὶ ἐνθουσιάζειν, ἐπίπνους ὄντας καὶ κατεχομένους ἐκ τοῦ θεοῦ, ὅταν κατορθῶσι λέγοντες πολλὰ καὶ μεγάλα πράγματα, μηδὲν εἰδότες ὧν λέγουσιν); essa aplicação é ampliada ainda mais, pois se afirma que tanto as mulheres “chamam de divinos os homens bons” (Καὶ αἱ γε γυναῖκες δήπου, ὧ Μένων, τοὺς ἀγαθοὺς ἀνδρας θεῖους καλοῦσι), quanto “os lacedemônios, quando elogiam algum homem bom, dizem: ‘este é um homem divino’” (καὶ οἱ Λάκωνες ὅταν τινα ἐγκωμιάζωσιν ἀγαθὸν ἄνδρα, “Θεῖος ἀνὴρ,” φασίν, “οὔτος”).

O impacto que esse tipo de declaração representa para certa concepção posterior que tem como ponto de partida imaginar que o cristianismo eclodiu num contexto decadente como única possibilidade de salvação fica bem marcado no comentário do jesuíta Daniel Ruiz Bueno, editor dos textos dos apologistas gregos para a *Biblioteca de Autores Cristianos*, em prefácio escrito em 1952:

O caminho que [Justino] inicia é sobejamente perigoso. Modernamente, esgrimiui-se incansavelmente essa comparação como arma para negar não só a divindade, como até a originalidade do cristianismo. Na verdade, São Justino não busca senão formas de fazer-se compreender por mentes pagãs, às quais quer, na medida do possível, falar em sua própria língua; mas ele sabe perfeitamente que sua fé está infinitamente acima da filosofia e, mais ainda, acima das aberrações da mitologia. Não nos detenhamos, pois, nas analogias que aqui estabelece São Justino. (RUIZ BUENO, 1952, p. 169)

Como ressaltei em outro trabalho, além de entender que Justino escamoteia aquilo em que acredita e de desconsiderar o valor dos recursos retóricos próprios da apologia, esse tipo de postura desconsidera que os apologistas, como todos os cristãos, encontram-se inteiramente mergulhados no mundo romano – a ponto de se poder dizer que o próprio cristianismo é uma religião romana, a última criação do mundo romano, aliás, a criação romana que conheceu historicamente mais sucesso. Mas para o que quero chamar atenção é para o fato de que, se efetivamente esse tipo de aproximação poderia ter um efeito forte caso fosse dirigida aos “gregos”, um efeito mais verossímil teria se admitirmos que se trata de “pregar aos convertidos”, o sentido da mensagem mudando radicalmente: em vez do que se lê num nível superficial (se dizemos coisas semelhantes às que dizem vocês, gregos, por que somos perseguidos?), o argumento mais relevante seria: nem por dizermos o que dizemos sobre Jesus, deixamos de ser romanos, pois não dizemos nada tão diferente assim do que é a todos “comum”. Para uma comunidade marginal, que inclusive se vê como marginal ao recusar uma parte das atividades sociais compartilhadas – a frequência a teatros e estádios, a participação no culto dos deuses e, sobretudo, ao Imperador –, para os membros de uma comunidade que se percebe e é percebida pela sociedade como marginal essa garantia de pertença ao mundo em que vive devia ter um papel extremamente importante. Justino e outros de seus colegas, que na mesma época assumem o título de filósofos, o que fazem é, por igual, reivindicarem o pertencimento ao mundo romano em que vivem.

Para concluir, resta dizer que, mesmo que os textos possam ter tido de fato os destinatários que representam, as apologias, enquanto conservadas e lidas extensamente pelas comunidades cristãs, terminaram por produzir – e pode-se dizer que ainda produzem, gerando leituras enviesadas, como a de Ruiz Bueno – o efeito das apologias literárias, isto é, ainda que representem discursos judiciais, têm o efeito dos discursos epidíticos, não sendo impossível que tenham sido concebidas como peças cuja função seria exatamente essa: a de pregar a convertidos.

REFERÊNCIAS

- Antologia palatina.** Traducción de Manuel Fernández-Galiano. Madrid: Gredos, 1978.
- ARISTIDES. **L'apologia di Aristide.** Introduzione, versione dal siríaco e commento di Costantino Vona. Roma: Facultas Theologica Pontificii Athenai Lateranensis, 1950. (Lateranum NS 16)
- ARISTOPHANE. **Comédies (Les Thesmophories, Les grenouilles).** Texte établi et traduit par Hilaire van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 1974.
- ARISTOPHANE. **Oeuvres.** Texte établi par Victor Coulon et traduit par Hilaire Van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 1948.
- ARISTOTE. **Rhétorique.** Texte établi et traduit par Mederic Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- BRANDÃO, J. L. **Em nome da (in)diferença.** O mito grego e os apologistas cristãos do segundo século. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- BUBER, M. **Two types of faith.** Trad. Norman P. Goldhawk. New York: Macmillan, 1951.
- BUCK, P. L. Justin Martyr's *Apologies*: Their number, destination, and form. **Journal of Theological Studies**, NS, v. 54, n. 1, p. 45-59, 2003.
- CLÉMENT D'ALEXANDRIE. **Les Stromates.** Vol. 1-2. Texte grec de Claude Mondésert, traduction et notes de Marcel Caster et Claude Mondésert. Paris: Du Cerf, 1951-1954.
- EUSÉBIO DE CESAREIA. **História eclesiástica.** Trad. das Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000.
- EUSÈBE DE CÉSARÉE. **Histoire ecclésiastique.** Texte et traduction de G. Bardy. Paris: Du Cerf, 1967.
- HESÍODO. **Teogonía.** Introducción, versión rítmica y notas de Paola Vianello de Córdoba. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.
- HÉSIODE. **Théogonie, Les travaux et les jours, Le bouclier.** Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1982.
- HOMERE. **L'Odyssée:** poésie homérique. Texte et traduction par Victor Bérard. Paris: Les Belles Lettres, 1946-1974.
- HOMER. **The Iliad of Homer.** Edited with introduction and commentary by M. M. Willcock. London: St Martin's Press, 1984.
- HOMER. **Homeri Odyssea.** Ed. P. von der Mahll. Basel: Helbing & Lichtenhahn, 1962.

- JUSTINUS MARTYR. **Apologia 1, Apologia 2, Dialogus cum Tryphone**. Ed. E. J. Goodspeed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1915.
- JUSTINO MARTIR. Apologia 1, Apologia 2. In. RUIZ BUENO, Daniel. **Padres apologetas griegos** (s. II). Introducciones, texto griego, versión española y notas de D. Ruiz Bueno. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1979.
- KINNEAVY, J. L. **Greek rhetorical origins of Christian faith**. An inquiry. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- PLATO. **Platonis opera**. Recognovit breuique adnotatione critica instruxit Ioannes Burnet. Oxford: Clarendoniano, 1984.
- RUIZ BUENO, D. **Padres apologetas griegos (s. II)**. Introducciones, texto griego, versión española y notas de D. Ruiz Bueno. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1979.
- THORSTEINSSON, R. M. The literary genre and purpose of Justin's *Second Apology*: A critical review with insights from ancient epistolography. **Harvard Theological Review**, v. 105, n. 1, 91-114, 2012.
- XENOPHON. **Xenophontis opera omnia**. Ed. E. C. Marchant. Oxford: Clarendon Press, 1971.

AANÁLISE DO DISCURSO CONTRA A RETÓRICA: DEMOLINDO MITOS E DEUSES

Melliandro Mendes Galinari

Universidade Federal de Ouro Preto

*Cada progresso do conhecimento epistemológico
e moral recuperou os Sofistas...*

Nietzsche

Considerações iniciais

Ousarei, neste capítulo, tomar o sentido etimológico do verbo transgredir – “ir além”, “irromper limites” – para ultrapassar certas fronteiras estabelecidas entre as Análises do Discurso (ADs) e a(s) Retórica(s): um conhecido “mito” à espera de demolições pertinentes, muito embora venha sendo ventilado por alguns “deuses” da AD francesa e por suas formulações dominantes. Antes disso, porém, gostaria de fazer duas pequenas ressalvas coerentes com esse propósito: em primeiro lugar, cabe salientar que o meu lugar de fala não é, aqui, o âmbito costumeiro e confortável do analista do discurso (*stricto sensu*), que “se apropria de” e/ou “recauchuta” categorias conceituais da Retórica para as adaptar, supostamente, a uma “ciência nova”. Buscarei especular, de modo sumário, das cordas bambas de um leitor *diletante* da Sofística que, de forma contrária, apenas ocupa burocraticamente a AD (enquanto um campo disciplinar da universidade) para discorrer sobre um problema antigo (*peithous epistêmê*¹): os estudos acerca da influência, da natureza da linguagem e do discurso.

A segunda ressalva (ou “alerta”), diz respeito à minha descrença quanto à afirmação, de ares convictos, de que a refundação moderna da Retórica aconteceu em 1958, principalmente com a “Nova” Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). Não é difícil constatar, para além desse corrente axioma, que a demolição da concepção cartesiana de razão, a desconstrução do conceito (*a-retórico*) de “verdade”, assim como a redescoberta do *perspectivismo* (ou diferenças entre pontos de vista verossímeis), são postulados que já vinham sendo resgatados já há algum tempo por vários outros pensadores negligenciados por grande parte da AD francesa, tais como Nietzsche (2000), Chiappelli (1889 e 1890), Navarre (1900),

¹ “Ciência da persuasão”.

Saitta (1938), Buccellato (1950), dentre outros. Mais interessante seria notar que há, no silenciamento dessas e várias fontes, um detalhe importante. Diferentemente de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), que partem, unilateralmente, das reflexões canônicas de Aristóteles, esses outros pensadores promoveram o reflorescimento da Retórica por um viés alternativo: o da *Sofística*, a partir de noções e conceitos muito caros a personagens como Górgias, Protágoras etc. Ou seja: parece-me que as retomadas da *Retórica* aristotélica, nos tempos (pós-)modernos, acabaram “sufocando” os seus resgates pelos caminhos sofisticos, de forma similar ao que já aconteceu na tradição ocidental, a saber, a condenação da Sofística pela hegemonia platônico-aristotélica.

A Sofística, relativa sobretudo ao século V a. C., consolidada por pensadores itinerantes que aportaram na Atenas democrática de Péricles, esse “drama intelectual e moral que se desenvolve no giro de quase um século” (CHIAPPELLI, 1890, p. 1), quando mencionada pela maior parte da literatura em AD, é tratada como um “resíduo” ou “suplemento” de informação, ou seja, como um conhecimento meramente enciclopédico, fato que move o presente capítulo na direção de extrair, de seus postulados, alguns questionamentos no âmbito da AD. Os sofistas, pode-se dizer, foram os primeiros “imigrantes” do conhecimento, isto é, figuras indispensáveis para a oxigenação e transgressão das fronteiras morais e culturais do mundo antigo. Foram pioneiros que deslocaram as especulações filosófico-práticas do âmbito da *physis* (“ciências da natureza”) para o plano do *nomos* (“regras”, “leis”, “convenções”), atuando nas esferas da cultura e da performance humana no macrocosmo social.

Sendo em sua maioria estrangeiros, como Górgias *de Leontini* e Protágoras *de Abdera*, imbuídos, portanto, de uma ampla visão sobre os costumes e os hábitos de diversos povos, se consagraram como pensadores que questionaram os Deuses, além de transgredir e relativizar as leis calcadas numa visão naturalista da vida social². No plano do discurso, foram filósofos que questionaram uma visão dominante, transparente e objetiva da linguagem, apontando-nos as suas falhas, os seus equívocos e, consequentemente, a sua incontornável força retórica. Nessa perspectiva, demonstraram, claramente, que os sentidos e os efeitos do discurso são manobras da bagagem dóxica dos indivíduos, da qual não se tem necessariamente controle, devido aos influxos da cultura (do *nomos*) e das “circunstâncias oportunas” (*kairos*), capazes de naturalizar formas de ver, agir e sentir presentes no *logos*.

² Como o flagelo da escravidão: o pretensão domínio (“natural”) dos mais fortes sobre os mais fracos. Foram os sofistas, portanto, aqueles que, primeiramente, enxergaram aí uma questão de valores e de representação social/cultural, isto é, uma construção humana.

Conforme já abordei em outros textos, são vários os trabalhos e estudos contemporâneos que resgatam o valor filosófico e educativo dos sofistas, livrando-os do preconceito platônico-aristotélico. Com o apoio de tais fontes, pode-se sustentar, perfeitamente, que não é mais pertinente tratá-los como enganadores, mercenários ou sujeitos que do conhecimento detinham apenas a aparência. Como exemplo desses estudos, é didático mencionar, além das referências já apontadas acima, Untersteiner (2012), Casertano (2010), Vignali (2006), Pinto (2000), Romilly (1988), Romeyer-Dherbey (1986), Guthrie (1995), dentre outros. Pode-se afirmar que, no campo da Análise do Discurso (AD), trata-se de um interessante território ainda a ser explorado e descoberto.

Como se sabe, o conhecimento produzido pelos sofistas desapareceu quase completamente. O que nos restam são apenas alguns *fragmentos* e, principalmente, *testemunhos*, como os de Diógenes Laércio, Sexto Empírico, Platão, Aristóteles, e tantos outros que citam e discutem as especulações colocadas por aqueles pensadores. Hoje podemos contar, felizmente, com pesquisadores que reuniram em uma só obra tais fragmentos e testemunhos antigos, a partir dos excertos originais em grego e em latim. Os primeiros a fazê-lo foram Diels e Kranz, em sua obra alemã *Die Fragmente der Vorsokratiker (Os Pré-Socráticos)*. Algum tempo depois, o italiano Mario Untersteiner iniciou as devidas traduções para o seu idioma, também a partir das fontes originais. A partir de 1949, o pesquisador editou quatro volumes até 1962, contendo os testemunhos e fragmentos dos sofistas, reunidos hoje em uma edição completa (UNTERSTEINER, 2009).

O autor, além de suas notas esclarecedoras, enriqueceu a primeira versão de Diels e Kranz com fragmentos e testemunhos ainda não compilados e/ou conhecidos, publicando, ainda, uma outra obra de caráter explicativo e teórico – *I Sofisti* –, acabada em 1948 e recentemente disponibilizada em português (UNTERSTEINER, 2012). Sousa e Pinto (2005), por sua vez, realizaram uma boa versão em português dos testemunhos e fragmentos a partir dos trabalhos anteriores, contemplando os excertos de Protágoras, Xeníades, Górgias, Licofronte, Pródico e Trasímaco, além de textos sofisticos de autoria desconhecida, como os *Discursos Duplos* e o *Anônimo de Jâmblico*. Por questões idiomáticas, farei uso, adiante, deste último referencial dos testemunhos e fragmentos.

Feitas as considerações iniciais, proponho, a exemplo dos *Discursos Demolidores* (uma das obras perdidas de Protágoras), retomar e derrubar certos “mitos” muito comuns no campo da AD, buscando transgredi-los no sentido de “ir além”, “irromper limites”. O objetivo principal é mostrar a impertinência da sagração da AD como “ciência nova”, assim como da sua consequente diferenciação da(s) Retórica(s). As bases dos questionamentos

levantados abaixo inspiram-se na bibliografia “alternativa” elencada acima, a qual, embora não seja mencionada em sua integralidade, funciona como ponto de apoio importante, além de material de consulta para quem possa se interessar. O leitor poderá notar, ainda, que o fato de a *Sofística* ser a moldura por excelência das especulações aqui desenvolvidas, não implica, de forma alguma, um desprezo pela obra de Aristóteles e demais vertentes da Retórica.

As AD(s) e a(s) retórica(s): afinal de contas, qual é a diferença?

Na universidade, nos cursos e livros inerentes à AD, o iniciante, o interessado, o especialista (mesmo aquele já maduro), são quase unânimes em dizer/aprender: a AD seria uma disciplina recente, que brotou no lumiar (“lendário”) da década de 1960, *en France*, vindo ao mundo pelos braços de Michel Pêcheux, Dubois, Foucault e outros (a AD de “1ª geração”). Ela teria nascido, assim, como um rebento das teorias da enunciação e na interseção da Linguística com outras áreas do conhecimento, o que representou uma contrapartida histórica aos estruturalismos e ao estudo da *langue* como paradigma científico. Em sua maternidade, portanto, em cerimoniais acadêmico-memorialísticos, batem-se palmas efusivas para o grande espetáculo, e assiste-se, com todas as pompas de ocasião, à euforia e ao entusiasmo dos muitos que se ufanam por militarem em uma “ciência nova”. Da 1ª geração, fez-se a 2ª, vive-se a 3ª, e várias outras se gestam a caminho, podendo-se escutar os cânticos de vários teóricos e teorias a conviver, polifonicamente, numa partitura quase ilegível de discursos acadêmicos.

De súbito, num dia de sol (talvez!), um “fantasma” um tanto eloquente – a Retórica – pôs-se a roer, paulatinamente, o sono dessa pequena criança. Do que era uma ciência nova, portanto, fez-se o espanto: como lidar (o que fazer, ó Deuses!) com esse legado pujante, com essa antiga arte e ciência do discurso, tão plural em tempos antigos quanto a AD em tempos modernos? Diante desse dilema/impassé, as respostas vieram (e vem vindo) a conta gotas, e hoje não é raro nos depararmos com vários antídotos intelectuais ciosos por desembaraçar esses dois mundos. Por mais paradoxal que nos possa parecer, a construção de barragens entre águas retóricas e afluentes da AD se erigiu, inicialmente, pelo viés dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de 1ª geração (Pêcheux e colaboradores), quando foi efetuada a primeira “negação” da Retórica. Coerentemente com esse fenômeno, passo, a seguir, a discorrer sobre tais pressupostos. Em seguida, abordarei, como amostragem significativa, as respectivas “negações” da Retórica provenientes de Charaudeau e Maingueneau (2ª geração), no sen-

tido de desconstruí-las rumo à assunção das ADs como neorretóricas contemporâneas.

A negação de Pêcheux

Para os pêcheutianos, como se sabe, a *linguagem* é atravessada pelo equívoco, pelo engano, isto é, pela derrapagem constante de significados sobre significantes, o que aponta para a não-transparência do discurso e para a sua incapacidade (incontornável) de representar as coisas tais e quais elas são (ou melhor, fora das ideologias). O *sujeito*, por sua vez, é capturado teoricamente em sua não-unicidade, isto é, em um emaranhado de formações discursivas e ideológicas infiltradas em sua trama textual pelas brechas do inconsciente. Trata-se, com alguma variação, de um sujeito *assujeitado*, incapaz de ser a fonte dos sentidos e de controlar, portanto, os efeitos de seu discurso. Nesse enquadre teórico, aquela Retórica Clássica só poderia ser não mais que um legado (“enferrujado”) barrado nos bailes da ADF, em suma, por todas as credenciais epistemológicas de uma “nova” disciplina³. Isso porque a ADF, de Michel Pêcheux, via na Retórica (estritamente aristotélica) um sujeito absoluto, dono de sua morada e totalmente (cons)ciente de sua empresa persuasiva: uma entidade capaz de calcular, pesar e ter o controle de todos os sentidos e palavras para impactar o seu auditório.

Prova disso é que, em sua Introdução da obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2009) busca questionar e superar o que ele considera ser as *evidências fundadoras* da Semântica, com o intuito de lançar as bases de uma análise materialista das práticas de linguagem, inserindo nesse fazer os chamados *processos discursivos* e as *formações discursivas/ideológicas*. Tais evidências fundadoras encarnam-se, sobretudo, no conhecido par *lógica/retórica*, que representaria, respectivamente, a ilusão da clareza lógico-semântica da estrutura linguística (alimentada teoricamente pelo estruturalismo) e a possibilidade enganosa de seu controle discursivo (consciente) nos gestos orientados para influenciar o outro através de uma mensagem “soberana” (caminho que liga a Retórica às teorias da enunciação, à teoria da mensagem e à Pragmática).

Essas evidências da semântica – o par *lógica/retórica* – preencheriam, para Pêcheux (2009), funções capilares dentro da formação social capitalista, participando, a um só tempo, (i) da formatação de uma linguagem mecâ-

³ A sigla ADF, como se sabe, é significativa da AD pioneira de Michel Pêcheux, significando “Análise do Discurso Francesa”. Atualmente caiu em desuso pelo surgimento de outras ADs, seja na França ou em outras partes do mundo.

nica/estandardizada, característica das necessidades de otimização do mundo do trabalho, e (ii) do controle socioeconômico desse universo, à medida em que os trabalhadores são, via de regra, submetidos a uma “retórica” do comando. A linguagem, assim, invadida até então por essa dupla evidência a ser rebatida, seria concebida, semântica e ilusoriamente, como clara/transparente do ponto de vista lógico e, ao mesmo tempo, como passível de um controle retórico absoluto, como nos mostra, aparentemente, os processos capitalistas de domínio dos trabalhadores. Como vimos, superar tais ilusões tratava-se de um ponto fundamental para a teoria de Pêcheux, que buscava refinar uma visão de linguagem atravessada pelo equívoco e, ao mesmo tempo, operada por um sujeito nem sempre soberano e senhor dos seus discursos e efeitos, posto que interpelado, constantemente, pelas ideologias.

Longe de querer aprofundar e discutir tais questões, o que interessa aqui são alguns momentos sutis em que a Retórica é flagrada, conceitualmente, no texto de Pêcheux. Dois pequenos trechos são suficientes para a reflexão aqui desenvolvida: no primeiro deles, a Retórica é vista, em sintonia com a *Política*, “[...] enquanto **reflexão** sobre a **técnica** da argumentação, manipulação da crença, fabulação e engano” (PÊCHEUX, 2009, p. 16); no segundo trecho (presente na nota de rodapé 14), nos é dito: “lembraremos que, **para Aristóteles**, a Retórica é uma **técnica**, permitindo a **produção artificial de um resultado** que está somente *in potentia*, isto é, suscetível indiferentemente de ser ou não ser, em oposição às propriedades ‘necessárias’ da substância” (PÊCHEUX, 2009, p. 28) (grifos meus).

Pode-se depreender daí, primeiramente, que quando se fala em Retórica no quadro pècheutiano, fala-se estritamente na *Retórica* de Aristóteles, ignorando-se, por exemplo, o vasto quadro de especulações dos sofistas sobre as artes do *logos*, assim como, posteriormente, aquelas de Cícero e Quintiliano, Nietzsche etc. Em segundo lugar, nota-se que a Retórica é uma “reflexão” e que a argumentação é uma “técnica”, vocábulos qualificadores que a figuram como um procedimento consciente, monitorado e controlado. A expressão “produção artificial de um resultado” vai ainda mais longe na vinculação de nossa “arte” a um fazer discursivo premeditado, planejado e calculado nos mínimos detalhes, impondo ao texto aristotélico e, metonimicamente, à Retórica como um todo, a morada de um sujeito soberano, senhor de seus dizeres e dos seus efeitos. Em suma, a Retórica, pode-se interpretar, é pressuposta como um conjunto de técnicas argumentativas figuráveis em Tratados ou Manuais com alto grau de acabamento artístico, sistematizadas conscientemente por um trabalho de acurada e premeditada observação.

Assim projetada – de forma “caricata”, como se verá –, não seria mesmo compatível com a Análise do Discurso. Aliás, a crença acadêmica

em tais pressupostos é tamanha que a separação “irredutível” entre AD e Retórica acabou desaguando, a seu modo, na “2ª geração” de analistas do discurso, como nos evidencia, abaixo, um de seus ilustres representantes:

[...] persiste um corte irredutível entre [a] retórica, seus prolongamentos modernos (as múltiplas **técnicas** da **comunicação eficaz**, da persuasão) e a AD : enquanto a primeira supõe um **sujeito soberano** “utilizando” “procedimentos” a serviço de uma **finalidade explícita**, para a segunda as formas de subjetividade encontram-se implicadas nas condições mesmas de possibilidade de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1991, p. 234, tradução minha, grifos meus)⁴.

Não é difícil perceber, acima, que os termos “técnica”, “comunicação eficaz” e “sujeito soberano” sintonizam-se, perfeitamente, com as expressões “manipulação da crença”, “fabulação” e “engano”, inauguradas pela citação de Pêcheux, o que reforça ainda mais uma concepção de Retórica como um expediente explícito e conscientemente orientado (além de negativo). Assim sendo, o estigma indelével da Retórica – e a sua diferença capital da AD –, reside no fato de não levar em consideração o assujeitamento dos indivíduos pelos ardis silenciosos do inconsciente. No entanto, afirmá-lo esboçaria, a meu ver, um anacronismo flagrante e, ao mesmo tempo, um equívoco apressado. Em primeiro lugar, porque, ao falar de Retórica, os pêcheutianos (e Maingueneau) parecem considerar, unilateral e restritamente, apenas “a” *Retórica* de Aristóteles (ou o seu resgate por Perelman e Olbrechts-Tyteca), desconsiderando outras fontes como a Sofística e suas retomadas posteriores (Nietzsche, Chiappelli, Navarre etc.). Em segundo lugar, porque não poderíamos cobrar do velho Aristóteles, bem distante dos divãs de Freud e Lacan, a conta da discussão de questões de psicanálise próprias aos tempos modernos, tais como as noções de *inconsciente* e de *sujeito*.

Nesse sentido, poderíamos indagar: em quais páginas encontram-se escritas, na *Retórica* aristotélica, frases de efeito (conceituais) do tipo “o *sujeito é...*”, ou “o sujeito (ou orador) *é soberano e consciente* de suas empreitadas”? Obviamente, asserções dessa natureza encontram-se ausentes na *Retórica* por comportarem paradigmas estranhos àqueles tempos, ou pro-

⁴ Minha tradução para: [...] il demeure une coupure irréductible entre [la] rhétorique et ses prolongements modernes (les multiples **techniques** de la **communication efficace**, de la persuasion...) et l'AD : alors que la première suppose un **sujet souverain** « utilisant » des « procédés » au service d'une finalité explicite, pour la seconde les formes de subjectivité sont impliquées dans les conditions mêmes de possibilité d'une formation discursive.

blemas que não se colocavam explicitamente por questões de datação histórica e de cultura. Por outro lado, curiosamente, elementos psicológicos (embora com outras terminologias) foram considerados na produção de efeitos discursivos no livro II, momento em que as emoções e os perfis afetivos dos sujeitos foram esmiuçados em detalhe.

Aliás, ainda no livro I (grifo meu), é dito que “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois **os juízos que emitimos variam conforme sentimentos tristeza ou alegria, amor ou ódio**” (ARISTÓTELES, 1998, p. 49). Não poderíamos inferir daí, se quiséssemos, que a “disposição” (ou as inclinações psicológicas) *assujeitam* os nossos juízos (e discursos), de forma não necessariamente consciente? Talvez seja arriscado demais asseverá-lo inequivocamente, mas as conexões ou (re)leituras dessa natureza não me parecem tão impossíveis ao ponto de diferenciar, com fervor epistêmico, ADF e Retórica. O texto de Aristóteles é, como se vê, e fazendo uma justa homenagem a Umberto Eco (que se foi recentemente), uma “obra aberta” e resistente a taxações apressadas. É verossímil, por outro lado, que uma concepção de “sujeito consciente” possa ser inferida quando o filósofo nos diz ser a função da retórica “[...] discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso [...]” (ARISTÓTELES, 1998, p. 47), ou “[...] descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 1998, p. 48), dado o caráter ativo e voluntarioso de verbos como “descobrir” e “discernir”. Entretanto, não há nas citações, como se poderia crer, o advérbio *conscientemente*.

Indo mais além, o famigerado “muro de Berlim” interposto entre a Retórica e a AD se esfarela se trazemos à baila as especulações sofisticadas acerca da natureza (*retórica*) da linguagem. No seu *Tratado do não-ente*, após sustentar que “nada existe” enquanto verdade absoluta e, mesmo se existisse, seria inapreensível humanamente (enquanto essência), Górgias defende a tese de que as coisas, tais e quais elas existem, são intransmissíveis e incomunicáveis a outrem, uma vez que “o meio por que as exprimimos é a palavra, e a palavra não é nem os fundamentos das coisas nem as coisas existentes. Em suma, não revelamos aos que nos rodeiam as coisas existentes, mas a palavra, que é outra relativamente aos fundamentos das coisas” (Górgias *apud* SOUZA e PINTO, 2005, p. 117).

Pode-se notar aqui, embora com outras terminologias, a existência de uma concepção de linguagem que já contemplava, no mundo antigo, a sua *opacidade* na projeção das coisas, dos eventos e dos fatos do mundo, uma vez que era encarada como refém das derrapagens de significados sobre significantes. Desse fenômeno, naturalmente, os “sujeitos” não deteriam o controle absoluto, embora, naqueles tempos, tal vocábulo não se configu-

rasse como um paradigma especulativo explícito. Nesse sentido, primordialmente, a Retórica já estaria, aquém de qualquer Tratado ou Manual mais elaborado, nos *enganos* e nos *equivocos* da linguagem, em sua *não-transparência* constitutiva no projetar mundos possíveis. Como se pode suspeitar, pode haver mais semelhanças entre as retóricas antigas e as especulações pêcheutianas do que supõe a nossa vã sabedoria.

São tais reflexões que levaram Nietzsche (2000), por exemplo, a demonstrar que a Retórica, antes de ser um conjunto de normas conscientes, codificações ou especulações⁵, já era, desapercivelmente, a condição humana de (re)criar simbolicamente realidades, fenômeno do qual os mesmos não tem controle ou domínio absoluto, afetados que são pela *doxa* (ideologia?), pela cultura (*nomos*?) e pelas circunstâncias (*kairos*?). Nessa outra perspectiva (“sofístico-nietzschiana”), como bem interpretou Cardoso e Cunha (1999, p. 18), “a retórica é o inconsciente da linguagem”, e mesmo o discurso científico (a *episteme*) é alçado a uma dimensão persuasiva:

[...] nunca se capta a essência plena das coisas. As nossas expressões verbais nunca esperam que a nossa percepção e a nossa experiência nos tenham fornecido um conhecimento exaustivo, e de algum modo respeitável, sobre a coisa. Produzem-se imediatamente quando a excitação é sentida. Este é o *primeiro* ponto de vista: *a linguagem é retórica*, pois apenas quer transmitir (*ubertragen*) uma δόξα [*doxa*], e não uma ἐπιστήμη [*episteme*]. (NIETZSCHE, 2000, p. 91)⁶

Para o filósofo, portanto, leitor voraz dos sofistas, *a linguagem é retórica* por comportar, em sua relação com a realidade, um jogo de afastamentos de caráter figurativo (metafórico), influenciados pela cultura, pelo corpo e pelos afetos humanos, que se imiscuem no signo através da *doxa*⁷. Ao nos deparmos com a “coisa em si”, portanto, reagimos com um “estímulo nervoso” transposto em imagem (primeira metáfora e/ou afastamento da realidade). Essa imagem, por sua vez, remodela-se em som (segunda metáfora), de modo que, ao emitirmos um enunciado (terceira/quarta metáfora etc.), já estamos

⁵ Como “a” *Retórica* de Aristóteles, ou “a” *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

⁶ Minha tradução para: “[...] nunca se capta la esencia plena de las cosas. Nuestras expresiones verbales nunca esperan a que nuestra percepción y nuestra experiencia nos hayan procurado un conocimiento exhaustivo, y de cualquier modo respetable, sobre la cosa. Se producen inmediatamente cuando la excitación es percibida. En vez de la cosa, la sensación sólo capta una *señal* (*Merkmal*). Este es el *primer* punto de vista: *el lenguaje es retórica*, pues sólo pretende transmitir (*ubertragen*) una δόξα [*doxa*], y no una ἐπιστήμη [*episteme*]”.

⁷ Novamente, quero deixar aqui a provocação: o que se chama hoje de “ideologia”, de “pré-constituído”, de “imaginários sociodiscursivos” etc., a depender do quadro teórico em AD, não seriam elementos partilhados e (inter)subjetivos já tratados pelos antigos sob o nome de *doxa*?

num terreno completamente simbólico e distante de qualquer suposta essência fidedigna das coisas (NIETZSCHE, 2008, p. 31). Temos um eco, aqui, da tese gorgiana de que as coisas são intransmissíveis e incomunicáveis a outrem (enquanto essência), podendo-se depreender desse conjunto de reflexões que a Retórica já fora vista, pelos antigos, justamente no interior dos pressupostos que os pecheutianos utilizaram como critério para a sua efusiva negação: o desencontro (inconsciente) entre o discurso e a realidade.

A Sofística já nos mostrava, também, que o “sujeito” – se é pertinente usar tal nomenclatura – é sempre influenciado pelo *kairos* (“momento oportuno”) e pelo *nomos*: convenções culturais e históricas mais amplas, das quais o mesmo não tem necessariamente consciência, como no caso das chamadas “leis não escritas”. Um fragmento dos *Dissoi Logoi* (*Duplos Discursos*), texto sofístico de autoria desconhecida, pode ilustrar muito bem essa influência das circunstâncias e da cultura nas projeções de pontos de vista contraditórios e de efeitos diferenciados do *logos*. É em função do *kairos* e do *nomos*, por exemplo, que:

[...] para os Espartanos é decente que as raparigas façam ginástica nuas e desfilem ora com vestes sem mangas ora sem túnica, mas para os Jônios é vergonhoso. E para aqueles é decente que os rapazes não aprendam as artes e as letras, mas para os Jônios é vergonhoso não conhecer tudo isto. Entre os Tessálios é decente para o próprio homem que escolhe os cavalos da manada domá-los a eles e às mulas e é decente para o próprio homem que escolhe um boi matá-lo, esfolá-lo e cortá-lo, mas na Sicília é vergonhoso e é tarefa de escravos. Parece decente aos Macedônios que as raparigas, antes de se casarem, se apaixonem e tenham relações sexuais com um homem, mas quando uma rapariga já está casada, é vergonhoso; para os Gregos é vergonhoso em ambas as situações. Para os Trácios é um ornamento as raparigas tatuarem-se, mas aos olhos de outros povos as tatuagens são um castigo para os culpados de injustiça. (*Discursos Duplos, apud* SOUZA e PINTO, 2005, p. 289)

Com as palavras acima, o desconhecido sofista apresenta-nos, como postulado poderoso, a relatividade da verdade, a importância do *kairos*, do *nomos* e da subjetividade humana (*doxa*) na interpretação/definição das palavras, das coisas e dos conteúdos. Como foi dito na parte introdutória deste capítulo, os sofistas foram grandes viajantes/imigrantes do conhecimento e, por isso, tinham um senso profundo da incidência da cultura e do “pré-construído” na formatação das “verdades”, das significações e das

crenças. Não é por acaso que, na continuidade do trecho acima, os *Discursos Duplos* elaboram uma nota poética esclarecedora:

(19) Apresentarei também um poema:
E, ao fazeres esta distinção, verás a outra lei
para os mortais: nada é em todas as circunstâncias nem decente
nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas
e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes.
(*Discursos Duplos*, apud SOUZA e PINTO, 2005, p. 290)

Tudo isso nos permite dizer que a condição humana do “mortal” (do “sujeito”?), visto como uma instância *interpelada* pelas noções de cultura (*nomos*), de contexto (*kairos*) e de senso comum (*doxa*), mais aproximam as concepções pêcheutianas das retóricas clássicas do que o contrário. Pode-se cogitar que a Sofística incluía o *nomos*, isto é, a cultura e a convenção, como elementos dóxicos nem sempre conscientes, aptos a “naturalizar” formas de ver, pensar e sentir no mundo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que já havia consciência, entre os antigos, da importância das chamadas “condições de produção do discurso” na produção dos sentidos e dos seus efeitos, o que envolve tanto a questão do *kairos* (“contexto imediato”), quanto a incidência do *nomos* (“convenções culturais mais amplas”). São tais parâmetros que permitiram a Górgias, em seu *Elogio de Helena*, afirmar que a força do discurso – tirano que é – realiza grandes feitos ou, se me é concedido provocar, grandes *assujeitamentos*:

[...] o discurso [ou *logos*] é um tirano poderoso que, com um corpo microscópico e invisível, executa ações divinas. Consegue suprimir o medo e pôr termo à dor e despertar a alegria e intensificar a paixão. [...] Os encantamentos inspirados pelas palavras levam ao prazer e libertam da dor. Na verdade, a força do encantamento, misturando-se com a opinião da alma, sedu-la, persuade-a e transforma-a por feitiçaria. [...] (*Górgias*, apud SOUZA e PINTO, 2005, p. 127)

A “opinião da alma” (*doxa*), ou as formas de subjetividade implicadas nas condições de possibilidade de uma formação discursiva, para retomar as palavras de Maingueneau citadas acima, torna-se, em Górgias, um elemento primordial para a formatação dos impactos do discurso (o “encantamento”), muito além de sua estrutura interna (as “palavras” em si). Os sofistas já tinham consciência, portanto, de que os constituintes dóxicos (as “subjetividades”) são moldados por convenções culturais mais amplas (*nomos*) e por parâmetros situacionais (*kairos*), o que interfere na produção de sentidos e efeitos de sentido.

Diante de toda essa argumentação, o que gostaria de mostrar é que a AD pêcheutiana, e até mesmo o trabalho de Maingueneau, apresentam-nos reflexões genuinamente retóricas (queira-se ou não admitir), apesar do distanciamento temporal e das inevitáveis variações terminológicas. Obviamente, o abismo histórico e as referências culturais interferem e remodelam os *modos* como essas antigas reflexões (inseparáveis dos mortais) ressurgem em contextos modernos: hoje contamos com Foucault, Althusser, Freud, Lacan, Saussure etc., enquanto, nos áureos tempos, contava-se com outros paradigmas e jargões conceituais. É plausível cogitar, também, que aqueles mesmos problemas, abordados atualmente com terminologias diversas, adquiriram uma adaptação aos “novos tempos”, isto é, à complexificação da sociedade moderna e aos seus mecanismos de comunicação: o conceito de orador, por exemplo, é estendido tanto às instituições quanto à enunciação virtual, não se restringindo, como antes, ao texto oral/escrito, proferido por uma instância individual.

Entretanto, a meu ver, essas reacomodações das camadas rochosas (ou conceituais) da Retórica, em que sempre se buscou teorizar sobre o discurso – esta seria a questão comum de fundo –, não funcionam como argumento para sustentar a tese de que a AD é algo novo/diverso, salvo se o caso é “inventar”, *retoricamente*, estratégias de demarcação de poder no mundo político da academia. Feitas as considerações em relação à “negação” da vertente pêcheutiana, buscarei abordar, abaixo, como isso se dá na Teoria Semiolinguística, devido à sua representatividade nos tempos atuais.

A negação de Charaudeau

Para demonstrar como Patrick Charaudeau se delimita da Retórica, levando a AD em sua companhia, será abordado, sobretudo, o seu artigo intitulado “L’argumentation dans une problématique d’influence”⁸, já em si bastante representativo para o propósito destas linhas. Charaudeau (2008) inicia o seu texto alertando-nos que o fenômeno da argumentação é tratado, em sua teoria, de modo demasiado particular, isto é, no interior de uma perspectiva denominada “problemática da influência”. O autor destaca, assim, que as questões de linguagem e de discurso são trabalhadas a partir de uma relação interdisciplinar com “domínios conexos”, como a Psicologia, a Sociologia e a Retórica. Ressaltando, portanto, que a AD é uma área particularmente diversa, Charaudeau busca nos convencer de que as categorias conceituais da Sociologia, da Psicologia Social e da Retórica devem ser revisitadas e redefinidas (“recauchutadas”?) no interior da AD,

⁸ Tradução minha: “A argumentação em uma problemática de influência”.

como numa espécie de oficina da perfeição teórica. Na conclusão de sua introdução, nos diz algo esclarecedor:

[...] assim é para o que eu vou expor aqui, a saber, **a recusa** de me inserir na tradição da retórica argumentativa, a qual repousa sobre uma concepção parcial da comunicação (os debates deliberativos ou os debates jurídicos), recuperando tipos de argumento largamente definidos nessa tradição. (CHARAUDEAU, 2008, p. 2, tradução minha, grifo meu)⁹

Já de início, como podemos perceber, o autor faz questão de ostentar, incisivamente, a sua *recusa* inequívoca de se inserir na tradição da retórica argumentativa. Novamente, como vimos em Pêcheux (guardadas as devidas diferenças estilísticas e teóricas), pode-se notar a assimilação da Retórica a uma série de técnicas conscientes e/ou “tipos de argumento”, codificados em Tratados ou Manuais, como aqueles de Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca etc. Na formulação dessa imagem-clichê da Retórica/Argumentação, encontram-se ignoradas as especulações de outros (tantos!) expoentes dos estudos persuasivos, dentre eles os pensadores da Sofística, assim como as suas redescobertas ao longo da história, em que se encontram reflexões teoréticas (e nada “técnicas”) sobre a natureza (retórica) da linguagem em uso.

Mesmo assim, ou seja, restringindo todo o campo argumentativo a apenas dois ou três autores, estes são ainda catalogados por Charaudeau como representantes de abordagens limitadas do discurso, por supostamente se circunscreverem nos âmbitos deliberativo e judiciário. A justificativa dessa tese – a limitação dos antigos (ou a sua “concepção parcial da comunicação”) – é construída a partir da evidência de que a sociedade de hoje teria se complexificado, tornando-se mais compósita e heterogênea em termos de situações de comunicação, como nos informa a pluralidade de discursos midiáticos, políticos, ordinários (virtuais ou não), religiosos, e assim por diante. Para o autor:

[...] com Aristóteles e Perelman, a retórica argumentativa volta-se para o outro para fazê-lo aderir a uma tomada de posição: é isso que se pode chamar de atividade linguageira de persuasão. Mas **é necessário ir mais longe**, pois, como se mostrou, esses dois autores, inserindo-se em uma situação de

⁹ Minha tradução para: “[...] ainsi en est-il pour ce que je vais exposer ici, à savoir **le refus** de m’insérer dans la tradition de la rhétorique argumentative, laquelle repose sur une conception partielle de la communication (les débats citoyens ou les débats juridiques), tout en récupérant des types d’arguments largement définis dans cette tradition”.

comunicação (debate político, debate jurídico), **limitam o seu alcance**. Desde já, as ciências humanas e sociais mostraram que as sociedades são compósitas, fragmentadas, feitas de diversos domínios de atividade, tudo se construindo de maneira interacional entre os indivíduos que buscam regular socialmente as relações de força que aí se instauram. O modelo de deliberação do fórum ateniense e o modelo de persuasão dos debates jurídicos, ao que se pode acrescentar o modelo demonstrativo da comunicação científica, **não são mais os únicos ou, sequer, dominantes** (CHARAUDEAU, 2008, p. 02-03, tradução minha, grifos meus)¹⁰.

Como podemos perceber, ao se delimitar da Retórica com base em Aristóteles e Perelman, Charaudeau passa da mesma uma imagem (caricata) de “atividade linguageira de persuasão” (o que pressupõe consciência/planejamento), conduzindo o interlocutor a “aderir a uma tomada de posição”. Entretanto, como vimos, a Retórica seria, *primordialmente*, o inconsciente da linguagem (já recuperado por Nietzsche): uma constante desarmonia entre as palavras e as coisas da qual o homem não tem controle absoluto, condenado que se encontra, como “mortal”, aos influxos da *doxa* e de leis culturais mais amplas (*nomos*). Isso faz da Retórica, antes de qualquer coisa, não exatamente uma “arte”, uma “ciência” ou uma “técnica” (fruto racional da observação), mas uma condição ou *tragicidade* da linguagem inteira, anterior a qualquer tratado teórico ou atividade conscientemente planejada. Ao redescobrimos essa outra dimensão, em que os sentidos e os efeitos discursivos sofrem a atuação (silenciosa) de um conjunto de valores no quadro da subjetividade humana, a demarcação entre AD e Retórica se torna uma tarefa extremamente problemática. Consequentemente, se a linguagem inteira é retórica, tal “arte” não poderia se restringir aos âmbitos deliberativo e judiciário, mas deveria ser estendida a qualquer esfera pública ou privada passível de comportar uma atividade discursiva não-transparente (e não sejamos ingênuos ao ponto de pensar que Aristóteles, inclusive, não suspeitava dessa ubiquidade da palavra!)

¹⁰ Minha tradução para: “[...] avec Aristote et Perelman, la rhétorique argumentative est tournée vers l’autre pour le faire adhérer à une prise de position: c’est ce que l’on peut appeler l’activité langagière de persuasion. Mais **il faut aller plus loin**, car comme on vient de le voir, ces deux auteurs, tout en s’insérant dans une situation de communication (débat politique, débat juridique), **en limitent la portée**. Depuis lors, les sciences humaines et sociales ont montré que les sociétés sont composites, fragmentées, faites de divers domaines d’activité qui tous se construisent de manière interactionnelle entre des individus qui tentent de réguler socialement les rapports de force qui s’y instaurent. Le modèle de délibération du forum athénien et le modèle de persuasion des débats juridiques, à quoi on peut ajouter le modèle de démonstration de la communication scientifique, **ne sont plus les seuls, voire ne sont plus dominants**”.

Ora, diante disso, não faria mais sentido “ir mais longe”, ou melhor, superar a Retórica em direção a uma “nova” disciplina – a AD – anunciada como um campo diferente e mais compatível com a sociedade moderna. O fato de o mundo ter se complexificado não é argumento válido para afirmar que a Retórica é obsoleta na contemporaneidade, seja em virtude da multiplicação dos meios de comunicação, seja pela ultra-variedade das esferas de uso da linguagem (ainda hoje não-transparente, diga-se de passagem). Pelo contrário, é exatamente por tais transformações que a Retórica se mostra ainda mais forte e mais pertinente do que nunca, ou melhor, talvez seja a Retórica, em conjunto com a sociedade, que se tenha complexificado, inclusive terminologicamente. Se as ferramentas de representação da realidade mediadas por pontos de vista se *sofisticaram*, se os mecanismos (tecnológicos) de derrapagem dos sentidos adquiriram aspectos jamais antes imaginados (internet, imprensa, mídias etc.), se as situações de comunicação reproduziram-se ao infinito, só pode ser porque a Retórica está mais viva do que nunca enquanto práxis social e “ciência” do discurso (*peithous epistêmê*). Nesse sentido, arrisco-me a dizer que a AD não teria mais como se esconder de sua vocação histórica: por estudar questões como essas, envoltas numa teorização acerca do discurso, tratar-se-ia de *uma* neoretórica (dentre outras), ou, ainda, da própria Retórica adaptando-se aos “novos tempos”, situações e terminologias. Assumi-lo não é atentar contra o próprio campo – a AD –, mas, provavelmente, uma forma inteligente de legitimá-lo fora da ideia (romântica) de “ciência nova”.

Voltando ao texto de Charaudeau, pode-se perceber, como já sinalizado, a redução de toda a Retórica Clássica à obra de Aristóteles, construindo-se, ainda assim, uma interpretação equivocada e anacrônica da mesma. Nesse caso, não seria sequer necessário apelar para as reflexões sofisticadas para demolir a tese da “precariedade” da Retórica na vida moderna. Óbvio é que, nos tempos de Aristóteles, os âmbitos mais relevantes da palavra pública provinham, por questões históricas, dos contextos deliberativo, judiciário e epidíctico¹¹, justamente pela apregoada “não complexidade” daqueles tempos (o que pode ser, também, perfeitamente questionável). Entretanto, pode-se cogitar, isso não significa que a Retórica não fosse vista como algo a atravessar outras esferas do corpo social (talvez, simplesmente, elas não chamassem tanto a atenção). Óbvio é, também, que o pobre e velho Aristóteles se viu estigmatizado por não ter

¹¹ Cabe observar, curiosamente, o “esquecimento” do *gênero epidíctico* no texto de Charaudeau, o qual, a meu ver, abriria caminho para visualizar a Retórica bem além dos contextos deliberativo e judiciário. Como se sabe, tal gênero ou âmbito – menos restrito que os últimos – tem sido revisto na atualidade como a ceara de diversos discursos artísticos, educativos, demonstrativos e ordinários, o que concederia à Retórica o passaporte para várias instâncias da vida social.

nascido e atuado no mundo atual, o que aponta para um anacronismo perigoso (como todos). Se a nós fosse concedido o poder de ressuscitar os mortos, é plausível imaginar que, ao fazermos reviver o velho mestre – agora posto a assinar jornais, navegar na *internet* e utilizar *whatsApp* –, ele se meteria a teorizar sobre tudo isso como bom observador que era, estendendo e reformulando os seus princípios diante da multiplicidade das esferas de comunicação.

Anacronismos à parte, há ainda outro ponto inquietante no texto de Charaudeau: o autor ressalta que, na conjuntura histórica atual, houve também uma complexificação dos *jogos de máscaras* situados entre a verdade absoluta e a relativa. Vejamos:

[...] as relações sociais não se dariam [atualmente] tanto sobre o modo do «ser verdadeiro» quanto sobre aquele do «crer verdadeiro» ; não se dariam mais tanto sobre a «força lógica» dos argumentos do que sobre a sua «força de adesão» ; não se buscaria mais tanto uma «prova absoluta» remontando ao universal quanto uma «validade circunstancial» no quadro limitado do situacional. Evidentemente, esses diferentes aspectos coexistem, pois é difícil para alguma sociedade não acreditar em valores absolutos ; no entanto, um curioso jogo de máscaras se instaura em nossas sociedades modernas entre a verdade absoluta e a relativa. Ainda assim, a análise do discurso não tem como objeto a descoberta da Verdade, mas a descoberta dos jogos de encenação da verdade como «crer» e «fazer crer». É isso o que eu chamo de uma problemática de influência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 03, tradução minha)¹²

O interessante é perceber que a denominada “problemática da influência”, perspectiva erigida como *diferencial* por Charaudeau, é pavimentada não como a descoberta da Verdade, mas, sobretudo, como a descoberta dos jogos de encenação da verdade (como “crer” e “fazer crer”). Nesse sentido, para esse autor, a encenação da verdade possui apenas uma “validade circunstancial” (não universal) no quadro particular de uma situação comu-

¹² Minha tradução para: “[...] les rapports sociaux ne se joueraient pas [atualmente] tant sur le mode du « être vrai » que sur celui du « croire vrai » ; on ne jouerait plus tant sur la « force logique » des arguments que sur leur « force d’adhésion » ; on ne chercherait pas tant une « preuve absolue » renvoyant à l’universel qu’une « validité circonstancielle » dans le cadre limité du situationnel. Evidemment, ces différents aspects coexistent, car il est difficile pour quelque société que ce soit de ne plus croire en des valeurs d’absolu ; cependant, un curieux jeu de masques s’instaure dans nos sociétés modernes entre vérité absolue et relative. Toujours est-il que l’analyse du discours n’a pas à se donner pour objet la découverte de la Vérité, mais la découverte des jeux de mise en scène de la vérité comme « croire » e « faire croire ». C’est ce que j’appelle une problématique de l’influence.”

nicativa (*kairos*?), o que nos direciona, pode-se acrescentar, para a interferência de valores e visões de mundo (*doxa*?). Na perspectiva de Charau-deau, isso significaria que, para a “sua” AD – e diferentemente da Retórica –, a “verdade” é fruto daquilo que se acredita como verdadeiro (*croire vrai*), para além de “provas absolutas” e da “força lógica” dos discursos.

O curioso é notar como esse parâmetro de separação entre Retórica e AD cai por terra se trazemos à baila as especulações sobre a linguagem promovidas pelos sofistas, como já foi sinalizado acima. Para Górgias, a Verdade já se encontrava demolida, em primeiro lugar, pela própria incapacidade do *logos* de atingir as coisas tais e quais elas *são* (existem) ou *não são* (inexistem). Em segundo lugar, pela força do “encantamento”, produzido não apenas pela estrutura interna (ou lógica) do discurso, mas, principalmente, pela “opinião da alma”. Já com o texto sofístico de autoria anônima – os *Discursos Duplos* –, aprendemos, também, que “nada é em todas as circunstâncias nem decente nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes”. Isso porque a “verdade”, para a Sofística, já possuía, teoricamente, uma “validade circunstancial” consubstanciada na noção de *kairos*, definindo-se não apenas pelo que as palavras expressam em sua superfície linguística, mas, sobretudo, pela influência de valores (*doxa*) e de leis culturais mais amplas (*nomos*).

É nesse sentido que a Sofística é conhecida, hoje, como um leque de reflexões característico de um genuíno movimento antropológico e humanístico no mundo antigo, à medida que seus expoentes buscavam mostrar (às vezes por vias diversas) que a verdade é algo de relativo, só adquirindo validade no interior de um quadro cultural, situacional e discursivo. Ao se distanciarem das chamadas “ciências da natureza” (a *physis*), âmbito de reflexão de diversos pré-socráticos (tais como Heráclito, Tales de Mileto, Parmênides etc.), os sofistas voltaram-se para a compreensão da vida em sociedade, deslocando as vias de investigação da cosmologia (plano natural) para as convenções culturais e simbólicas (plano social). Nesse quadro humanístico, não havia mais lugar para qualquer Verdade absoluta ou construída por “provas irrefutáveis”, mas apenas para *verdades* controvertidas, isto é, tidas como “mais fortes” ou “mais fracas” em função do preferível e do desejável, no contexto de valores arraigados por visões de mundo, expectativas e interesses. O conhecido primado do *perspectivismo*, alimentado pela noção do *homem-medida*, é bastante significativo nesse sentido, como nos mostra a filosofia de Protágoras. Com o testemunho abaixo, de Sexto Empírico, podemos ter uma ideia do conteúdo presente em uma de suas obras perdidas, intitulada *Verdade* ou *Discursos Demolidores*:

[...] alguns incluíram também Protágoras de Abdera no grupo dos filósofos que aboliram o critério, porque afirma que todas as aparências e todas as opiniões são verdadeiras e que a verdade é algo de relativo, pois que tudo o que é aparência ou opinião para um indivíduo existe desde logo para ele. Assim, ao começar os *Discursos Demolidores*, declarou: “o homem é a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são”. (SEXTO EMPÍRICO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 78-79)

De forma interessante, a “verdade” como fruto daquilo que se acredita como verdadeiro (« *croire vrai* »), postulada por Charaudeau como “marca distintiva” da AD, constituía-se já como um dos pontos nevrálgicos da Retórica Sofística. Na quadro especulativo de Protágoras, por exemplo, é um função do “homem-medida” que as coisas (ou as “verdades”) são concebidas de uma forma ou de outra – “*são enquanto são*”, “*não são enquanto não são*” –, justamente porque aquilo que “mede” e “avalia” não são parâmetros estritamente lógicos e/ou linguísticos, mas variáveis dóxicas, humanas e culturais mobilizadas num dado *kairos*. Se algo veiculado pelo discurso *é* ou *não é*, produzindo, assim, o seu sentido (de um modo ou de outro), não é porque se busca descobrir uma Verdade, mas aderir e justificar uma crença tida como verossímil. Nesse sentido, como nos explica o testemunho de Platão (*Crátilo*) acerca de Protágoras, “[...] o homem é a medida de todas as coisas, tal como as coisas me parecem ser, assim elas são para mim; tal como elas te parecem a ti, assim elas são para ti” (PLATÃO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 70).

A filosofia de Protágoras não deve ser vista como um “relativismo cínico”, como já foi interpretado pela tradição platônico-aristotélica, mas como a descoberta de um *perspectivismo* compatível com as diferenças de pontos de vista que moveram a democracia grega, implantada em Atenas no século V a. C. Hoje não seria tão diferente se pensarmos, por exemplo, em uma questão qualquer como o aborto: tal ato concerne a um problema de saúde pública para alguns perfis políticos (e, portanto, deveria ser legalizado), mas é questão religiosa para outros perfis (devendo ser, sempre, uma afronta às Leis humanas e divinas). É nesse quadro especulativo, portanto, que a força dos discursos, assim como os seus sentidos e efeitos de sentido, veem-se sempre como resultantes do “homem-medida” e da avaliação das subjetividades em conflito, que colocam, por mais que não queiramos perceber, cada “verdade” desse mundo em sua devida *perspectiva* social e humana.

Longe de entrar em detalhes, o que gostaria de sustentar com essa pequena amostragem do pensamento sofístico é a improcedência da sepa-

ração entre AD e Retórica proposta pelos critérios de Charaudeau. Se a Retórica (em particular aquela dos sofistas) já se ocupava da suposta “problemática da influência”, refletindo à sua maneira sobre os “jogos de enenação da verdade”, como isso poderia funcionar como argumento para a demarcação de territórios (de poder) entre AD e Retórica? Deixando esse questionamento para reflexão, cabe dizer que a famigerada “recusa” de se inserir na tradição da Retórica por analistas do discurso é um gesto temerário mais comum do que podemos imaginar. Abaixo, passo a comentar mais um exemplo bastante conhecido.

A negação de Maingueneau

Maingueneau (2008), além do fragmento mostrado acima, cai em tentação mais uma vez ao incrementar a noção de *ethos* no quadro “particular” da Análise do Discurso. O autor argumenta que o *ethos*, no campo retórico, se limitaria à esfera judiciária e à oralidade. Convencido dessas máximas, diz fazer, em sua AD, uma “deformação” do conceito (o *ethos*), justamente por estendê-lo a textos escritos e a gêneros que não se assumem como necessariamente argumentativos. Ora, parece-me que o anacronismo é flagrante, também, no raciocínio desse autor: não é porque os dispositivos escritos não se encontravam tão hegemônicos no mundo antigo que as reflexões sobre a persuasão não lhes concerniam. Por outro lado, mesmo tomando-se estritamente a *Retórica* aristotélica, não é asseverado em suas linhas que o *ethos* se restringe ao contexto judiciário ou à oralidade. É muito comum diferenciar AD e Retórica pelo fato desta última, pretensamente, se restringir ao registro oral, e eis que nos deparamos com uma das mais graves falácias de nossa ciência.

Conseguimos desmontar essa crença acadêmica facilmente quando abordamos a Retórica, mais uma vez, pelos caminhos da Sofística. Górgias, por exemplo, deixou como legado a *Defesa de Palamedes*: texto escrito em primeira pessoa como exercício e modelo didático, destinado eventualmente à memorização e ao uso no contexto judiciário, no sentido de isentar um suposto réu (Palamedes) da acusação de ter traído os gregos. O *Elogio de Helena*, por sua vez, funciona como um exemplo importante do valor retórico da escrita no mundo antigo: como exercício didático, o texto livra Helena de sua culpa histórica no contexto mítico grego, servindo como modelo de argumentação e raciocínio. É importante lembrar, nesse sentido, que comumente “[...] os logógrafos vendiam discursos forenses que os litigantes deviam memorizar e declamar na audiência” (SANTOS, 2008, p. 37).

Além desses exemplos, é conveniente mostrar, ironicamente, o testemunho de Platão (*Fedro*) que, mesmo sendo um notório detrator dos sofis-

tas, estabelece uma crítica à escrita, justamente pelo seu poder... retórico! Num dado momento, ao falar de Lísias – um conhecido logógrafo ou fabricante de discursos –, Fedro relata a Sócrates que tal personagem teria desistido de escrever. O motivo seria um receio difundido entre os homens mais ilustres das cidades, que temiam ser confundidos, com essa práxis, com os sofistas! Ao que Sócrates lhe retruca, afirmando, contrariamente, que muitos homens importantes se dedicaram à logografia justamente para serem reconhecidos (PLATÃO, 1997. 257c-d). Talvez aí já tenhamos uma relação da escrita não apenas com a Retórica, mas, também, com o *ethos* ou imagem de si, o que contesta fortemente os dizeres de Maingueneau sobre os limites das antigas artes argumentativas. Mais adiante, Sócrates, ao discorrer sobre a persuasão, assim como sobre a importância de se conhecer a “alma” no seu ensino, diz a Fedro:

[...] no entanto, os autores de Artes de Retórica, de quem tu ouviste falar, são astutos e, apesar de terem um conhecimento perfeito no que diz respeito à alma, dissimulam-no. Por isso, enquanto falarem e escreverem desse modo, não nos deixemos persuadir de que escrevem com arte. (PLATÃO, 1997. 271c)

Obviamente, Platão faz, como de praxe, uma menção negativa às atividades dos retores, dos logógrafos e dos sofistas. Detrações à parte, o fato é que, bem ou mal, trata-se de um testemunho que não apenas inclui a escrita nos processos de construção do *ethos*, mas, também, nos mostra que ela já era pensada, pelos antigos, como objeto da Arte Retórica. A meu ver, enfim, o fato de Maingueneau (2008) *sofisticar* terminologicamente a noção de *ethos*, vinculando-o a uma “vocalidade” e a um determinado “tom” – presente em qualquer tipo de texto (oral ou escrito) – não o faz sair dos limites da Retórica e/ou se acomodar num campo “novo” (a AD). O que me parece mais prudente (e curioso) é observar que o referido autor, embora negue efusivamente, versa sobre problemas genuinamente retóricos (mais uma vez), fazendo um antigo campo reflorescer em tempos modernos com uma roupagem terminológica atualizada nas linguísticas da enunciação e na pragmática. A própria Sofística já nos mostrava, pelo fato de a linguagem ser inteiramente retórica, que a antiga “arte” da persuasão caminha muito além do contexto judiciário e do seu registro oral. Enfim, feitas essas considerações, em que foram tratadas as “negações da Retórica” por três analistas do discurso bastante representativos, passo às últimas palavras deste capítulo.

Especulações derradeiras: a AD como Neorretórica

Como se viu, busquei mostrar acima alguns argumentos comumente utilizados para demarcar – e muito bem –, os campos da AD e da Retórica, a saber: (i) que a Retórica pressupõe um manejo consciente da linguagem, premeditado por um sujeito soberano; (ii) que a Retórica se limita às esferas judiciária e deliberativa; (iii) que a Retórica se atém à oralidade. Em meio a expedientes como esses, a AD se singularizaria pela consideração das subjetividades em jogo na produção de sentidos e de efeitos de sentido, assim como pela busca não de uma “Verdade”, mas de encenações da mesma nos processos de comunicação, estendendo-se à consideração de textos escritos e virtuais característicos da sociedade moderna. Como se viu, minha intenção aqui foi colocar em xeque tais argumentações, que caricaturizam a Retórica como um procedimento racional e técnico, sagrando-a como um “arquivo morto” do qual se pode, paradoxalmente, extrair conceitos e “sofisticá-los” na (pós-)modernidade.

Sendo assim, procurei aproximar três tendências em AD (Pêcheux, Charaudeau e Maingueneau) daquilo que já era objeto de investigação em outros tempos, embora com outras terminologias e em outras circunstâncias culturais. Não só a *Retórica* aristotélica, como também as reflexões sofisticas, ainda esquecidas no plano da AD, nos mostram que estamos diante de um mesmo campo – até que se prove o contrário –, capaz, ainda, de se adaptar a qualquer conjuntura social, cultural e epistemológica. Trata-se dos estudos acerca da persuasão, da natureza da linguagem e do discurso (*peithous epistêmê*, como nos bem lembra Nietzsche [2000]), atualizados e revigorados de século em século. A meu ver, portanto, negar a indiferenciação das ADs e das Retóricas, pelo menos pelos argumentos acima questionados, poderia apenas soar como parte de um projeto político-acadêmico de demarcação de área e de poder¹³. Esse aparente “recalque”, talvez, da AD em se assumir como Retórica ainda é algo a ser bastante discutido e problematizado no âmbito do mercado das teorias e das áreas. Trata-se de um problema que emerge de tempos em tempos e, curiosamente, é varrido para debaixo do tapete.

¹³ Com a palavra “indiferenciação”, não quero dizer que as Retóricas (ou as ADs) não possam ser “diferentes”, tendo terminologias diferentes, assim como procedimentos “metodológicos” variados. Com o termo, quis mostrar, precisamente, que há um problema de fundo em comum nas Retóricas e nas ADs de todos os tempos: o estudo do discurso, da natureza da linguagem e dos processos de influência. Não quero dizer, também, que entre as Retóricas antigas e modernas (incluindo aí a AD) haja um processo de “evolução” do campo dentro de uma concepção histórica linear, o que poderia ser classificado como uma abordagem teleológica, mas apenas uma relação de “reassentamento” e “reconfiguração” (inclusive terminológica) dos estudos acerca da influência de acordo com os padrões de cada época e cultura.

Nesse sentido, gostaria de terminar este capítulo com algumas citações de Barthes, que parece ter notado a questão nos idos tempos da década de 60 (época do surgimento da Análise do Discurso). Em um texto publicado em 1966 na revista *Communications*, intitulado *Introduction à l'analyse structurale des récits*, encontramos as seguintes palavras:

[...] é evidente que o discurso em si (como conjunto de frases) é organizado e que, por essa organização, ele aparece como a mensagem de uma outra língua, superior à língua dos linguistas: o discurso possui suas unidades, suas regras, sua «gramática»: além da frase, e ainda que composto unicamente de frases, o discurso deve ser naturalmente o objeto de uma segunda linguística. Essa linguística do discurso teve, durante muito tempo, um nome glorioso: a Retórica. Mas, por um capricho de um jogo histórico, tendo a retórica passado para o campo das belas letras, foi necessário retomar recentemente o problema como novo: a nova linguística do discurso não está ainda desenvolvida, mas ela está ao menos postulada pelos próprios linguistas. (BARTHES, 2002a, p. 831, tradução minha)¹⁴

É fácil perceber que esse texto é contemporâneo ao surgimento da assim denominada “segunda linguística” – a “Linguística do Discurso” –, que, por tratar da linguagem em uso, se vê rebatizada, por Barthes, como Retórica. No entanto, como sabemos (e vimos acima), o que se deu no campo da AD foi a recusa sistemática em admitir esse “presságio”. Mais interessante que isso, é o fato de essa aproximação não ter sido feita (ou percebida) em função de um jogo histórico já bastante conhecido: o confinamento da Retórica, no século XIX, nas grades das “belas letras”, assim como a separação destas dos estudos da linguagem. Talvez esse processo histórico seja uma das razões pelas quais a Retórica foi posta “sob suspeita” no campo da AD. Em um texto de 1968, intitulado *Linguistique et littérature*, publicado na revista *Langages*, o autor ainda afirma:

¹⁴ Minha tradução para: [...] il est évident que le discours lui-même (comme ensemble de phrases) est organisé et que par cette organisation il apparaît comme le message d'une autre langue, supérieure à la langue des linguistes : le discours a ses unités, ses règles, sa « grammaire » : au-delà de la phrase et quoique composé uniquement de phrases, le discours doit être naturellement l'objet d'une seconde linguistique. Cette linguistique du discours, elle a eu pendant très longtemps un nom glorieux : la Rhétorique ; mais, par suite de tout un jeu historique, la rhétorique étant passée du côté des belles-lettres et les belles-lettres s'étant séparées de l'étude du langage, il a fallu reprendre récemment le problème à neuf : la nouvelle linguistique du discours n'est pas encore développée, mais elle est du moins postulée, par les linguistes eux-mêmes.

[...] a Retórica pôs na ordem do dia noções, classificações, problemas, dos quais a modernidade pode tirar – e já tirou proveito. Com relação a uma ciência linguística da literatura, as intuições da Retórica foram frequentemente profundas: ela percebeu a obra como um verdadeiro objeto de linguagem, elaborando uma técnica da composição. Dessa forma, ela prefigurava fatalmente uma ciência do discurso. Aquilo que, do ponto de vista atual, a entendeu, seria a sua posição normativa: código de regras a observar mais que conceitos de análise”. (BARTHES, 2002b, p. 53)¹⁵

Essa citação é ainda mais interessante à medida em que vai, de forma incisiva, ao encontro das reflexões aqui esboçadas. Embora focado no discurso literário, e valendo-se do termo “técnica”, bastante questionado acima, Barthes salienta o caráter complexo e profundo da Retórica (isto é, não rudimentar), uma vez que já se ocupava de “objetos” ou *atos de linguagem*, embora, pode-se acrescentar, com outras terminologias. Tratava-se, para o autor, de uma verdadeira “ciência do discurso”, o que, a meu ver, a aproxima ainda mais da AD em construção. O autor também critica a “posição normativa” atribuída à Retórica, capaz de entravá-la constantemente, posição projetada, em alguma medida, pelos teóricos da AD abordados acima. Percebê-la como uma “técnica”, isto é, como a observação consciente de “regras” e/ou “tipos de argumentos”, mais do que uma esfera humana em que se especula sobre determinados conceitos de análise (ou seja, um âmbito denso de teorização acerca da linguagem), foi também a estratégia da AD para entrar a Retórica em seu próprio campo, figurando-a como uma esfera rudimentar (“caricata”) e à parte de seus domínios.

Arriscaria a dizer, ainda, quando se trata de abordar a Retórica, assim como as questões de linguagem e de sentido, que precisamos sair (sem desconsiderá-los) dos cômodos espaços da AD *francesa*, que muitas vezes nos circunscrevem a um círculo bibliográfico fechado e a um percurso estrito de formação. Existe, para além de nossos frágeis muros disciplinares, um oceano de espaços e reflexões a serem explorados, como mostra a bibliografia apresentada neste artigo. Grande parte dessas fontes foi descoberta fora das trilhas usuais (francesas) da “Análise do Discurso” (e sequer reconhecidas sob

¹⁵ Minha tradução para: “[...] la Rhétorique a mis à jour des notions, des classements, des problèmes dont la modernité peut faire – et a déjà fait profit. Relativement à une science linguistique de la littérature, les intuitions de la Rhétorique ont été souvent profondes : elle a perçu l’œuvre comme un véritable objet de langage, et en élaborant une technique de la composition, elle préfigurait fatalement une science du discours. Ce qui, vu d’aujourd’hui, l’entravait, c’était sa position normative : code de règles à observer plus que de concepts d’analyse”.

esse rótulo). As questões levantadas pelas ADs, ou pelas Retóricas, são questões comuns que tem nos assombrando desde quando nos tornamos o que somos – seres de linguagem –, e não deveriam, portanto, ser monopólio dessa ou daquela nacionalidade, que teria dado “origem” a uma reflexão genuína sobre o discurso, dentro de um marco disciplinar supostamente fundador (década de 1960). Pode-se especular que há uma política imperial muito forte ainda nessas crenças que aprendemos na academia, que precisam ser mais discutidas e trans-gredidas, no sentido de “ir além”, “irromper limites”.

Nesse sentido, ou melhor, pela sua “natureza humana”, não vejo como plausível falarmos mais em AD “francesa” ou, mesmo, “brasileira”, “italiana”, “indiana”, “sul-americana” etc., mas, simplesmente, em ADs (de tudo e de todos), em Retóricas! Caso contrário, eu preferiria remontar às “origens” e defender, peremptoriamente, que a AD (ou a “minha” AD) seria *greco-siciliana*! Argumentos existem para isso: a Sicília nos brindou com Empédocles e seu discípulo – Górgias de Leontini –, e a Grécia, como se sabe, com tantos outros expoentes. Não é difícil perceber, como busquei demonstrar aqui, que todos eles eram analistas do discurso e, conseqüentemente, teóricos da linguagem e da produção de sentidos. No entanto, ainda que preferisse, não ousaria levantar essa bandeira – a de uma *AD greco-siciliana*, por exemplo –, pois a “brincadeira” de buscar fontes originais e construir fortalezas teóricas bem delimitadas é tarefa arriscada (e obra da Política). Se existe um momento fundador, a ele não temos acesso, principalmente se consideramos (política e humanamente) as culturas não ocidentais. Nestas, até que se prove o contrário, encontramos também humanos em processos de comunicação e, não nos enganemos, capazes de refletir sobre isso.

Enfim, tendo consciência de que a questão carece, sempre, de mais e mais discussões pertinentes, prefiro acreditar, neste momento, que o campo da Análise do Discurso é o mesmo velho campo da Retórica. Assumi-lo, como muitos poderiam acreditar, não seria um gesto de “desmerecimento” da AD, mas uma forma de assentá-la e legitimá-la dentro de uma tradição bastante antiga, sendo capaz, até mesmo, de atravessar os tempos e mudar de nome para resistir. Acredito que essa postura também caminha, politicamente, no sentido de descentralizar a AD e/ou desvencilhá-la de seu espaço mítico de criação – a França –, tornando-a, de forma democrática, um monopólio de toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- BARTHES, R. Introduction à l'analyse structurale des récits. In. **Oeuvres complètes**: Tome II. Nouvelle édition revue, corrigée et présentée par Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil, 2002a, p. 828-865.

- _____. Linguistique et littérature. In: **Oeuvres complètes**: Tome III. Nouvelle édition revue, corrigée et présentée par Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil, 2002b, p. 52-59.
- BUCCELLATO, M. Per una interpretazione speculativa della retorica della sofistica. Bari, 1950.
- CARDOSO E CUNHA, T. Prefácio. In. NIETZSCHE, F. **Da Retórica**. Lisboa: Vega, 1999, p. 5-23.
- CASERTANO, G. **Sofista**. São Paulo: Paulus, 2010.
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique d'influence. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 1, 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/index193.html>.
- CHIAPPELLI, A. Sulle teorie sociali dei sofisti. Napoli, 1889.
- _____. Per la Storia della Sofistica Greca. **Archiv für Geschichte der Philosophie**, v. 3, p. 1-21, 270-274, 1890.
- GUTHRIE, W. K. C. **Os Sofistas**. São Paulo: Paulus, 1995.
- MAINGUENEAU, D. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1991.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.
- NAVARRÉ, O. **Essai sur la Rhétorique Greque avant Aristote**. Paris: Librairie Hachette, 1900.
- NIETZSCHE, F. **Escritos sobre Retórica**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.
- _____. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. São Paulo: Hedra, 2008.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed.Unicamp, 2009.
- PERELMAN, C.; OLBERECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PINTO, M. J. V. **A Doutrina do Logos na Sofística**. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.
- PLATÃO. **Fedro**. Trad. de José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1997.
- ROMEYER-DHERBEY, G. **Os Sofistas**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- ROMILLY, J. de. **Les Grands Sophistes dans l'Athènes de Périclès**. Paris: Éditions de Fallois, 1988.
- SAITTA, G. **L'Illuminismo della Sofistica Greca**. Milano: Fratelli Bocca, 1938.
- SANTOS, R. A. O Fedro na perspectiva dialógico-dramática da filosofia de Platão. **Cadernos UFS de Filosofia**, Sergipe, v. 5, fasc. XI, p. 76-88, 2009.
- SOUSA, A. A. A.; PINTO, M. J. V. **Sofistas**: Testemunhos e Fragmentos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- UNTERSTEINER, M. **Sofisti**: testimonianze e frammenti. Milano: Bompiani, 2009.
- _____. **A Obra dos Sofistas**: uma interpretação filosófica. São Paulo: Paulus, 2012.
- VIGNALI, D. **I Sofisti: Retori, Filosofi ed Educatori**. Roma, Armando Editore, 2006.

RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO NA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA QUE PRATICAMOS

Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Neste artigo, temos a intenção de apresentar nossa leitura ou interpretação da obra do linguista francês Patrick Charaudeau, mais especificamente a parte no que se refere às relações sempre íntimas que sua Teoria Semioliolinguística da Análise do Discurso (AD) mantém com as teorias retórico-argumentativas da linguagem. Gostaríamos, portanto, de ressaltar que, ao adotar essa teoria como uma de nossas preferidas no domínio da AD, nela elaboramos algumas adaptações em função dos *corpora* com os quais trabalhamos, aqui no Brasil.

Acreditamos que este movimento seja natural, em se tratando de uma teoria originária da França e, *a priori*, concebida em função de uma cultura e prática francesas no âmbito da discursividade. No entanto, como já afirmaram Machado e Mendes (2010, p. 7-20) e Machado (2010, p. 203-230), as teorias de origem estrangeira fatalmente se modificam, quando em contato com a cultura nacional. No caso da AD, notamos que, a cada novo ano, novos *corpora* nos eram apresentados pelos acadêmicos e que os mesmos se distanciavam daqueles tratados no país de origem da Teoria Semioliolinguística. Entre os diversos casos, citamos, apenas a título de ilustração: *corpora* advindos do teatro contemporâneo, das literaturas francesa e brasileira, da Filosofia, da Arquitetura, juntamente a outros mais usuais na França – aqueles que se referiam às mídias e à publicidade, por exemplo.

Mais recentemente, embrenhamo-nos na floresta densa dos escritos genealógicos: biografias, autobiografias, memórias. Entre várias possibilidades, escolhemos a via da narrativa do discurso (*récit de vie*), encontrada em Bertaux (1997), por acreditar ser ela mais adaptada à AD que habitualmente pesquisamos. Logicamente, a pesquisa sobre a narrativa de vida ganhou não só nossa visão pessoal, como também sofreu uma adaptação consoante com a da teoria discursiva.

Assim é o paradoxo do pesquisador do discurso: ainda que inventivo, nada cria, tudo absorve e transforma. Pelo menos é essa a sensação que temos ao redigir este artigo, fruto de uma conferência realizada em um congresso dedicado à Argumentação e à Retórica¹.

¹ II Seminário de Estudos sobre Discurso e Argumentação – SEDIAR, realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, de 5 a 7 de novembro de 2014.

Nosso objetivo é o de mostrar uma teoria de análise do discurso que demonstre justamente sua abertura para a Argumentação e para a Retórica, como deverá também oferecer um instrumental que se adapte à análise de diferentes materialidades discursivas e não fique restrita apenas a alguns *corpora* pontuais. Assim, para comprovar a maleabilidade da teoria de AD em tela, ao demonstramos este ou aquele ponto teórico, usaremos excertos provenientes de diferentes narrativas de vida². Assim agindo, esperamos enfatizar para a construção narrativa desses segmentos geradores de estratégias de captação; para tanto não nos furtaremos, aqui ou acolá, de expor alguns comentários sobre eles.

Nessa linha de raciocínio, começamos por incluir uma opinião do cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard, famoso na França e no mundo do cinema em geral, nos anos 70, por sua ironia imaginativa e por ser um dos precursores do movimento denominado *Nouvelle Vague*. Trata-se de um comentário realizado por ele em um jornal britânico, no qual se mostrou bastante indignado com a atitude da primeira ministra alemã, Angela Merkel, como a de outros dirigentes políticos, membros da União Europeia (UE). Tais dirigentes atribuíram o motivo da grande crise que se abateu sobre alguns países da Europa à péssima situação e atuação da Grécia no bloco econômico europeu, cujos habitantes foram considerados “maus alunos”, por Merkel e pela UE. Na entrevista para o jornal *The Guardian*, Godard declarou o seguinte:

Os gregos nos deram a lógica. Temos uma dívida com eles. Foi Aristóteles quem nos trouxe a lógica com seu famoso *portanto*. [...] Se cada vez que utilizássemos a palavra *portanto* pagássemos 10 euros para a Grécia, a crise terminaria de um dia para outro e os gregos não precisariam vender o *Partenon* para os alemães. Cada vez que Angela Merkel diz aos gregos: “Nós lhes emprestamos esse dinheiro todo, *portanto* vocês têm que nos reembolsá-lo com juros”, ela deveria, para começo de conversa, lhes pagar seus direitos de autor. (GODARD apud SALMON, 2012, p.220).³

² A narrativa de vida e sua apropriação/estudo pelo viés da AD é nosso tema de pesquisa nos Projetos CNPq números 310595/2009-6 e 304049/2012-3.

³ Tradução nossa de: “Les Grecs nous ont donné la logique. Nous avons une dette envers eux pour ça. C’est Aristote qui l’a apportée avec le fameux *donc*. [...] Si chaque fois que nous utilisons le mot *donc*, nous devons payer dix euros à la Grèce, la crise serait terminée du jour au lendemain et les Grecs n’auraient pas besoin de vendre le Parthénon aux Allemands. Chaque fois qu’Angela Merkel dit aux Grecs: “Nous vous avons prêté tout cet argent, *donc* vous devez nous rembourser avec les intérêts”, elle devrait d’abord leur payer des droits d’auteur”.

A nosso ver, tal raciocínio é bem lúcido. Godard mescla a lógica da argumentação com a emoção da indignação. Para nós, essa é umas das formas de argumentação que deve ser considerada no âmbito da Análise do Discurso (AD): algo vasto, sutil e que não se abstém de emoção.

Como analistas do discurso, cabe explicar por que temos mais afinidade com a análise Semiolinguística do Discurso do que com as outras, embora respeitando todas as teorias discursivas. Assim, surgiu a ideia de escrever um artigo considerando-se nossas aquisições e práticas nesta área, além de aproveitar os estudos que nela já realizamos há algum tempo, a fim de ressaltar as atitudes da supracitada teoria face à Retórica e à Argumentação.

A primeira fase da Semiolinguística & Argumentação e Retórica

Destacamos três períodos ou fases da Semiolinguística em que é tratado especificamente o assunto que nos interessa. Com o caráter metodológico de estudo, situamos a primeira fase no período de 1983 a 1992.

O ponto de partida situa-se no primeiro exemplar de Charaudeau, *Langage et Discours* (1983). Ao lançar sua teoria de análise do discurso, o linguista explica, no capítulo III, que:

O ato de linguagem é pois o resultado de uma encenação discursiva, feita por sujeitos agentes (EU comunicante e TU interpretante) a partir de um material linguageiro semântico-formal que se organiza por meio de contratos e estratégias de fala.[...] Tal encenação depende de diversas *ordens de organização*, assim como uma encenação teatral depende do espaço, da luz, da decoração, dos lugares e movimentos dos atores. Cada ordem de organização compreende vários componentes da competência *linguística* do sujeito, que ele utilizará para construir sua encenação *discursiva*. (CHARAUDEAU, 1983, p.58)⁴

⁴ Tradução nossa de: “L’acte de langage est donc le résultat d’une mise en scène discursive faite par des sujets agissants (JEc et TUi), avec une matière langagière sémantico-formelle qui s’organise en contrat et stratégies de parole. [...] Cette mise en scène dépend de divers *ordres d’organisation*, de même qu’au théâtre une mise en scène dépend de l’espace, de la lumière, des décors, des places et mouvements des acteurs. Chaque ordre d’organisation comprend plusieurs composantes qui la définissent et qui constituent par là même, les composantes de la compétence *linguistique* du sujet, que celui-ci utilisera pour construire sa mise en scène *discursive*”.

Entre essas “ordens de organização” figuram, semelhantemente, com a *ordem enunciativa e a narrativa*, as *ordens argumentativa e retórica*. Acreditamos já ser este fato algo inovador em uma teoria analítico-discursiva concebida no final dos anos 70, fruto da tese de Charaudeau.

Traçaremos apenas em grandes linhas o que o teórico denomina de *aparelhos argumentativo e retórico*, em um trecho da obra de 1983, por nós aqui exposto e adaptado:

Todo processo de argumentação é regido por um princípio argumentativo que se compõe de:

- Um tema que mostra o que vai ser argumentado: trata-se assim de argumentar sobre X.
- Um enunciado que especifica o quadro de raciocínio no qual tal tema será desenvolvido, donde a fórmula: **Se p, então q.**
- Um ato de persuasão que escora a força argumentativa. Tal enunciação combina um ato de linguagem *elocutivo*, pois parte de um sujeito-falante, com um ato de linguagem *alocutivo*, pois implica a existência de um TU que deve ser convencido pelo raciocínio apresentado em **p** e de sua relação de implicação com **q**.

Para melhor explicitar a relação desses componentes, exemplificaremos com um fragmento retirado de um livro que descreve a história de uma vida. Nele, o narrador declara:

Este livro não é um resumo, ele é mais uma tentativa, um esforço desesperado para ligar as diferentes camadas de minha vida às suas raízes. Que o leitor não procure nessas páginas uma autobiografia estruturada e precisa. São diferentes lugares vividos que foram encadeados uns aos outros na memória e que [nela] ainda se confundem (APPELFELD, 2004, p.11)⁵

No excerto, o narrador argumenta, por meio de um *ato elocutivo* (é ele, o próprio narrador, quem argumenta ao narrar) e *alocutivo* (ato este representado pelo apelo feito ao leitor). A argumentação é colocada sobre o que deve ser a correta apreensão do livro em pauta: não deve ser considerado como autobiografia precisa, como tantas outras existentes no universo lite-

⁵ Tradução nossa de: “Ce livre n’est pas un résumé, mais plutôt une tentative, un effort désespéré pour relier les différentes strates de ma vie à leur racine. Que le lecteur ne cherche pas dans ces pages une autobiographie structurée et précise. Ce sont différents lieux de vie qui se sont enchaînés les uns aux autres dans la mémoire et convulsent encore”.

rário. O narrador retrata fatos de sua vida que foram se encadeando no processo de recuperação da memória, sem se preocupar com os cânones que regem o gênero autobiografia.

Em termos mais sintéticos, a argumentação poderia ser assim explicada: a partir do que o *sujeito-autor-narrador* Appelfeld sustenta, o leitor é solicitado a modalizar sua expectativa quanto à narrativa do livro. Ele não deve esperar que este seja um exemplo perfeito do gênero autobiográfico: a obra contém apenas – o que já é muito – *visões* do passado do autor. Ou, segundo a Semiologia (CHARAUDEAU, 1983, p. 71), no domínio da argumentação no discurso, seria um tipo de enunciação que poderia ser classificado como “enunciação argumentativa-justificativa”.

Vejam, a seguir, como o supracitado teórico, ainda em 1983, já incluía a Retórica como um elemento imbricado à AD. Na obra *Langage et Discours*, percebe-se que o “Elemento Retórico” ali apresentado, em quatro páginas, mantém alguma semelhança com a visão que a Linguística Textual fornece às suas análises. Segundo o autor – o Charaudeau de 1983 –, a AD necessita considerar as *operações retóricas* que os diferentes locutores, em seus diferentes contratos comunicativos criam, para melhor influenciar o outro. Não se trata, segundo ele, de se recorrer a um *Tratado de Figuras*, mas, sim, atribuir outras terminologias, mais linguísticas e modernas ao discurso. O linguista acaba por destacar, nessa parte dedicada à retórica na análise do discurso de seu primeiro livro, a importância não só da ironia mas também de outras figuras de linguagem como: metáfora, hipérbole e metonímia.

Outro ponto interessante que observamos é que Charaudeau está preocupado, desde 1983, com a recepção dos enunciados. Tal fato mostra a modernidade de sua teoria de análise do discurso. Muito já se reprovou à AD Semiologia de somente se preocupar com a produção dos enunciados; no entanto, em uma leitura mais cuidadosa, é possível notar que, a inclusão da Retórica ou a parte a ela consagrada, já põe em relevo essa recepção. Um exemplo dentre tantos, que nós, particularmente utilizamos em demasia: o uso da ironia como estratégia retórica não atingirá os fins desejados pelo seu sujeito-enunciador se ela não for captada pelo sujeito-interpretante ou receptor.

Ora, se pretendermos que uma comunicação apelativa a figuras de retórica se realize e que o nosso interlocutor perceba o sentido implícito do que estamos proferindo, teremos que lhe fornecer pistas para tanto. Muitas vezes isso não acontece e, conseqüentemente, os usos retóricos não são decodificados. Tal fato pode ocorrer também com outros fenômenos linguageiros geradores de implícitos: palavras em língua estrangeira, gírias, *slogans* publicitários usuais à linguagem cotidiana, certos provérbios etc.

Os efeitos esperados ou obtidos na interação entre sujeitos constituem uma retórica interna que comanda essas trocas, sejam elas orais ou escritas. “O que justifica a atividade retórica é a possibilidade de produção e de reconhecimento de uma operação que, desde que vista como tal, comece a produzir um efeito linguageiro”. (CHARAUDEAU, 1983, p.80)⁶

Eis alguns vocábulos pertencentes (tudo indica) a um diário que se transformou em livro de José Saramago e que são por nós apresentados na tentativa de melhor explicar o fenômeno da recepção na AD. Antecipamos que os enunciados que as contêm são por nós considerados como *transgressivos* – no sentido lúdico do termo. O fato que nos conduz a essa interpretação é a dessacralização – realizada com ironia e humor – de uma personagem religiosa, cuja bondade foi sempre elogiada, em respeitáveis discursos⁷. Ora, a transgressão, no caso, desconstitui o que é sério e é fruto de uma escrita que demanda a presença da ironia e do humor.

Para que o excerto de Saramago ilustre o que dissemos, de forma analítico-discursiva, é preciso considerar os enunciados que o compõem como *local de encontro* entre os aparelhos enunciativo, narrativo e retórico da Semiologia:

Desconfio que, lá no fundo, Inês Conxha Bojaxhiu não queria que os pobres lhe acabassem; duvido mesmo que o mais importante para ela fosse sarar as enfermidades do corpo dos infelizes/.../ A suprema preocupação de Madre Tereza de Calcutá consistia em salvar as almas aos pobrezinhos, e, quando a prioridade é essa, então quanto mais depressa eles se libertam do carnal e sofredor invólucro, melhor. (SARAMAGO, 1999, p. 420-421)

Como se pode notar, a opinião de Saramago sobre Madre Tereza é bem irônica, característica da escritura ou da retórica do autor português, como de sua desconfiada e divertida visão sobre indivíduos por demais ilustres ou endeusados. Do ponto de vista semiolinguístico, notamos a reunião dos aparelhos enunciativo, retórico e narrativo que, assim conjugados, apontam claramente para a expectativa de provocar uma reação em seus sujeitos-receptores ou interpretantes: seja um sorriso nos admiradores de escritos irônicos, seja a indignação nos defensores do não-humor ou do humor fiscalizado.

⁶ Tradução nossa de: “Ce qui justifie l’activité rhétorique, c’est la possibilité de production et de reconnaissance d’une opération qui, dès qu’elle est repérée comme telle, se met à produire un effet langagier”.

⁷ Para nós um “discurso sério” é aquele em que não entram elementos lúdicos como a ironia e o humor, entre outros.

Em outras palavras, esses ditos irônicos e, portanto, provocativos – desejo subversivo de desmitificação característico de Saramago – solicita a reação do outro (seu parceiro da comunicação), seja de forma cúmplice ou indignada: ela é necessária ao jogo irônico. Se uma leitura de segundo grau – a que considera a provocação implícita dos enunciados – não for concebida por tal parceiro, a comunicação entre o sujeito-escriptor e o sujeito-leitor será truncada, e mais que isso: será sem razão de ser, pois ignorará o fazer-lúdico do escritor.

A segunda fase da Semiologia & argumentação e retórica

Localizaremos tal fase entre 1992 e o início de 2000. Assim, seu início se dará com a edição do livro *Grammaire du sens et de l'expression* (1992). Nele, o autor refaz a concepção dos “aparelhos que organizam o discurso”, apresentada em 1983. A partir de agora, passa a denominá-los de “modos de organização do discurso”. Em decorrência disso, surgem, então, os modos de organização enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. O modo retórico é retomado, mas de forma mais discreta do que em 1983, inserido ou disseminado nos modos de organização descritivo e narrativo do discurso.

A Retórica, assim concebida, entre um modo de organização e outro, pode agregar ambos, formando uma curiosa estratégia que personifica determinadas narrativas. Tal é, para nós, o caso do trecho de um romance de Patrick Modiano que transcrevemos a seguir:

Meus olhos bateram, por acaso, em uma rubrica na parte de baixo de uma página, onde havia uma lista dos passeios e conferências do dia seguinte:

Torre Eiffel. 15 horas. Encontro no Pilar Norte.

Curiosidades e subterrâneo da montanha Sainte-Geneviève. 15 horas. Local de encontro: Metrô Cardinal Lemoine.

O velho Montmartre. 15 horas. Local de encontro: metrô Lamarck-Caulaincourt.

Cem túmulos diversos em Passy. 14 horas. Local de encontro: ângulo Avenida Paul-Doumer e praça do Trocadéro.

Jardins do antigo Vaugirard. 14h30. Local de encontro: metrô Vaugirard.

Hotéis do norte do Marais. Local de encontro: saída metrô Rambuteau. 14h30. [...]

Amanhã, eu poderia sempre ter o recurso de ir a um desses passeios,

se eu me sentisse sozinho demais nessa Paris escaldante.
(MODIANO, 1984, p.14)⁸

Temos aqui uma lista que é mais que simples enumeração: ao propor uma série de passeios em Paris, ela desvenda alguns locais da cidade para o leitor, revelando, ao mesmo tempo, uma das estratégias presentes em vários romances de Modiano: o autor utiliza a descrição para melhor expor e impor, na narrativa, a cidade de Paris como uma personagem no interior de seus relatos. A descrição e a narração se imbricam e se confundem nesse jogo estratégico de estilo. Em outras palavras, ao realizar uma descrição, o escritor personifica a narração e a primeira ganha novas cores, ultrapassando sua função primeira, isto é, a de simplesmente descrever algo. No caso acima apresentado, ela coopera para fornecer à narrativa um tom misterioso: o que poderá acontecer em um desses encontros? Uma descoberta daquilo que o autor/personagem parece estar sempre a buscar? Algo que foi perdido em sua própria vida?

Que o leitor permita-nos abrir aqui um pequeno parêntese. Sabemos que é muita audácia incluir parte de um dos romances de Modiano na categoria genérica dos relatos de vida. Expliquemos melhor: o autor sempre (ou quase sempre, com poucas exceções) permite que seus livros sejam comandados pelos pensamentos ou lembranças de um narrador bastante jovem, sempre em busca de si, do seu passado, que percorre meio sem rumo as ruas de Paris na confusa época do pós-guerra.

Ora, Modiano escreve romances, faz literatura, logo, está ligado à ficção. Mas nem todos os romances se assemelham, diriam outros analistas discursivos, como nós os configuramos. O fato é que o supracitado autor consegue impregnar seus escritos de estranha sensação de melancolia proveniente de um *déjà vu* que parece apontar para uma *busca regressiva* de algo constituinte de sua vida.

Assim, “grande parte da obra de Patrick Modiano é assombrada pela Segunda Guerra mundial. Ele sente a estranha impressão de ter vivido

⁸ Tradução nossa de: “Je suis tombé, par hasard, au bas d’une page, sur une rubrique où était dressée la liste des promenades et conférences du lendemain:

La Tour Eiffel. 15h. Rendez-vous: pilier nord.

Curiosités et souterrain de la montagne Sainte-Généviève. 15 h. Rendez-vous: métro Cardinal Lemoine.

Le vieux Montmartre. 15 h. Rendez-vous: métro Lamarck-Caulaincourt.

Cent tombeaux divers à Passy. 14h. Rendez-vous: angle avenue Paul Doumer et place du Trocadéro.

Jardins du vieux Vaugirard. 14h30. Rendez-vous: métro Vaugirard.

Hôtels du Marais nord. 14h30. Rendez-vous: métro Vaugirard. [...]

Demain, j’aurais toujours la ressource d’aller à l’un de ces rendez-vous si je me sentais trop seul dans ce Paris caniculaire”.

nesse período, sendo que nasceu em 1945”, como afirma o escritor David Foenkinos (2011, p. 25)⁹. Ao procurar esclarecer esse sentimento inquietante de que Modiano escreve uma impossível biografia, Foenkinos (*op.cit.*) fornece uma interessante interpretação para tal sensação: no caso Modiano, talvez pudéssemos falar de memórias anteriores a seu nascimento...Tal afirmação, ainda que pouco lógica, é justa, sobretudo se refletirmos sobre o sentido de um enunciado do referido autor sobre a questão: “Eu tinha apenas vinte anos, mas minha memória precedia meu nascimento”¹⁰.

Fechamos aqui nosso parêntese, mas não sem antes lembrar que, tanto as considerações de Foenkinos, como os ditos de Modiano, contêm uma espécie de argumentação proveniente de uma *retórica-argumentativa fluída*, que foi provocada pela junção da descrição à narração. Mas essa é uma dedução nossa, no que diz respeito às teorias argumentativas expostas na *Grammaire du sens et de l’expression* de Charaudeau.

Efetivamente, tais teorias se condensaram no supracitado compêndio, em uma extensa parte formada pelos *Modos de organização do discurso*, dedicada especialmente ao *Modo discursivo de Argumentação*. Desse modo, a questão da Argumentação na AD irá se concentrar nas formas lógicas do raciocínio.

Fala-se, então, de “visadas persuasivas” (CHARAUDEAU, 1992, p.785) atreladas a certos exercícios comunicativos do sujeito-argumentador face ao seu interlocutor. Em suma: tal sujeito, em uma discussão na qual visa a apresentar, com clareza, certos argumentos, provas ou inferências – a fim de levar seu interlocutor a chegar a uma determinada conclusão ou, no mínimo, a um consenso –, precisa ater-se a dados, premissas, evidências para apresentar, de forma inteligente, as ideias de que provém o valor de seu raciocínio. Vários textos de caráter jurídico, publicitário, panfletário, político são adeptos desse tipo de argumentação, nos quais a visada persuasiva é exposta de modo objetivo.

Para ilustrar a questão do uso de uma *Argumentação lógica* ou que se pretende lógica, compilamos algumas palavras do ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, cuja maneira de argumentar já forneceu e continua a disponibilizar material para muitas análises e discussões.

Um dia desses passei uma parte da noite com os motoristas de ônibus do Tremblay, em Seine-Saint-Denis. [...] E por que eles

⁹ Tradução nossa de: “Une grande partie de l’œuvre de Patrick Modiano est hantée par la Seconde Guerre mondiale. Il éprouve l’étrange impression d’avoir vécu cette période, alors qu’il est né en 1945”.

¹⁰ Tradução nossa de: “Je n’avais que vingt ans, mais ma mémoire précédait ma naissance” (MODIANO, apud FOENKINOS, 2011, p. 25).

devem levar tijoladas no rosto, ver seus ônibus apedrejados, incendiados? Em nome de quem a gente deve aceitar isso? (Sarkozy, 25 de janeiro de 2010, *Paroles des Français*, programa de televisão do canal TF1, 21 horas, *apud* MAYAFREE, 2012, p.245)¹¹

O ex-presidente Sarkozy apresenta o estilo de discursar na forma de perguntas, como mostra o fragmento acima. Porém, tais questionamentos, geralmente, não são dirigidos aos jornalistas que o entrevistam, mas sim ao seu público. A visada persuasiva desses enunciados é evidente: um bom trabalhador como um motorista de ônibus não pode continuar a ser agredido (como aconteceu na época do discurso de Sarkozy), nem tampouco pode apreciar seu instrumento público de trabalho ser danificado.

Diremos, então, que Sarkozy parte de uma asserção inicial – *argumentar contra a violência urbana* – e, na asserção de passagem, reúne argumentos verdadeiros – *choferes agredidos, ônibus destruídos* – para chegar a uma conclusão: *como presidente, ele, Sarkozy, deve acabar com essas agressões e colocar na cadeia (ou expulsar da França, se for o caso) os vândalos que as provocam*.

Está, assim, se dirigindo aos ouvintes (telespectadores) ao selar com eles um pacto de bom senso. No caso, estaria utilizando-se da mesma tática que aparece no uso dos tópicos, em Aristóteles. O discurso ganha, desse modo, um tom dramático e teatral, provocado pelo falso questionamento, o que pode ser entendido por alguns de nós, analistas do discurso, como uma estratégia argumentativa.

À primeira vista, o *modo de organização argumentativo* da *Grammaire du sens et de l'expression* nos passou – e também a outros analistas do discurso – a impressão de que Charaudeau pregava um retorno total à argumentação clássica. Em alguns casos específicos (ou mesmo na linguagem cotidiana), certos atos de linguagem são concebidos apresentando a visada de argumentar, provar e ganhar uma causa.

Entretanto, houve pesquisadores que souberam ler, nas entrelinhas dessa *Gramática*, que a noção de *estratégia argumentativa* também está presente na parte dedicada aos modos de organização descritivo e narrativo desse livro, como já foi citado anteriormente.

Assim, tais analistas do discurso observaram que, além da visada argumentativa, presente na base de certos discursos, existem outros discursos que, mesmo sem terem sido construídos com o propósito explícito de

¹¹ Tradução nossa de: “J’ai passé l’autre jour une partie de la nuit avec les conducteurs de bus du Tremblay en Seine-Saint-Denis. [...] Et pourquoi ils doivent prendre des pavés sur la figure, voir leur bus caillassé, incendié? Au nom de quoi devrions-nous accepter cela?”

defender uma tese, acabam influenciando os leitores ou ouvintes uns mais que outros, construídos para esse fim específico.

No caso dos pesquisadores brasileiros, essa visão de uma argumentação mais fluída, mais sedutora, fez-se necessária pela variedade dos *corpora* com os quais trabalhamos. Quando definimos como objeto de pesquisa os discursos poético, musical, icônico, o discurso das narrativas de vida, entre outros, sentimos que são discursos em que existe uma argumentação, ainda que seus enunciados não apresentem um caráter estritamente lógico. Há, pois, uma *argumentação fluída* que percorre vários textos concebidos não para ganhar uma causa, mas para contar o nascimento de uma obra de arte, de uma sinfonia, de relatos ligados a histórias de vida, por exemplo. Essa argumentação aparece também em certos poemas¹², letras de canções, quadros etc.

Citamos, a seguir, um pequeno trecho retirado das memórias de Edgar Morin, para ilustrar o que foi exposto:

Do mesmo modo, Paris é também Cidade Luz e cidade tentacular. Mas, apesar da energia que ela mostra, Paris não é, como Nova York, Tóquio ou Teerã, uma cidade que não dorme nunca, ativa dia e noite. Tirando Pigalle e alguns lugares noturnos, a cidade dorme de noite, o metrô para, as estações se fecham, assim como os aeroportos. A metrópole cai no sono para acordar, se espreguiçar e se esticar com mais vigor pela manhã. (MORIN, 2013, p. 261)¹³.

O narrador mescla fatos concretos à sua visão – tão pessoal – de Paris. Podemos observar que, sobretudo a partir da terceira linha do parágrafo, ele humaniza a cidade em um movimento que a retórica das figuras classificaria de *prosopopéia*: Paris ganha vida humana e como uma bela mulher, dorme, espreguiça e acorda...

Morin descreve, pois, uma cidade que ama e por isso mesmo nem se preocupa em usar uma *visada argumentativa explícita*, já que não visa convencer ninguém de sua versão/visão de Paris. Ele simplesmente concede cores poéticas a sua narrativa. E, assim, sem a pretensão de induzir

¹² Segundo Machado (2013, p.25-29) os poemas “Autoretrato” e “O Bicho” de Manoel Bandeira estão nesse caso.

¹³ Nossa tradução de: “De même, Paris est à la fois Ville lumière et ville tentaculaire. Mais, en dépit de l’énergie qu’elle dégage, Paris n’est pas, comme New York ou Tokyo ou Téhéran, une ville qui ne dort jamais et s’active nuit et jour. Hormis Pigalle et quelques îlots noctambules, la ville dort la nuit, le métro s’arrête, les gares se ferment, de même que les aéroports. La métropole s’assoupit pour se réveiller, s’étirer et dégourdir puissamment le matin”.

todos seus leitores a raciocinar como ele, provavelmente conseguirá transmitir seus sentimentos que irão se coadunar com os daqueles que, como ele, amam Paris, mesmo sem conhecê-la tão bem quanto o memorialista.

A terceira fase da Semiologia & argumentação e retórica

Vamos, finalmente, para a terceira fase da argumentação inserida na Teoria Semiológica, situada entre 2005 a 2014, segundo nosso possível interpretativo da teoria.

Em uma obra escrita em 2008, justamente sobre os ditos de Sarkozy, enquanto *bête-politique* (ou seja: alguém cujo deus verdadeiro é a Política), a um dado momento, Charaudeau (2008, p. 21), ao relatar sobre os três fatores que sustentam uma boa campanha eleitoral, afirma: “Uma campanha eleitoral deve ser feita por meio de ideias simples e de estratégias *persuasivo-sedutoras* e que terão uma aparência lógica, tendo porém a emoção como pano de fundo. O ser humano, visto de modo coletivo, é mais um ser de paixão que de razão”.¹⁴ (grifos nossos).

Observamos que, com a menção a “estratégias *persuasivo-sedutoras*”, o teórico concede um novo lugar para a argumentação, diferente daquele tão explícito contido em sua *Grammaire du sens et de l'expression*. Como foi dito, o *modo de organização argumentativo* se mostra fundado na *persuasão* e esse seria um sinônimo para “argumentação racional”, baseado em fundamentos lógicos e na visada persuasiva. Aqui, o linguista parece abrir um espaço para a sedução e para a emoção na argumentação, o que será, sem dúvida, um ganho em sua teoria: esta vem contemplar as ideias daqueles que a praticam, de modo livre ou transgressivo¹⁵.

Iremos ousar a dizer que o teórico pode ter sentido necessidade dessa abertura maior no âmbito argumentativo, graças aos contatos que manteve conosco e com os membros de nosso grupo¹⁶, mas, é claro, também, pelos contatos/discussões que Charaudeau mantém com outros grupos e outros teóricos e pelas suas leituras e reflexões.

Ao livro de 2008, seguiram-se outros artigos do autor, nos quais verifica-se que ele amplia o leque argumentativo da Teoria Semiológica. É bem verdade que o que denominamos de “ampliação” talvez já pudesse

¹⁴ Tradução nossa de: “Une campagne électorale doit être faite d’idées simples et de stratégies de persuasion séductrice: une apparence de logique sur fond d’émotion. L’être humain, pris collectivement sous l’espèce du grand nombre, est un être de passion avant que de raison”.

¹⁵ Nosso caso.

¹⁶ Os *pupilos* também podem influenciar os mestres...

ser visto em alguns escritos anteriores ao livro, sobretudo naqueles em que o teórico expôs sua visão discursiva da emoção.

À guisa de conclusão

Estamos conscientes de que nos atribuímos aqui, livremente, uma tarefa bastante complicada: a de lançar um possível interpretativo sobre a presença constante da argumentação sempre atrelada à Análise Semiolinguística do discurso, teoria francesa que se aclimatou em vários laboratórios de AD, tanto no Brasil, quanto em outras nações da América Latina.

Voltamos a insistir ser este artigo reflexo de nossa visão pessoal e que foram nossos estudos sobre a narrativa de vida que nos encorajaram a expor tal ponto de vista, podendo nossas percepções encontrar ecos em outras – ou não. Enfim, ainda em concernência a essa perspectiva, notamos uma simpática evolução do linguista-criador-da-teoria no correr dos anos e dos *corpora* examinados.

Quais enfim os motivos desses nossos escritos? Eles nasceram de um desejo de expor como vemos a AD Semiolinguística e seus mistérios, pois, como toda teoria ela sempre reserva surpresas a seus leitores ou estudiosos. Visamos, também, enfatizar sua notável conexão com a Argumentação, não apenas a lógica – clássica e mais seletiva – mas também, com outros tipos de argumentação e retórica que levam em consideração os afetos e emoções do ser que se narra ao mostrar o trabalho de outros.

REFERÊNCIAS

- APPELFELD, A. **Histoire d'une vie**. Paris: Editions de L'Olivier/Le Seuil, 2004.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. Paris: Nathan, 1997.
- CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.
- _____. Grammaire du sens et de l'expression. Paris: Hachette, 1992.
- _____. **Entre populisme et peopolisme**. Comment Sarkozy a gagné! Paris: Vuibert, 2008.
- _____. Pathos et discours politique. In: RINN, M. (coord.), **Émotions et discours**. L'usage des passions dans la langue. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008, p. 49-58.
- _____. L'arme cinglante de l'ironie et de la raillerie dans le débat présidentiel de 2012. In: **Humour et ironie dans la campagne présidentielle de 2012**. Langage & Société, n° 146, p. 35-47.
- FOENKINOS, D. **Les souvenirs**. Paris: Gallimard, 2011.
- MACHADO, I. L. **Essai d'analyse du fonctionnement de l'ironie comme élément de communication**. Toulouse, 368 p. 1988. (Thèse de Doctorat ès Lettres) – Université de Toulouse II, France.

- _____. **Analyse du discours et parodie**. Paris: L'Harmattan, 2013.
- _____. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (org.) **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 203-230.
- _____; MENDES, E. A Análise Semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. In. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, volumen 13, número 2, 2013, p. 7-20.
- MAYAFFRE, D. **Nicolas Sarkozy**. *Mesure & Démonstration du discours (2007-2012)*. Paris: SciencesPo. Les Presses, 2012.
- MODIANO, P. **Quartier perdu**. Paris: Gallimard, 1984.
- MORIN, E. **Mon Paris, ma mémoire**. Paris: Fayard, 2013.
- SARAMAGO, J. **Cadernos de Lanzarote II**. São Paulo: Ed. Sdhwarcz, 1999.
- SALMON, C. **Ces histoires qui nous gouvernent**. Paris: Jean-Claude Gawsewitch Éditeur, 2012.

POUR UNE ANALYSE DISCURSIVE ET ARGUMENTATIVE DE LA POLEMIQUE¹

Ruth Amossy

Université de Tel-Aviv

Introduction

Combiner les pratiques issues de l'analyse du discours et de l'argumentation rhétorique² permet de répondre aux questions que la polémique ne manque pas de soulever: quelle est la nature du discours polémique, qu'est-ce qui le singularise? Mais aussi: comment la polémique, dans sa véhémence, s'inscrit-elle dans le cadre du débat public, dans quelle mesure dévie-t-elle de ses normes déclarées, quels sont ses objectifs et ses enjeux? En bref, il s'agit de définir la polémique comme phénomène verbal, de voir comment elle fonctionne, et de vérifier quels rôles elle est appelée à jouer dans l'espace public contemporain.

Ces questions se posent sur le fond de ce qui peut apparaître comme une énigme. En effet, on a affaire à un mode de discours qui est sans cesse dénigré pour ses excès (sa violence, sa passion, sa tendance aux extrêmes). Et pourtant, il continue à s'imposer, voire à se fortifier et à fructifier. Tout le monde semble s'accorder à déprécier la polémique; elle est même souvent exclue des limites du débat démocratique³ qui, de l'avis de tous, doit être rationnel, mesuré et en quête d'accord. En même temps, les médias ne cessent de pointer de nouvelles polémiques sur les sujets de société les plus divers, si bien qu'il apparaît que le blâme déversé n'empêche en rien la propagation du phénomène. Certes, chacun se défend de polémiquer, et accuse les autres de le faire. Il n'est resté pas moins que les polémistes ne cessent de se faire entendre sur tous les problèmes de société – le mariage pour tous, l'immigration, les mesures économiques du gouvernement Hollande, et bien des sujets moins centraux qui font l'objet de dissensions plus ou moins fortes. La condamnation qui frappe le traitement polémique de ces sujets ne semble guère l'affecter.

¹ Faisant suite à une recherche globale sur le discours polémique dans la sphère démocratique effectuée dans le cadre de la Fondation Israélienne des Sciences (ISF, projet 734/08), ce travail a été effectué dans le cadre d'un projet de recherche de la Israel Science Foundation sur "La délégitimation d'Israël": les usages politiques et rhétoriques d'une formule en France (projet 186/12, sous la responsabilité de Ruth Amossy et Denis Charbit).

² Sur ce sujet, on consultera Amossy 2012 (2000) et Amossy 2012.

³ "Ses détracteurs lui reprochent essentiellement de recourir à des formes de violence incompatibles avec le bon fonctionnement de la vie sociale [...] et de priver l'auditoire de sa liberté de penser": c'est une "dégradation des échanges" (KOREN, 2003: 71)

Cette constatation appelle à examiner de plus près la polémique publique, pour mieux en comprendre la nature, mais aussi pour en saisir les fonctions sociales et politiques. Car si un phénomène verbal subsiste au long des ans malgré les innombrables critiques qu'il s'attire, c'est donc qu'il remplit certaines fonctions, pas toujours apparentes, mais non moins nécessaires. Plutôt que de se joindre au chœur des blâmes vertueux, il faut tenter de dégager ces fonctions. Dans cette perspective, il s'agit de lier la question de la forme discursive et de la fonction sociale dans une même interrogation: comment la façon dont le discours polémique se construit dans la société contemporaine permet-il de mieux saisir le ou les rôle(s) qu'il y joue? Tel était l'enjeu du livre paru en 2014, *Apologie de la polémique*, qui entreprend de poursuivre et de systématiser les travaux féconds menés sur la polémique jusqu'alors.⁴

C'est à ce point de jonction que l'on peut voir en quoi l'analyse du discours et l'argumentation rhétorique se combinent et se complètent pour explorer à la fois le fonctionnement verbal du discours polémique, et ses fonctions socio-discursives. Dans toutes deux, nous sommes dans le domaine du discours, à savoir de l'usage que des sujets parlants font de la langue en contexte. C'est précisément cet usage qu'il s'agit de décrire pour en comprendre les mécanismes internes. En d'autres termes, l'analyste du discours comme le rhétoricien cherche à dégager les règles qui modèlent l'échange de la parole dans des cadres régulés, et à offrir les instruments qui permettent de rendre compte d'un corpus particulier. Il peut s'agir de conversations privées, de discours politique ou juridique, d'échanges professionnels, de communication par internet,... Chacun de ces types ou de ces genres de discours possède ses cadres et ses modalités propres. Il est vrai que lorsque l'on confronte l'approche de l'analyste du discours et du rhétoricien, on constate que le premier privilégie les contraintes auxquelles est soumise la parole individuelle: il souligne le fait qu'elle est nécessairement prise dans un système institutionnel, doxique et culturel qui la modèle en partie, même quand elle se croit libre et spontanée. Le rhétoricien, quant à lui, s'intéresse aux stratégies verbales qui permettent aux humains de manier le *logos*, qui est à la fois parole et raison, pour débattre de sujets controversés en cherchant à gagner l'adhésion de l'auditoire. Dans l'insistance mise sur l'entreprise de persuasion, il insiste plus sur l'agentivité du sujet parlant, son pouvoir à agir librement grâce à l'art du discours. Mais dans les deux cas, il s'agit bien d'échanger verbalement, et par là d'agir sur le monde environnant en agissant sur l'autre. Pour l'analyste du discours comme pour le rhétoricien, dire c'est faire. Ils s'interro-

⁴ Et en particulier, Angenot (2002), Garand (1998), Kerbrat-Orecchioni (1980), Kock (2009), Phillips (1996), pour ne citer que ceux-là.

gent tous deux sur la façon dont diverses pratiques discursives permettent de gérer les rapports humains et les affaires publiques. En l'occurrence, la question qui se pose est: comment ces derniers peuvent-ils être gérés par l'exercice d'une parole de la démesure que son étymologie (*polemos*) apparente à une guerre verbale?

Une rhétorique du dissensus: anatomie de la polémique

On partira ici de l'argumentation rhétorique, dans la mesure où elle procure le cadre de réflexion dans lequel la question de la polémique reçoit sa pleine signification. En effet, la rhétorique issue d'Aristote met l'accent sur la recherche du consensus. C'est même le principal objectif que s'assigne selon elle l'orateur: amener son auditoire à partager ses vues, afin de pouvoir prendre des décisions collectives menant à des actions concertées. Dans cette perspective, la recherche de l'accord est privilégiée. En l'absence d'une vérité scientifiquement démontrable qui n'existe pas dans les affaires humaines, il faut en effet que la majorité parvienne à s'accorder sur une réponse qui lui paraisse acceptable. On est là dans le domaine du raisonnable (Perelman 1979), qui diffère du rationnel comme démarche menant à une solution mathématiquement démontrable. Cela signifie qu'il faut choisir entre quelques options en sélectionnant celle qui semble la plus plausible et la plus apte à assurer le bien commun. Se situant dans la grande tradition aristotélécienne, Perelman et Olbrechts-Tyteca (1970 [1958]) parlent d'adhésion des esprits à une thèse présentée à leur assentiment. L'importance centrale conférée par la rhétorique à l'accord est typique de la pensée démocratique dans laquelle elle a vu le jour. Les dissensions persistantes sont censées troubler l'harmonie sociale et entraver le processus de prise de décision. D'où les condamnations nombreuses de la polémique, c'est-à-dire du heurt souvent brutal des opinions contradictoires qui approfondissent les différences au lieu de rechercher un consensus viable tourné vers l'action commune. Autant le débat est nécessaire, parce qu'il permet un libre échange d'opinions divergentes sur une même question qui doit mener en fin de compte à un accord de la majorité, autant la polémique apparaît comme superflue, voire nocive dans la mesure où elle semble axée sur le dissensus, et non sur la quête du consensus.

La polémique est-elle une dégradation malheureuse du débat public sur lequel se fonde la démocratie? C'est ce que semblent indiquer les définitions courantes du phénomène que l'on retrouve dans le métalangage dont la presse offre un échantillon significatif. A en croire Nadine Gelas (1980), Christian Plantin (2003) et Roselyne Koren (2003), qui ont analysé ce que les journaux disent de la polémique, elle y est définie comme une

parole de passion et de violence qui cherche le meurtre de l'adversaire, prive le public de sa liberté de pensée et dégrade les échanges. En bref, elle est coercitive, et stérile en ce qu'elle ne débouche pas sur une solution; elle ne participe pas de l'argumentation raisonnée en quête d'accord.

Cette définition rend-elle effectivement compte de la nature réelle du discours polémique? C'est une question à laquelle les sciences du langage peuvent nous aider à répondre: elles fournissent les instruments à l'aide desquels on peut examiner la nature du discours polémique à partir de corpus concrets. Par ailleurs, la polémique joue-t-elle sur la place publique le rôle funeste qu'on lui reproche de remplir? Une réévaluation de ses fonctions rhétoriques, mais aussi de la fonction même du dissensus en démocratie, s'impose pour mieux comprendre ce qui se joue dans la polémique. On est ici au cœur de l'argumentation rhétorique. On aurait tort cependant de séparer ces deux questions, et ces deux disciplines. En effet, la définition de la polémique verbale est aussi affaire de rhétorique: il s'agit de savoir si elle participe ou non de l'argumentation, et si oui, à quel titre et selon quelles modalités. La question des fonctions de la polémique en démocratie n'est pas étrangère à l'analyse du discours, qui examine le discours à la croisée du formel et du social, dans ses déterminations sociales, institutionnelles et politiques.

Reprenons donc la définition du discours polémique, que Catherine Kerbrat-Orecchioni avait entrepris dans un excellent article de 1980. C'est un discours fortement dialogique: il répond au mot de l'autre, même s'il choisit de ne pas le nommer. Mais c'est toujours pour le contrer – Angenot parle à juste titre d'anti-discours (1982). Pour mettre à mal le discours de l'autre, la polémique a recours à un ensemble de procédés discursifs et rhétoriques dont la négation, les jeux systématiques d'opposition, le marquage axiologique (évaluation en termes de Bien/Mal), la reformulation, le manie-ment orienté du discours rapporté, l'ironie, l'hyperbole, etc. Toutes les armes sont bonnes pour mener le combat. Cependant, Kerbrat-Orecchioni (1980) avance comme trait définitoire essentiel le discrédit jeté sur l'autre: la polémique qui vise le discours de l'autre est avant tout une parole disqualifiante. Qui plus est, souvent l'attaque ne vise pas seulement le discours de l'adversaire, mais s'en prend aussi à sa personne. On trouve alors un recours à l'argument *ad hominem*, qui est censé être un paralogisme, un argument fallacieux. Celui-ci ressort de la violence verbale dans la mesure où il met en cause le locuteur individuel en même temps et parfois plus encore, que ses déclarations.

Tous ces éléments ne suffisent pas, cependant, à saisir la spécificité du discours polémique. En effet, il se définit avant tout comme confrontation de thèses antagonistes. En tant que tel, il relève de l'argumentation – au

point, d'ailleurs, que Plantin (2003) a pu se demander en quoi il diffère d'une argumentation ordinaire puisque celle-ci consiste justement dans la confrontation des réponses opposées apportées à une même question – un débat né d'une divergence de vues sur un sujet d'intérêt public. On y trouve toujours un Proposant, un Opposant et un Tiers. Curieusement la polémique, qui est si souvent rejetée hors du royaume de l'argumentation, apparaît dans cette perspective comme une forme argumentative difficile à différencier des autres. Quelle est alors sa spécificité?

C'est tout d'abord la dichotomisation, que relève et met en évidence Marcelo Dascal dans sa théorie des controverses (1998). En effet, pour qu'il y ait polémique, il faut que les réponses antagonistes soient présentées comme deux options antithétiques qui s'excluent mutuellement. Selon les termes de Dascal (2008, p. 34), c'est "radicaliser une polarité en accentuant l'incompatibilité des pôles et l'inexistence d'alternatives intermédiaires, soulignant le caractère évident de la dichotomie aussi bien que le pôle qui doit recevoir la préférence". En bref: c'est blanc ou noir, et le polémiste insiste sur le bon choix à faire en la circonstance. C'est cette mise en opposition radicale qui différencie la polémique du débat contradictoire où les options divergentes sont mises à l'épreuve de la discussion.

Or, la dichotomisation a un effet socio-discursif. Elle entraîne une polarisation – non comme opération quasi-logique, mais comme regroupement en deux camps antagonistes qui développent une hostilité mutuelle l'un envers l'autre. La polarisation pose un "nous" face à un "ils". Elle a été bien étudiée par la rhétorique des mouvements sociaux (ORKIBI, 2008). Ainsi King et Anderson (1971, p. 244)) la définissent comme "un processus à travers lequel un public extrêmement diversifié fusionne dans deux [...] groupes fortement contrastés et mutuellement exclusifs partageant une grande solidarité envers [certaines] valeurs" estimées fondamentales. C'est dire que la polarisation a des enjeux identitaires. Il s'agit de se rallier à un groupe constitutif d'une identité, ou susceptible de la renforcer. Plus l'adhésion à une thèse donnée est constitutive d'une identité partagée, plus l'individu aura tendance à s'y tenir: c'est en effet la façon dont il se perçoit lui-même, la manière dont les autres le perçoivent et la mesure dans laquelle il participe fortement d'une communauté, qui sont en jeu. On est alors dans une logique de division sociale, de défense identitaire et de combat pour le triomphe des valeurs et options de son groupe.

Reprenons les éléments définitoires rassemblés. Discours dialogique qui se présente sous forme d'anti-discours, la polémique se caractérise par la dichotomisation, la polarisation, et le discrédit jeté sur la thèse ou la personne de l'autre. Elle peut (mais ne doit pas) s'accompagner de passion. L'hostilité entre groupes antagonistes s'y prête, mais le traitement émo-

tionnel n'est pas obligé, et en tout cas, il n'est en aucun cas suffisant pour définir la polémique comme telle. Il en va de même pour la violence verbale. La confrontation de positions antagoniste en appelle souvent – mais pas nécessairement – à la violence verbale. Il est des cadres institutionnels où cette violence n'est pas de mise et où la polémique s'en passe, il est des stratégies fortement polémiques qui évitent d'utiliser de violence verbale surtout dans ses formes insultantes.

Quoi qu'il en soit, il convient de revenir à l'issue de ce parcours sur le fait que la polémique, loin de se situer en-dehors du domaine de l'argumentation, en fait intimement partie. On peut dire que l'argumentation est un continuum, au centre duquel se trouve le débat raisonné sur deux thèses divergentes, et aux deux extrémités duquel on a – d'un côté, le discours qui passe sous silence l'option qu'il attaque pour se concentrer sur celle qu'il veut faire valoir, et de l'autre côté, le choc des positions antagonistes. La polémique (je l'utilise ici au sens générique, comme on dit le politique) se situe à l'un des pôles de ce continuum. En tant que tel, il représente une modalité argumentative à part entière. Que la dichotomisation et la polarisation ne favorisent guère la quête d'un accord n'y change rien. J'irais même plus loin. Le fait que la polémique soit une modalité argumentative appelle bien plutôt à repenser la nature de la rhétorique et la centralité donnée à la persuasion. Et si l'argumentation rhétorique n'était pas seulement vouée à persuader? Et si l'accord n'était pas le seul but de la discussion démocratique – si le dissensus avait lui aussi des vertus et des fonctions dans l'espace démocratique?

Analyse d'une polémique médiatique: BHL et Joffrin sur la “délégitimation d'Israël”

Je voudrais reprendre ces questions à partir d'exemples concrets. Je vais examiner ici le cas de l'échange polémique qui s'est déroulé dans le journal *Libération* autour des interventions de Bernard-Henri Levy (BHL), intellectuel français réputé, sur l'épisode de la flottille turque arraisonnée par Israël le 29 mai 2010. On sait que BHL est un philosophe et personnage médiatique très engagé dans diverses causes politiques (il est intervenu sur le conflit en Bosnie et en Afghanistan, entre autres), et aussi très controversé à la fois pour son œuvre et son activisme politique.

Rappelons rapidement l'épisode sur lequel BHL intervient. Il s'agit de l'abordage par la marine israélienne d'un navire, le Mavi Marmara, faisant partie d'une flottille turque pro-palestinienne cherchant à briser le blocus imposé par Israël à la bande de Gaza, gouvernée par le Hamas, une organisation définie comme terroriste, pour empêcher le passage d'armes

et de matériaux servant à fabriquer des armes. La flottille dite Free Gaza transportait de l'aide humanitaire et des matériaux de construction, et avait refusé de faire passer sa cargaison (comme proposé) par le port d'Ashdod. Les soldats ont été attaqués lors de l'arraisonnement d'un des navires, le Mavi Marmara, et ont riposté; l'incident a fait 9 morts et 28 blessés et a causé un tollé dans les médias internationaux. La commission d'enquête Palmer de l'ONU du 2 septembre 2011, a estimé légal le blocus maritime sur Gaza justifiant ainsi l'interception de la flottille comme usage de la force "à des fins de légitime défense", dès lors que les militaires "ont été accueillis par une résistance organisée et violente d'un groupe de passagers"; néanmoins, la procédure israélienne d'arraisonnement du navire a été estimée "excessive et déraisonnable", et le nombre de victimes considéré "inacceptable".

BHL écrit immédiatement dans la revue qu'il dirige, *La règle du jeu*, un article intitulé "L'autisme n'est pas une politique" (31.5.2014) où il critique et déplore l'arraisonnement du navire et ses conséquences. Les articles traitant de l'épisode se multiplient dans la presse, et *Libération* titre le 1^{er} juin 2010:

Figure 1 – *Libération* titre le 1^{er} juin 2010



Le 5 juin, paraissait dans *Libé* un éditorial de Laurent Joffrin, le rédacteur en chef du journal, intitulé “Indignation”, où il traitait le blocus de “total et impitoyable”, déclarant:

L'opération israélienne était dénuée de tout fondement légal; elle prolongeait un blocus qui frappe cruellement la population civile de Gaza. Ainsi l'indignation provoquée par la mort de neuf personnes est loin de renvoyer seulement à l'hostilité de principe à Israël qui anime une partie du monde. Elle est sincère [...]

BHL, actionnaire de *Libération*, publie alors le 7 juin un long article sur les pages du journal intitulé: “Pourquoi je défends Israël”. Il s'élève contre ce qu'il appelle la “désinformation” – un terme qu'il répète, en une anaphore frappante, au début de chaque paragraphe et parfois en début de phrase. Il attaque *Libération* qui a mis à la Une un article intitulé “Israel état pirate”, et Joffrin qui a parlé de “blocus total et impitoyable”. Dans le même numéro, Joffrin publie un article “Pour répondre à BHL” où il rejette les condamnations de son opposant et justifie sa propre position.

Je vais me concentrer ici plus particulièrement sur la polémique qui se déroule autour de la notion de “délégitimation d'Israël” avancée par BHL pour accuser les détracteurs d'Israël. Soit donc le passage suivant:

Désinformation: le silence, en France comme ailleurs, sur l'incroyable attitude du Hamas qui, maintenant que la cargaison de la flottille a rempli son office symbolique, maintenant *qu'elle a permis de prendre l'Etat juif en défaut et de relancer comme jamais la mécanique de sa diabolisation (dans Libération encore, ce titre terrible et qui, si les mots veulent encore dire quelque chose, ne peut qu'aller dans le sens de la délégitimation de l'Etat hébreu: “Israël, Etat pirate”)*, maintenant, en d'autres termes, que ce sont les Israéliens qui, inspection faite, entendent acheminer l'aide vers ses destinataires supposés – le silence qui se fait donc, alors, sur l'attitude d'un Hamas bloquant la dite aide au check point de Kerem Shalom et l'y laissant doucement pourrir: au diable les marchandises passées entre les mains des douaniers juifs ! à la poubelle les “jouets” qui ont fait pleurer les bonnes âmes européennes mais qui ont été rendus impurs par les trop longues heures passées dans le port israélien de Ashdod ! les enfants gazaouis n'ayant jamais rien été d'autre, pour le gang d'islamistes qui a pris le pouvoir par la force il y a trois ans, que des boucliers humains, de la chair à canon ou des vignettes médiatiques, leurs jeux ou leurs désirs sont la dernière chose dont on ait, là-bas, le souci – mais

qui le dit? qui s'en indigne? qui se risque à expliquer que s'il y a, à Gaza, un preneur d'otage, un profiteuse sans scrupule et froid de la souffrance des gens et, en particulier, des enfants, bref, un pirate, ce n'est pas Israël mais le Hamas? (je souligne)

Le texte est clairement dialogique: il reprend le gros des commentaires médiatiques, et plus particulièrement ceux de *Libération*, sous le terme de "désinformation" qui ne pointe pas simplement des erreurs de faits, mais dénonce des présentations délibérément et complaisamment faussées, tronquées et trompeuses. BHL reprend plus précisément les attaques lancées contre Israël et s'empare de termes clés: une citation entre guillemets du titre "Israël Etat pirate" accompagné de commentaires axiologiques: "ce titre terrible"; l'utilisation de la qualification de pirate dans "bref, un pirate, ce n'est pas Israël mais le Hamas?". Le même procédé de rétorsion est effectué dans le rappel du terme indignation, l'intitulé de Joffrin, cette fois en relation avec les agissements du "Hamas": "Qui s'en indigne?". Ces attaques sont adressées aussi bien à l'Opposant choisi comme cible, qu'au tiers, au lectorat qui est censé reconnaître le bien-fondé de la position de BHL.

Il discrédite l'opposant: Il s'agit clairement d'une accusation formulée en termes virulents qui s'en prend à l'éthique des commentateurs et des médias, comme le montrent les axiologiques négatifs et l'hyperbole de l'énoncé qui mentionne un "flot d'hypocrisie, de mauvaise foi et, à la fin des fins, de désinformation". Bien que personne ne soit visé personnellement, puisqu'il s'agit d'un phénomène généralisé, un Opposant se dessine sous la figure des faiseurs d'opinion pour lesquels toute occasion est bonne pour dénigrer Israël: "Le flot [...] de désinformation" [...] "semblait n'attendre que ce prétexte pour, comme chaque fois que l'Etat juif commet une erreur et trébuche, s'engouffrer dans la brèche et déferler dans les médias du monde entier". BHL désigne donc un adversaire malveillant dont les attaques sont répétées et quasi obsessionnelles (chaque fois que...), ne reposent pas sur des raisons solides mais des "prétextes", et agit de façon excessive et disproportionnée ("déferler dans les médias du monde entier"). Dans ce scénario, Israël est sans doute fautif, mais néanmoins victime d'une hostilité systématique, excessive et injustifiée.

On se trouve bien devant un discours polémique: il dichotomise (la vérité sur Israël vs la désinformation), polarise (les adversaires acharnés d'Israël contre ses défenseurs) et discrédite l'adversaire, dans un style empreint de pathos (les propositions exclamatives qui traduisent l'émotion du locuteur, les appels à l'indignation et à la pitié pour les enfants transformés en chair à canon par le Hamas...).

La polémique tourne en partie autour de l'argument de la "délégitimation" et de la "diabolisation d'Israël", et je voudrais m'y attarder quelque peu. Selon BHL, l'opération de la flottille turque était un "piège tactique et médiatique tendu à Israël par les provocateurs de Free Gaza". "[...] elle a permis de prendre l'Etat juif en défaut et de relancer comme jamais la mécanique de sa diabolisation". Il s'agit de "relance", donc d'un phénomène préexistant qui comprend d'ores et déjà sa "mécanique", un ensemble d'opérations rôdées destinées à présenter Israël comme le parangon du Mal. Notons que le texte utilise en l'occurrence la périphrase "l'Etat juif" qui comporte un trait définitoire d'Israël: ainsi rapprochés, état "juif" et diabolisation activent une riche mémoire discursive renvoyant à un antisémitisme séculaire (les juifs, meurtriers du Christ, figure religieuse de Mal; les juifs comme boucs émissaires, cause du Mal à travers les âges, avec le sommet que constitue le nazisme). Le présupposé est que l'hostilité médiatique envers Israël est liée à cette haine des Juifs qui cherche toujours une occasion pour se manifester. Là encore, le polémiste attaque les détracteurs, qui sont des "provocateurs" travaillant à diaboliser leur cible, à en faire une entité avec laquelle il ne convient pas de dialoguer (on ne parle pas avec le Diable) et qu'il faut honnir et isoler.

Or, la qualification d'Etat pirate (un état qui est hors-la-loi et exerce une violence criminelle semblable à celle qu'exercent les pirates contre les navires pour dévaliser et massacrer) ne renvoie pas seulement à la diabolisation comme Mal religieux et moral. Elle amène aussi la formule de "délégitimation", cette fois de l'Etat hébreu, une autre périphrase où ce n'est plus la judéité dans son rapport à l'antisémitisme qui est mise en avant. Je parle de "formule" dans le sens que donne à ce terme Alice Krieg-Planque (2009): une expression figée largement diffusée, qui devient un passage obligé pour traiter d'un sujet donné, comprend des enjeux sociaux et politiques importants, et donne lieu à des interprétations diverses qui la rendent polémique. Et en effet, "délégitimation d'Israël" est devenue une formule dans le discours israélien comme dans celui des pro-Israéliens. Globalement, elle désigne et dénonce la tentative de priver l'Etat d'Israël de sa légitimité pour mieux le combattre dans une guerre de l'image, et parvenir à l'isoler pour en fin de compte l'éradiquer. Israël est métaphoriquement présenté comme Etat pirate parce qu'il a abordé un navire en mer. Or le pirate est par définition hors-la-loi, il ne peut se réclamer d'aucune légalité (dans ses actions de brigandage et de meurtre, il transgresse toutes les lois), et il n'a aucune légitimité (il ne s'appuie sur aucun droit naturel). Ainsi, BHL accuse ses adversaires de saper la légitimité d'un Etat, celle même qui lui confère son droit à l'existence et sa place dans le concert des nations. Il les accuse en plus de commettre une vio-

lence symbolique grave par rapport au seul Etat démocratique de la région, en apportant son soutien aux régimes dictatoriaux et aux groupes terroristes, mettant ainsi en danger les valeurs de l'Occident, et plus particulièrement celles de la gauche:

Confusion d'une époque où l'on combat les démocraties comme s'il s'agissait de dictatures ou d'Etats fascistes. C'est d'Israël qu'il est question dans ce tourbillon de haine et de folie – mais c'est aussi, que l'on y prenne garde, quelques-uns des acquis les plus précieux, à gauche notamment, du mouvement des idées depuis trente ans qui se voient mis en péril. A bon entendeur, salut.

Laurent Joffrin prend la peine de répondre dans le même numéro de *Libération*, pour rebondir sur ce que BHL écrit et engager avec lui un échange polémique où il tente de se donner l'avantage en tempérant les élans passionnels et la violence verbale. Il n'est plus question du mouvement d'indignation de l'éditorial qui titrait: Indignation. En un premier temps, Joffrin avoue que le blocus n'est pas total; mais il maintient le qualificatif "impitoyable". Il avance un argument d'autorité, qui est aussi un argument a fortiori: ceux qui partagent cet avis sont "ne sont pas forcément des ennemis d'Israël" – et de citer la Maison-Blanche, le journaliste israélien Gideon Levy, éditorialiste à Haaretz, quotidien israélien ("qui parle "d'un siège inefficace, illégal et contraire à la morale", ou encore le travailliste israélien Isaac Herzog (il faut "faciliter les conditions de la population et trouver des alternatives sécuritaires fiables au blocus"). Il revient ainsi à l'argument de son premier éditorial, que BHL avait balayé: "Ainsi l'indignation provoquée par la mort de neuf personnes est loin de renvoyer seulement à l'hostilité de principe à Israël qui anime une partie du monde. Elle est sincère et repose souvent sur un raisonnement qui prend en compte le légitime besoin de sécurité qui anime les Israéliens".

Cette contre-attaque n'est pas juste une défense de ses positions et de son journal, mais une remise en cause radicale de la démarche qui consiste à accuser d'antisémitisme tous ceux qui critiquent l'Etat d'Israël. Elle s'inscrit dans un espace polémique où l'Opposant accuse les pro-Israéliens de censurer toute critique politique en interprétant les blâmes proférés à l'égard du gouvernement israélien comme des préjugés discriminatoires. Si le propos de Joffrin fait mine de ramener le débat à de plus justes proportions, il ne faut pas oublier qu'il participe d'une bataille virulente dans l'espace public français (il suffit de citer les titres des ouvrages de Pascal Boniface, membre du PS et polémiste actif sur ce sujet, "Peut-on critiquer Israël", et La "France malade du conflit israélo-palestinien".) Cette dis-

cussion met sur le tapis la question très controversée de la distinction à établir entre critique politique légitime (on a le droit de critiquer des mesures politiques, des actions gouvernementales, des hommes politiques, etc.), et procédé de délégitimation – il n’a pas le droit de nier les droits de l’autre: son droit à agir librement, à se défendre et plus encore à exister.

A cette accusation de délégitimation, Joffrin entend bien réagir. Il reprend la distinction entre les “adversaires acharnés d’Israël, qui contestent non seulement sa politique, mais son existence même”, et “les censeurs du gouvernement Netanyahu, et notamment notre journal, qui a toujours défendu, non seulement l’existence d’Israël (ce qui est élémentaire) mais aussi son droit à la sécurité”. Il opère ce faisant une redistribution des rôles qui remet en cause le discrédit jeté sur son journal et lui-même par BHL – d’un côté, la détestation des juifs et le désir de détruire leur Etat, de l’autre, les amis qui exercent leur droit de critique. Cette redistribution l’oblige à adopter un ton qui contraste avec celui de BHL. Là où celui-ci tempête et pourfend des ennemis jurés, le directeur de *Libé* se pose en critique avisé et en ami d’Israël qui reconnaît sa légitimité et son droit à l’autodéfense. Il fustige même ceux qui s’y opposent. Par son ton modéré, il projette un ethos d’homme réfléchi et de bon conseiller qui tranche avec l’image passionnelle que construit de BHL son discours véhément.

Surtout, il oppose à l’accusation de délégitimation l’idée que la critique exigeante ne s’applique qu’aux démocraties et, de ce fait, ne délégitime pas Israël mais au contraire le légitime en le rangeant dans la catégorie hautement valorisée des pays démocratiques:

C’est l’honneur exigeant des démocraties que d’être souvent critiquées plus longuement et plus vertement que bien des dictatures. Combien d’articles dans la presse démocratique sur Guantánamo, combien sur les méthodes policières en vigueur dans les régimes islamiques? Il y a effectivement deux poids et deux mesures. Mais c’est finalement heureux: ce déséquilibre montre que l’opinion démocratique croit à ses propres principes et veut se les appliquer, d’abord, à elle-même. On attend plus d’une démocratie que d’une dictature: c’est le fond de l’affaire, qui vaut pour les blocus et pour les arraisonnements en mer. En rabattre sur ces critiques au nom du réalisme ou d’une équité d’apparence, c’est miner les fondements moraux et politiques des régimes de liberté. *Ainsi les critiques adressées à la politique de l’Etat hébreu par les démocrates ne visent pas à sa délégitimation. Au contraire, ce débat ouvert, serait-il virulent, est un des éléments constitutifs de la légitimité d’Israël* (je souligne).

Le renversement est frappant, et permet de manier la polémique dans un mouvement où le pays si cher à l'adversaire semble, paradoxalement, encensé: la critique sévère et les exigences élevées envers l'Etat hébreu contre lesquelles s'insurge BHL constituent en fait la reconnaissance de ce qui fait son titre de gloire – sa démocratie. La question de la légitimité y subit, on le voit, un déplacement. La légitimation octroyée ne va pas aux agissements d'Israël, ni à son existence même (qui n'en a pas besoin), elle s'attache à la nature de son régime politique et aux valeurs qui y sont afférentes. Or, noblesse oblige... en l'occurrence, oblige à accepter les attaques même violentes qui insupportent l'intellectuel, et à voir dans la critique acerbe un hommage.

Ce contre-argument reprend aussi, à sa manière, l'un des points de dissension qui divisent les pro-palestiniens et les pro-israéliens. Ces derniers, en effet, ne cessent de s'insurger contre "deux poids, deux mesures" qui fait qu'Israël est vilipendé et traîné dans la boue, là où d'autres pays qui font pire sont exemptés de condamnations et ne provoquent pas de réactions passionnelles. BHL rappelle qu'au conseil des droits de l'homme des Nations unies [...] chargé de juger Israël "règnent ces grands démocrates que sont les Cubains, les Pakistanais et autres Iraniens". Il y voit la preuve irréfutable des préjugés à l'égard d'Israël et de l'infraction à la règle de justice qu'on lui fait subir. Or, Joffrin réinterprète la question en s'appuyant implicitement sur la nature particulière de la règle de justice: elle demande d'appliquer les mêmes mesures à des instances similaires dans des conditions similaires. Or, il ne s'agit pas en l'occurrence d'instances similaires mais justement, comme le dit bien l'Opposant lui-même, d'un pays démocratique d'une part et de pays obscurantistes de l'autre. Si bien qu'on ne peut leur appliquer la même règle, en l'occurrence, la même critique, puisque celle-ci se fonde sur des exigences ancrées dans des valeurs démocratiques partagées.

Dans ce bref échange sur les pages de *Libé*, qui n'est qu'une partie de la polémique menée contre BHL par d'autres journalistes comme Christophe Ayad (sur *Libé* aussi), Gidon Lévy (le journaliste israélien), ou encore le socialiste Pascal Boniface, on peut voir comment fonctionne une polémique dans l'espace public – et dans le cas en question, dans l'espace public français contemporain. Même quand ils veillent à se donner des allures réfléchies, les discours se répondent en un choc de positions antagonistes. Ils dichotomisent – la présentation du blocus de Gaza est jugée impitoyable et illégale par l'un, humaine, légale et inévitable par l'autre, l'idée de la critique d'Israël comme délégitimation est diamétralement opposée à celle de la critique d'Israël comme légitimation; l'argument du deux poids deux mesures met aux prises le reproche d'injustice et la distinction entre le

bon grain et l'ivraie. Dans ce débat contradictoire, les passions s'enflamment et les axiologiques abondent, quand il ne s'agit pas d'attaques virulentes de l'adversaire toujours discrédité dans ses prises de position politiques et éthiques. On retrouve alors une polarisation qui oppose les défenseurs inconditionnels d'Israël et ses critiques sévères, souvent qualifiés de détracteurs. Entre ces deux groupes règne une tension très grande, les uns voyant dans le blâme déversé sur Israël le fait des pro-Palestiniens et des judéophobes, les autres voyant dans la défense inconditionnelle d'Israël un communautarisme aveugle mal venu dans la République.

Et pourtant, les deux parties se parlent et continuent à discuter, même si la mise en contexte du débat dévoile souvent un ressassement quelque peu lassant: ce sont les mêmes argumentaires et les mêmes oppositions qui s'expriment sous des jours divers, à partir de circonstances nouvelles. La polémique a-t-elle mené à un accord? Certainement pas. A-t-elle rempli d'autres fonctions sur la place publique? Sans doute. L'une d'entre elles est de persuader ceux qui pensent comme vous. C'est le rôle de l'épidictique: il s'agit de renforcer une identité de groupe et une adhésion à un univers de valeurs communs qui trouveront éventuellement à se concrétiser dans l'action. C'est une fonction sociale qui n'est pas négligeable. Mais ne débouche-t-elle pas sur un dialogue de sourds, comme le voudrait Marc Angenot (2002)? Je ne le pense pas. En effet, elle autorise une confrontation publique où chacun des deux camps peut exprimer son dissentiment sur la base de valeurs communes, qui en sortent renforcées même si elles sont diversement interprétées: la démocratie, le besoin d'une critique politique rationnelle, la règle de justice, la condamnation des attitudes haineuses. Elle permet aux deux camps de se poser en adversaires qui se reconnaissent le droit à la libre parole et à la tentative d'emporter l'adhésion du tiers, et non pas en ennemis qui se combattent dans la violence physique. Cette transformation des ennemis en adversaires est au centre de la pensée de la politologue Chantale Mouffe (2000) qui en souligne l'importance dans un espace démocratique pluraliste où le conflit est de règle. Les opinions, les croyances, les intérêts, divergents sinon contradictoires qui se font nécessairement jour dans l'espace public doivent y trouver place. C'est dans ce sens que dans mon ouvrage, *Apologie de la polémique* (2014), j'ai insisté sur l'importance du désaccord en démocratie, et sur la possibilité que donne la polémique publique d'une coexistence dans le dissensus⁵.

⁵ On consultera aussi Amossy 2011.

BIBLIOGRAPHIE

- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Colin, 2012 [2000].
- _____. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], n. 9, 2012. Disponible em: <http://aad.revues.org/1346>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- _____. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. **Semen**, n. 31, p. 25-42, 2011.
- ANGENOT, M. **La parole pamphlétaire**. Typologie des discours modernes. Payot: Paris, 1982.
- _____. Doxa and cognitive breaks. **Poetics Today**, n. 23, v. 3, p. 513-537, 2002.
- _____. **Le dialogue de sourd**. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une Nuits, 2008.
- ARISTOTE. **Rhétorique**. Tradução de Médéric Dufour. Paris: Gallimard, [s.d.].
- DASCAL, M. Types of polemics and types of polemical moves. In: CMEJRKOVA, S. et al. (Éds). **Dialogue Analysis**. Tubingen: Max Niemeyer, 1998. p. 15-33.
- _____. Dichotomies and types of debates. In: EEMEREN van, Frans H.; GARSEN, Bart (Éds). **Controversy and Confrontation**. Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 2008. p. 27-49.
- GARAND, D. Propositions méthodologiques pour l'étude du polémique. HAYWARD, Annette; GARAND, Dominique (Éds). **États du polémique**. Montréal: Nota Bene, 1998. p. 211-268
- GELAS, N. Etude de quelques emplois du mot 'polémique'. In: _____.; KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Éds). **Le discours polémique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980, 41-50.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. In: GELAS, Nicole; _____. (Éds). **Le discours polémique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon. 1980. p. 3-40.
- KING, A. A.; ANDERSON, F. D. Nixon, Agnew and the Silent majority: A case study in the rhetoric of polarization. **Western Speech**, v. 35, n. 4, p. 243-255, 1971.
- KOCK, C. Constructive controversy: rhetoric as dissensus-oriented discourse. **Cogency**, n.1, v.1, p. 89-111, 2009.
- KOREN, R. Stratégies et enjeux de la 'dépolitisation' du langage. In: DUBIED, A.; GREVISSE, B. (Éds). **Recherches en communication: La polémique journalistique**. Louvain: Université catholique de Louvain, 2003. p. 65-84.
- KRIEG-PLANQUE, A. **La notion de "formule" en analyse du discours**. Cadre théorique et méthodologique. Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.
- MOUFFE, C. **The Democratic Paradox**. London; New York: Verso, 2000.
- ORKIBI, E. Ethos collectif et Rhétorique de polarisation: le discours des étudiants en France pendant la guerre d'Algérie. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 1, 2008. Disponible em: <http://aad.revues.org/438>.
- PLANTIN, C. **Des polémistes aux polémiqueurs**: La parole polémique. In: DECLERCQ, G. et al. (Éds). Paris: Champion, 2003. p. 377-408.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation**. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Presses de l'Université de Bruxelles, 1970 [1958].

_____. The Rational and the Reasonable. In: _____. **The New Rhetoric and the Humanities**. Essays on Rhetoric and its Applications. Dordrecht: Reidel, 1979. p. 117-123.

PHILLIPS, K. R. The spaces of public dissension: reconsidering the public sphere. **Communication monographs**, n. 63, p. 231-248, 1996.

RETÓRICA E TRANSGRESSÃO: O DISCURSO DE ANGELA MERKEL PARA O PARLAMENTO DE ISRAEL

Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Em 18 de março de 2008, a Chanceler alemã Angela Merkel proferiu para o Parlamento de Israel um discurso histórico, reconhecendo corajosamente ser uma vergonha para os alemães a ocorrência do holocausto na Segunda Guerra Mundial. Confessou e pediu perdão pelos graves erros cometidos pelo exército nazista contra o povo judeu. A intenção de Merkel parece ter sido provar que a Alemanha se preocupa em mudar a imagem negativa que deve a seu abjeto passado.

Neste trabalho, examinamos esse discurso de Angela Merkel, analisando-o sob a perspectiva da retórica clássica: suas condições de produção – o *kairós*, a audiência, o *decorum* –, as figuras retóricas e o uso das estratégias retóricas do *ethos*, do *logos* e do *pathos* mobilizadas para a persuasão dos israelenses. Considerando que o discurso político é por natureza transgressivo, erístico, buscando a vitória a qualquer custo, e que, no âmbito da retórica clássica, o uso de falácias constitui o máximo da transgressão, rastreamos, também, possíveis manobras falaciosas nesse discurso.

O contexto histórico

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo todo passou ainda por períodos difíceis. Principalmente os judeus, os mais sofridos, tiveram que buscar alternativas para sua sobrevivência. A fundação do Estado de Israel, em 1948, foi a saída para lhes assegurar um espaço próprio que lhes pudesse garantir um porto seguro.

A relação desse novo estado com a Alemanha parecia obviamente impossível. No entanto, com o empenho dos novos governantes israelenses e alemães, essa relação foi sendo paulatinamente estabelecida, buscando, a partir dos eventos do passado, a esperança no futuro. Judeus e alemães têm longa história em comum: conviveram na Alemanha por mil anos ou mais, desde que os primeiros comerciantes judeus lá chegaram, seguindo

os passos dos romanos, até o século XX, quando se deu o grande genocídio. Essa longa história partilhada certamente foi um elemento facilitador da reaproximação desses povos. Vejamos, sucintamente, os passos dados para esse fim:

Em 1952, foi assinado, entre o primeiro ministro israelense David Ben Gurion e o presidente alemão Konrad Adenauer, o tratado de indenização dos danos de guerra aos judeus, como primeira condição para a reconciliação dos povos. Em Israel, no entanto, a indenização gerou polêmica, pois muitos achavam que indenização de guerra não implica reconciliação. Em 14 de março de 1960, deu-se o primeiro encontro entre Adenauer e Ben Gurion, no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, quando se começou a negociar a aproximação de Israel e Alemanha. Mais tarde, reuniram-se também em Negev, para tratar desse e de outros assuntos.

Em 1965, foram estabelecidas relações diplomáticas entre Israel e Alemanha, o que, embora tenha sido um importante passo, não agradou a grande número de israelenses. Em decorrência, o novo embaixador alemão não foi bem recebido.

Na sequência, houve várias visitas oficiais de chanceleres e presidentes alemães a Israel e retribuições dessas visitas por presidentes e chanceleres israelenses: Em 1973, Willy Brandt, foi recebido pela então presidente, Golda Meir. Em razão da guerra de Yom Kippur, Meir foi forçada a renunciar em 1974, não podendo retribuir a visita de Brandt, o que foi feito por seu sucessor, Yitzhak Rabin, em 1975. Dez anos após, em 1985, quando era presidente de Israel Chaim Herzog, o presidente alemão Richard von Weizsäcker fez outra visita oficial a Israel. Em 1987, Chaim Herzog, por sua vez, retribuiu a visita de von Weizsäcker.

Depois dessas primeiras visitas, as relações se estreitaram: o presidente Ezer Weizman foi convidado a discursar para o Parlamento alemão, o *Bundestag*, em 1996. Na sequência, em 2000, o presidente alemão, Johannes Rau, foi o primeiro a discursar para o parlamento israelense, o *Knesset*, e, em 2005, na comemoração dos 40 anos de relações diplomáticas entre os dois países, coube ao presidente Horst Köhler a mesma honra. Por último, em 2008, foi a vez de Angela Merkel, a primeira chanceler alemã a discursar para o parlamento israelense, já que os outros dois oradores eram presidentes.

O discurso de Angela Merkel

Talvez em razão de, em estados parlamentaristas, o primeiro ministro ter mais importância que o presidente, ou talvez devido à crescente importância da Alemanha e de Merkel na União Europeia, seu discurso parece

ter recebido mais atenção da mídia do que os discursos dos dois presidentes alemães que a precederam. Em termos retóricos, seu *ethos*, vinculado a seu cargo de Chanceler Alemã e à importância da Alemanha na União Europeia, parece ter falado mais alto do que o seu discurso.

Verificamos que os três discursos desses alemães ao Knesset são muito semelhantes: em vários aspectos a fala de Merkel é um *déjà vu*. Os temas por ela abordados foram praticamente os mesmos tratados pelos que a antecederam: o holocausto, o reconhecimento da culpa da Alemanha nazista, a necessidade de preservação da memória do holocausto, os elogios a Adenauer e Ben Gurion, as relações Israel/Alemanha na atualidade, a pauta de cooperação entre as duas nações. Além desses temas comuns, Merkel tratou ainda dos problemas da Palestina e do Iran, da globalização e da União Europeia. Entretanto, no nosso entender, há vários aspectos no discurso da Chanceler que o diferenciam dos anteriores e que merecem ser explorados; vamos, porém, nos restringir ao mais relevante e interessante: as estratégias e manobras retóricas que se reconhecem nele e trechos em que pudemos identificar argumentação contenciosa ou, pelo menos, suspeitar da ocorrência desse recurso. Nosso objetivo principal é mostrar como as ferramentas da retórica clássica, além de contribuírem para a gênese dos discursos, contribuem também para sua análise.

Análise retórica do discurso de Ângela Merkel

Passamos agora a analisar, sob a perspectiva da retórica clássica, aspectos importantes do discurso de Angela Merkel, focalizando os fragmentos que melhor o caracterizam¹.

Audiência, Kairós e decorum

A audiência a que o discurso de Merkel se dirigiu diretamente foi o *Knesset*, o parlamento israelense, constituído das autoridades dirigentes do país – Presidente, Primeiro-Ministro, Presidente da Suprema Corte – dos deputados e de outras personalidades israelenses. Indiretamente, no entanto, seu discurso teve um alcance muito maior: além, principalmente, da comunidade israelense e da comunidade judaica mundial, interessou também aos cidadãos alemães, à mídia internacional e a todo o mundo político e intelectual.

¹ Embora nada substitua a análise do texto em sua íntegra, temos que nos ater à análise dos fragmentos que consideramos mais importantes, em razão de limite de espaço. Sugerimos a leitura da íntegra do discurso, disponível na Internet no original alemão e em inglês.

No que tange ao *Kairós*, Merkel, ao proferir seu discurso, teve a seu favor a oportunidade adequada, a comemoração dos 60 anos do Estado de Israel, um momento de festa, de júbilo, de espíritos desarmados. Teve as melhores condições, portanto, para sua fala ser bem aceita pela audiência.

Quanto ao *decorum* retórico, definido por Cícero como

[...] a forma da sabedoria que o orador deve empregar especialmente para adaptar-se às ocasiões e pessoas. Na minha opinião, não se deve falar com o mesmo estilo em todos os tempos, nem ante todas as pessoas, nem contra todos os adversários, nem em defesa de todos os clientes, nem em parceria com todos os defensores. Ele, [o sábio] será aquele que sabe adaptar seu discurso para caber em todas as circunstâncias concebíveis.² (CÍCERO, *Orator*. 3,123),

entendemos que três aspectos podem ter comprometido o discurso de Merkel: primeiramente, podemos questionar a opção de se expressar na língua alemã. Realmente, após fazer uma breve introdução em hebraico, estrategicamente dirigida a uma mulher, passou a falar alemão e agradeceu por lhe permitirem fazê-lo:

(1) *Senhora Presidente*, anni modda lachem she-nittan li le-dabber ellechem kaan bebait mechubad se. Se kawwod gadol awurri.³ (grifos nossos)

(2) Agradeço a todos que me permitem falar-lhes hoje na minha língua materna.⁴

Em protesto, alguns dos presentes se retiraram do recinto, o que indicia uma violação ao *decorum*, pois a oradora não adaptou seu discurso às circunstâncias específicas.

A propósito, Merkel não foi a primeira a usar a língua alemã em discursos em Israel: tal opção foi a mesma dos presidentes Johannes Rau e de Horst Köhler, o que também desagradou a muitos. Köhler também disse uma frase em hebraico e passou em seguida para o alemão. O presidente Rau, no entanto, teve uma atitude mais simpática, quase se desculpando

² Nossa tradução de: [...] the form of wisdom that the orator must especially employ—to adapt himself to occasions and persons. In my opinion, one must not speak in the same style at all times, nor before all people, nor against all opponents, not in defense of all clients, not in partnership with all advocates. He, therefore, will be who can adapt his speech to fit all conceivable circumstances.

³ Tradução da Chancelaria Alemã do hebraico para o alemão: Eu lhe agradeço por falar-lhe hoje aqui. Eu considero isso uma grande honra.

⁴ Nossa tradução de: Ich danke allen, dass ich in meiner Muttersprache heute zu Ihnen sprechen darf

por usar a língua alemã e entendendo o descontentamento da audiência: “Senhor Presidente, minhas senhoras e senhores, eu sei o que significa para muitos de vocês ouvir o idioma alemão nesta insigne casa hoje.” (RAU, 2000)⁵

A questão que podemos colocar é: por que esses políticos não optaram por discursar em inglês, como o fariam em outras oportunidades, evitando constrangimentos? Uma possível causa pode ter sido o orgulho de se afirmarem como alemães, a despeito da inconveniência dessa escolha.

Um segundo aspecto questionável quanto ao *decorum* tem a ver com o gênero discursivo utilizado pela oradora. Sabe-se, desde Aristóteles, que o gênero de discurso epidítico é o adequado a ocasiões festivas, comemorativas. O discurso em questão, portanto, deveria ser um discurso epidítico, um encômio em louvor aos 60 anos de Israel. Merkel, de fato, após os vocativos e agradecimentos, expressou, em ladainha, uma série de elogios a Israel:

(3) ⁶Eu falo aos Senhores num ano especial. Pois neste ano, 2008, os senhores comemoram o sexagésimo aniversário da fundação de seu estado, o Estado de Israel.
60 anos de Israel – 60 anos de magnífico trabalho de pessoas para construir uma nação sob circunstâncias difíceis.
60 anos de Israel – 60 anos de desafios, combatendo ameaças e lutando pela paz e segurança.
60 anos de Israel – 60 anos de integração dos imigrantes no corpo político desta terra.
60 anos de Israel – e nós temos um país repleto de vitalidade e de confiança, capaz de grandes feitos tecnológicos, com uma riqueza de cultura e tradições.
60 anos de Israel – esta é sobretudo uma ocasião de grande alegria. Em nome do Governo Federal e do povo alemão, congratulo a todos os cidadãos de Israel neste Jubileu especial”.⁷

⁵ Nossa tradução de: Herr Staatspräsident, meine Damen und Herren, ich weiß, was es für manchen von Ihnen bedeutet, in diesem Hohen Hause heute die deutsche Sprache zu hören.

⁶ Numeramos os excertos seguindo a ordem de nossa análise e não seguindo estritamente a ordem em que aparecem no discurso.

⁷ Nossa tradução de: Ich spreche zu Ihnen in einem besonderen Jahr. Denn in diesem Jahr – 2008 – feiern Sie den 60. Jahrestag der Gründung Ihres Staates, des Staates Israel.

60 Jahre Israel – das sind 60 Jahre großartiger Aufbauarbeit der Menschen unter schwierigen Bedingungen.

60 Jahre Israel – das sind 60 Jahre Herausforderungen im Kampf gegen Bedrohungen und für Frieden und Sicherheit.

60 Jahre Israel – das sind 60 Jahre Integration von Zuwanderern in das Gemeinwesen dieses Staates.

60 Jahre Israel – das ist ein Land voller Vitalität und Zuversicht. Mit technologischen Spitzenleistungen. Mit kulturellem Reichtum und Traditionen.

60 Jahre Israel – das ist somit vor allem ein Anlass zu großer Freude. Im Namen der Bundesregierung und der deutschen Bevölkerung gratuliere ich allen Bürgerinnen und Bürgern Israels zu diesem Jubiläum.

Além desses elogios presentes no *exordium* e de cumprimentos festivos na *peroratio*, só se encontram nesse discurso alguns louvores e menções a David Ben Gurion, o primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro de Israel, diluídos na fala de Merkel:

(4) Ou com as conhecidas palavras de David Ben Gurion – eu o cito: ‘quem não acredita em milagres não é realista’. Fim da citação.⁸

(5) Pensamentos devem tornar-se palavras, e palavras, obras. David Ben Gurion, o primeiro primeiro-ministro do seu país e Konrad Adenauer, primeiro chanceler do meu, ensinaram-nos exatamente isso”.⁹

(6) Eis por que foi tão importante para mim ir ao kibutz Sde Boker, no domingo, e colocar uma coroa de flores no túmulo de Ben Gurion. Pois foram Ben Gurion e Adenauer que transformaram pensamentos em palavras e palavras em ações. Com prudência e providência eles lançaram as bases nas quais as relações entre nossos países agora repousam.¹⁰

Mesmo nessas oportunidades, como vimos, o nome de Ben Gurion apareceu quase sempre acompanhado do nome de Adenauer, colocados no mesmo nível de importância, o que relativizou o louvor ao israelense.

Registra-se, também, no discurso, um único elogio à tecnologia israelense:

(7) E no campo do meio ambiente e proteção do clima, por exemplo, Israel, país de alta tecnologia, pode compartilhar seu amplo *know-how*, especialmente nos domínios da água e da irrigação [...].¹¹

Merkel perdeu aqui a oportunidade de exaltar os grandes feitos dos judeus através dos tempos, e contribuir, com seu discurso, para a constru-

⁸Nossa tradução de: Oder um es mit den bekannten Worten von David Ben Gurion – ich zitiere ihn: “Wer nicht an Wunder glaubt, der ist kein Realist.” – Ende des Zitats.

⁹Nossa tradução de: Aus Gedanken müssen Worte werden. Und aus Worten Taten. Der erste Premierminister Ihres Landes, David Ben Gurion, und der erste Bundeskanzler meines Landes, Konrad Adenauer, sie haben uns genau das vorgemacht.

¹⁰Nossa tradução de: Deshalb war es mir wichtig, am Sonntag in den Kibbuz Sde Boker zu fahren und dort am Grab von David Ben Gurion einen Kranz niederzulegen. Denn es waren Ben Gurion und Adenauer, die den Gedanken Worte, den Worten Taten folgen ließen. Sie legten mit Vorsicht und Weitsicht die Grundlage für die Beziehungen zwischen unseren Staaten.

¹¹Nossa tradução de: Im Bereich von Umwelt- und Klimaschutz – zum Beispiel indem das Hochtechnologieland Israel sein umfassendes Know How insbesondere auch im Bereich Wasser und Bewässerungswirtschaft einbringen Form [...]

ção de um merecido *ethos* de excelência para esse povo. Entretanto, o que se encontra no discurso é um eloquente elogio à Alemanha, nas pessoas de seus ex-chanceleres, enfatizando a reunificação da Alemanha e a reconciliação europeia, construindo um *ethos* de excelência para a Alemanha:

(8) Eu não poderia estar hoje frente aos senhores e não poderia falar-lhes hoje como Chanceler da República Federal da Alemanha, como alguém que cresceu na DDR, se não houvesse políticos do calibre de Konrad Adenauer, Willy Brandt e Helmut Kohl na República Federal da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Eles acreditavam no poder da liberdade, no poder da democracia e no poder da dignidade humana. Eles conseguiram fazer possível o aparentemente impossível: a unificação da Alemanha em paz e liberdade, e, com isso, a reconciliação do continente europeu.¹²

A menção à sua origem na DDR (Alemanha Oriental) tem razão de ser: lá se entendia que o holocausto era problema da BRD (Alemanha Ocidental). Merkel, talvez em razão disso, se sinta menos credenciada que outros dirigentes da Alemanha para tratar de assuntos relativos aos judeus.

Finalmente, ao tratar a Chanceler do problema Israel/Iran, temos mais um terceiro aspecto que exemplifica sua violação ao *decorum*:

(9) Ou como nós reagimos quando as pesquisas mostram que uma clara maioria dos europeus entrevistados dizem que Israel é uma ameaça maior para o mundo que o Irã? Quando nós, os políticos na Europa, por medo, curvamo-nos à opinião pública e recuamos diante de sanções ainda mais rigorosas sobre o Irã para persuadi-lo a interromper seu programa nuclear? Não, por mais incômodo que isso possa ser, justamente por isso não podemos fazê-lo.[...] ¹³

¹² Nossa tradução de: Ich könnte heute nicht vor Ihnen stehen, und ich könnte heute nicht als Bundeskanzlerin der Bundesrepublik Deutschland, die in der ehemaligen DDR aufgewachsen ist, zu Ihnen sprechen, wenn es nach dem Zweiten Weltkrieg in der damaligen Bundesrepublik nicht Politiker wie Konrad Adenauer, Willy Brandt und Helmut Kohl gegeben hätte. Sie haben an die Kraft der Freiheit, an die Kraft der Demokratie und an die Kraft der Menschenwürde geglaubt. Sie haben es so vermocht, das scheinbar Unmögliche möglich zu machen: die Vollendung der Einheit Deutschlands in Frieden und Freiheit und damit die Versöhnung des europäischen Kontinents.

¹³ Nossa tradução de: Oder wie gehen wir damit um, wenn in Umfragen eine deutliche Mehrheit der Befragten in Europa sagt, die größere Bedrohung für die Welt gehe von Israel aus und nicht etwa vom Iran? Schrecken wir Politiker in Europa dann aus Furcht vor dieser öffentlichen Meinung davor zurück, den Iran mit weiteren und schärferen Sanktionen zum Stopp seines Nuklearprogramms zu bewegen? Nein, wie unbequem es auch sein mag, genau das dürfen wir nicht [...].

Consideramos inconveniente a atitude da Chanceler alemã, mencionando tal pesquisa num discurso em princípio epidítico, encomiástico, numa cerimônia em que se comemorava o aniversário dos 60 anos do Estado de Israel, muito embora ela tenha defendido que os políticos da Europa não podem recuar quanto às sanções ao Irã. Mesmo aí, ela foi infeliz no uso do adjetivo “incômodo” para se referir às sanções ao Irã, pois o que deveria importar é que tais sanções são justas e necessárias. De qualquer forma, com tal menção, mesmo que modalizada por essa sua defesa, Merkel pareceu-nos passar de um encômio a uma invectiva, comprometendo o *decorum* e desconstruindo o *ethos* de Israel.

Fato é que o discurso de Merkel sofreu uma transgressão quanto ao gênero, passando de um discurso epidítico, adequado à comemoração, ora a um encômio às avessas, de autolouvor à Alemanha, ora a um discurso político, persuasivo, ora, até mesmo, a uma invectiva. Ao que nos parece, seu principal interesse não foi comemorar os 60 anos de Israel, mas construir um *ethos* de superioridade e excelência para a Alemanha: para o povo alemão, para os governos alemães, e para si própria. Embora os gêneros nem sempre sejam puros, o que predominou, no caso em questão, foi o discurso político persuasivo e, nas partes encomiásticas, a proporção do discurso dedicado ao louvor a Israel foi muitíssimo menor do que a apologia à Alemanha.

As estratégias persuasivas de Angela Merkel

Passamos agora à apresentação e análise de outros excertos do discurso de Angela Merkel, com o objetivo de evidenciar as manobras e os recursos retóricos utilizados por ela para a persuasão da audiência.

Já no *exordium*, o apelo patêmico está presente: não poderia haver nada mais emocionalmente apelativo do que a menção, por um alemão, em Israel, ao holocausto: Vejamos:

(10) Minhas Senhoras e meus Senhores, a Alemanha e Israel são e permanecerão para sempre ligadas de maneira especial pela memória do holocausto. Shoah. Justo por esta razão, começamos as primeiras reuniões intergovernamentais Alemanha/Israel ontem com uma cerimônia de comemoração no Yad Vashem.^{14 15} (grifos nossos)

¹⁴ O memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do holocausto.

¹⁵ Nossa tradução de: Meine Damen und Herren, Deutschland und Israel sind und bleiben, und zwar für immer, auf besondere Weise durch die Erinnerung an die Shoah verbunden. Genau deshalb haben wir die ersten deutsch-israelischen Regierungskonsultationen gestern mit dem Gedenken in Yad Vashem begonnen.

Além de patêmico, o apelo pareceu-nos falacioso: no trecho “AAlemanha e Israel permanecerão sempre ligadas de maneira especial pela memória do holocausto. *Shoah*”. Merkel empregou a expressão “ligadas de maneira especial”, quando, na verdade, Alemanha e Israel não são ligadas pela memória do holocausto, são antes separadas pela memória do holocausto. Estrategicamente, ela usou o termo *ligadas*, modalizado pela expressão “de maneira especial pela memória do holocausto”. Com essa tática, sugeriu-se, falaciosamente, a ideia de união dos dois povos. Horst Köhler, em seu discurso ao *Knesset*, disse de forma muito honesta que “Entre a Alemanha e Israel não pode haver o que se chama de normalidade”. (KÖHLER, 2005)¹⁶

Mais à frente, Merkel retomou o tema da relação Israel/Alemanha, amplificado retoricamente, pela repetição:

(11) Dizemos sempre: Alemanha e Israel estão ligadas por uma *relação especial, singular*.¹⁷ (grifos nossos)

(12) Mas o que exatamente significa essa *relação singular*?¹⁸ (grifos nossos)

Merkel, na verdade, não respondeu à questão, pois definir exatamente essa relação a levaria a explicitar que a singularidade da relação se deve justamente a que o ponto comum, o holocausto, é visto de forma totalmente oposta por judeus (vítimas) e alemães (algozes). Podemos dizer que ela, aqui, não respondendo à sua pergunta, se esquivou do ônus da prova por meio de uma pergunta retórica. Colocou, então, mais duas questões:

(13) O meu país tem consciência da importância dessas palavras – não apenas quando repetidas nos discursos e nos eventos cerimoniais, mas também quando se depende de ter tal consciência? Como, por exemplo, agimos, concretamente, quando as atrocidades dos nazistas são relativizadas?¹⁹

Aqui Merkel se esquivou mais uma vez, não apresentando resposta para a primeira das questões propostas. Entendemos que lhe seria difícil,

¹⁶ Nossa tradução de: Zwischen Deutschland und Israel kann es nicht das geben, was man Normalität nennt. Aber wer hätte vor 40 Jahren gedacht, wie gut, ja, wie freundschaftlich sich unser Verhältnis entwickeln würde?

¹⁷ Nossa tradução de: Wir sagen oft: Deutschland und Israel verbinden besondere, einzigartige Beziehungen.

¹⁸ Nossa tradução de: Was aber ist genau damit gemeint – einzigartige Beziehungen?

¹⁹ Nossa tradução de: Ist sich gerade mein Land dieser Worte bewusst – und zwar nicht nur in Reden und Festveranstaltungen, sondern dann, wenn es darauf ankommt? Wie gehen wir zum Beispiel ganz konkret damit um, wenn die Gräueltaten des Nationalsozialismus relativiert werden?

porque falso, assumir que seu país, como um todo, tem consciência da importância dessas palavras. Sua resposta teria que ser NÃO, pois, uma pesquisa realizada na Alemanha, em 2009 – durante a invasão de Gaza – mostrou que apenas um terço dos cidadãos achava que a Alemanha tinha uma especial responsabilidade em relação a Israel. Para sessenta por cento não havia responsabilidade alguma (essa porcentagem era muito maior entre os jovens e os habitantes da antiga Alemanha Oriental). Diferentemente da postura de Merkel, Johannes Rau, em seu discurso ao Knesset, foi mais sincero, menos retórico, quando disse: “Claro que convivemos ainda com a xenofobia, com problemas de integração e há também o antissemitismo. Negar isso é errado e perigoso” (RAU, 2000)²⁰. Também Horst Köhler, discursando para o mesmo Knesset, foi mais honesto: “Toda sociedade aberta tem seus inimigos. Xenofobia e antissemitismo não desapareceram da Alemanha” (KÖHLER, 2005)²¹. Quanto à segunda pergunta, com o uso dos verbos no presente do indicativo – “agimos” e “são” –, ficou clara a confissão de Merkel de que tal relativização das atrocidades costuma acontecer, que ainda há alemães que não assumem a responsabilidade histórica pelas atrocidades praticadas e as relativizam. A sua resposta, portanto, se referiu somente à primeira parte da questão, a “como agimos”:

(14) Aqui só pode haver uma resposta. Cada tentativa de banalizar essas atrocidades deve ser cortada pela raiz. Não se pode permitir que o antissemitismo, o racismo e a xenofobia tomem pé na Alemanha e na Europa novamente, pois, caso contrário, todos nós – a sociedade alemã como um todo, a Comunidade Europeia, a base democrática de nossos países – iríamos ser postos em perigo.²²

Embora essa resposta pareça politicamente correta, a Chanceler não colocou a verdade claramente, mas uma meia-verdade, estrategicamente camuflada em uma pergunta. Além do mais, apresentou a Alemanha e a Europa em pé de igualdade no que tange ao antissemitismo, ao racismo e à xenofobia, numa tentativa falsa de repartir a culpa. Embora tenha havido colaboracionismo com o nazismo em outros países, e hoje ainda haja manifestações iso-

²⁰ Natürlich erleben wir auch Fremdenfeindlichkeit, Integrationsprobleme, und es gibt auch Antisemitismus. Das zu leugnen, wäre falsch und gefährlich.

²¹ Jede offene Gesellschaft hat auch Feinde. Fremdenfeindlichkeit und Antisemitismus sind nicht aus Deutschland verschwunden.

²² Hierauf kann es nur eine Antwort geben: Jedem Versuch dazu muss im Ansatz entgegen getreten werden. Antisemitismus, Rassismus und Fremdenfeindlichkeit dürfen in Deutschland und in Europa nie wieder Fuß fassen. Und zwar weil alles Andere uns insgesamt – die deutsche Gesellschaft, das europäische Gemeinwesen, die demokratische Grundordnung unserer Länder – gefährden würde.

ladas desses três preconceitos em países europeus, nada se compara aos promovidos pelo nazismo. Ademais, Merkel considerou que admitir tal relativização implicaria consequências perigosas, num apelo patêmico ao sentimento do medo. O que Merkel não disse, mas deveria ter dito, é que esses preconceitos são moralmente e eticamente inadmissíveis e condenáveis.

Num crescendo, continuou usando a estratégia retórica da amplificação; de relações Israel/Alemanha especiais, singulares, passou, hiperbolicamente, para relações excelentes:

(15) Não é exagero, quando constatamos: *as relações entre nossos dois países são excelentes*.²³ (grifos nossos)

Na nossa percepção, pelo contrário, tal afirmativa, além de exagerada, é falsa: a própria amplificação retórica pela hipérbole.

Merkel retomou ainda, mais uma vez, o tema das relações Israel/Alemanha na *peroratio*:

(16) Sim, as nossas relações *são especiais, singulares* [...] ²⁴
(grifos nossos)

Vejamos agora o trecho abaixo, que consideramos o principal do discurso, impactante e comovente:

(17) O assassinato em massa de 6 milhões de judeus, *realizado em nome dos alemães*, trouxe indescritível sofrimento para o povo judeu, para a Europa e o mundo. O Holocausto enche a nós alemães de vergonha. Eu abaixo minha cabeça ante as vítimas. Eu me curvo ante os sobreviventes e ante todos aqueles que os ajudaram, possibilitando a eles sobreviver. A ruptura com a civilização que foi o Holocausto não tem paralelo. Deixou feridas até hoje. A relação entre Israel e Alemanha parecia francamente impossível. Passaportes israelenses durante longo tempo continham as palavras: “Válido para todos os países exceto Alemanha”. ²⁵ (grifos nossos)

²³ Es ist keine Übertreibung, wenn wir feststellen: Die Beziehungen unserer beiden Länder sind ausgezeichnet.

²⁴ Ja, es sind besondere, einzigartige Beziehungen [...]

²⁵ Der im deutschen Namen verübte Massenmord an sechs Millionen Juden hat unbeschreibliches Leid über das jüdische Volk, über Europa und die Welt gebracht. Die Shoah erfüllt uns Deutsche mit Scham. Ich verneige mich vor den Opfern. Ich verneige mich vor den Überlebenden und vor all denen, die ihnen geholfen haben, dass sie überleben konnten. Der Zivilisationsbruch durch die Shoah ist beispiellos. Er hat Wunden bis heute hinterlassen. Er schien Beziehungen zwischen Israel und Deutschland zunächst geradezu unmöglich zu machen. In den israelischen Pässen stand lange Zeit der Satz: “Gilt für alle Länder mit Ausnahme Deutschlands.”

Nesse trecho, ampliou-se a audiência, incluindo a Europa e o mundo inteiro como vítimas das atrocidades nazistas, e Merkel apresentou um *confiteor* e um *mea culpa*, assumiu a vergonha pelo ocorrido e expressou um humilde e comovente pedido de perdão. Com esse trecho, sem dúvida, a Chanceler, apelando ao *pathos*, conquistou a adesão de sua audiência. No entanto, ela disse que o assassinato em massa de 6 milhões de judeus foi “realizado em nome dos alemães” (*im deutschen Namen*), numa tentativa falaciosa de minimizar a responsabilidade do povo alemão. A história mostra que a grande maioria do povo alemão aceitou ou foi omissa quanto ao holocausto. Inúmeros documentários sobre a era Hitler registram a fanática adesão dos alemães a seu *Führer*. Houve, naturalmente, uma minoria que não concordava com as atrocidades, mas que não teve forças para alterar a situação. Diferentemente de Merkel, disse Johannes Rau em seu discurso ao Knesset:

Ante o povo de Israel, eu me curvo humildemente perante as vítimas do assassinato que não têm túmulos onde eu possa pedir-lhes perdão. Peço perdão *pelo que os alemães fizeram*, em meu nome e de minha geração, de nossos filhos e netos, cujo futuro eu gostaria de ver ao lado dos filhos de Israel. Eu estou fazendo isso ante vocês, os representantes do Estado de Israel, que nasceu depois de 2000 anos, e os judeus do mundo, mas especialmente os sobreviventes da Shoah.²⁶ (RAU, 2000) (grifos nossos)

Como se vê, Johannes Rau, de modo honesto, não tentou proteger o povo alemão, livrando-o da responsabilidade em relação ao holocausto e, além do mais, estendeu essa responsabilidade para as gerações futuras.

Na fala de Merkel, constatamos também a amplificação retórica pela *repetitio*, com a recorrência da expressão ‘responsabilidade histórica’. Ela já começou se contradizendo:

(18) Senhoras e Senhores, *nosso sentido de responsabilidade histórica* e compromisso com nossos valores comuns formaram a base das relações Israel-Alemanha desde o início e até hoje.²⁷

²⁶ Im Angesicht des Volkes Israel verneige ich mich in Demut vor den Ermordeten, die keine Gräber haben, an denen ich sie um Vergebung bitten könnte. Ich bitte um Vergebung für das, was Deutsche getan haben, für mich und meine Generation, um unserer Kinder und Kindeskindern willen, deren Zukunft ich an der Seite der Kinder Israels sehen möchte. Ich tue das vor Ihnen, den Vertretern des Staates Israel, der nach 2000 Jahren wiedergeboren wurde und den Juden in der Welt, vor allem aber den Überlebenden der Shoah Zuflucht gegeben hat.

²⁷ Meine Damen und Herren, das Bewusstsein für die historische Verantwortung und das Eintreten für unsere gemeinsamen Werte – das bildet das Fundament der deutsch-israelischen Beziehungen von ihren Anfängen bis heute.

A contradição se deve ao fato de que, antes dessa afirmação, ela já havia dito, neste mesmo discurso, que no início as relações Israel Alemanha eram francamente impossíveis. Mais à frente, reafirmou que o início das relações não foi fácil:

(19) [...] a DDR só reconheceu o Estado de Israel pouco antes de seu próprio fim. Demorou mais de 40 anos para a Alemanha como um todo reconhecer tanto a sua *responsabilidade histórica* como reconhecer o Estado de Israel.²⁸

O que Merkel não disse é que mesmo a Alemanha Ocidental só reconheceu o Estado de Israel em 1965, dezessete anos após a criação do Estado de Israel, quando se estabeleceram as relações diplomáticas entre as duas nações: na verdade, a Alemanha como um todo (Deutsche Demokratische Republik e Bundesrepublik Deutschland) demorou exatamente 57 anos para reconhecer o Estado de Israel, o que se deu em 2005, portanto três anos antes de seu discurso. Registramos aqui uma imprecisão nos dados mencionados por Merkel.

Além do mais, no nosso ponto de vista, é preciso separar o reconhecimento do Estado de Israel, uma decisão de governo, datada, da qual o povo não necessariamente participa, da responsabilidade histórica para com Israel, o que se espera do povo alemão como um todo. Merkel tratou dos dois aspectos como se fossem um só: no nosso entender, o reconhecimento do Estado de Israel não implica necessariamente o reconhecimento da responsabilidade histórica pelo povo alemão.

Podemos, ainda, questionar a demora da Alemanha para “reconhecer sua responsabilidade histórica”, o que nos leva a crer que o antissemitismo do povo alemão ainda perdurou. Se o povo alemão fosse realmente inócete, teria imediatamente reconhecido sua responsabilidade histórica, o que até hoje não é consensual:

(20) Minhas Senhoras e Senhores, eu estou profundamente convencida de que, somente se a Alemanha reconhecer sua *responsabilidade permanente pela catástrofe moral na história alemã*, nós poderemos formatar humanamente o futuro. Ou dito de outro modo: A humanidade surge da *responsabilidade* pelo passado. Não, por mais incômodo que isso possa ser, justamente por isso não podemos fazê-lo. Pois, tomar esse

²⁸ Auch den Staat Israel hat die DDR bis kurz vor ihrem Ende nicht anerkannt. Es dauerte über 40 Jahre, bis sich nach der Wiedervereinigung ganz Deutschland sowohl zu seiner historischen Verantwortung als auch zum Staat Israel bekennen konnte.

caminho significaria nunca termos entendido a nossa *responsabilidade histórica* nem termos desenvolvido uma sensibilidade para os desafios do nosso tempo. Ambas essas falhas seriam fatais.²⁹ (grifos nossos)

Esse trecho, também comovente, certamente foi bem recebido pela audiência. Entretanto, o uso do modo condicional “somente *se* a Alemanha reconhecer sua responsabilidade permanente [...]” mostra que a Chanceler, embora possa defender esse ponto de vista, não afirmou que isso tenha ocorrido, bem como não garantiu que isso vá ocorrer. Portanto, se contradisse mais uma vez, pois havia dito antes que a Alemanha já havia reconhecido tanto o Estado de Israel como sua responsabilidade histórica em relação aos judeus. Na sequência disse ainda Merkel:

(21) Aqui, neste lugar, quero dizer explicitamente: todos os governos alemães e todos os Chanceleres alemães antes de mim assumiram a especial *responsabilidade histórica* da Alemanha para com a segurança de Israel. (grifos nossos)³⁰

(22) Para mim, como Chanceler da Alemanha, portanto, a questão da segurança de Israel nunca será aberta para negociação.³¹

Podemos dizer que, aqui, ela passa a atribuir aos chanceleres, não mais ao povo alemão, o reconhecimento da responsabilidade histórica em relação a Israel. Essa postura parece-nos mais correta. Fez, também, um tipo de promessa pessoal quanto à questão da segurança de Israel, em que não fica claro se “nunca” aí significa “em tempo algum”, ou se se restringe ao tempo em que ela continuar sendo Chanceler da Alemanha. O trecho nos parece ambíguo, falacioso: Mais um nítido apelo ao *pathos*, usado para a construção do *ethos* da Alemanha. Insistiu mais uma vez no mote da responsabilidade histórica:

²⁹ Nossa tradução de: Meine Damen und Herren, ich bin zutiefst davon überzeugt: Nur wenn Deutschland sich zu seiner immerwährenden Verantwortung für die moralische Katastrophe in der deutschen Geschichte bekennt, können wir die Zukunft menschlich gestalten. Oder anders gesagt: Menschlichkeit erwächst aus der Verantwortung für die Vergangenheit.

³⁰ Nossa tradução de: Gerade an dieser Stelle sage ich ausdrücklich: Jede Bundesregierung und jeder Bundeskanzler vor mir waren der besonderen historischen Verantwortung Deutschlands für die Sicherheit Israels verpflichtet.

³¹ Das heißt, die Sicherheit Israels ist für mich als deutsche Bundeskanzlerin niemals verhandelbar.

(23) Esta *responsabilidade histórica* é parte da razão de ser do meu país.³² (grifos nossos)

Como se vê, retoricamente, apela pelo *pathos* da audiência de forma hiperbólica.

Merkel retomou ainda esse mote, quando defendeu que a União Europeia não pode recuar quanto às sanções aplicadas ao Irã, em razão de seu programa nuclear.

(24) Quando nós, os políticos na Europa, por medo, curvamos-nos à opinião pública e recuamos diante de sanções ainda mais rigorosas sobre o Irã para persuadi-lo a interromper seu programa nuclear?³³

(25) Não, por mais incômodo que isso possa ser, justamente por isso não podemos fazê-lo. Pois, tomar esse caminho, significaria nunca termos *entendido a nossa responsabilidade histórica* nem termos desenvolvido uma sensibilidade para os desafios do nosso tempo. Ambos caminhos seriam fatais. (grifos nossos)³⁴

A inclusão desse tema – Irã – parece ter tido por objetivo atribuir a responsabilidade histórica não só à Alemanha, mas também aos outros países europeus e mostrar que a Alemanha não se inclui entre os que temem a opinião pública, que a Alemanha entendeu sua responsabilidade histórica e conhece, diferentemente dos outros países, os desafios do presente. Em termos retóricos, construir um *ethos* benevolente, correto, ético para a Alemanha, pela comparação com as posturas de outros países. Merkel sugeriu, com a palavra “fatal”, mais uma vez, a questão do perigo e do medo. As sanções devem ser aplicadas para se evitar o perigo (aqui concreto) de uma nova guerra.

Também na *peroratio* voltou a repetir o mote da responsabilidade histórica:

(26) Com sempre duradoura *responsabilidade pelo passado*, com valores compartilhados, com credibilidade mútua, com

³² Nossa tradução de: Diese historische Verantwortung Deutschlands ist Teil der Staatsräson meines Landes.

³³ Nossa tradução de: Schrecken wir Politiker in Europa dann aus Furcht vor dieser öffentlichen Meinung davor zurück, den Iran mit weiteren und schärferen Sanktionen zum Stopp seines Nuklearprogramms zu bewegen?

³⁴ Nein, wie unbequem es auch sein mag, genau das dürfen wir nicht. Denn täten wir das, dann hätten wir weder unsere historische Verantwortung verstanden noch ein Bewusstsein für die Herausforderungen unserer Zeit entwickelt. Beides wäre fatal.

grande solidariedade para com o outro e com a mesma confiança.³⁵

Passa, então, a tratar da questão da preservação da memória do holocausto:

(27) É verdade que lugares da memória são importantes, lugares como o Memorial do Holocausto em Berlim ou o Yad Vashem. Eles mantêm as memórias vivas. Mas também é verdade que lugares sozinhos não são suficientes, uma vez que as memórias se tornam histórias. Memórias devem ser constantemente recordadas. Pensamentos devem tornar-se palavras, e palavras, obras.³⁶

(28) Hoje, cabe-nos, à minha geração, esforçarmos em conjunto com os jovens em prol de uma cultura da memória – uma cultura da recordação que resistirá também quando os sobreviventes da Shoah não estiverem mais entre nós. Evidentemente não há nenhuma receita pronta para fazer isso. Mas reconhecer e assumir o desafio são o primeiro passo crucial no sentido de desenvolver estratégias criativas comuns para uma futura cultura da lembrança, em cooperação com os nossos jovens, em Israel e na Alemanha.³⁷

Aqui notamos que Merkel buscou equiparar, falaciosamente, os jovens da Alemanha aos de Israel. É muito mais provável que os jovens de Israel desejem preservar a memória do holocausto, pois os judeus foram as grandes vítimas. Já para os jovens alemães, que vivem como se nada houvesse ocorrido, realmente serão necessárias estratégias para forçá-los a não esquecer o incômodo passado.

³⁵ Nossa tradução de: Mit immer wäherender Verantwortung für die Vergangenheit, mit gemeinsamen Werten [...]

³⁶ Nossa tradução de: Ja, es ist wahr: Orte des Gedenkens sind wichtig. Orte wie das Holocaust-Mahnmal in Berlin oder Yad Vashem. Sie halten die Erinnerung wach. Aber wahr ist auch: Orte allein reichen noch nicht aus. Wenn Erinnerung Geschichte wird. Erinnerung muss sich immer wieder neu bewähren. Aus Gedanken müssen Worte werden. Und aus Worten Taten.

³⁷ Nossa tradução de: Heute ist es an uns, an meiner Generation, zusammen mit der jungen Generation das Bewusstsein für eine Erinnerungskultur zu wecken, die auch dann trägt, wenn die Überlebenden der Shoah nicht mehr unter uns sein werden. Natürlich gibt es dafür kein Patentrezept. Aber diese Herausforderung zu erkennen und anzunehmen – das genau ist der erste entscheidende Schritt, um zusammen mit der Jugend kreative Wege für eine Erinnerungskultur der Zukunft zu entwickeln, und zwar in Israel und in Deutschland gemeinsam.

A Chanceler equiparou, sempre, de modo patêmico e hiperbólico, a Alemanha a Israel quanto a seus valores, o que, segundo ela, é a origem da confiança existente entre esses povos:

(29) Pode nos ajudar nesse empenho algo que também tem ajudado nas últimas décadas – *o poder da confiança*. Essa *confiança* tem suas origens *nos valores* que, Alemanha e Israel, ambos partilhamos, *os valores da liberdade*, democracia e respeito pela *dignidade humana*. Este é o *bem mais precioso que temos* – a indivisível e inalienável dignidade de cada ser humano individual, independentemente do sexo, da ascendência, da língua, das crenças, da origem ou pátria.³⁸ (grifos nossos)

(30) Mas queremos reforçar esses laços e *a confiança* entre os nossos povos ainda mais. Queremos consolidar nossa parceria ainda mais.³⁹ (grifos nossos)

Ainda, passando a falar como representante da União Europeia, disse:

(31) Para mim está fora de questão: Israel e Alemanha, Israel e Europa são tais parceiros – ligados por *valores comuns*, ligados por desafios comuns e ligados por interesses comuns.⁴⁰ (grifos nossos)

(32) Como já disse, Israel e a Europa estão ligadas por interesses, desafios e *valores compartilhados*. Assim reafirmo firmemente o desejo de que Israel tenha uma aproximação ainda mais estreita com a União Europeia.⁴¹ (grifos nossos)

Referir-se a uma pretensa confiança entre Israel e Alemanha e dizer que essa confiança tem origem nos valores compartilhados por ambos

³⁸ Nossa tradução de: Helfen kann uns dabei eine Kraft, die uns auch in den vergangenen Jahrzehnten geholfen hat: Es ist die Kraft zu vertrauen. Diese Kraft zu vertrauen – sie hat ihren Ursprung in den Werten, die wir – Deutschland und Israel – gemeinsam teilen. Den Werten von Freiheit, Demokratie und der Achtung der Menschenwürde. Sie ist das kostbarste Gut, das wir haben: die unveräußerliche und unteilbare Würde jedes einzelnen Menschen – ungeachtet seines Geschlechts, seiner Abstammung, seiner Sprache, seines Glaubens, seiner Heimat und Herkunft.

³⁹ Nossa tradução de: Aber wir wollen diese Verbindungen und das Vertrauen zwischen unseren Völkern noch weiter stärken. Wir wollen unsere Partnerschaft noch weiter festigen.

⁴⁰ Nossa tradução de: Für mich steht außer Frage: Israel und Deutschland, Israel und Europa sind solche Partner. Verbunden durch gemeinsame Werte, verbunden durch gemeinsame Herausforderungen und verbunden durch gemeinsame Interessen.

⁴¹ Nossa tradução de: Ich sagte es: Israel und Europa sind durch gemeinsame Werte, Herausforderungen und Interessen verbunden. Deshalb unterstütze ich ausdrücklich die von Israel gewünschte stärkere Annäherung an die Europäische Union.

parece-nos exagero retórico. No nosso entender, embora a Alemanha tenha hoje liberdade e democracia, ainda não provou que a dignidade humana passou a ser o bem mais precioso para os alemães. Embora o Artigo primeiro da Constituição Alemã reze: “A dignidade do ser humano é inviolável”⁴², não se pode garantir que a constituição seja plenamente cumprida, nem que esse artigo tenha sido realmente incorporado pelos alemães.

Merkel retomou, mais algumas vezes, esse mote dos valores comuns:

(33) Senhoras e Senhores, nosso [...] compromisso com nossos *valores comuns* formaram a base das relações Israel-Alemanha desde o início e até os dias atuais.⁴³

Cumpre aqui reiterar que, no início, a relação Alemanha Israel se restringiu à reparação de guerra, o que não implica valores comuns. A própria Merkel caiu em contradição mais uma vez, pois já havia dito, neste mesmo discurso, que, no início, a relação entre os dois países “parecia francamente impossível”. Por último, disse ainda:

(34) Mas queremos reforçar *esses laços e a confiança* entre os nossos povos ainda mais.⁴⁴

Notamos, pois, nesses trechos, a estratégia retórica da amplificação pela repetição, repetição de argumentos falaciosos.

A Chanceler passou então a abordar a questão palestina:

(35) Sei muito bem: os senhores não necessitam de quaisquer conselhos de pessoas de fora, não solicitados, e os senhores definitivamente não precisam de que ninguém lhes fale de cima para baixo. Em última análise, uma solução somente pode ser encontrada pelos próprios israelenses e palestinos.⁴⁵

Embora se possa questionar a posição atual de Israel em relação à Palestina, um chanceler alemão não tem autoridade moral para ditar

⁴² Nossa tradução de: “Die Würde des Menschen ist unantastbar”

⁴³ Nossa tradução de: Meine Damen und Herren, [...] das Eintreten für unsere gemeinsamen Werte – das bildet das Fundament der deutsch-israelischen Beziehungen von ihren Anfängen bis heute.

⁴⁴ Nossa tradução de: Es ist keine Übertreibung, wenn wir feststellen: Die Beziehungen unserer beiden Länder sind ausgezeichnet. Aber wir wollen diese Verbindungen und das Vertrauen zwischen unseren Völkern noch weiter stärken. Wir wollen unsere Partnerschaft noch weiter festigen.

⁴⁵ Nossa tradução de: Ich weiß sehr wohl: Sie brauchen keine ungebetenen Ratschläge von außen und schon gar nicht von oben herab. Eine Lösung kann am Ende nur durch Sie hier in Israel und die Palästinenser selbst erfolgen.

regras a Israel, principalmente quanto a ações bélicas. E foi isso o que Merkel de fato o fez, como se vê no trecho seguinte:

(36) Pois sabemos que, para atender à concepção de dois estados, compromissos aceitos por ambos os lados *terão de ser feitos*. Isso exigirá também força para fazer concessões dolorosas.⁴⁶ (grifos nossos)

Em suma, Merkel sabe o que Israel e Palestina terão de fazer e o que isso exigirá de ambos. Chegou mesmo, de maneira pretensiosa e falaciosa, a se arrojar de porta-voz da comunidade internacional:

(37) No entanto, eu gostaria de oferecer expressamente aos senhores e a seus parceiros de negociação do lado palestino, sobretudo ao Presidente Abbas, o apoio da comunidade internacional.⁴⁷

Como se sabe, embora a Chanceler tenha poder na União Europeia, onde parece ditar as regras, nada a credencia a falar em nome do mundo. Continuando, disse:

(38) Sabemos que o sucesso desse difícil processo não é só do interesse desta região, mas do interesse de todos nós. Pois a instabilidade aqui não será sem consequências para nós na Alemanha e na Europa.⁴⁸

Como se vê, ela confessa que o que a move não é só seu proclamado sentimento de responsabilidade histórica para com Israel, mas, talvez, principalmente, o receio das consequências para a estabilidade (econômica?) da Alemanha e da comunidade europeia.

Na sequência, retomando o tom encomiástico, atribuiu a um milagre as boas relações atuais Alemanha/Israel. Da mesma forma, previu que será milagrosa a solução da questão palestina, em que o impossível será possível, apelando aqui pela respeitabilidade e autoridade de Ben Gurion:

⁴⁶ Nossa tradução de: Denn wir wissen, dass es zur Umsetzung der Vision von zwei Staaten Kompromisse bedarf, die von allen Seiten akzeptiert werden. Es bedarf der Kraft auch zu schmerzhaften Zugeständnissen.

⁴⁷ Nossa tradução de: Aber Unterstützung durch die Internationale Gemeinschaft – die will ich Ihnen und Ihren Verhandlungspartnern auf palästinensischer Seite, vorneweg Präsident Abbas, ausdrücklich anbieten.

⁴⁸ Nossa tradução de: Und wir wissen, dass es nicht nur im Interesse dieser Region hier ist, diesen schwierigen Prozess zum Erfolg zu führen, sondern in unser aller Interesse. Denn Instabilität hier bleibt auch für uns in Deutschland und Europa nicht ohne Folgen.

(39) Tendo visto o impossível se tornar possível, podemos ter uma fé inabalável e confiança em que qualquer esforço que leve as nações do Oriente Médio a dar um verdadeiro passo para viverem juntas em paz vale a pena. Ou com as conhecidas palavras de David Ben Gurion, que cito: quem não acredita em milagres não é realista. Fim da citação. Hoje quando olhamos para trás, para as relações Israel-Alemanha, no 60º aniversário da Fundação do estado de Israel, sabemos que suas palavras têm provado ser tanto realistas como verdadeiras.⁴⁹

Merkel concluiu sua fala de modo patêmico, até mesmo piegas: repetindo seus motes, firmando compromisso de solidariedade, amizade e fidelidade a Israel e usando a saudação de paz dos judeus, *shalom*:

(40) Sim, as nossas relações são especiais, singulares: Com sempre duradoura responsabilidade pelo passado, com valores compartilhados, com credibilidade mútua, com grande solidariedade para com o outro e com a mesma confiança. Neste espírito, celebramos o aniversário de hoje. Neste espírito, *a Alemanha nunca vai deixar Israel sozinho, mas continuará a ser uma parceira fiel e amiga*. Parabéns pelos 60 anos do Estado de Israel! SHALOM! (grifos nossos)

Considerações finais

Apesar das tantas contradições, das falácias e das passagens pouco claras de seu discurso, Merkel foi muito aplaudida, o que nos leva a crer que sua retórica foi bem sucedida, pois conseguiu a adesão de seus ouvintes: mobilizou o *pathos* de sua audiência para atingir seu objetivo de construir, no seu discurso, *ethé* quase perfeitos para a Alemanha e para si; soube também usar de várias estratégias retóricas para persuadir seus ouvintes – a amplificação pela repetição, a hipérbole, as perguntas retóricas.

Quanto às suas falácias – as inverdades, meias-verdades, contradições, ambiguidades, imprecisão de dados, fuga do ônus da prova – presentes em seu discurso, essas certamente não chegaram a ser notadas pela audiência. Aliás, o fato de falácias não serem muitas vezes percebidas e de

⁴⁹ Nossa tradução de: Aus der Erfahrung, dass das Unmögliche möglich werden kann, können wir die Entschlossenheit und die Zuversicht schöpfen, dass es auch jede Anstrengung lohnt, die den Nahen Osten einen großen Schritt näher zu einem friedlichen Miteinander bringt. Oder um es mit den bekannten Worten von David Ben Gurion – ich zitiere ihn: “Wer nicht an Wunder glaubt, der ist kein Realist.” – Ende des Zitat

costumarem ser bem sucedidas na argumentação é um dos problemas com que se deparam os estudiosos da retórica através dos tempos.

Um aspecto que pode ter também contribuído para a inesperada adesão da audiência foi a pouca clareza do discurso no que diz respeito ao enunciador: parece-nos que, às vezes, o enunciador é Angela Merkel, um ser humano sensível; por vezes é Merkel ex-cidadã da DDR, pouco afeita às questões relativas aos judeus; outras vezes é Merkel, cidadã da Alemanha reunificada; às vezes, é a Chanceler da Alemanha, representante oficial de seu país. Às vezes, ainda, assume o papel de representante da União Europeia e até mesmo de porta-voz da comunidade internacional. Dessa instabilidade quanto ao enunciador decorre a projeção de diversos *ethé* no discurso, o que pode ter confundido os ouvintes, levando-os a não o questionarem.

REFERÊNCIAS

- CICERO, M. T. **Orator. Brutus**. Trans. H.M. Hubbel, Loeb Classical Library. Cambridge MA: Harvard University Press, 1962.
- KÖHLER, H. **Ansprache von Bundespräsident Horst Köhler: Vor der Knesset in Jerusalem am 2** (Februar 2005). Disponível em: <http://www.hagalil.com/archiv/2005/02/horst-koehler-0.htm> – Acesso em 4/3/2014
- MERKEL, A. **Ansprache von Bundeskanzlerin Angela Merkel: Vor der Knesset in Jerusalem am 18** (März 2008). Disponível em: <http://www.welt.de/politik/article1814071/Das-sagte-Kanzlerin-Angela-Merkel-vor-der-Knesset.html>. Acesso em 4/3/2014
- RAU, J. **Ansprache von Bundespräsident Johannes Rau: Vor der Knesset in Jerusalem am 16** (Februar 2000). Disponível em: <http://www.berliner-zeitung.de/archiv/erste-rede-eines-deutschen-praesidenten-vor-der-knesset-rau-bittet-israel-um-vergebung,10810590,9770356.html>. Acesso em 4/3/2014.

CONEXÃO E ARGUMENTAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO

Janice Helena Chaves Marinho

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

O discurso constitui as combinações dos elementos linguísticos usadas pelos sujeitos para exprimir seus pensamentos, tratar do mundo, interagir, agir sobre o outro. No discurso, o sujeito se vale do universo de crenças e de conhecimento e também de recursos linguísticos, entre os quais os conectores, que contribuem para a compreensão da expressão de pontos de vista, da justificação e da explicação da ideologia, que é constituída e constituinte da realidade. Sendo assim, neste trabalho, apresento um estudo sobre expressões do português brasileiro que funcionam como conectores, visando relacionar seu uso com a construção da argumentação e refletir sobre o seu ensino. As expressões, que são encontradas em textos opinativos publicados em jornais brasileiros, assumem função tanto na conexão discursiva quanto na argumentação. Como ressalta Amossy (2010), os conectores são instrumentos de ligação que contribuem diretamente para a análise argumentativa de um texto, visto que à sua função conectiva se acrescenta a de definir uma relação argumentativa.

O objetivo do estudo foi investigar a função das expressões *seja como for* e *na verdade* nos textos jornalísticos, compreender as relações argumentativas por elas definidas e refletir sobre o viés persuasivo que imprimem aos textos opinativos. O estudo dessas expressões se faz com base numa abordagem modular e interacionista da complexidade da organização discursiva, o Modelo de Análise Modular do discurso (MAM), que propõe o estudo dos conectores na consideração da forma de organização relacional dos textos.

O MAM, modelo desenvolvido na Universidade de Genebra, consiste num instrumento de análise eficaz para uma abordagem interacionista da complexidade da organização discursiva. Inspirado em diversos trabalhos de várias correntes de pesquisa e alinhado às propostas de Bakhtin, ele concebe o discurso como interação verbal refletida num processo de negociação discursiva para o qual convergem informações linguísticas, textuais e situacionais. Dessa forma, esse modelo oferece um quadro teórico-metodológico que permite a descrição e a explicação dos diferentes aspectos da constituição e da articulação do discurso.

Ele trabalha com a hipótese de que um objeto complexo, como é o discurso, pode (e deve) ser decomposto num certo número de sistemas de informações simples e autônomos, que podem ser descritos inicialmente de maneira independente, ou seja, sem referência a outros sistemas de informações. As informações capturadas com essa descrição inicial vão ser combinadas constantemente na constituição e no funcionamento do discurso. É essa combinação que vai permitir ao analista dar conta da complexidade dos discursos, focalizando as chamadas formas de organização discursiva¹.

Adotando os procedimentos próprios do MAM, inicialmente analisam-se os textos e definem-se as relações genéricas neles presentes. Em seguida, procede-se à descrição das relações a partir das instruções oferecidas pelas expressões. Interpretam-se as relações específicas que elas sinalizam, considerando suas propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas. Com esse percurso de análise, põe-se em evidência como as expressões estudadas interferem na construção da argumentação.

No próximo item, apresenta-se de forma resumida o estudo dos conectores à luz do MAM; trata-se dos conectores reformulativos, em função do comportamento das expressões estudadas nos textos opinativos, e de considerações sobre o ensino da conexão. Em seguida, no item 2, procede-se à análise das expressões *seja como for* e *na verdade*, a partir de seu uso nos textos opinativos.

O estudo dos conectores

Os conectores (ou expressões conectivas) favorecem o encadeamento das diferentes unidades do texto, expressando uma relação entre elementos linguísticos e contextuais. Diversos estudos já mostraram que os conectores contribuem para a interpretação do enunciado, uma vez que possuem (1) *função cognitiva*, por guiarem o interlocutor no percurso interpretativo do texto, (2) *função enunciativa*, por informarem a perspectiva enunciativa do enunciado e (3) *função argumentativa*, por apontarem a orientação argumentativa do texto (ROSSARI, 2000).

Segundo o MAM, o uso e o papel dos conectores na sinalização ou na determinação de relações textuais ou discursivas são estudados na forma de Organização Relacional do discurso (FOR). O estudo dessa forma de organização é feito com a combinação das informações obtidas com a análise de textos do ponto de vista da dimensão hierárquica com as informações de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dadas pelos conectores.

¹ Cf. ROULET, E.; FILLIETTAZ, GROBET, A. (2001), FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. (2002) e MARINHO, J.H.C. (2004).

A descrição da FOR se faz em duas etapas. A primeira se baseia na acoplagem entre (1) informações obtidas com a análise do texto do ponto de vista da dimensão hierárquica, ou seja, informações relativas à definição dos constituintes textuais e às relações de dependência, independência e interdependência entre os constituintes, e (2) informações de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dadas pelos conectores usados nos textos. Com a análise dessa primeira etapa, torna-se possível a proposição de uma estrutura hierárquico-relacional para o texto, por meio da qual se descrevem as relações interativas genéricas entre os constituintes textuais e informações da memória discursiva.

Para o estudo dos conectores neste trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos de análise:

- *Passo 1:* Descrição do perfil relacional de textos opinativos em que se encontram as expressões *seja como for* e *na verdade*, por meio de esquemas que evidenciam as relações textuais dominantes no interior da organização relacional dos textos.
- *Passo 2:* Focalização dos trechos em que as relações estão marcadas pelas expressões estudadas.
- *Passo 3:* Análise das expressões, com o levantamento de suas propriedades – morfosintáticas, semânticas e pragmáticas – visando à interpretação de seu funcionamento nos textos.
- *Passo 4:* Determinação da relação específica marcada pela expressão por meio de um cálculo inferencial envolvido na interpretação do trecho em que se encontra.

As análises desenvolvidas evidenciaram que as expressões estudadas assumem nos textos opinativos uma função tanto na conexão discursiva quanto na persuasão, e que se comportam como conectores reformulativos.

Os conectores reformulativos impõem uma relação não causal entre estados de coisas, ou seja, eles sinalizam para o fato de que, entre os segmentos que ligam, não existe um elo causal. Eles são suscetíveis de apresentar o ponto de vista que introduzem como sendo uma reconsideração do ponto de vista ao qual remetem. Dessa forma, eles têm a capacidade de criar uma relação que não existia antes, mas que passa a existir com o seu emprego nos textos (diferentemente do que fazem, por exemplo, os conectores argumentativos, que não criam necessariamente uma relação que não existia antes), como afirma Rossari (2000).

Os conectores reformulativos promovem no texto uma operação de mudança de perspectiva enunciativa que leva a uma retrointerpretação do movimento discursivo antecedente. Segundo Rossari (2000), a reformulação traz uma modificação quanto à forma e quanto à maneira como o locutor apreende a realidade evocada num ponto de vista anterior, pondo em questão seu valor retórico.

Por exemplo, o conector *de qualquer maneira* parece anular a força ilocutória de ordem no exemplo (1) e o efeito perlocutório de tomada de consciência de um perigo em (2)².

(1) Obedeça a seu pai. *De qualquer maneira*, você não tem escolha.

(2) Jean pode ser violento. *De qualquer maneira*, você sabe isso melhor que ninguém.

Os conectores reformulativos, como se pode ver, introduzem um ponto de vista que se apresenta como uma nova maneira de considerar o ponto de vista ao qual remetem. Ainda, a retrointerpretação causada por um conector reformulativo pode também se reportar a um ponto de vista que não tinha sido explicitado antes. Assim, o uso do conector permite ao locutor indicar explicitamente a mudança de perspectiva enunciativa que deseja que seja operada.

Considerando que os conectores oferecem contribuição para a construção dos sentidos dos textos, defende-se, neste trabalho, que eles sejam tratados no ensino não com o foco em nomenclaturas e definições, nem por meio da proposição de exercícios de reconhecimento desses elementos em frases, ou mesmo em textos, e da atenção à sua classificação tradicional. Infelizmente, o estudo dos conectores em gramáticas e livros didáticos, na maior parte das vezes, ainda se dá por meio de atividades que visam mais à assimilação de classificação e ao reconhecimento de palavras, deixando de tratar da função desses elementos na conexão textual e de sua contribuição para o desenvolvimento da argumentação.

Defende-se que a escola pode levar o aluno a compreender os processos de estruturação de sentenças em que os conectores estão envolvidos, ou mesmo os tipos de orações que eles podem introduzir, mas que deve ir além. Ou seja, é preciso à escola considerar os processos de articulação e de sequencialização de porções textuais que muitas vezes ocorrem por meio do emprego dos conectores, e também considerar as estratégias argumentativas relacionadas a seu uso. Para tanto, deve-se conhecer o funcionamento dos conectores em uso nos textos. O estudo aqui proposto sobre as duas expressões conectivas, ocorrentes no português brasileiro e encontradas em muitos textos opinativos, que visa refletir sobre sua atuação na construção de sentidos e a respeito do viés persuasivo que imprimem aos textos, busca oferecer contribuições para o ensino dos conectores. Espera-se que, com esta exposição, se ofereçam procedimentos que possam ser contemplados no ensino da conexão.

² Os exemplos são versões dos apresentados em Rossari (2000, cap.III).

Análise das expressões *seja como for* e *na verdade*

Em função da natureza deste trabalho, apresentam-se aqui as análises de trechos de textos opinativos em que se usam as expressões *seja como for* e *na verdade*. Inicialmente, apresenta-se o trecho analisado, já segmentado em unidades textuais mínimas ou atos, seguido da estrutura hierárquico-relacional³, que descreve a interpretação de cada trecho quanto à hierarquia de seus constituintes e as relações textuais genéricas. Em seguida, tratam-se das propriedades das expressões, considerando seu uso no texto aqui analisado, assim como em outros textos opinativos⁴, para finalmente se proceder à segunda etapa de análise da FOR, a da determinação da relação específica marcada pela expressão por meio do percurso inferencial que conduz à interpretação do trecho em que se encontra.

Análise do uso de *seja como for*

O texto analisado é um editorial da *Folha de S.Paulo*, que aborda a questão da CPMF, a contribuição sobre o cheque, considerada à época, setembro de 2007, necessária para a sobrevivência do Estado, já que, conforme critica o editorial, o governo não cogitava em racionalizar a máquina administrativa, diminuir gastos com funcionalismo, mudar regras da Previdência, ou empreender uma reforma tributária profunda no país:

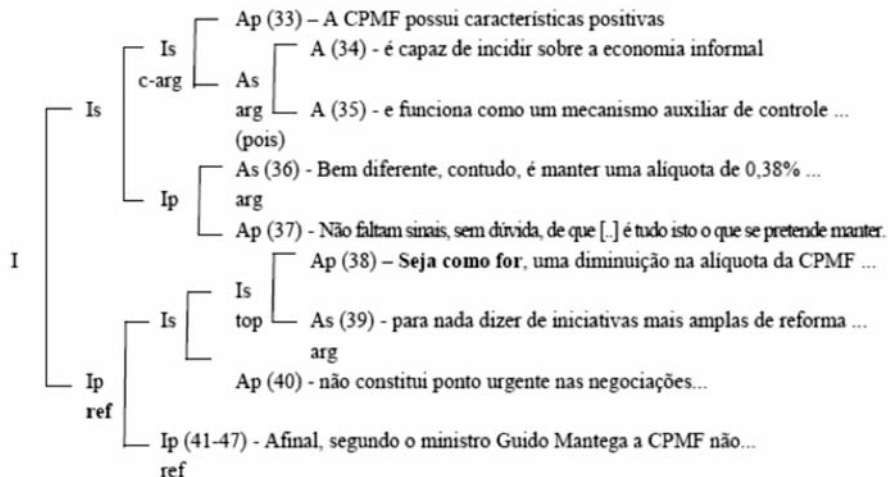
(33) A CPMF possui características positivas: (34) é capaz de incidir sobre a economia informal (35) e funciona como um mecanismo auxiliar de controle à sonegação. (36) Bem diferente, contudo, é manter uma alíquota de 0,38% sobre movimentações financeiras, num país marcado simultaneamente pela altíssima carga tributária, pelo desperdício, pelo empreguismo e pela corrupção. (37) Não faltam sinais, sem dúvida, de que em última análise é tudo isto o que se pretende manter. (38) **Seja como for**, uma diminuição na alíquota da CPMF, (39) para nada dizer de iniciativas mais amplas de reforma do Estado e do sistema tributário, (40) não constitui ponto urgente nas negociações. (41) Afinal, segundo o minis-

³ Nas Estruturas hierárquico-relacionais, usam-se as seguintes abreviaturas: I – intervenção; A – ato; p – principal; s – subordinado; arg – (relação de) argumento; c-arg – contra-argumento; com- comentário; prep – preparação; ref – reformulação; top – topicalização. O conector entre parênteses representa o conector que poderia ser usado no texto explicitando a relação.

⁴ O estudo aqui apresentado se relaciona à pesquisa desenvolvida pela autora, intitulada *A conexão no discurso numa abordagem modular*, no período de 2011 a 2014. Todos os textos que compuseram o *corpus* da pesquisa foram inicialmente segmentados em atos e numerados, seguindo critérios discutidos em Marinho (2007).

tro Guido Mantega (42) a CPMF não incomoda tanto: (43) “Se perguntarmos ao cidadão comum, (44) ele nem sabe o quanto paga desse imposto”. (Realismo e disparate. Folha de S.Paulo. Editoriais. 21 set. de 2007)⁵

Figura 1: Estrutura hierárquico-relacional



Fonte: MARINHO, J.H.C; CUNHA, G.X. (2012, p.152).

Essa estrutura hierárquico-relacional evidencia que a expressão *seja como for* encabeça uma intervenção (Ip⁶) que subordina a anterior, formada pelos atos (33)-(37), na qual se faz uma afirmação sobre as características positivas da CPMF e também uma crítica à manutenção pelo governo brasileiro de uma alíquota de 0,38% desse imposto num país marcado por alta carga tributária, pelo desperdício, pelo empreguismo e pela corrupção. *Seja como for* põe em questão o valor retórico dessa intervenção anterior. O mecanismo que desencadeia o efeito de retrointerpretação é o mecanismo de **revisão**, que conduz à modificação de um ponto de vista ou estado de informação por meio da **subtração** de uma informação, e não por meio do acréscimo.

Ou seja, depois de uma operação⁷ de atualização de estados de informação, desencadeada pelo que é enunciado na I-(33)-(37), a expressão *seja*

⁵ Texto analisado em MARINHO, J.H.C; CUNHA, G.X. (2012).

⁶ Considera-se como constituinte **principal** aquele que não pode ser suprimido, por conter a informação mais relevante, e como **subordinado**, o constituinte que pode ser suprimido sem prejudicar o sentido do texto.

⁷ Segundo a semântica dinâmica de Veltman (1996), o fluxo discursivo é representado numa série de sucessivas atualizações eliminativas de estados de informação, ou seja, as operações de modificação dos estados de informação. Cada operação é determinada pela maneira como o conector interage com o estado de informação, garantindo-o, modificando-o etc.

como for e o que é enunciado na I-(38)-(47) desencadeiam uma operação que apaga mais ou menos diretamente essa última atualização. Na I-(38)-(47), o que se afirma é que não constitui ponto urgente nas negociações do governo qualquer diminuição na alíquota da CPMF ou qualquer mudança no Estado ou no sistema tributário, e não que o governo vai manter essa alíquota de 0,38% (o que seria inferido numa relação de argumento).

A análise dessa expressão a partir de seu emprego em textos de opinião permitiu a composição de um quadro com o levantamento de suas propriedades morfossintáticas, pragmáticas e semânticas.

Quadro 1: Propriedades de *seja como for*

Propriedades / conector	<i>seja como for</i>
Morfossintáticas	Apresenta comportamento de expressão adverbial [forma fixa, pode ser precedida por outra conjunção]
	Apresenta comportamento de conjunção [não apresenta mobilidade no interior da sentença que inicia; não aceita focalizadores de inclusão e de exclusão [só, até, inclusive]; pode iniciar respostas a perguntas específicas.]
Pragmáticas	Marca uma relação de reformulação.
	Impõe uma relação não causal entre estados de coisas.
	Impõe mudança de perspectiva.
Semânticas	Modifica o estado de informação fornecido pelo contexto esquerdo por meio da subtração de uma informação.
	Realiza uma operação de revisão: Y introduzido pela expressão traz uma informação que suprime/anula uma informação inferida com a enunciação de X.

Fonte: MARINHO, J.H.C; CUNHA, G.X. (2012, p.160-161)

Considerando que a expressão possui essas propriedades, é possível calcular o percurso inferencial envolvido na interpretação desse trecho do texto de opinião, exposto no Quadro 2 (ver na página seguinte).

Com a explicitação desse percurso inferencial, é possível mostrar a função de *seja como for* tanto na conexão discursiva, marcando uma relação de reformulação, quanto na persuasão, promovendo uma nova interpretação para o que havia sido enunciado antes, ou seja, levando o leitor a reconsiderar a interpretação do segmento anterior, apagando o que ele teria inferido com a afirmação de que *o governo pretende manter os problemas inerentes à CPMF* e impondo uma leitura não causal entre esses segmentos.

Quadro 2: Percurso inferencial

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O autor (A) afirma ao leitor (L) que o governo pretende manter os problemas inerentes à CPMF.
Premissa 2	Informação linguística enriquecida	A afirma a L que o governo não pretende negociar uma diminuição na alíquota da CPMF ou iniciativas mais amplas de reforma do Estado e do sistema tributário.
Premissa 3	Informação lexical (instrução do seja como for)	Usa-se o conector seja como for para introduzir uma releitura de informações expressas em outro constituinte, revisando-as.
Conclusão	Interpretação	A afirma a L que o governo pretende manter os problemas inerentes à CPMF. Em seguida, A afirma a L que o governo desconsidera esses problemas e que, por isso, não pretende negociar uma diminuição na alíquota da CPMF ou iniciativas mais amplas de reforma do Estado e do sistema tributário.

Fonte: MARINHO, J.H.C; CUNHA, G.X. (2012, p.162)

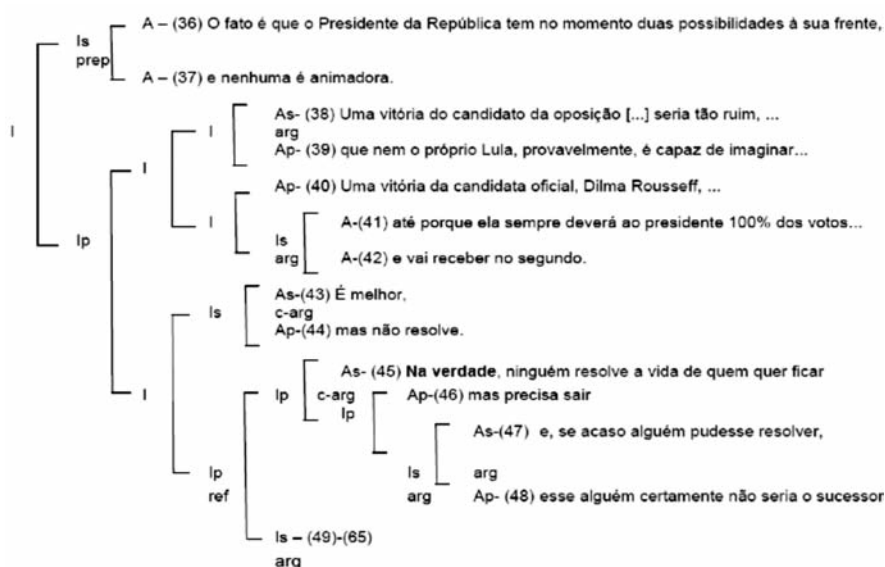
Análise do uso de *na verdade*

A expressão *na verdade* é aqui analisada a partir de seu uso em dois textos opinativos, ambos publicados na revista *Veja*. O primeiro, de outubro de 2010, aborda as mudanças pelas quais o então Presidente Lula deveria passar com a passagem de seu governo ao sucessor que estava para ser eleito. O texto critica Lula, sugerindo que, no fundo, ele não gostaria de deixar a Presidência. O segundo texto, de abril de 2011, se constrói em torno da ideia de que as obras públicas brasileiras não são entregues no prazo, podem nem ser entregues ou podem ser da pior qualidade e, ainda, de que, em todos os casos, elas acabariam sempre custando muito mais caro aos cofres públicos:

- (36) O fato é que o presidente da República tem no momento duas possibilidades à sua frente, (37) e nenhuma é animadora.
 (38) Uma vitória do candidato da oposição, José Serra, no turno decisivo das eleições seria tão ruim, do seu ponto de vista, (39) que nem o próprio Lula, provavelmente, é capaz de imaginar

as reações que poderia ter diante de uma calamidade dessas. (40) Uma vitória da candidata oficial, Dilma Rousseff, seria melhor, é claro, (41) até porque ela sempre deverá ao presidente 100% dos votos que recebeu no primeiro turno (42) e vai receber no segundo. (43) É melhor, (44) mas não resolve. (45) **Na verdade**, ninguém resolve a vida de quem quer ficar (46) mas precisa sair – (47) e, se acaso alguém pudesse resolver, (48) esse alguém certamente não seria o sucessor. (GUZZO, J.R . Metamorphose. Veja, 27 out. 2010. edição 2188 – ano 43 – nº 43, p.154.)

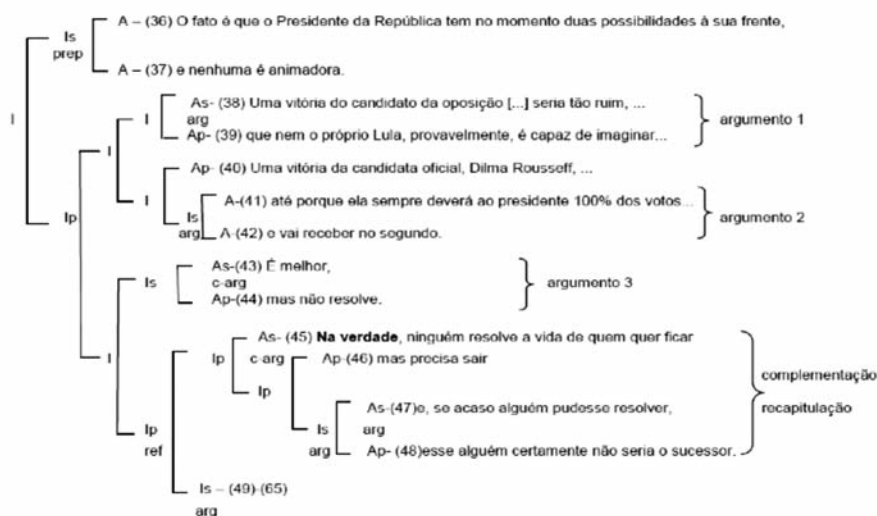
Figura 2: Estrutura hierárquico-relacional



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa estrutura hierárquico-relacional evidencia que *na verdade* encabeça uma intervenção principal, que subordina uma anterior, em que se afirma que uma vitória de Dilma seria melhor para Lula, apesar de não resolver o seu problema, que seria não deixar a Presidência da República. É interessante observar que nesse trecho o autor apresenta ao menos três argumentos para discutir as possibilidades de Lula interferir na Presidência após passar a faixa a seu sucessor.

Figura 3: Estrutura hierárquico-relacional



Fonte: Elaborado pela autora.

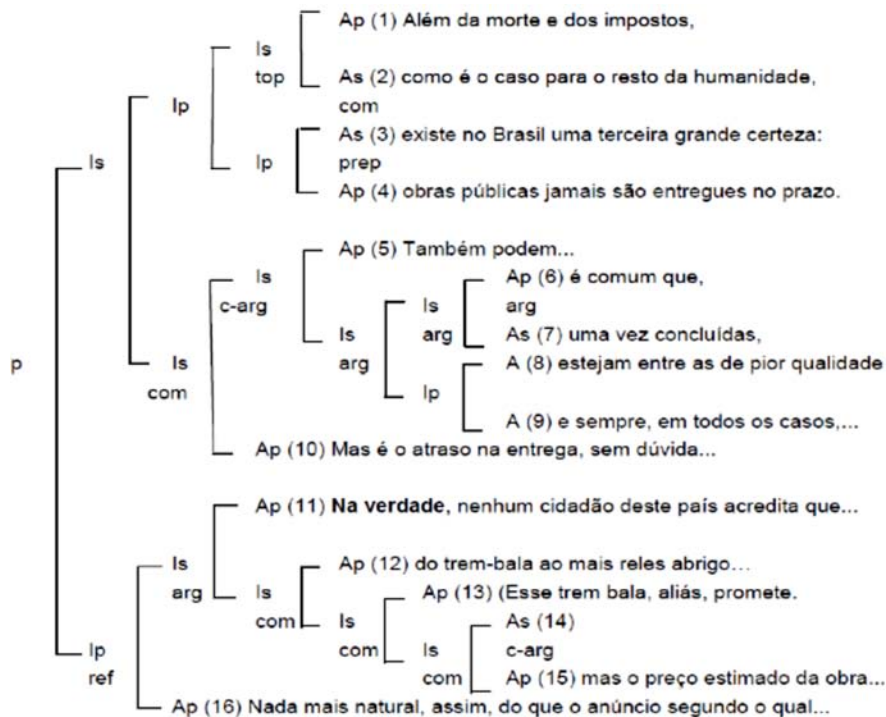
O primeiro argumento é o de que uma vitória do candidato da oposição seria tão ruim que nem mesmo Lula poderia imaginar suas reações diante de tal calamidade. O segundo é o de que uma vitória da candidata oficial seria melhor porque ela ficaria devendo sempre ao presidente os votos que recebeu. Mas o terceiro argumento, o de que a vitória de Dilma Rousseff é melhor, mas não resolve o problema de Lula, é que vai ser reformulado, num processo de recapitulação. O conector *na verdade* indica que o autor procede a uma recapitulação da primeira formulação. Ou seja, ele volta à sua primeira formulação, a fim de extrair dela o essencial: *ninguém resolve a vida de quem quer ficar mas precisa sair*. O marcador recapitulativo instaura uma notificação diferente entre a primeira formulação e a reformulação.

Em outro exemplo de uso de *na verdade*, temos a expressão encabeçando uma intervenção principal, e impondo uma releitura de tudo o que foi enunciado anteriormente:

- (1) Além da morte e dos impostos, (2) como é o caso para o resto da humanidade, (3) existe no Brasil uma terceira grande certeza: (4) obras públicas jamais são entregues no prazo. (5) Também podem não ser entregues nunca; (6) é comum que, (7) uma vez concluídas, (8) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (9) e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. (10) Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca

que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. (11) **Na verdade**, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. (13)(Esse trem bala, aliás, promete. (14)Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15)mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.) (16) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014. (GUZZO, J.R. Algo de errado.– Revista *Veja*, 27 abr. 2011. Edição 2214. – ano 44 – nº17, p.154.)

Figura 4: Estrutura hierárquico-relacional



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao dizer: “(11) *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo”, o autor do texto retoma e reforça a ideia já defendida anteriormente no texto de que as obras públicas jamais são entregues no prazo. Ao mesmo tempo, o autor impõe ao leitor uma mudança de perspectiva enunciativa. Nesse ato (11), o autor

apresenta sua formulação como mais conforme aos fatos ou à realidade do que apresentou anteriormente. Agora ele explicita que **nenhum cidadão deste país** acredita que qualquer coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo. Nessa reformulação, fica claro quais são os leitores a quem o autor se dirige e de quem espera adesão: os cidadãos deste país. É com eles que se estabelece um processo de negociação. Nessa perspectiva, com o emprego do conector se evidencia uma manobra realizada pelo autor para agir sobre o leitor.

Analisando as propriedades de *na verdade*, chega-se ao seguinte levantamento, exposto no Quadro 3.

Quadro 3: Propriedades de *na verdade*

Propriedades/conector	Na verdade
Morfofossintáticas	apresenta comportamento de expressão adverbial: forma fixa, pode ser precedida por outra conjunção [embora + na verdade], apresenta mobilidade na sentença – pode estar no começo, no meio ou no fim da sentença em que aparece
	apresenta comportamento de conjunção: não aceita focalizadores de inclusão e de exclusão [só, até, inclusive]; pode iniciar respostas a perguntas específicas; não pode constituir a resposta a uma pergunta; não aceita a inversão dos atos que formam a sequência em que se encontra
Pragmáticas	marca uma relação de reformulação [impõe uma releitura do segmento X]
	impõe uma relação não causal entre estados de coisas, ou seja, sinaliza para o fato de que entre X e Y não existe um elo causal
	impõe mudança de perspectiva enunciativa
Semânticas	modifica o estado de informação fornecido pelo contexto esquerdo por meio da introdução de um ponto de vista com estatuto de fato novo [que provém da ordem do real, aproxima-se da realidade]
	Realiza uma operação de revisão: o enunciado Y introduzido pela expressão traz uma informação que contesta o ponto de vista inferido com a enunciação de X

Fonte: MARINHO, J.H.C.; VEADO, J.F. (2011).

Assim como outros conectores reformulativos, *na verdade* modifica o estado de informação fornecido anteriormente, por meio da introdução de um ponto de vista com estatuto de fato novo, operando uma revisão do que foi antes enunciado, embora não suprima ou apague a informação anterior (como faz *seja como for*).

Considerando essas propriedades da expressão *na verdade*, é possível calcular o percurso inferencial envolvido na interpretação desse trecho do texto de opinião, como evidenciado no quadro 4.

Quadro 4. Percurso inferencial

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O autor (A) afirma ao leitor (L) que obras públicas jamais são entregues no prazo e que o atraso na entrega é o que distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras.
Premissa 2	Informação linguística enriquecida	A afirma a L que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.
Premissa 3	Informação lexical (instrução do <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para introduzir uma releitura de informações expressas em outro constituinte, revisando-as, com a contestação do que se inferiu.
Conclusão	Interpretação	A afirma a L que o atraso na entrega de obras públicas é o que distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. Em seguida, A afirma a L que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.

Fonte. Elaborado pela autora.

O conector *na verdade* indica que o autor procede a uma recapitulação da primeira formulação. Ou, ele volta à sua primeira formulação e extrai dela o essencial: nenhum cidadão brasileiro acredita que o governo tenha competência para entregar as obras públicas no prazo.

Considerações finais

Neste trabalho, estudou-se o uso das expressões conectivas *seja como for* e *na verdade*, com base no MAM, visando a compreender seu funcionamento em textos de opinião, a fim de refletir sobre a atuação dessas expressões e sobre o viés persuasivo que imprimem aos textos, bem como oferecer contribuições para o ensino.

Na primeira etapa do estudo, ficou evidenciado que essas expressões encabeçam intervenções com o estatuto de principal, subordinando intervenções anteriores, marcando uma relação de reformulação. Na segunda etapa do estudo, com o levantamento das propriedades das expressões e com a descrição dos percursos inferenciais ligados a seu emprego nos textos, pode-se confirmar que elas promovem uma reformulação de ponto(s) de vista anterior(es), para explicar, recapitular ou mesmo retificar informações ativadas anteriormente, atuando de fato como reformuladores.

O estudo pretendeu mostrar que uma forma de se tratar a conexão e os conectores, cuja abordagem no ensino muitas vezes se limita à assimilação de nomenclaturas e de classificações, pode ser buscar compreender as relações definidas pelos conectores ou expressões conectivas, como as aqui estudadas, e conduzir à reflexão sobre sua atuação na construção de sentidos dos textos e sobre o viés persuasivo que imprimem aos textos.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. **L'Argumentation dans le discours**. 3a.ed. Paris: Armand Colin, 2010.
- FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. **Discourse Studies**, 4(3), 2002, p. 369-392.
- MARINHO, J. H. C. Uma Abordagem Modular e Interacionista da Organização do Discurso. **Revista da Anpoll** 16. São Paulo. jan/jun. 2004, p. 75-100.
- _____. A determinação da unidade textual mínima. In. MARINHO, J.H.C; PIRES, M.S.O.; VILLELA, A.M.N. (orgs.). **Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 39-50.
- _____; VEADO, J. F. Studying connective expressions occurring in written Brazilian Portuguese. Pôster apresentado no *12th International Pragmatics Conference*, Manchester-UK, 3-8 July 2011.
- _____; CUNHA, G. X. O papel das expressões “com efeito” e “seja como for” na conexão textual. **Mal-estar e sociedade**. V. 5, n. 8. UEMG-Barbacena, 2012, p.139-165.
- ROSSARI, C. **Les opérations de reformulation**: Analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien. Berne: Peter Lang, 1993.

- _____. **Connecteurs et relations de discours**: des liens entre cognition et signification. Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 2000.
- _____. Formal properties of a subset of discourse markers: connectives. In. FISCHER, K. (ed). **Approaches to Discourse Particles**. Elsevier, 2006, p. 299-315.
- ROULET E. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. Palestra apresentada no **II Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso**. Belo Horizonte, FALE/UFMG. Mai, 2002.
- _____; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours. Berne: Lang, 2001.
- SALSMANN, M. L'argumentation linguistique dans une rhétorique argumentative. **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2009, p. 97-114.
- VELTMAN, F. Defaults in Update Semantics. **Journal of Philosophical Logic**, 25, p. 221-261.

CAPACIDADES ARGUMENTATIVAS DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM DISCUSSÃO

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Universidade Federal de Sergipe

Introdução

Ao adotar o termo *capacidade argumentativa* para discutir as relações de ensino-aprendizagem da argumentação na escola, estou circunscrevendo esta breve discussão entre três áreas de conhecimento: a filosofia, a psicologia e a educação. Na filosofia, tomarei as proposições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), que constituem a Nova Retórica, em associação aos estudos de Michel Foucault relativos à lógica, à significação das palavras e à constituição dos discursos (1967, 1999 [1966], 2004b [1969], 1996 [1970]), para pensar as questões relativas à argumentação em uma perspectiva conceitual e linguística. Na psicologia, terei por base a psicologia histórico-cultural que tem em Vygotsky sua principal referência. Na educação, entre outros pesquisadores brasileiros, destacarei as considerações de Philippe Meirieu acerca dos modos de conceber e gerir a aprendizagem.

Meu ponto de partida é o de que a produção de discursos na escola coloca as capacidades de linguagem de estudantes e professores em diálogo, especialmente quando são produzidos gêneros preponderantemente argumentativos. Isso porque na construção desses discursos são mobilizadas operações complexas, entre as quais se destacam: (i) os modos de organizar o pensamento e a expressão verbal; (ii) o entendimento conceitual da capacidade argumentativa; (iii) os desafios e as possibilidades para o desenvolvimento da capacidade argumentativa de professores e estudantes.

Apresento inicialmente uma breve retrospectiva da relação entre pensamento e linguagem para que seja possível constituir uma base a partir da qual pretendo estabelecer relações com o conceito de capacidade argumentativa. Na sequência, volto meu olhar para as possibilidades de implantação de um processo educativo favorável ao ensino-aprendizagem da argumentação na educação básica, tendo em vista algumas práticas pedagógicas evidentes no quadro educacional brasileiro. Pretendo, por fim, contribuir com as reflexões acerca da formação dos professores de língua portuguesa, por considerar que estão diretamente implicados na formação dos estudantes.

1. Relações entre pensamento e linguagem na filosofia e nos estudos linguísticos

A longa tradição de ensinar língua(gem) com apoio na lógica que subjaz à organização e definição dos conceitos expressos verbalmente está vinculada à discussão filosófica em torno da conexão entre as palavras e aquilo que denotam (WEEDWOOD, 2002 [1995]). Assim, quando os sujeitos estão envolvidos em práticas argumentativas, que são essencialmente problematizadoras, passam a integrar um processo que envolve a seleção de perspectivas, polarizadas entre o eu e o outro, em uma dinâmica interacional. Essa condição de produção gera, necessariamente, avaliação do discurso de um pelo outro, pois cada um dos participantes formulará seu ponto de vista tendo por base um enunciado significativo dirigido pelo pensamento racional (*logos*)¹.

O que está implicado na escolha de palavras é algo analisado por Aristóteles (384-322 a. C.) em diferentes obras. É certo que nas *Categorias*, provavelmente escrita em 347 a. C., o filósofo identificou dez categorias que permitem classificar os objetos do mundo e defendeu tal conhecimento como essencial para proporcionar maior capacidade de análise e interpretação dos elementos e argumentos do discurso. Posteriormente, nas reflexões registradas no livro *Da Interpretação* (ARISTÓTELES, 2013 [c. 330-323 a. C.]), questionou a conexão entre palavras e coisas, para definir se seria direta ou indireta e a natureza exata dessa relação.

As considerações de Aristóteles descrevem um processo organizado em três etapas, aos quais os estóicos acrescentaram uma quarta, a saber: 1^a) os signos escritos representam os signos falados; 2^a) os signos falados representam impressões na alma; 3^a) as impressões na alma são a aparência das coisas reais; 4^a) entre a recepção passiva da impressão e a fala existe o conceito, uma noção que pode ser verbalizada. “Assim, embora todos os homens possam receber as mesmas impressões das coisas que percebem [...], os conceitos que eles formam dessas impressões diferem, e são eles que estão representados na fala” (WEEDWOOD, 2002 [1995], p. 27). Por conseguinte, há mais de 2.300 anos, a linguagem vem sendo entendida como expressão do pensamento.

Visto que a verbalização das palavras está associada à capacidade lógica de cada um de organizar as ideias. Acrescenta-se a isso, no século II a.C., com o trabalho de Dionísio de Trácio, uma preocupação com o modo de organização das palavras, em grego *autotelōs lōgos*, cuja tradução recomendada é “expressão auto-sustentada”, e não frase, completa, acabada, perfeita, como propuseram os romanos (Ibidem, p. 34-35).

¹ Aristoteles (2012 [c. 330-326 a.C.]) afirma que o esforço em persuadir o outro, além do *logos*, requer se que considere também a forma como a pessoa se apresenta (*ethos*) e as emoções (*pathos*) que introduzem mudanças nos juízos.

A associação entre pensamento e uso das palavras estabeleceu uma tradição seguida pelos latinos, reforçada durante a Idade Média e, apesar das modificações propostas por Antoine Arnaud e Pierre Nicole, consolidada pelos princípios contidos na obra híbrida, conceitual e historicamente, *Lógica, Arte de Pensar*, por preservar reflexões da tradição aristotélica, mas estabelecer diálogo com o cartesianismo e introduzir um método novo de ensino (PEIXOTO, 2012), que sustenta a Gramática de Port-Royal, organizada por Antoine Arnaud e Claude Lancelot em 1662. A relação direta entre os princípios lógicos que organizam o pensamento e a linguagem, identificada para a língua grega e mantida para o latim, foi ampliada para que pudesse servir como princípios universais, ou seja, válidos a quaisquer línguas, conforme a lógica cartesiana.

Considero, como Foucault (1966, 1967), que essa concepção tem especial relevância por apresentar uma obra que dá continuidade aos princípios da lógica aristotélica, como se vê no trecho da *Lógica de Port-Royal* “[...] é certo que Aristóteles é, efetivamente, um espírito muito vasto e muito esclarecido, que descobre nos assuntos de que trata um grande número de continuidades e consequências [...]” (cf. trad. de PEIXOTO, 2012, p. 129), ao mesmo tempo em que rompe com a tradição ao assumir teses do cartesianismo, como o privilégio do pensamento em relação à linguagem, a natureza representativa da percepção² e o *cogito*, como âncora para a determinação do domínio da lógica, uma vez que o “eu penso” e as representações do pensar seriam uma só coisa, em relação permanente:

[...] Se por exemplo faço a reflexão de que eu penso, e que por consequência sou eu que penso; na ideia que tenho de mim, que penso, eu posso me aplicar à consideração de uma coisa que pensa sem prestar atenção a que sou eu, ainda que, em mim, eu e aquele que pensa não sejam senão a mesma coisa. E assim a ideia que eu conceberia de uma pessoa que pensa poderia representar não somente a mim, mas a todas as pessoas que pensam [...]” (cf. trad. de PEIXOTO, 2012, p. 165-166)³.

² Como explica Foucault (1967) e reforça Peixoto (2012, p. 35), na *Lógica de Port-Royal*, foi estabelecido um novo conceito de representação (reduplicada): “A relação de significação tem [...] dois aspectos: o da ideia da coisa representada e b) o da ideia da coisa que representa”. Então, a coisa pensada, sem remissão a nada além de si mesma, é a ideia da coisa e a indicação da relação é a ideia do signo da coisa.

³ Peixoto (2012, p. 12-13) considera anacrônica a posição de Foucault em dois trabalhos (um publicado em 1966 e outro em 1967), por considerar que há nela a defesa de uma “aniquilação do sujeito e um acanhamento da linguagem”. Alheia a essa disputa teórica, interessa-me observar com o filósofo algumas mudanças na forma de representação das ideias pela linguagem a partir do século XVII, por influência do cartesianismo, bem como o movimento de continuidade e ruptura que a *Lógica de Port-Royal* estabelece para se pensar a constituição dos discursos.

É possível afirmar que as reflexões de Arnauld, filósofo e doutor na Sorbone, contidas tanto na *Lógica* quanto na *Gramática de Port-Royal*, estabeleceram a base cognitiva dos estudos de linguagem, uma vez que as operações mentais foram transformadas em alicerce para as distinções gramaticais. Além de fornecer um arcabouço para distinguir as várias partes do discurso e para o estudo da sintaxe, as categorias gramaticais indicavam que as operações mentais e suas consequências linguísticas eram universais, posto que regiam o funcionamento de quaisquer línguas. Uma distinção entre linguagem mental e verbal tinha sido parte da tradição teológica e filosófica por séculos, mas a análise da justificação para as partes do discurso era uma novidade, por permitir uma análise lógica, não apenas gramatical, do enunciado. Por esse motivo, a *Grammaire générale et raisonnée*, como também é conhecida a *Gramática de Port-Royal*, tornou-se a “precursora de uma longa série de gramáticas ‘gerais’, ‘filosóficas’, ‘universais’ ou ‘especulativas’, cujos autores estavam preocupados em demonstrar a presença marcante dos princípios lógicos na linguagem” (WEEDWOOD, 2002 [1995], p. 99-100).

A larga influência da *Lógica* e da *Gramática de Port-Royal* entre lógicos, linguistas e educadores provocou-me a pensar como as capacidades argumentativas têm sido desenvolvidas na escola. Inicialmente, ao procurar, com pouco sucesso, critérios que pudessem orientar a reflexão, resolvi, como Foucault (1996 [1971], p. 7), entrar nesta ordem arriscada do discurso e propor elementos para a compreensão do termo *capacidade argumentativa*.

2. Como compreender a capacidade argumentativa?

Em busca de critérios alinhados à concepção de discurso a partir da qual pretendo trabalhar, retomo Foucault (2004b [1969], p. 28) quando afirma que “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito”, pois entendo ser preciso “[...] acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado [...]”, uma vez que “é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”, para mostrar que “não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas”, a fim de que seja possível “definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas”, além de “indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas”.

Nessa perspectiva, insisto em marcar que a expressão humana é historicamente marcada, constitui o sujeito a partir das práticas de linguagem das quais participa, colocando-o em contínuo processo interacional que é

marcado por relações de poder, por isso, quando se trata de pensar a argumentação, enquanto prática de linguagem, em primeiro lugar, parece-me ser essencial compreender as diferenças em relação à argumentatividade, e, para tanto, recorro a Grácio (2013, p. 36):

É importante distinguir entre argumentatividade e argumentação. O que é que diferencia uma da outra? A argumentatividade é inerente aos discursos e pode ser focalizada a três níveis principais: 1. Como uma *força projetiva inerente ao uso da língua* (e neste caso estamos a focalizar quer a utilização das palavras na sua relação com os *topoi*, quer os enunciados e o seu encadeamento através de *conectores*), sendo que aqui a tónica é posta nos mecanismos de orientação enunciativa. 2. Como uma *força configurativa* inerente ao *discurso* (e neste sentido estamos a focalizar a ação sobre outrem através das *tematizações*, *vidências*, *ideias* ou *imagens esquematizadas* no modo de produzir o discurso, configuradoras de posicionamentos e produtoras de influência sobre aqueles a quem são dirigidas), sendo que aqui a tónica é posta nos *mecanismos de influência discursiva que preparam a recepção do discurso em termos de interpretação*. 3. Como uma *força conclusiva ou ilativa* que corresponde a processos de raciocínio postos em ação no discurso (tipos e esquemas de raciocínio), sendo que aqui a tónica é posta nos *mecanismos de inferência* [...] – grifos do autor.

Em geral, o que se toma por argumentatividade associa-se à primeira abordagem apresentada por Grácio, proposta por Ducrot desde 1988, ou seja, “a argumentação está na língua” (DUCROT, 1989, p. 16), pois o valor argumentativo das palavras é o responsável pela direção argumentativa do discurso. Assim, as próprias frases são argumentativas em função de sua relação com os *topoi*⁴ e de seu encadeamento por meio de conectores, por isso podem apresentar orientações argumentativas diferentes⁵. O enca-

⁴ Segundo Ducrot (1989), a partir da explicação elaborada por Barbisan e Teixeira (2002, p. 171), o “*topos* é um princípio argumentativo, um lugar-comum argumentativo, que serve de intermediário entre o argumento e a conclusão. É a garantia que assegura a passagem do argumento à conclusão”. Assim, é comum pelo fato de ser compartilhado por uma comunidade de fala; “é geral porque vale para diversas situações de fala; é gradual porque põe em relação duas propriedades graduais, duas escalas”. A noção de *formas tópicas*, então, deriva da noção de gradualidade. Por exemplo, *econômico* e *avarento* são palavras que, quando associadas a uma pessoa, convocam *topoi* contrários: *econômico* desvaloriza o fato de gastar, enquanto *avarento* o valoriza (Ibidem).

⁵ Segundo Ducrot (2004, p. 5-7), quando se toma as seguintes frases: 1) Você dirige rápido demais, você corre risco de sofrer um acidente; 2) Você dirige rápido demais, você corre o

deamento argumentativo serve para qualificar uma coisa ou uma situação, servindo de suporte a uma certa argumentação linguística, que se distingue da argumentação retórica (DUCROT, 2004). No entanto, Grácio (2013) amplia a discussão, incorporando ao termo argumentatividade outras duas abordagens: a dos “mecanismos de influência discursiva que preparam a recepção do discurso em termos de interpretação” e a dos “mecanismos de inferência”, reforçando o entendimento de que a *argumentatividade* relaciona-se tanto a elementos linguísticos quanto lógicos.

Na continuidade da explicação de Grácio (2013, p. 36-37), encontra-se o esclarecimento do conceito de argumentação.

A argumentação, tal como aqui a consideramos não é, contudo, algo que se reduza à argumentatividade, ou força argumentativa, nem à apresentação de argumentos vistos do ponto de vista dos mecanismos de orientação, de influência ou de inferência, mas sim como uma interação que tem na sua base uma situação argumentativa caracterizada pelos seguintes aspectos: a) A existência de uma *oposição* entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso numa situação de interação entre, pelo menos, dois argumentadores). b) A *alternância de turnos de palavra* polarizados num assunto em questão e tendo em conta as intervenções dos participantes. c) Uma possível *progressão* para além do díptico argumentativo inicial e em que é visível a *interdependência discursiva*, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um é retomado e incorporado no discurso do outro. Neste sentido a fala de cada um não é dissociável da fala do outro e da circunscrição do assunto em que essas falas são consideradas de uma forma séria, porque tidas por relevantes e de interesse. Deste modo podemos dizer que uma

risco de cometer uma contravenção; nota-se que ambas destacam um mesmo fato do mundo: direção em alta velocidade, mas não estão apoiadas em um mesmo raciocínio. Na primeira, o “risco de sofrer um acidente” não decorre de um princípio lógico, geral e implícito que tem como resultado a consequência apresentada, pois dirigir “rápido demais” já significa desenvolver uma velocidade perigosa, portanto, é o próprio conteúdo do argumento apresentado que conduz à conclusão. Na segunda, o “risco de cometer uma contravenção” alude ao excesso de velocidade, isto é, está fundado sobre o argumento dado, mas parece servir mais como uma advertência do que como uma consequência direta. Os encadeamentos analisados, apesar de ligarem duas proposições assertivas por meio do conector (implícito) *portanto* não estão fundadas nas mesmas inferências. “Cada uma dessas aparentes afirmações contém, na verdade, o conjunto do encadeamento no qual ela se situa [...]”. Assim, o encadeamento argumentativo não serve para “justificar certa informação a partir de outra, apresentada como já admitida, mas para qualificar uma coisa ou uma situação (neste caso, a velocidade), por ela servir de suporte a uma certa argumentação. O *portanto* é um meio de descrever e não de provar, de justificar, de tornar verossímil” (Ibidem).

interação comunicativa se converte numa argumentação quando nessa interação se tornam destacáveis discursos em confrontação polarizados num assunto em questão [...] – grifos do autor.

Como se vê, para Grácio (2013), a argumentação não pode ser reduzida à argumentatividade, posto que ocorre sempre em uma situação comunicativa específica, quando os sujeitos estão em interação em uma situação argumentativa, caracterizada pela “oposição entre discursos”, pela “alternância de turnos” e pela “interdependência discursiva” que promove a “progressão” da reflexão em questão. Além disso, a argumentação, tal como tem sido proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), propõe uma ruptura com a concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, por tratar do verossímil, do plausível, do provável, que se distancia da evidência, do cálculo, das provas que não podem ser questionadas, por isso está voltada aos recursos discursivos que favorecem a persuasão.

Destarte, ao reunir referências para uma definição de *capacidade argumentativa*, optei por integrar o termo *argumentativo* ao de *capacidade* para indicar que não se trata simplesmente de um adjetivo, de um mero atributo agregado à capacidade, mas de um conceito que coloca os discursos em interação. Embora os sujeitos participem de um momento único na história, de um acontecimento pontual na dispersão temporal – de acordo com Foucault (2004b [1969]) –, o que um diz ao outro não se justifica por si mesmo, pois cada discurso é sempre uma construção organizada segundo as condições de produção vigentes. Assim, no diálogo estabelecido pela argumentação são construídos consensos, soluções são negociadas, mas também ocorrem desacordos, e tudo isso promove o desenvolvimento uma condição que permite a assunção de pontos de vista concordantes ou dissonantes, além de possibilitar a progressão das ideias.

Observa-se nesse processo que uma situação argumentativa, tomada como uma situação que remete à oposição discursiva, bem como aos processos de avaliação colocados em ação na relação de interdependência discursiva (GRÁCIO, 2010, p. 84), configura-se como um processo interpessoal, oriundo das relações sociais, mas que constitui cada sujeito, quando é transformado em um processo intrapessoal.

Nesse ponto, proponho assumir as proposições de Vygotsky (1991) para a formação dos conceitos, por concordar que o uso de signos em uma longa série de eventos culturais, ocorridos ao longo do desenvolvimento das pessoas, possibilita que um processo interpessoal seja internalizado e incorporado em um sistema de comportamento culturalmente reconstituídos, passe por uma reconstrução psicológica e se transforme em um processo

intrapessoal potente para subsidiar o sujeito em outras práticas de linguagem. Assim, é possível perceber que a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui a aspecto característico da psicologia humana” (Ibidem, p. 41).

O longo processo de internalização de conhecimentos possibilita, então, o desenvolvimento cognitivo das funções superiores, ou seja, a formação de conceitos tem início nas relações entre os sujeitos e em uma segunda etapa se torna intrapsicológica.

Admitir essa perspectiva possibilita conceber o termo *capacidade* como uma “atividade intelectual estabilizada e reprodutível em diversos campos de conhecimento” (MEIRIEU, 1998, p. 183), que não existe em estado puro, pois toda capacidade se manifesta por meio da aplicação de conteúdos de diferentes áreas em uma situação comunicativa⁶ particular.

Por conseguinte, proponho com Meirieu (1998) e Roegiers (1999) que as capacidades são *transversais*, isto é, podem mobilizar conteúdos de todas as disciplinas em diferentes graus; podem *evoluir* ao longo da vida, sendo impactadas temporal e espacialmente, e desenvolvem-se de diferentes maneiras no curso do tempo – mais rapidamente, de forma mais espontânea ou precisa, por exemplo (DE KETEELE, 1996 apud ROEGIER, 1999) –, pois dependem das experiências construídas desde o nascimento e das relações estabelecidas entre os sujeitos. Roegiers (2004, p. 50) sintetiza as características das capacidades da seguinte maneira: desenvolvem-se segundo o eixo do tempo; relacionam-se a um conjunto não limitado de conteúdos; integram-se a outras capacidades; especializam-se eventualmente em função das condições sensoriais e cognitivas.

Assumo, portanto, que as capacidades podem se *transformar* em função das interações com as situações, com os discursos, com os conteúdos, com outras capacidades, ou seja, evoluem. É importante notar, então, que *não é possível avaliá-las* diretamente, pois o que pode ser observado são apenas os sinais, isto é, as manifestações das construções internas dos sujeitos.

⁶ Cavalcante (s/d) denomina *situação comunicativa* como o momento imediato em que um gênero discursivo se materializa em texto (oral ou escrito), em uma situação real de uso. Assim, engloba os fatores que configuram a *situação comunicativa*, os atores sociais envolvidos, o espaço (contexto de circulação), os objetivos comunicativos envolvidos na situação, o gênero ou conjunto de gêneros discursivos utilizados. Ou seja, uma *situação comunicativa* envolve o quadro espaço-temporal, o propósito comunicativo, os participantes e o gênero discursivo. Os participantes trazem consigo conhecimentos diversos, como os linguísticos, ideológicos, culturais e sociais, as crenças e os valores, que vão compor a situação comunicativa. Além disso, a composição da *situação comunicativa* deve levar em consideração o lugar ocupado pelos participantes envolvidos, como também seu ponto de vista e os papéis por eles ocupados ao compor a situação. Vale destacar que por lugar entende-se não só o local físico imediato no qual a cena se desenrola, mas também o lugar sócio-histórico e suas representações para uma determinada cultura ou grupo.

Essas quatro características das capacidades – ser transversal, evoluir no tempo, transformar-se e não ser avaliável diretamente – têm especial importância quando o objetivo é proporcionar condições para desenvolvê-las na escola, posto que aprender requer a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas (VYGOTSKY, 1991, p. 55), como discutirei adiante.

Tendo tudo isso em vista, para chegar a uma definição de capacidade argumentativa, proponho considerar os aspectos filosóficos, psicológicos e educacionais de maneira integrada, e conceber que a capacidade argumentativa é simultaneamente:

- uma **condição humana** (atividade cognitiva) que inter-relaciona a linguagem verbal e a reflexão sobre os objetos do mundo (construção mental), sem o privilegio da segunda sobre a primeira – como se viu enfatizado durante muitos séculos, especialmente com a divulgação dos trabalhos realizados em Port-Royal, com prevalência do *cogito*, pois o uso dos signos em eventos culturais promove um processo interpessoal que depois se torna intrapessoal;
- uma **expressão discursiva** que se apoia sobre um já-dito – mas que representa um acontecimento particular, marcado historicamente e pelas relações de poder estabelecidas socialmente– e que se alinha às regras que estabelecem as condições para sua manifestação e compreensão;
- uma **ação de linguagem** que remete à uma oposição discursiva e gera interdependência entre os sujeitos não apenas pela alternância de turnos, mas sobretudo pela polarização de posições enunciativas, o que necessariamente decorre das relações de poder.

Diante dessa proposta e por admitir que o desenvolvimento das capacidades argumentativas é um processo complexo e não limitado a um único campo de saber, como procurei apontar até aqui, interessa-me agora perscrutar as possibilidades para o ensino-aprendizagem da argumentação na escola.

3. Há possibilidades para o desenvolvimento de capacidades argumentativas na escola?

Como a argumentação envolve um processo de negociação entre diferentes sujeitos, o *eu* na relação com o *outro* precisa aprender os mecanismos linguístico-discursivos que oferecem sustentação a um ponto de vista e meios para elaboração de respostas aos apontamentos que emergem da discussão.

Como analista do discurso, em perspectiva foucaultiana, proponho-me a exercitar um processo de reconhecimento e de identificação de alguns dos elementos que compõem o complexo conjunto de articulações do discurso, entendido como um modo de ler e ordenar uma cadeia interpretativa, para que possa ser desenvolvida uma metodologia que torne clara as recorrências formais. Tal análise possibilita separar as sedimentações que produzem os efeitos de individuação e demarcar o domínio (ou não) das capacidades de linguagem.

Inicialmente enfatizo que as propostas de formação inicial e continuada têm se mostrado insuficientes para o desenvolvimento das capacidades dos professores, pois as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia não apontam disciplinas voltadas ao ensino de argumentação e são poucos as matrizes de Letras que revelam alguma possibilidade de formação de professor específica nesse sentido. Apenas a Linguística Textual há algum tempo (KOCH, 2004, por exemplo) e algumas áreas da Semântica, particularmente a Semântica argumentativa, criada na França, na École des Hautes Études en Sciences de Paris, por Oswald Ducrot, inicialmente em conjunto com Jean-Claude Anscombre, têm se ocupado dos estudos com operadores/marcadores argumentativos. Encontram-se disponíveis aos professores, então, apenas cursos de formação continuada que ocorrem de forma assistemática e pontual em diferentes partes do país.

O trabalho com a argumentação na escola exige de professores e estudantes o reconhecimento das regularidades intrínsecas aos fenômenos discursivos, por meio das quais se pode identificar as formações discursivas⁷ às quais se encontram ligadas e ainda se pode estudar as regras de formação e utilização dos recursos linguísticos que permitem enunciar significados, o que ocorre a partir das posições assumidas por cada um, assim como das relações cognitivas estabelecidas.

É pelo domínio dos recursos linguístico-discursivos mobilizados pelas ações de linguagem que particularmente os estudantes poderão aprimorar os procedimentos de escolha em diferentes níveis: no âmbito das posições que serão assumidas frente ao outro que demarcarão um lugar sócio-histórico, na perspectiva enunciativa do uso das diversas unidades linguísticas e na planificação dos textos. Além disso, terão mais desenvoltura para realizar combinação entre gêneros discursivos, pois terão condições de evidenciar variedade na construção de argumentos e na escolha de imagens, expressões, ideias.

⁷ Foucault, em 1969, explica que uma formação discursiva “[...] determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos” (FOUCAULT, 2004b [1969], p. 83).

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP) estejam em vigor desde 1998, os documentos não apresentam orientações sistematizadas para o ensino da argumentação nem oferecem ao professor indicações precisas do que deve ser feito, pois não há aprofundamento dos conceitos mobilizados.

Quadro 1 – Referências à argumentação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino fundamental – 1º e 4º ciclos)

Indicações encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais	Pág.
(1) O domínio do diálogo na explicitação, discussão, contraposição e argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitude de autoconfiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro.	37
(2) Nos casos em que há diferentes interpretações para um mesmo texto e faz-se necessário negociar o significado (validar interpretações), essa negociação precisa ser fruto da compreensão do grupo e produzir-se pela argumentação dos alunos.	45

Fonte: Brasil (1998a)

No Quadro 1, as indicações, recolhidas do PCNLP, reconhecem a importância do trabalho com a argumentação nas séries iniciais do ensino fundamental, mas os produtores do documento parecem considerar que todos os professores saibam como fazer isso, ou seja, conheçam as características da argumentação, entendam o papel da contraposição de posições ou da contra-argumentação e tenham conhecimento de como se pode organizar o processo de negociação de ideias. Se nos cursos de licenciatura em Letras já é escassa a presença de disciplinas que tratem dessa temática, nos cursos de Pedagogia a ausência é ainda maior, como foi supracitado.

O fato de ocorrer apenas duas referências à argumentação evidencia que o ensino da argumentação, quando ocorre, continua sendo tardio, apesar de as crianças participarem, desde muito cedo, de situações em que necessitam utilizar seu discurso para persuadir pessoas a aceitar seus pontos de vista (AZEVEDO, 2002), de haver indicações para a mobilização de diferentes pontos de vista na escrita desde o movimento que ficou conhecido como Escola Nova⁸ e de circular na academia brasileira, há algum tempo, pesquisas que

⁸ Na década de 30, com o movimento Escola Nova, liderado por Lourenço Filho, com os esforços de Carneiro Leão, de Afrânio Peixoto e de outros educadores da Associação Brasileira de Educação foram constituídas as bases para o ensino sistemático de língua portuguesa em território nacional. Registra-se, nessa época, uma preocupação com a escrita que revela pontos de vista elaborados pelos próprios alunos.

apontam o uso de recursos argumentativos por crianças (CASTRO, 1996; BANKS-LEITE, 1996; ROSENBLAT, 1998, entre outras investigações).

As indicações do PCNLP parecem tomar a argumentação como algo natural ao uso da linguagem e estão alinhadas ao conceito de argumentatividade, descrito anteriormente. A primeira orientação (1), embora destaque o diálogo e a interação entre sujeitos, restringe a argumentação a uma situação em que as tematizações visam configurar um certo tipo de posicionamento; a segunda (2), realça que a força argumentativa depende dos raciocínios postos em ação no discurso, mas nada é explicado sobre como isso pode acontecer em aulas com estudantes em fase de alfabetização.

Além disso, ao propor que a argumentação contribua com a *cooperação*, o desenvolvimento de *atitude de confiança* e de *respeito ao outro*, como em (1), o texto define previamente os posicionamentos que devem ser assumidos pelos estudantes, não se tratando, portanto, de uma construção que pode vir a existir por meio das relações discursivas. O trabalho com a argumentação, então, acaba reforçando uma relação de poder à qual os estudantes devem estar submetidos.

O Quadro 2 reúne nove referências à argumentação destinadas aos professores licenciados em Letras. No conjunto, elas indicam que o ensino da argumentação deve acontecer em diferentes frentes, que são tratadas indistintamente. Os extratos (2), (7) e (8) estão alinhados à concepção de argumentação enquanto processo, sendo destacados a polêmica, o jogo entre posições ideológicas e os recursos para a sustentação de ideias. Por outro lado, os fragmentos (5), (6 b) e (9) fazem referência a aspectos ligados à argumentatividade, visto que apontam para o uso de elementos que colaboram com a articulação das ideias em prol da força argumentativa presente na língua.

As orientações ainda fazem referência, indiscriminadamente, aos gêneros, como as cartas argumentativas (1), e às sequências discursivas, provenientes dos estudos da linguística textual (4) e (6 a). Atualmente, é intensa a discussão em torno das diferenças entre as abordagens pedagógicas baseadas nos estudos dos gêneros do discurso e as de base textual, mas o documento oficial não tematiza isso, deixando para o professor a percepção (ou não) das diferenças. Esse desafio é grande, posto que, nas universidades e em congressos de Letras, pesquisadores e professores apresentam posicionamentos que chegam a ser divergentes, dependendo do alinhamento teórico assumido. Se por um lado, é encorajador ver que um documento preparado para circular em todo o território nacional cita diretamente a necessidade de um trabalho voltado à argumentação, por outro, preocupa o fato de as concepções, por vezes opostas, coexistirem sem ressalvas.

A repetição da indicação (3), já encontrada nos PCN escritos para professores que atuam nas séries iniciais, reforça uma orientação que antecipa

**Quadro 2 – Referências à argumentação nos Parâmetros Curriculares Nacionais
(ensino fundamental – 3º e 4º ciclos)**

Indicações encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais	Pág.
(1) [...] A seleção de textos deve privilegiar textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros.	26
(2) Os aspectos polêmicos inerentes aos temas sociais, por exemplo, abrem possibilidades para o trabalho com a argumentação –, capacidade relevante para o exercício da cidadania –, por meio da análise das formas de convencimento empregadas nos textos, da percepção da orientação argumentativa que sugerem, da identificação dos preconceitos que possam veicular no tratamento de questões sociais etc.	41
(3) O exercício do diálogo na explicitação, contraposição e argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitudes de confiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro.	41
(4) Articulação dos enunciados estabelecendo a progressão temática, em função das características das sequências predominantes (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e conversacional) e de suas especificidades no interior do gênero.	56
(5) Produção de textos escritos: [...] utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto, desenvolvendo diferentes critérios: [...] de avaliação da orientação e força dos argumentos.	58-59
(6) a) Produção de análise linguística: [...] reconhecimento do universo discursivo dentro do qual cada texto e gêneros de texto se inserem, considerando as intenções do enunciatório, os interlocutores, os procedimentos narrativos, descritivos, expositivos, argumentativos e conversacionais que privilegiam, e a intertextualidade (explícita ou não) [...]; análise das sequências discursivas predominantes (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e conversacional) e dos recursos expressivos recorrentes no interior de cada gênero; reconhecimento das marcas linguísticas específicas (seleção de processos anafóricos, marcadores temporais, operadores lógicos e argumentativos, esquema dos tempos verbais, dêiticos etc.); b) [...] utilização de recursos sintáticos e morfológicos que permitam alterar a estrutura da sentença para expressar diferentes pontos de vista discursivos, como, por exemplo, uma diferente topicalidade ou o ocultamento do agente (construções passivas, utilização do clítico se ou verbo na terceira pessoa do plural), o efeito do emprego ou não de operadores argumentativos e de modalizadores [...].	60-62
(7) Valores e atitudes subjacentes às práticas de linguagem: [...] Posicionamento crítico diante de textos, de modo a reconhecer a pertinência dos argumentos utilizados, posições ideológicas subjacentes e possíveis conteúdos discriminatórios neles veiculados [...].	64
(8) Seguem algumas possibilidades de organização de situações didáticas de escuta de textos: [...] Para melhorar a qualidade da intervenção do professor na discussão, sempre que possível, é interessante dispor também de transcrições (integrais ou esquemáticas) dos textos gravados, o que permite a ele ter clara a progressão temática do texto para resolver dúvidas, antecipar passagens em que a expressão facial se contrapõe ao conteúdo verbal, identificar trechos em que um interlocutor desqualifica o outro, localizar enunciados que se caracterizam como contradições a argumentos sustentados anteriormente etc.	68
(9) Ensinar o planejamento simultâneo da produção ou enunciação do texto oral supõe: a) a participação regular do aluno em situações de interlocução que contemplem as especificidades dos diferentes gêneros previstos, tais como: [...] entrevista com alguém em posição de poder ajudar a compreender um tema, argumentar a favor ou contra determinada posição [...].	75

Fonte: Brasil (1998b)

como os sujeitos devem se posicionar na escola. Ao invés de formar sujeitos capazes de participar de situações em que a oposição entre discurso exige a assunção de posições que são polarizadas pela alternância de turnos de palavra, em uma perspectiva de interdependência discursiva, o documento impõe uma maneira de ser e agir no mundo.

Quadro 3 – Referências à argumentação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio)

Indicações encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais	Pág.
(1) O confronto de opiniões e pontos de vista fundamentados faz parte da necessidade de entendimento e de superação do achismo.	9
(2) O debate e o diálogo, as perguntas que desmontam as frases feitas, a pesquisa, entre outros, seriam formas de auxiliar o aluno a construir um ponto de vista articulado sobre o objeto de estudo.	9
(3) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.	14
(4) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal (repetido em duas páginas).	21 e 24
(5) A importância de liberar a expressão da opinião do aluno, mesmo que não seja a nossa, permite que ele crie um sentido para a comunicação do seu pensamento.	21-22
(6) No Ensino Superior, sentimos a ausência desse exercício, quando propomos aos alunos que debatam ideias ou formulem opiniões pessoais. Quietos, os alunos baixam a cabeça. Quando e onde tiveram oportunidade de falar?	22
(7) As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino-aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.	26

Fonte: Brasil (2000)

Embora possa parecer estranho localizar apenas sete orientações no documento direcionado ao ensino médio (Quadro 3), etapa final da educação básica, é preciso lembrar que esse documento é complementado pelo PCN+ Ensino Médio (BRASIL, 2002)⁹ e pelas orientações relativas ao

⁹ Produzido para contribuir com a implementação das reformas educacionais definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96, tem entre seus objetivos centrais o escopo de facilitar a organização do trabalho escolar. Para tanto, reúne um conjunto de sugestões: práticas educativas e modos de organização dos currículos.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O PCN+ da área de Língua-gens, Códigos e suas Tecnologias apresenta um detalhamento de como as indicações anteriormente descritas podem ser viabilizadas em turmas de ensino médio, por meio de sugestões de atividades didáticas; o documento básico do ENEM, por sua vez, no que se refere à produção textual, especifica os critérios de avaliação de textos dissertativo-argumentativos, distribuídos em cinco competências, entre as quais se encontram duas específicas (competência 2, 3 e 4¹⁰) aos elementos argumentativos.

Inicialmente, chama a atenção um documento oficial utilizar linguagem informal, como em (6), e apresentar comentários tão gerais, como em (1), (3) e (4). Em (7), em particular, o professor é convidado a sistematizar disposições e atitudes, entre as quais se encontra o argumentar. Mas, como isso é possível? Se a argumentação estivesse sendo apontada como um processo linguístico-discursivo, haveria como indicar em que base se espera que o trabalho seja realizado, mas sistematizar disposição e atitude é algo bastante impreciso, para não dizer impossível, que depende totalmente do juízo de cada professor.

Por fim, espanta verificar que a argumentação permaneça sendo compreendida como expressão do pensamento (5), isto é, que um documento escrito no segundo milênio esteja retomando ideias concebidas quinhentos anos antes da era cristã, mesmo quando em outro trecho (2) esteja sendo valorizado o diálogo entre dois argumentadores que se encontram diante de uma questão em debate, embora a discussão em torno nas relações de poder implicadas na argumentação continue ausente.

Especialmente em um momento de revisão das orientações governamentais para a educação básica pelo Ministério da Educação, empenhado em propor uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parece-me que uma mobilização conjunta por parte das instituições educacionais talvez pudesse contribuir para mudar o quadro que se observa, uma vez que a união de esforços viesse a minimizar as dificuldades decorrentes da ausência de profissionais com formação específica em relação à argumentação e quiçá da falta de recursos para articular a formação de professores em larga escala.

¹⁰ As cinco competências avaliadas na redação produzida para o ENEM são: competência 1 - demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa; competência 2 - compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa; competência 3 - selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; competência 4 - demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; competência 5 - elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Digo isso principalmente porque, em sua versão preliminar, o BNCC¹¹ elenca entre os objetivos de aprendizagem de língua portuguesa o de promover, desde o letramento inicial até as etapas conclusivas da educação básica, “a apropriação por crianças jovens e adultos de diferentes linguagens, para [...] argumentar e tomar decisões, individual e coletivamente” (BRASIL, 2015, p. 11-12), mas novamente não há detalhamento do conceito que se tem da argumentação.

Em síntese, ao longo das orientações ao professor, os conceitos são mobilizados indistintamente: é enfatizada a necessidade de haver trabalho com a argumentatividade (Ibid., p. 39), é citada a relevância dos “gêneros argumentativos”¹² (Ibid., p. 42) e são elencados objetivos específicos para cada ano e série (Ibid., p. 45ss). Novamente, a referência aos aspectos argumentativos parece partir do princípio de que todos os professores tenham formação específica para compreender e adaptar as recomendações à sua realidade local. Pergunto: como o professor de séries iniciais pode concretizar esse trabalho? Quando teve a oportunidade de aprender as características específicas da argumentação? Quem se responsabilizou por essa formação específica?

Como o novo documento está em fase de construção e é possível participar de sua elaboração por meio de contribuições que podem ser encaminhadas registradas no próprio *site*¹³, todos os especialistas e professores podem apresentar reflexões e demandas.

Com essa breve retomada dos PCNLP e do BNCC, quis mostrar que o trabalho com a argumentação é reconhecido pelas autoridades como necessário à formação de estudantes e insistir na necessidade de haver formação específica para os docentes se o objetivo é desenvolver efetivamente as capacidades argumentativas dos discentes. Como já ressaltai, infelizmente isso não tem acontecido de maneira sistemática no Brasil, mas há iniciativas que merecem ser valorizadas, visto que apresentam opções para a formação continuada dos profissionais da educação.

¹¹ A Base Nacional Comum Curricular está disponível à sociedade civil para consulta no *site*: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

¹² Não cabe neste trabalho discutir o conceito de gêneros que está sustentando as orientações da Base Nacional Comum Curricular, mas é alarmante verificar o uso da expressão gêneros argumentativos. É corrente no meio acadêmico entender o gênero como “forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana [...] [que] refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem [...] mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 261). Assim, é possível identificar os gêneros do discurso em circulação, como editorial, artigo de opinião, carta argumentativa, mas não há possibilidade de existir *gênero argumentativo*, pois esse não circula em nenhuma esfera da sociedade.

¹³ A colaboração pode ocorrer por meio do acesso ao mesmo *site* indicado anteriormente (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>).

4. Alternativas para o desenvolvimento das capacidades argumentativas dos professores em processos de formação continuada

Observo que as práticas exitosas no desenvolvimento das capacidades argumentativas dos professores são realizadas de modo eficiente, mas desarticulado, ou seja, ocorrem por iniciativa localizada de grupos de pesquisa e/ou em parceria com órgãos públicos, em alguns projetos vinculados ao PROFLETRAS¹⁴ e pelos esforços pessoais de professores que, estimulados por essa temática, tomam a argumentação como objeto de ensino-aprendizagem, como apontam Leitão; Damianovic, 2011; Ribeiro, 2009; Citelli, 2001, entre outras, mas isso não é insuficiente quando se considera as necessidades educacionais do Brasil.

Diante dessa constatação, inquieta-me saber quem pode assumir a responsabilidade pela formação dos professores, tendo em vista o desenvolvimento de capacidades argumentativas, e como isso poderia ser realizado. Alinhadas a essas questões de foco específico, adiciono outras três de âmbito geral, apontadas por Celani, (2010), ao refletir acerca das experiências vividas na coordenação de um programa de formação contínua de professores em São Paulo por dez anos, a saber: como é possível contribuir para a formação de professores de línguas sem impor modelos provenientes de tendências do momento, existentes no arcabouço teórico favorecido pelo formador? Como distinguir a resistência à inovação e à mudança da necessidade de maior profundidade na discussão dos elementos inovadores? Como desenvolver no professor em formação, inicial ou contínua, independência informada que possa permitir-lhe construir saberes locais a partir de sua prática?

Como afirma Liberali (2013), em língua portuguesa, são escassos os estudos sobre argumentação com foco na formação de professores, pois, em geral, os esforços são destinados a observar as questões de sala de aula na perspectiva dos estudantes e, especialmente, em atividades de produção textual. Assim, para este artigo, selecionei apenas duas iniciativas que podem colaborar com a continuidade das reflexões acerca das alternativas para o desenvolvimento das capacidades argumentativas dos professores em processos de formação continuada.

No percurso da intervenção sintetizada por mim no Quadro 4 (ver página seguinte), incluí os apontamentos de Guevara (2015) por explicar que a intervenção empreendida propôs uma forma de trabalho específica,

¹⁴ Em 2012, a Capes concebeu o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) em rede nacional com polos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. As Instituições de Ensino Superior, comprometidas com o Programa, reúnem pesquisadores experientes nas especialidades demandadas pela proposta. O processo seletivo também é realizado em rede, embora os aprovados sejam matriculados em uma universidade específica.

Quadro 4 – Formação continuada de professores de ensino fundamental e médio em uma escola da rede estadual de Pernambuco (em Recife)

Grupo de pesquisa	Objetivos/Modalidade	Atividades desenvolvidas
<p>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Núcleo de Pesquisa da Argumentação (NupArg) Coordenado pela profa. Selma Leitão</p> <p>Objetivo: Investigar a natureza e as condições de funcionamento da argumentação e seu papel mediador na gênese e funcionamento da cognição humana.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos da formação continuada dos professores: <ul style="list-style-type: none"> - Delinear práticas para trabalhar com argumentação na sala de aula fundamentado no potencial da argumentação para favorecer a aprendizagem de conteúdos curriculares de diferentes áreas, assim como do desenvolvimento de competências de pensamento tais como a reflexão crítica. • Modalidade presencial (Obs. quatro professores aderiram ao convite dos representantes da UFPE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Minicurso para professores (em 3 módulos de 3h cada) <ul style="list-style-type: none"> - Inclui instrução explícita sobre argumentação (módulo 1) - Prepara os participantes para participar em um Debate Crítico (módulo 2) - Desenvolve a prática de competências argumentativas por meio da participação em um debate crítico (módulo 3) <p>Obs. O Modelo Debate Crítico (MDC) é tomado como uma estratégia pedagógica para o ensino de conteúdos curriculares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Registra o uso da argumentação • Filmagem em sala das aulas • Entrevistas individuais (3 de autoconfrontação simples) e em conjunto (1 de autoconfrontação cruzada) - Permite discutir acerca das atividades realizadas com base em recortes de registros filmicos das aulas.

Fonte: Ramírez; Souza, Leitão (2013) e Guevara (2015)

que foi implementada pelos professores em suas salas de aula, e que os intercâmbios entre os participantes tiveram como objeto a prática docente, visto que a maioria das contribuições dos professores fundamentava-se exclusivamente na experiência cotidiana escolar.

Registra-se também que os participantes da formação, promovida pela equipe de pesquisadores da UFPE, destacaram que o engajamento em diálogos com movimentos opositivos permitiu perceber, no início, a ausência de contra-argumentos, posteriormente, a importância do emprego de modalizadores de força que estabelecem um distanciamento entre os pontos de vista e ainda manifestar a preocupação em entender os critérios para a aceitabilidade e validade dos argumentos.

A dificuldade para diferenciar as operações discursivas da argumentação também era visível, pois os professores usavam o termo argumentação tanto como sinônimo de fundamentação quanto como o movimento de fazer avançar um posicionamento. Neste ponto, Guevara (Ibidem) salienta que conseguir identificar as operações discursivas envolvidas na argumentação talvez seja um dos aprendizados que mais contribui para o professor delinear e realizar práticas argumentativas na sala de aula.

Ao final da formação, identificou-se mais apropriação das características relativas aos aspectos procedimentais do debate crítico¹⁵, particularmente das regras que regulam a interação, dos tempos para as trocas de turnos e das funções das bancadas, sendo as etapas que organizam o debate um dos pontos que mais preocuparam os professores.

Por outro lado, o ensino de conceitos, tais como os tipos de informação, e os critérios de qualidade dos argumentos não foram competências plenamente desenvolvidas. Considerando que as competências argumentativas são desenvolvidas por meio da prática intensiva, Guevara (Ibidem) destaca que realizar a formação de professores em serviço dentro da escola impõe alguns desafios para o formador, tais como encontrar espaço e tempo disponível para realizar a formação. Apesar disso, o avanço das sessões de formação evidenciou o quanto cada participante poderia progredir se o trabalho fosse mantido.

As diversas atividades empreendidas pelo NupArg sugerem que a continuidade das ações formativas – com ações planejadas e bem estruturadas, com atividades práticas previamente delineadas, que permitam um trabalho mais sistemático em torno das competências argumentativas – permite um aprendizado que dificilmente se vê desenvolvido em cursos de formação inicial dos professores.

No Quadro 5 (ver página seguinte), condensei, em linhas gerais, as informações que Liberali apresentou em 2013. Na obra intitulada *Argumentação em contexto escolar*, a pesquisadora reúne dados obtidos por ela em estudos anteriores e por orientandos, ligados ao grupo de pesquisa LACE, em diversos trabalhos. Em muitos deles, discute-se o papel central da argumentação como objeto e instrumento no processo de formação continuada de professores, por isso se torna particularmente relevante para este artigo. O foco das pesquisas não está voltado à persuasão, mas às possibilidades de colaboração entre os parceiros da formação, “ou seja, a construção do saber seria realizada a partir de circunstâncias desafiadoras que pressupõem a superação das restrições de forma conjunta” (LIBERALI, 2013, p. 57).

A obra salienta que as situações argumentativas, que têm como característica uma controvérsia ou conflito, são favoráveis ao desenvolvimento

¹⁵ Como se vê no Quadro 4, o debate crítico foi escolhido como o procedimento metodológico para a formação do professor em torno da argumentação.

Quadro 5 – Formação de educadores em contextos escolares (PUC/SP)

Universidade/Grupo de pesquisa	Objetivos/Modalidade	Atividades desenvolvidas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) Grupo de Pesquisa Linguagem em Atividades no Contexto Escolar (LACE) – Coordenado por Maria Cecília Magalhães e Fernanda Liberali	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - Discutir o modo como a argumentação permite entender a produção de conhecimentos, relações e novos modos de agir. - Proporcionar pesquisas em torno do tema Argumentos na produção criativa de significados em contextos escolares de formação de educadores. • Modalidade presencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos e oficinas <ul style="list-style-type: none"> - Direcionados a profissionais da área de educação e a alunos universitários. - Propõem aos sujeitos a introdução de uma constatação inicial (tema), um debate e a avaliação dos argumentos apresentados. • Comunicações e palestras <ul style="list-style-type: none"> - Em eventos promovidos por universidades nacionais e internacionais. • Orientação de dissertações e teses <ul style="list-style-type: none"> - Vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), procuram discutir teórica, pragmática e criticamente o ensino-aprendizagem e a formação de educadores abordando temas bastante variados.

Fonte: Liberali (2013)

da formação crítica, posto que o esforço em encontrar um ponto de acordo para a produção de novos saberes coloca os sujeitos em papéis hierárquicos, sociais e culturais diferenciados que requerem a mobilização de recursos discursivos específicos que possam apoiar as posições assumidas. Para o alcance desses objetivos, os sujeitos articulam pontos de vista, explicações, justificativas ou contra-argumentos, por meio de organizadores lógico-argumentativos, que permitem a percepção das relações estabelecidas entre as ideias, além de observar os aspectos linguísticos que favorecem a organização do discurso e a apreciação das ideias alheias.

As pesquisas desenvolvidas apoiam-se em uma visão de argumentação colaborativa, cuja “proposta é a produção coletiva e colaborativa de significados compartilhados novos e relevantes para a comunidade. Realiza-se no enfoque da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural (TASHC), no quadro das ideias de Vygotsky [...]” (Ibidem, p. 108). Considerada como central para contextos escolares, a argumentação colaborativa é especialmente valorizada por estar pautada em uma visão multicultural do conhecimento, que pressupõe compreender que há múltiplas formas de representar a realidade, de fazer sentido, de criar e produzir significados, de fazer escolhas, o que impacta significativamente a tomada de decisões sobre os modos de viver.

Se os conhecimentos são muitos, variados, diferentes, em constante processo de transformação, é preciso que a argumentação contribua para o questionamento frequente dos saberes, por vezes, tomados como verdades absolutas e inquestionáveis. Assim, no movimento de questionar, contrapor, sustentar, buscar, vão sendo criadas outras possibilidades de entender, expandir e viver; e a aridez que parece excluir e, até mesmo, tornar a escola distanciada da vida dos alunos, educadores e comunidade, poderá ser superada. Se o debate tornar pertinente e relevante o pensamento e a ação que se realizam no contexto escolar, ele terá potencial também de ser expandido para além dos muros das escolas, encontrando, nas ruas, seu local de real realização e transformação social ampla (Ibid., p. 109).

Como tentei mostrar a partir das duas experiências formativas rapidamente descritas, formar professores para qualificar sua ação pedagógica, especialmente em relação ao ensino da argumentação, é um projeto bastante exigente, mas que contribui para a formação de sujeitos ativos, reflexivos, críticos e colaborativos. Agregar a isso a intencionalidade enfatizada por Liberali, no fragmento em destaque, de contribuir com a participação social dos sujeitos na sociedade torna esse trabalho ainda mais relevante e imprescindível.

Considerações finais

A discussão em torno dos sentidos, dos desafios e das possibilidades de desenvolvimento das capacidades argumentativas de estudantes provocou-me a buscar entender como o conceito pode ser definido, o que estimulou a apresentação de uma síntese em três âmbitos: é uma condição humana que inter-relaciona a linguagem verbal e a atividade mental; é uma expressão discursiva que se apoia sobre um já-dito, mas que representa um acontecimento particular, marcado historicamente e pelas relações de poder estabelecidas socialmente; é uma ação de linguagem que remete à uma oposição discursiva e gera interdependência entre os sujeitos.

Um conjunto tão abrangente e heterogêneo de elementos impulsiona-me a propor que a ampliação das capacidades argumentativas de estudantes está condicionada ao desenvolvimento dessas capacidades por professores, pois a elaboração de atividades didático-pedagógicas voltadas ao ensino da argumentação requer conhecimentos específicos, bastante técnicos, e o exercício de práticas de linguagem em torno de questões polêmicas.

Devido à limitação de orientações aos professores em atividade e aos que ainda se encontram em formação, descrevi, muito sucintamente, duas

propostas de formação continuada de professores, com esperança de que possam inspirar outras iniciativas. Contudo, tenho convicção de que empreendimentos isolados, por melhores que sejam, precisam ser articulados se o objetivo for atender às necessidades de um país com dimensões continentais.

O que foi possível reunir neste artigo indica ser necessário organizar ações sistematizadas tanto para a formação de estudantes quanto de professores e, em função da urgência desse trabalho para aqueles que esperam formar sujeitos reflexivos e críticos, considero essa uma demanda urgente e aberta à participação colaborativa de acadêmicos, especialistas em educação, professores etc.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE JUNIOR, M. Introdução. In: ARISTÓTELES, **Retórica**. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 15-84.
- ARISTÓTELES. **Da interpretação**. Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2013 [c. 330-323 a. C.].
- _____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012 [330-326 a.C.].
- AZEVEDO, I. C. M. **O lugar da argumentação na escrita infantil**: análise discursiva e proposta metodológica. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952-1953]. p. 261-306.
- BANKS-LEITE, L. **Aspectos argumentativos e polifônicos da linguagem da criança em idade pré-escolar**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 1996.
- BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**. Porto Alegre. v. 16, n. 32-33, 2002. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29792>> Acesso em: 30.set.15.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC, 1998a.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa Brasília: MEC/SEF, 1998b.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais** (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica.

- PCN+: Ensino Médio** – Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. (versão preliminar). 2015. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> > Acesso em: 21. set. 15.
- CASTRO, M. F. P. de. **Aprendendo a argumentar**: um momento na construção da linguagem. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- CAVALCANTE, M. C. B. **Situação comunicativa**. (s/d). Disponível em:<<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/situacao-comunicativa>>. Acesso em: 15. fev. 2015.
- CELANI, M. A. A. Perguntas ainda sem resposta na formação de professores de línguas In: GIMENEZ, T.; MONTEIRO, M. C. de G.(Orgs.). **Formação de professores de línguas na América Latina e transformação social**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. (Coleção Novas Perspectivas em Linguística Aplicada – vol. 4). p. 57-67.
- CITELLI, B. A argumentação. In: **Produção e leitura de textos no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-184.
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Polifonia**. Cuiabá. v. 8, n. 08, 2004.
- _____. Argumentação e ‘*topoi*’ argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e Sentido na linguagem**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b [Orig. Paris: Gallimard, 1969].
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996 [Orig. Paris: Gallimard, 1971].
- _____. La Grammaire générale de Port-Royal. **Langages**, 2e année, n. 7, p. 7-15, 1967.
- GRÁCIO, R. A. **Vocabulário crítico de argumentação**. 1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- _____. **A interação argumentativa**. 1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2010.
- GUEVARA, L. C. R. **Ensinar a argumentar**: uma proposta de formação de professores para a inserção de práticas argumentativas na sala de aula. 2015 (versão preliminar). Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Psicologia Cognitiva.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M. C. (Orgs.). **Argumentação na escola**: o conhecimento em construção. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- LIBERALI, F. C. **Argumentação em contexto escolar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.
- MEIRIEU, P. **Aprender... sim, mas como?** Tradução de Vanise Pereira Dresch. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- PEIXOTO, K. R. **Subjetividade, ideias e coisas**. Estudo crítico e tradução da primeira parte da Lógica de Port-Royal, I-VIII. Tese. (Doutorado em filo-

- sofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação** – A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].
- RAMÍREZ, N.; SOUZA, D.; LEITÃO, S. Desarrollo de habilidades argumentativas en la enseñanza-aprendizaje de contenidos curriculares. **Cogency**, v. 5, n. 1, p. 107-133, 2013.
- RIBEIRO, R. M. A construção da argumentação oral no contexto de ensino. São Paulo: Cortez, 2009.
- ROEGIERS, X. Savoirs, capacités et compétences à l'école: une quête de sens. **Forum-pédagogies**, mars, p. 24-31, 1999.
- _____; DE KETELE, J-M. **Uma pedagogia da integração** – Competências e aquisições no ensino. 2. ed. Trad. Carolina Huang. Porto Alegre: Artmed, 2004 [2001].
- ROSENBLAT, E. **A argumentação na sala de aula**: análise de três situações de produção. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de Cipolla Neto, Luis S. M. Barreto, Solange C. Afeche. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.
- WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

O DIREITO À ARGUMENTAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Soraya Maria Romano Pacífico

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP

Introdução

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

(FOUCAULT, M. A ordem do discurso)

Pretendemos, neste texto, refletir sobre a argumentação não como possibilidade de persuasão, tampouco buscamos analisar os mecanismos linguísticos usados para construir o argumento; nosso objetivo é refletir sobre o direito à argumentação, em uma perspectiva discursiva, conforme os pressupostos teóricos construídos por Michel Pêcheux e seus seguidores. Essa ressalva é importante porque, desde Aristóteles, sabemos que falar em argumentação evoca sentidos de persuasão, lógica, técnica, como podemos ler em:

A grande inovação de Aristóteles foi o lugar dado ao argumento lógico como elemento central na arte da persuasão. A sua Retórica é sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico; isto é, uma teoria da argumentação persuasiva. E uma das suas maiores qualidades reside no facto de ela ser uma técnica aplicável a qualquer assunto. (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 34)

Neste trabalho, nosso olhar estará voltado para aquilo que entendemos ser o direito do sujeito à argumentação, não focalizando em como argumentar bem, mas sim, em como poder argumentar, independentemente se haverá ou não uma boa estratégia de persuasão, pois, a nosso ver, ter o direito de argumentar deve ser o ponto de partida para tratar-se das questões relativas à argumentação. O que nos interessa é que o sujeito sinta-se autorizado a praticar a argumentação.

Essa ideia surgiu-nos em decorrência da leitura do texto de Antonio Candido, *O direito à literatura*, no qual o autor defende que ter acesso à

literatura é um direito humano, assim como todos os outros direitos humanos. Segundo Candido (2004, p. 175), “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura”. Concordamos com o autor e, a partir dele, defendemos que a argumentação também deve ser entendida como um direito humano, direito este que deve ser exercido no contexto escolar, a fim de que os sujeitos-alunos pratiquem a argumentação, dentro e fora da escola, como uma prática social. Frisamos, aqui, que defendemos o direito à prática da argumentação e não apenas ao acesso a textos que simulam ensinar sobre argumentação, tais como os que circulam, na escola, sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos.

Conhecendo o contexto escolar, sabemos que a argumentação não encontra, nessa instituição, um lugar privilegiado. Indo além, a restrição não diz respeito apenas à escola, pois como assevera Plantin (2008, p. 20), “a argumentação não foi esquecida, ela foi é profundamente deslegitimada”. Apesar disso, defendemos que é na escola que o sujeito pode e deve conhecer as relações desiguais de poder implicadas nas práticas argumentativas para poder exercer seu poder de argumentar, para poder encontrar nos discursos, os espaços para a argumentação. Em outras palavras, a argumentação deve ser legitimada na instituição escolar para que o sujeito, exercendo essa prática discursiva, sinta-se no direito de tomar a palavra, de mergulhar no fio discursivo e posicionar-se acerca dos sentidos colocados em circulação, na sociedade.

Como nosso objetivo é refletir sobre a argumentação no contexto escolar, é necessário considerar as condições de produção discursivas permitidas e encontradas nesse espaço. Por condições de produção entendemos as circunstâncias de um discurso, as relações estabelecidas entre os locutores, a posição ocupada pelos sujeitos discursivos, que afeta o modo como eles podem produzir sentidos em relação a dado objeto discursivo, em determinado contexto sócio-histórico-ideológico. Temos, portanto, de considerar aquilo que Orlandi (1996) entende por discurso do tipo autoritário, ou seja, é o tipo de discurso que predomina no contexto escolar. O discurso autoritário é aquele em que os interlocutores não podem disputar o objeto discursivo, pois o sentido já está dado e deve ser repetido, esse discurso é o polo da paráfrase.

Sob tais condições de produção, inferimos que não é fácil para o sujeito-aluno poder argumentar, posto que a argumentação exige que o discurso polêmico (idem) se instale a fim de que o objeto discursivo possa ser disputado pelos interlocutores. Esse tipo de discurso é o polo da polissemia, condição para a circulação de múltiplos sentidos; logo, para a argumentação.

Segundo a autora, é a partir da interação dos interlocutores e das condições de produção que o tipo de discurso estrutura-se. Dessa forma,

Orlandi (1996) explica que é dependendo da relação dos interlocutores com o objeto discursivo que se instala um tipo discursivo predominante, considerando que há uma multiplicidade de sentidos possíveis que pode ser fortemente controlada ou não. A nosso ver, um dos meios de impor e/ou controlar o sentido sustenta-se na suposta voz de autoridade, muitas vezes concedida pelo professor ao livro didático. Nessas condições, isto é, quando o material didático ocupa o lugar de detentor do saber, ele constrói a imagem do referente para os sujeitos-escolares, aqui, entendidos como professores e alunos. Consequentemente, não há espaço para a disputa do sentido.

Tocamos na questão do livro didático porque ele é um dos principais meios de acesso à leitura e à escrita, que circulam no contexto escolar. Logo, seu papel é fundamental na escola e seu uso não pode ser desconsiderado quando a pesquisa está voltada para a instituição escolar. No caso deste estudo, entendemos que, sendo o livro didático o principal acesso dos alunos aos sentidos, o uso desse material pode trazer implicações para a argumentação. Como vimos, para argumentar o sujeito precisa ter acesso a uma multiplicidade de sentidos, precisa ter o direito de disputá-los; entretanto, no material didático encontramos resumos de textos, recortes, frases descontextualizadas e uma prática recorrente de preenchimento de lacunas. Tais atividades dadas como prontas, como completas, como as que bastam para o aluno aprender sobre dado referente conferem ao livro didático um discurso de verdade (GRIGOLETTO, 1999). Nesse cenário, o aluno não tem condições discursivas de entrar em contato com pontos de vista favoráveis e/ou contrários sobre determinado referente; portanto, não tem condições de construir seu ponto de vista para poder argumentar, parecendo-lhe, “lógico”, repetir o sentido encontrado no livro didático.

Grigoletto (1999), ao analisar a estrutura do livro didático aponta que o material nega ao aluno o espaço de individualidade, que há um controle ideológico sobre os professores e alunos, o que interdita os gestos de interpretação dos sujeitos-escolares. Soma-se a isso a busca da ordem e da linearidade, como se os sentidos não tivessem história, como se os textos não tivessem relação com a exterioridade. Cria-se, com essa estrutura e funcionamento do livro didático, a ilusão de homogeneidade, tanto para os sujeitos, quanto para os sentidos.

Para nós (PACÍFICO, 2007), diante de tais circunstâncias, o aluno pode perceber que a escola só admite uma possibilidade de resposta e, então, esforça-se para ser um “bom aluno”, escrevendo, falando, desenhando, enfim, produzindo textos que venham ao encontro daquilo que a escola espera dele; por outro lado, o aluno pode resistir a tudo isso, ocupando, assim, o lugar de “mau aluno”, manifestando descaso e desprezo pelas tarefas impostas.

Partindo do princípio que a argumentação se dá pela tomada de posição do sujeito da enunciação, entendemos, a partir de Pêcheux (1995), que o lugar de “bom aluno” ou “mau aluno” pode estar relacionado aos desdobramentos que a forma sujeito pode ter. Expliquemo-nos melhor: conforme o autor, o sujeito da enunciação pode assujeitar-se ao sujeito universal, sob a forma do “livremente consentido”; nesse caso, o autor nos diz que:

[...] essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade” (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

Parece-nos que o “bom sujeito” não toma a posição de argumentar, de discordar dos sentidos que circulam na formação discursiva que o domina, por exemplo, a que dita os sentidos de que o “bom aluno” não retruca, não cria polêmica. No entanto, como adverte o próprio Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar revoltar-se”. Dessa forma, há outra possibilidade de desdobramento da forma sujeito na qual “o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar” (PÊCHEUX, 1995, p. 215), caracterizando o discurso do “mau sujeito”.

Com efeito, há uma luta de classes, no contexto escolar; logo, dominação e resistência constituem a relação entre os sujeitos-escolares, que podem identificar-se (“bom aluno”), ou não (“mau aluno”), com a determinação exterior; daí, a argumentação pode, ou não, instalar-se. Mas quando as relações de poder entram em jogo, é preciso ressaltar que a tomada de posição para argumentar, como estamos entendendo, não depende apenas da identificação do sujeito com dados sentidos, mas sim, depende de ele ter o direito, ou não, de argumentar.

Os sentidos de “mau sujeito” evocam a memória discursiva¹ sobre as crianças consideradas arterias, malvadas, que não obedecem aos adultos. Temos, também, de falar que a argumentação evoca uma memória discursiva

¹ “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

siva sobre a palavra arte. Assim, fazendo um trocadilho com a palavra “arte”, tão recorrente quando se trata de retórica e argumentação, consideramos que argumentar é uma arte, em duplo sentido, isto é, tanto como a capacidade criadora do sujeito de colocar em discurso seu posicionamento, quanto no sentido de o sujeito fazer algo com o intuito de provocação, de ir contra os padrões aceitos pelas instituições sociais (PACÍFICO, 2012). Na instituição escolar, existe “a influência e o poder” do discurso dominante que é repetido e imposto pelo discurso pedagógico e quem ousa questioná-lo está fazendo uma arte, está ocupando o lugar do “mau sujeito”, uma vez que o objetivo do discurso pedagógico não é permitir a discussão, a disputa do objeto discursivo, mas sim, é levar o sujeito a incorporar “livremente” e “cegamente” um ponto de vista que não entre em choque com o defendido pela instituição dominante.

Embora nosso foco seja o contexto escolar, não podemos ignorar que os sujeitos circulam em outros espaços que não a escola, e que a argumentação é uma prática cotidiana, que pode ser exercida nas mais diversas situações sociais. Porém, toda pesquisa impõe ao pesquisador que faça um recorte; assim, para realizar este estudo, optamos pela escuta de sujeitos-escolares que frequentam as séries iniciais do Ensino Fundamental de uma escola particular, situada na região de Ribeirão Preto-SP, sobre quais são os sentidos que eles constroem para a complexa relação que as crianças, na posição discursiva de filhos e alunos, têm com a argumentação.

Muitos trabalhos tratam da argumentação pelo viés histórico, teórico e analítico, visando a compreender como se produzem e são usados os recursos argumentativos. Nosso trabalho tem outro propósito, qual seja, pretende escutar e interpretar, no sentido pecheuxtiano, o que os sujeitos-escolares têm a dizer sobre o direito, ou não, da criança à argumentação. Vale ressaltar que não estamos contemplando modelos de argumentação, nem sequer concebemos um sujeito que usará a lógica para sustentar seus argumentos, o que estaria em contradição com nossa fundamentação teórica, cujos conceitos principais, que nos embasam nesse lugar teórico-discursivo para refletir sobre argumentação, serão apresentados, brevemente.

Sujeito, ideologia, interdiscurso

O conceito de sujeito para a Análise do Discurso (AD) é entendido como uma posição discursiva que o indivíduo, interpelado pela ideologia, ocupa ao produzir seu discurso. Isso significa que não estamos tratando de um indivíduo empírico que planeja um discurso, que é dono do seu dizer, que escolhe, com base na lógica, as estratégias argumentativas para persuadir seu interlocutor. A compreensão do conceito de sujeito, segundo uma teo-

ria não subjetivista, é central para a Análise do Discurso, como podemos ler nas palavras de Pêcheux (1995, p.131):

Ora, como acabamos de ver, essas interpretações e acobertamentos idealistas encontravam seu fundamento num terceiro ponto, a saber, o efeito ideológico ‘sujeito’, pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação. Podemos, então, de agora em diante, afirmar que uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o ‘sujeito’ ideológico como ‘sempre-já dado’: na verdade, e isso por razões imperiosas que dizem respeito à intrincação dos diferentes elementos que acabamos de enunciar, essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade.

Estamos, pois, tratando de um sujeito heterogêneo, dividido, que pode ocupar várias posições discursivas, que pode circular por entre várias formações discursivas. Embora o sujeito discursivo tenha a ilusão de ser a origem e a fonte do seu dizer, o que pode ser entendido, segundo Pêcheux (1995) pela noção de esquecimento no.1, ocorre que, na verdade, o sujeito não se dá conta de que o que ele diz já foi dito antes, em outro lugar. Vale destacar que em nota, Pêcheux (1995, p. 183) adverte que:

O termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda da memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito.

É pelo esquecimento “daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1995, p. 163) que o sujeito penetra no fio discursivo. A relação do sujeito com os sentidos pode ser entendida porque o indivíduo, interpelado pela ideologia, constitui-se como sujeito no discurso, que está sempre em curso, em funcionamento, isto é, os sentidos estão sempre em movimento, num fio discursivo que não tem começo, nem fim. Ao produzir discursos, o sujeito entra nesse movimento discursivo e tem a ilusão de que os sentidos que ele produz significam a partir do momento em que ele passa a produzi-los, “esquecendo-se” de que a trama dos sentidos tem uma história, por isso, eles já foram ditos antes, em algum lugar. A essa constituição sócio-histórica dos sentidos Pêcheux chama de interdiscurso.

O já-lá, o interdiscurso – entendido como ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que

também ele é submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1997, p.162).

Para produzir seus discursos, o sujeito tem de trabalhar o interdiscurso no intradiscurso. Isso ocorre porque ele identifica-se com determinada formação discursiva e essa identificação, “fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso[...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 163). Para argumentar, então, entendemos que o sujeito tem de ter acesso ao interdiscurso, “ao todo complexo com dominante das formações discursivas” para poder identificar-se com determinados sentidos, para inscrever-se em uma ou em várias formações discursivas e, assim, exercer seu direito de argumentação. Percorrer o interdiscurso significa estar em contato com os sentidos já produzidos sobre determinado assunto, mas não simplesmente em contato, é preciso que o sujeito realize gestos de interpretação. Em outras palavras, para argumentar é preciso, antes, interpretar, pois se não houver interpretação, como poderá o sujeito disputar os sentidos? Nesse ponto, esbarramos em uma questão político-ideológica, sobre a qual Pêcheux (1997, p.58) escreve:

A alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas interpretações.

Se é assim, e sabemos que o é, podemos dizer que para poder argumentar o sujeito-aluno precisa de muito mais do que páginas do livro didático que lhe oferecem dicas acerca da estrutura do texto dissertativo-argumentativo, ou modelos de textos jornalísticos usados nos livros didáticos do terceiro ano do Ensino Médio, que criam a ilusão de fornecer ao aluno um exemplo do que seria usar bons argumentos para defender um ponto de vista, como Lemes (2013) demonstra em seu trabalho. Conforme a autora analisa, os sujeitos-alunos que estão às vésperas do vestibular têm de “sustentar as ditas interpretações” realizadas pelos jornalistas, que ganham voz de autoridade no livro didático, material escolar que desconsidera a importância do argumentar como uma prática social, como direito do homem, como uma arte, como a possibilidade de disputa dos sentidos.

Lemes (2013) destaca que Aristóteles já trazia para o cerne das discussões acerca da Retórica a sua importância na vida de todo e qualquer

indivíduo, para realizar “a própria defesa e a acusação dos outros” (ARISTÓTELES, 2011, p.39). Ao negar as possíveis relações que os alunos podem construir com a argumentação, o livro reduz seu ensino a um caráter meramente utilitário, ou seja, o vestibular (LEMES, 2013, p. 57).

Além de essa prática pedagógica não garantir ao aluno o direito à argumentação, tampouco à produção do texto dissertativo-argumentativo, por uma questão ideológica, a argumentação somente aparece como conteúdo escolar, no Ensino Médio. E nos anos anteriores, o aluno não pode argumentar, não pode interpretar, não pode posicionar-se contra ou a favor de determinado tema? Queremos ressaltar que não concordamos com que a argumentação seja entendida apenas como conteúdo escolar, pois conforme estamos defendendo, argumentar é um direito do sujeito discursivo, dentro e fora da escola, independentemente, do nível de escolaridade. A argumentação não pode ser reduzida a um modo de produção textual cuja utilidade será o ingresso no vestibular.

Porém, pelo efeito da ideologia parece natural que seja assim. Toda prática argumentativa, que ficou abafada nos anos escolares anteriores, é colocada em discurso, mesmo que ilusoriamente, no Ensino Médio, etapa escolar em que o aluno deve produzir textos argumentativos. Importante destacar que, para a AD, “as ideologias não são feitas de ‘idéias’ mas de práticas”. (PÊCHEUX, 1995, p. 144).

Com base nesse cenário, buscamos analisar como os sentidos sobre argumentação podem circular nas etapas escolares anteriores ao Ensino médio. Assim, tendo o objetivo de analisar os sentidos sobre argumentação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, solicitamos a duas professoras, dos 4º. e 5º. anos do Ensino Fundamental, que colocassem em curso sentidos sobre argumentação com os alunos que frequentam essa etapa escolar, em uma escola particular. Esses dados são importantes, porque, mais do que se constituírem como dados da metodologia, temos de considerar, como já apontamos, que as condições de produção constituem a instância verbal de produção do discurso que engloba o contexto sócio-histórico, os interlocutores, o lugar social que ocupam para produzir o discurso, a imagem que fazem de si, do outro e do referente envolvidos na produção do discurso. Disso decorre que o fato de a coleta ter sido realizada em uma escola produz sentidos, pois os sujeitos-escolares fazem uma imagem de si, do objeto discursivo, daquilo que pode e deve ser dito, na instituição escolar. E isso reclama uma escuta e interpretação do analista.

Os alunos deveriam escrever seu posicionamento sobre o direito à argumentação e seus escritos constituem nosso *corpus*. Sabemos, segundo nossa filiação teórica, que os sentidos não se dão em uma linearidade, tampouco termo a termo. Por isso, não apostamos em respostas exatas para as for-

mulações, as quais serão analisadas pelos indícios, neste caso, as marcas linguísticas que encontrarmos, as quais nos darão pistas de determinado funcionamento discursivo, sempre considerando que a ideologia afeta a constituição de sujeitos e sentidos. O termo de consentimento para coletar os textos escritos e analisar os sentidos que os alunos produziram foi devidamente obtido. A escrita foi mantida tal qual aparece nos textos coletados. Passaremos, a seguir, às análises dos recortes dos discursos que os sujeitos-alunos dos 4º e 5º anos produziram, a partir das seguintes formulações:

- O que significa argumentar para você?
- Que argumentos usaria para convencer seus pais ou professores para poder ler o livro que considera bom?
- Com sua idade, acredita que argumentar seja um direito seu?

Os sentidos produzidos pelos alunos das duas salas (4º. e 5º. anos) serão apresentados em um só recorte, sem serem atribuídos a um ou outro sujeito, para evitar a repetição das respostas que foram muito recorrentes.

Recorte 1:

Argumentar é convencer, escutar ou explicar;
 Ficar orgulhoso de si mesmo;
 Pedir, implorar;
 Usar palavras educadas;
 Coisas boas;
 É quando a professora fala algo e as pessoas acha ruim e pode fala a AAAAAAA.

Não é novidade dizer que se faz necessário o engajamento do professor no processo de construção dos sentidos em sala de aula, pois cabe a ele instaurar o discurso polêmico nas aulas, permitindo ao sujeito ocupar outro lugar que não aquele ocupado por um ouvinte que recebe “informações”, mas sim, um lugar que permita ao sujeito olhar o objeto discursivo e questionar, discutir, construir os sentidos acerca disso. Parece-nos que a professora faz circular o discurso polêmico, o que pode ser analisado quando um sujeito-aluno escreve “é quando a professora fala algo e as pessoas acha ruim e pode fala a AAAAAAA”, em que o uso do verbo “pode” indicia que o sujeito compreendeu a relação de poder envolvida na argumentação, pois ele poderia não ter o direito de discordar; todavia, nessa relação com o interlocutor é permitido “as pessoas acha ruim” e posicionarem-se contrárias à atitude da professora, o que fica marcado pelo uso de “AAAAAAA”.

Embora tenha aparecido esse sentido de disputa, prevalecem os sentidos de “pedir, implorar”; “usar palavras educadas”; “escutar ou explicar”,

sentidos que não legitimam a disputa do objeto discursivo, característica fundamental da argumentação. Esses sentidos nos levam a pensar em como a ideologia faz parecer natural que o bom aluno não argumenta, que ele não deve contradizer os sentidos produzidos pelo professor. Ele pode “explicar”, “pedir”, “emplorar”, mas não argumentar.

A ideologia, entendida na perspectiva da Análise do Discurso como um mecanismo de naturalização do sentido, faz circular sentidos como: ser educado é não questionar, principalmente, não discordar de adultos, pais e professores. Importante destacar que esses recortes analisados foram produzidos na escola, o que pode afetar o percurso dos dizeres dos alunos, uma vez que alguns sentidos podem circular no contexto escolar, outros não. Podemos interpretar que os sentidos de “emplorar”, “usar palavras educadas” tenham circulado porque parece natural que na escola seja assim. De acordo com Orlandi (1997, p. 78), “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos”, o que nos leva a interpretar que outros sentidos podem ter sido silenciados porque foram construídos no contexto escolar e não em outro lugar.

No que se refere ao sentido colocado em jogo para os sujeitos-escolares sobre quais argumentos eles usariam com os pais e professores para poder ler o livro que eles, os alunos, consideram bom, encontramos:

Recorte 2:

Três dias sem videogame. (M.C.G.)

Eu falaria para ler ele porque ele tem um bom ensinamento e é legal para nossa idade poder ler e saber mais sobre outras coisas. (A.C.)

Esse livro vai ajudar a eu desenvolver meu cérebro. (J.A.F.F.)

Eu diria que dizem que o livro é muito bom e então vamos fazer um trato, um de vocês lê o livro comigo e aí nós vemos se o livro é bom ou não. (J.C.S.)

De acordo com Orlandi (1993, p. 18), “compõe a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações”. Com base no recorte 2, podemos observar que os sujeitos situaram-se no lugar do outro (pais e professores) para construir a estratégia argumentativa. É sabido que os pais, de modo geral, não aprovam que os filhos fiquem muito tempo no computador e nos jogos eletrônicos; assim, o sujeito busca negociar, supostamente com o pai – pois na escola não há espaço para videogame –, a permissão para ler o livro que ele, o filho, quer, pois é sabido, também, que os pais aprovam que os filhos se interessem por

livros. Além disso, sabemos que é do interesse de pais e professores que seus filhos e alunos busquem “bom ensinamento”, ainda mais se for “legal para nossa idade poder ler e saber mais sobre outras coisas”. Com o uso de “legal” e “saber mais sobre outras coisas”, o sujeito tenta persuadir o outro e convencê-lo de que o livro por ele escolhido é bom. Desse modo, ele usa uma estratégia argumentativa a partir da projeção do lugar que o interlocutor ocupa, no caso pais e professores, para mobilizar sentidos que o sujeito imagina serem relevantes para aquele a quem deseja convencer.

Dos sentidos mais recorrentes, encontramos em nosso *corpus* a importância da leitura de livros que ensinem “coisas novas”, o que pode indiciar que, muitos livros lidos na escola podem trazer conteúdos repetitivos, que os alunos já conhecem; encontramos, também, sentidos de “legal”, de “alegria”, marcando que os alunos esperam que a leitura seja prazerosa, alegre, legal, inovadora. Dos recortes analisados, infere-se que os sujeitos-alunos querem bons livros e boas leituras, querem se desenvolver, intelectualmente, como podemos ler em “ajudar a eu desenvolver meu cérebro”.

O recorte produzido pelo sujeito J.C.S. marca a projeção de lugares para os interlocutores, ou seja, se o que está em disputa é o convencimento de que determinado livro é bom, por isso, merece ser lido, o sujeito entende que o interlocutor só poderá confirmar se o livro é bom, lendo; logo, projeta o interlocutor no lugar de leitor. E é esse sentido que ele coloca em curso, não busca argumentos para qualificar o livro, mas sim, “convoca” o pai ou o professor para que leiam com ele e, somente após a leitura, “nós vemos se o livro é bom ou não”. Nesse caso, também, o sujeito recorreu aos mecanismos de antecipação.

Mais uma vez, valemo-nos da imagem que temos sobre leitura, sobre pais, professores e alunos, qual seja: os pais e professores devem ler bastante para/com seus filhos e alunos a fim de formar futuros leitores. Dessa maneira, “o modo como o sujeito disse” – “vamos fazer um trato, um de vocês lê o livro comigo e aí nós vemos se o livro é bom ou não” – pode ter colocado o interlocutor em uma posição sem saída para dizer não, ou seja, o processo de argumentação deve ter produzido “efeitos sobre o interlocutor”.

Tratar do lugar social ocupado pelos interlocutores em discurso levamos a pensar no conceito de formação imaginária, uma vez que todo processo discursivo supõe sua existência. Conforme Pêcheux (1993, p.82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. A imagem que os interlocutores fazem de si e do outro, isto é, “quem eu sou para que ele me fale assim?”; “quem ele é para falar assim comigo?”; “quem eu sou para lhe falar assim?”; “quem ele é para que eu lhe fale assim?”

(PÊCHEUX, 1993, p. 83), interfere na situação em que o discurso aparece, interfere, assim, nos mecanismos de antecipação.

Parece-nos, então, que não é possível construir os mecanismos de antecipação sem considerar o jogo das formações imaginárias, pois é a partir delas que os interlocutores podem imaginar um lugar para si e para o outro e, diante disso, construir a estratégia argumentativa. Entretanto, queremos ressaltar que essa estratégia não se baseia na lógica, pois tanto os sujeitos quanto os sentidos são passíveis de falhas, não são totalmente controláveis. “Na perspectiva da análise do discurso, contrariamente às posições positivistas que derivam da Pragmática, a teoria é sensível ao que não é passível de decisão, ao inacabado” (ORLANDI, 2001, p. 122). De qualquer modo, podemos dizer que o mecanismo de antecipação favorece a tentativa de controle do sentido que está sendo disputado; portanto, é fundamental na construção da argumentação (PACÍFICO, 2012).

De acordo com Mosca (1999), argumentar pressupõe considerar o outro, considerar a interação e a reação do sujeito diante de propostas e possibilidades que lhe são apresentadas. Implica, ainda, a possibilidade de discussão dos interlocutores frente ao objeto discursivo. Apesar disso, em muitos textos que compõem nosso *corpus*, o sujeito não considera “a possibilidade de discussão” e transforma o que poderia ser uma possibilidade de argumentação em pedido, como podemos ler em:

Recorte 3:

Tia C. por favor eu não gosto desse livro eu gosto do de ação com várias aventuras por vavor deixa. (T.)

Por favor, eu gosto muito desse livro, vai só 1 vez por favor! (M.E.S.)

Eu iria pedir se ela dissesse não eu não pedia mais para não deixala brava e irritada. (M.D.G.)

Entendemos que “pedir por favor” coloca o sujeito em uma posição de inferioridade em relação ao seu interlocutor, o que indicia que o sujeito não se sente autorizado a argumentar, a disputar um sentido. Nesse caso, parece-nos que o tipo de discurso que está em funcionamento é o autoritário (ORLANDI, 1996), em que o sentido já está dado e não pode ser disputado. Mesmo assim, o sujeito-aluno arrisca-se a fazer um pedido, como nos mostra o recorte “vai só 1 vez por favor!”, que pode ou não ser atendido. O sujeito não ousa colocar-se no lugar do outro e construir uma estratégia argumentativa. É como se a voz do professor, identificada pelo uso de “tia

C”, fosse uma voz impossível de ser questionada, o que leva o sujeito a trabalhar com a apelação e não com a disputa do sentido.

Como já apontamos, para a AD, o sujeito não é um manipulador que controla o seu dizer, visto que ele é capturado pela ideologia e se identifica com determinadas formações discursivas e não com outras. Interpretamos que o sujeito não se identificou com a formação discursiva que autoriza o sujeito-aluno a expor seu ponto de vista, a assumir-se como um sujeito que pode argumentar, que sabe usar argumentos para defender esse ou aquele ponto de vista. Ao pedir “por favor”, o sujeito inscreve-se na formação discursiva que legitima que pessoas educadas pedem por favor, que devemos usar palavras educadas ao nos dirigirmos a pais e professores, o que pode ser interpretado pelo recorte “Eu iria pedir se ela dissesse não eu não pedia mais para não deixala brava e irritada” (M.D.G.).

Como citamos acima, há uma divisão social da leitura e da interpretação, a uns é dado o direito à interpretação e a outros o dever de repetir determinados sentidos (PÊCHEUX, 1997). O direito ou a interdição à interpretação materializa-se em determinadas formações discursivas, que determinam o que pode e deve ser dito, em dado contexto sócio-histórico. A distribuição do sentido é praticada pelas instituições (família, escola, igreja), que têm o poder de legitimar determinadas formações discursivas e não outras. Essa distribuição se faz pela voz dos pais, professores, autoridades religiosas, líderes sindicais, partidários, empresariais, entre outros. Nessa relação, “os sentidos – sempre aí em seu movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão, no entanto, jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados (geridos)” (ORLANDI, 2001, p. 28). Em relação ao recorte 3, a formação discursiva que sustenta os sentidos produzidos pelos sujeitos legitima os que foram geridos pela professora, os quais não estão “soltos”; logo, não podem ser questionados, questionamento que poderia deixá-la “brava ou irritada”.

Isso vem ao encontro do que já escrevemos (PACÍFICO, 2012), a saber, que é o professor que constrói e passa para o aluno a imagem do referente, ditando as regras de como deve ser a relação destinatário-referente; de modo geral, na instituição escolar, o aluno é privado de condições (tais como o acesso a uma multiplicidade de conhecimentos sobre dada questão) e poder para construir sentidos e defendê-los (argumentar), de acordo com suas condições sócio-histórico-ideológicas, encontrando-se, portanto, fadado a olhar o referente com as lentes do professor.

Até aqui, procuramos interpretar o que os sujeitos-alunos dizem fazer para disputar, ou não, um sentido. Agora, chegamos ao ponto principal do nosso trabalho, pois vamos “escutar” os sentidos que os sujeitos-alunos construíram sobre o direito à argumentação.

Recorte 4:

Sim, porque todo mundo tem que saber a nossa opinião e porque devemos fazer tal coisa. (G.G.)

Sim, tenho que lutar para me livrar de algo que eu não fiz. (M.C.G.)

Sim. Porque todos tem o direito de falar para se defender ou perguntar. (J.L.)

Sim, porque o argumentar deve estar em nossas vidas. (A.L.)

Sim, porque a gente se argumenta sem que percebemos. (J.P.)

Sim, argumentos é um direito humano. (J.A.F.F.)

Sim, porque não é só os adultos e adolescentes que merecem reclamar. (A.A.U.)

Argumentar é muito importante para mim isso é prioridade quando saímos, porque quando queremos algo, temos que lutar por isso. (A.A.U.)

Sim, mas geralmente os adultos não nos levam a sério. (C.H. C.)

Sim. Eu tenho meus gostos e tenho esse direito. (G.L.)

O recorte 4 traz nacos de discursos que se filiam à formação discursiva que autoriza os sujeitos a defenderem seus pontos de vista, a “lutar” por aquilo que consideram legítimo. De acordo com Mosca (1999, p. 17), “na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrecrocavam, quando o clima é de negociação, em que prevalece o anseio de influência e de poder”. Os sujeitos parecem compreender que há uma “arena”, posto que é preciso “lutar”, ou seja, argumentar exige muito mais do que expor um ponto de vista, já que não podemos apagar o “anseio de influência e de poder”. Isso equivale a dizer que, numa situação de argumentação, um argumenta e o outro, de modo geral, é argumentado, pois há uma relação desigual de saber e de poder e a argumentação exige dos envolvidos nesse processo tanto o saber, quanto o poder, entendido aqui como estar autorizado a argumentar.

Interessante observar que os sujeitos-alunos defendem o direito à argumentação e reconhecem sua presença no cotidiano, nas práticas sociais, “porque o argumentar deve estar em nossas vidas”. Apesar de a escola não fomentar práticas de argumentação, os sujeitos que frequentam essa instituição as defendem, o que vai em direção oposta ao discurso pedagógico do tipo autoritário.

Retornando aos sentidos de que a argumentação é um direito “porque a gente se argumenta sem que percebemos” (J.P.), consideramos que o sujeito compreende a presença da argumentação em situações familiares, no dia a dia, as quais podemos citar, como exemplo, o choro do bebê; os filhos que tentam convencer os pais de que querem ir a determinada festa,

clube, barzinho; nas sessões jurídicas, em que os advogados e promotores têm de convencer os jurados e o/a juiz/juíza; na vida acadêmica, em que todos os textos e defesas de trabalhos científicos têm de provar sua cientificidade; a mídia, que trabalha, incessantemente, tentando vender seus produtos, de naturezas as mais variadas possíveis; na escola – quando isso é possível – os alunos tentando convencer os professores de que precisam de mais tempo para entregar o trabalho, ou de que o conteúdo é muito extenso para ser pedido na prova. Sejam quais forem as esferas sociais, a argumentação é necessária, mas nem sempre autorizada, como pode ser lido em “Sim, mas geralmente os adultos não nos levam a sério” (C.H.C.).

E é por ser necessária que defendemos o direito do sujeito à argumentação. Segundo Oliveira (2012, p. 145):

Passamos nossas vidas convencendo e sendo convencidos. Tal fato evidencia a importância de conhecermos bem as formas de convencimento, principalmente em uma época em que o poder simbólico sobrepuja o poder físico— embora músculos e porretes ainda sejam eficientes para convencer alguém, a palavra se tornou um instrumento muito poderoso para o ato de convencer. Daí a importância da argumentação no cotidiano.

A argumentação também é discursivizada como direito de manifestar opinião, conforme escreve o sujeito: “Sim, porque todo mundo tem que saber a nossa opinião e porque devemos fazer tal coisa”. (G.G.), o que retoma o discurso dominante sobre argumentação, isto é, argumentar é defender uma opinião.

E, para além dos direitos de manifestar opinião, de lutar, de falar para se defender, o sujeito J.A.F.F escreve que “argumentos é um direito humano” e, também, o sujeito G.L. defende que “Sim. Eu tenho meus gostos e tenho esse direito”. Esses recortes permitem-nos reiterar, conforme estamos defendendo, que há possibilidade para o sujeito praticar a argumentação como um direito que deve ser respeitado e incentivado, a fim de que os sujeitos não se sintam calados frente à necessidade de argumentar, de expor seus gostos; ao contrário, sintam-se familiarizados com essa prática discursiva e lutem por ela, com/como seu direito, por meio de seus discursos.

Muitos foram os sujeitos que se identificaram com a formação discursiva que defende o direito da criança à argumentação. Apesar disso, um dos sujeitos deixa indícios em seu dizer de que só os “adolescentes e os adultos” têm seus direitos respeitados, mas as crianças não, o que pode ser interpretado pelo uso do advérbio “só”, como podemos ler em: “Sim, porque não é só os adultos e adolescentes que merecem reclamar” (A.A.U.). Observamos, também, que argumentar, aqui, é entendido como reclamar, enten-

dimento que deixa à margem as questões de disputa implicadas na argumentação, pois para reclamar o sujeito pode estar sozinho, o interlocutor não entra, necessariamente, em jogo, nem sequer o sentido em disputa.

Mas como o sentido sempre pode vir a ser outro, encontramos, em nosso *corpus*, a formação discursiva que marca a negação do direito à argumentação:

Recorte 5:

Não porque não é direito de ninguém argumentar. (M.D.G)

Não. Porque sou muito nova para argumentar. (A.L.V.)

Iniciamos as análises refletindo sobre o discurso autoritário que não permite a instalação da argumentação no processo discursivo, porque não permite a reversibilidade de papéis, visto que a uns é dado o direito de produzir sentidos e a outros, o dever de repeti-los. Nesse tipo de discurso, não há discussão, não há disputa do objeto discursivo, pois os argumentos arrolados são impostos de cima para baixo, numa estrutura hierárquica, na qual aquele que detém o poder já determinou o sentido que deve ser respeitado. Aqui, o sujeito é argumentado. Entretanto, o sujeito M.D.G. não reconhece nem a relação desigual de poder, em que um argumenta e outro é argumentado, pois, segundo ele, “não é direito de ninguém argumentar”. Temos, aqui, um sujeito totalmente silenciado.

Pensar na impossibilidade de produzir sentidos, de argumentar, leva-nos ao conceito de silêncio, construído por Orlandi (1997), especificamente, quando a autora escreve sobre o silêncio político e, nesse caso, a censura. Para Orlandi (*idem*), o silêncio político (ou política do silêncio) pode apresentar-se sob a forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de silêncio local, a censura, que se caracteriza pela proibição de inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta sua identidade. Ao constatarem a negação do direito de argumentar, os sujeitos-alunos que produziram o recorte 5, a nosso ver, foram silenciados por outrem, foram desautorizados a ocupar a posição discursiva daquele que argumenta, foram proibidos de se inserirem na formação discursiva encontrada no recorte 4, por exemplo, que defende “Sim, porque todo mundo tem que saber a nossa opinião e porque devemos fazer tal coisa” (G.G.), ou ainda, “Sim, argumentos é um direito humano” (J.A.F.F.). Segundo Orlandi (1997, p. 108):

A censura sempre coloca um “outro” na jogada. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de “um” e do dizer do “outro”. É sempre em relação a um discurso ou-

tro – que, na censura, terá a função limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer.

Como estamos defendendo desde o início deste trabalho, há sempre uma relação de alteridade construindo condições para a argumentação ou, pelo avesso, interditando o poder de argumentar. No caso da interdição, o silêncio local, ou a censura, atua com sucesso para calar a voz daquele que permanece em lugar discursivo desprestigiado. Na escola, por exemplo, a posição discursiva ocupada pelo sujeito-aluno, geralmente, está em desvantagem. Podemos dizer que o processo de silenciamento está presente na escola, lugar em que a relação assimétrica de poder é bem acentuada e, além disso, essa instituição trabalha com a ilusão de completude e transparência da linguagem, ou seja, ilusão de que o sentido é um, uno, completo e isso se materializa, principalmente, nos livros didáticos.

Disso decorre o silêncio de tantos sentidos, de tantos sujeitos e da possibilidade de argumentação. Orlandi (1997, p. 109-110) entende que “esta censura é o traço do que é formulável, mas proibido, em certas condições”. E nós acrescentamos que a argumentação também é da ordem do formulável, desde que o sujeito tenha o direito de disputar os sentidos disponíveis no interdiscurso e colocá-los em circulação, no intradiscurso. Todo discurso se estabelece sobre outro já estabelecido, como nos mostra Pêcheux (1995, p.167) ao afirmar que “pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”, e é nessa relação que os sentidos são produzidos.

Pelo recorte “Não. Porque sou muito nova para argumentar” (A.L.V.), o sujeito deixa implícito que quem é mais velho tem o direito de argumentar e quem é “muito nova” não. Temos outra formação discursiva circulando, a qual reconhece que há o direito de argumentação, mas este não é para todos. Esse sentido vem ao encontro do recorte 4, apresentado acima, “Sim, mas geralmente os adultos não nos levam a sério” (C.H.C.). Embora o sujeito A.L.V. tenha negado o direito à argumentação, com o uso de “não”, e o sujeito C.H.C. tenha reconhecido tal direito, com o uso de “sim”, o que se segue em suas respostas converge para a formação discursiva que reconhece a relação desigual de poder para argumentar, isto é, uns podem (os adultos, os mais velhos, os pais, os professores etc.), outros não podem (as crianças, os filhos, os alunos etc). Esses efeitos de sentido, se fossem considerados apenas por aquilo que os advérbios de negação e de afirmação significam, “presos a uma gramática”, significados fora do funcionamento discursivo poderiam ser considerados opostos. Todavia, como analisamos, não o são. Isso porque tanto o sujeito quanto as formações discursivas são

heterogêneos, cindidos, por isso o sentido sempre pode vir a ser outro. Indursky (2009, p.171) nos ajuda a refletir melhor sobre a questão:

É precisamente sobre isto que estou chamando, até o presente momento, de falhas no ritual que penso ser necessário fazer um esclarecimento: no meu entendimento, falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD.

É justamente por ser cindido que o sujeito A.L.V. migra de uma formação discursiva que nega o direito à argumentação quando escreve “Não.” com um ponto final como se o sentido estivesse concluído, para outra que reconhece, implicitamente, que aqueles que não são muito novos têm direito de argumentar, como podemos ler na sequência discursiva “Porque sou muito nova para argumentar”. Entendemos que esse sujeito identifica-se com a formação discursiva que nega a uns o direito à argumentação. Em contrapartida, o sujeito C.H.C. “se contra-identifica com os saberes de sua formação discursiva e passa a questioná-los”, marcando a crítica ao fato de os adultos não levarem as crianças a sério.

No caso dos sujeitos que se identificam com a formação discursiva que legitima a interdição à argumentação, novamente, retornamos a Orlandi (1997) quando escreve sobre a censura que, a nosso ver, pode explicar o processo de interdição do sujeito a determinadas formações discursivas, bem como, o processo de migração por entre elas. Conforme Plantin (2008) apontou, a argumentação foi “deslegitimada”, e esse sentido pode ser constatado pelos escritos dos sujeitos-alunos que não se reconhecem como portadores do direito de argumentar. Porém, há possibilidade de movência e, então, filiamo-nos a Pêcheux (1995, p. 144):

[...] ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para a transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado.

Compreendemos o nosso *corpus* a partir da citação de Pêcheux, no sentido de que a escola é um aparelho ideológico de Estado e, como todos os outros, sustenta-se numa luta de classes. Entretanto, apesar de termos apontado toda relação desigual de saber e de poder que constituem a base do chão da escola, defendemos que essa base não é o alicerce somente da reprodução; nela, também podemos construir um terreno para a transformação e nisso reside a contradição. De acordo com Indursky (2007, p. 172), “para continuar trabalhando com a noção de FD é preciso suportar e expor-se à diferença”. Por isso, em nosso entendimento, os sujeitos produziram sentidos de autorização e de negação ao direito de argumentar, mesmo estando inseridos no mesmo contexto escolar.

Considerações finais

Fiorin finaliza seu livro, intitulado *Argumentação*, com a seguinte questão:

Ao final do nosso percurso, poder-se-ia perguntar se a Retórica Antiga já disse tudo o que havia para dizer a respeito da argumentação, pois mesmo a chamada Nova Retórica está fundada em Aristóteles. Perelman filia-se claramente entre os neoaristotélicos. A pergunta que se impõe é: estamos condenados a repetir os antigos? (FIORIN, 2015, p. 259).

Sabemos que pode parecer ousado dar uma resposta a essa questão, mas arriscamo-nos a responder que não. Se desde Aristóteles a (des)preocupação com a argumentação, por parte das instituições que detêm o poder, fez parte da história, podemos dizer que, mesmo com o decorrer de séculos, a sociedade pouco avançou em relação à “arte de argumentar”, o que significa que temos de ir além, de garantir aos sujeitos o direito de argumentar. Sobre o percurso histórico da argumentação, Plantin (2008, p. 8) escreve que:

Do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada à lógica, “a arte de pensar corretamente”, à retórica, “a arte de bem falar”, e à dialética, “a arte de bem dialogar”. Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, de Aristóteles ao fim do século XIX.

Conforme a citação, observamos que a relação do homem com a argumentação sempre visou a um modelo a ser atingido, a ser conquistado, a

ser, quiçá, ensinado, segundo uma concepção de sujeito controlador de seu dizer, capaz de usar mecanismos lógicos para “convender” o outro. Abriremos um parêntese para explicar que, no ato da digitação, surgiu a palavra “convender” e esse ato falho, para quem trabalha com a Análise do Discurso deve ser considerado não como um erro de escrita, mas sim, diz respeito à produção de sentidos que estão se inscrevendo no texto que estamos construindo. Portanto, optamos por deixar a escrita dessa forma, isto é, convender no lugar de convencer e nossa opção sustenta-se em que:

Pelo viés da falta e do indefinido é que se dão os deslizamentos e as rupturas que fazem e desfazem sentidos. É nesse jogo com e sobre a linguagem que tais fenômenos vêm à tona e ganham corpo e significação (FERREIRA, 1998, p. 207).

A nosso ver, o jogo possível com convencer/convender evoca efeitos de sentido que sugerem, por exemplo, as seguintes questões: se a argumentação implica duas partes, quem se vende para quem? Como a argumentação está sendo trabalhada nas escolas, no século XXI? Professores e alunos sentem-se no direito de argumentar, ou há uma lógica neoliberal que compra e vende o direito à argumentação, no livro didático, por exemplo? O direito à argumentação seria um bem a ser vendido, mesmo sem que o sujeito, o “bom sujeito” saiba que o está vendendo? Afinal, quem tem o direito de argumentar?

Os estudos acerca dessa temática sempre estiveram voltados sobre como fazer uma boa argumentação; como usar bons argumentos para convencer determinado interlocutor; como despertar a paixão no auditório, enfim. Porém, o sujeito-aluno, quando tem de exercer seu poder de argumentação para produzir um texto dissertativo-argumentativo, recorre, comumente, à repetição de uma voz de prestígio, não ousa, ou não tem condições para disputar e assumir um dizer (PACÍFICO, 2012, LEMES, 2013).

Do que precede e, aproveitando a situação construída pelo deslizamento de sentido ocorrido com o uso de *convender*, podemos indagar: se um sujeito, na posição de aluno, escrevesse “convender” e usasse essa forma verbal como argumento para sustentar seu ponto de vista, será que a escola aceitaria tal situação? Será que a escola dar-lhe-ia o direito de assumir seu dizer, mesmo se esse dizer não fizesse parte do código linguístico? Até que ponto ensinar o que é argumentação, como se constrói uma estratégia argumentativa, como se dá a articulação dos argumentos é válido se isso fica apenas na teoria, na análise de textos argumentativos e, sobretudo, se o sujeito não tem o direito de argumentar? Ou há uma incoerência no modo como os estudos sobre argumentação chegam ao contexto escolar, ou o sentido que a escola atribui para “argumentação” é for-

jado e sustenta-se em uma formação discursiva contraditória ao esperado para o discurso pedagógico, que deve ser o espaço de confronto, de contradição, de possibilidades para a construção de múltiplos sentidos. Em outras palavras, cria-se no aluno a ilusão de que ele aprende sobre argumentação; todavia, ele não está autorizado a praticá-la.

Uma das explicações para a desautorização para argumentar, se pensada no tocante ao contexto escolar, de modo restrito, deve-se ao fato de o professor, apoiado ou não no livro didático, construir e passar para o aluno a imagem do referente, ditando as regras de como deve ser a relação destinatário-referente; ocorre, assim, um silenciamento dos sujeitos e dos sentidos, um silêncio da argumentação.

Para que o sujeito estivesse preparado para argumentar seria necessário que desde os anos escolares iniciais ele já fosse instalado no discurso polêmico, que pudesse discutir o objeto discursivo, discordar da visão do outro e saber como fazê-lo.

Consideramos que para conseguir argumentar, o sujeito precisa ter direito e acesso ao interdiscurso, à interpretação dos sentidos já produzidos sócio-historicamente, pois é através da leitura e interpretação que o sujeito constrói seu ponto de vista sobre determinado assunto, busca argumentos para sustentá-lo e refutar o do outro, quando julgar necessário, tornando seu dizer “formulável”.

Para construir o efeito ilusório de fim, visto que muito ainda tem de ser dito sobre essa questão, queremos ressaltar que ter o direito à argumentação implica o sujeito ter o direito de identificar-se com determinada formação discursiva, de inscrever-se nela e não permanecer em suas bordas, ou fora delas.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p.13-64
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.
- FERREIRA, M. C. L. Nas trilhas do discursivo: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 201-208.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

- GRIGOLETTO, M. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999. p. 67-77.
- INDURKY, F. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: INDURKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 163-172.
- LEMES, N. **Argumentação, livro didático e discurso jornalístico: vozes que se cruzam na disputa pelo dizer e silenciar**. Ribeirão Preto, 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2013.
- MOSCA, L. do L. S. (Org.) **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas Editora, 1999.
- OLIVEIRA, L. A. Argumentação e discurso homonormativo. In: SELLA, A. F.; BUSSE, S.; CORBARI, A. T. (Orgs.) **Argumentação e texto: revisitando conceitos, propondo análises**. Campinas: Pontes; Cascavel: Edunioeste, 2012. p. 145-164.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos** 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria nas redações de universitários: discurso e silêncio**. Curitiba: Appris, 2012.
- _____. O silêncio do/no livro didático. In: PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Leitura e Escrita: nos caminhos da linguagem**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PLANTIN, C. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

A RETÓRICA DO GRITO: DOS SUSSURROS E DOS GESTOS NO TEATRO ÁTICO¹

Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais

Na *Human Resource Development Quarterly*, recentemente, Randal Ford apresentou um artigo intitulado “Why We Fail: How Hubris,² Hamartia,³ and Anagnosis⁴ Shape Organizational Behavior”⁵. No texto, o autor

¹ As ideias fundamentais deste ensaio tiveram origem na minha tese de titular; em alguns trechos e parágrafos retomo algumas páginas do texto da tese.

² A definição de Randal Ford é: “*Hubris*, an overweening pride or ego, implies the violation of a law or failure to recognize the limitations of one’s knowledge by regarding oneself as equal to the gods. *Hubris* is an act of will and as such also suggests arrogance. We demonstrate it by behaviors and claims to our superior importance or rights”. (*Hýbris*, um orgulho ou ego exacerbado que implica a violação de uma lei ou a incapacidade de reconhecer as próprias limitações em razão de olhar-se como um igual aos deuses.), p. 483. Todas as traduções, quando não mencionado o autor, são de nossa autoria.

³ Ainda para Ford: “*Hamartia* translates as a “flaw in character” and is essentially psychological. A person, for example, who is doggedly stubborn and exhibits a terrible temper [...]. But *hamartia* has more to do with the limitation of individual perception than a psychological flaw. *Hamartia* derives from the Greek *hamartanein* – to miss the mark, to err”. (*Hamartía* traduz certa “falha de caráter” e é essencialmente psicológica. Por exemplo, uma pessoa que é obstinadamente teimosa e que demonstra um temperamento terrível [...]. A *hamartía*, entretanto, tem mais a ver com a limitação de percepção de um indivíduo do que uma falha psicológica. ‘*Hamartía*’ é termo que deriva do grego *hamartanein* – errar o alvo, errar), p. 483.

⁴ E, finalmente: “For Aristotle, the limitations imposed by *hubris* and *hamartia* go hand-in-hand to undermine a person’s ability to make sound decisions and act effectively. However, these tendencies are only two points in a strong triangle. The triangle is completed with *anagnosis*. [...] *Anagnosis* is our lack of knowledge that creates in us an inability to make sense of how everything fits together to form the big picture. That is, if our refusal to listen (*hubris*) is compounded by our inability to see the whole from our limited perspective (*hamartia*), we are acting in a vacuum of ignorance (*anagnosis*), deprived of the informed knowledge we need to accomplish organizational goals”. (Para Aristóteles as limitações impostas pela *hýbris* e pela *hamartía* andam de mãos dadas, de modo a minar a capacidade das pessoas na habilidade de tomar decisões livres e efetivas. Contudo, tais tendências são apenas uma ponta do triângulo. O triângulo se completa com a *anágnosis*. *Anágnosis* é uma falta de conhecimento nossa que cria em nós uma incompetência para compreender como cada coisa se ajunta de forma a gerar um grande quadro. Isto é, se a nossa recusa em ouvir (*hýbris*) é advinda da nossa inabilidade para ver o todo, devido a nossa perspectiva limitada (*hamartía*), estamos agindo em um vácuo de ignorância (*anágnosis*), privados do conhecimento necessário que precisamos para realizar, de forma organizada, nossos objetivos.), p. 483. Neste ponto de interpretação de Ford, resalto que ele utiliza e entende *anágnosis* (Aristóteles utiliza tanto o termo *anágnosis* quanto o *anagnórisis*) como um estado. O vocábulo grego (seja *anágnosis*, seja *anagnórisis*), realço, é antes um processo, ou seja, a passagem, ela mesma, do não saber para o saber).

⁵ v. 17, no. 4, Winter 2006, p. 481-489.

alerta que alguns dos elementos definidos por Aristóteles, na *Poética*, como essenciais para a composição de uma tragédia, a saber, a *hýbris*, a *hamartía* e a *anágnosis* (a *arrogância*, o *erro* e o *reconhecimento*), são tendências detectadas em todas as pessoas e que, ainda hoje e mesmo com sua recorrência comportamental, “few organizations or individuals understand them, however, and fewer still know how to manage them”⁶. O professor de gestão empresarial do Business Financial Services Department da Hasan School of Business, Colorado State University-Pueblo – meio totalmente diverso do nosso – afirma também, argumentando com referências aristotélicas, que a sobrevivência de uma corporação depende da habilidade com a qual os membros “modelam” o seu próprio “destino”.

Ora, a citação de Randal Ford, neste ensaio, se deve exclusivamente ao fato de julgarmos bastante interessante – e curiosa – a utilização desses conceitos e a preocupação com uma terminologia tão antiga, oriunda do teatro ateniense e da filosofia antiga, em estudos de uma área estratégica para todas as sociedades contemporâneas, os estudos de administração e economia. Mais intrigante ainda é que Ford, retomando a tradição antiga, os pressupostos de Viktor Frankl e outros, postula – com base nos antigos – que assumamos uma disposição extraordinária para encarar os problemas de frente, expô-los e discuti-los. Ford preconiza que cometer ou não um erro não determina sucessos ou insucessos, se admitirmos que os fracassos não são pretextos para punições; pelo contrário, eles são oportunidades de adquirir experiência. Comprobatoriamente, cita R. W. Johnson Jr., fundador da Johnson & Johnson, uma referência mais lógica no seu campo, que, seguindo o autor, afirmava: “Failure is our most important product”⁷.

Evidentemente, não estamos interessados na apropriação dos conceitos gregos por parte do economista norte-americano; aliás, discordamos dele em alguns pontos. Relevante é o cientista propor o estudo e a leitura dos textos que nos ocupam para resolver questões em companhias comerciais de porte internacional. O que mais importa, além disso, é que o caminho de investigação de Ford não é pontual nem isolado. Seguindo e aprofundando a mesma linha de observação e cunhando, em 2014, o conceito de “Learning in Crisis (LiC)”, Elena P. Antonacopoulou (Management School of University of Liverpool) e Zachary Sheaffer (Ariel University Centre, Israel) publicam artigo discutindo demoradamente a importância do fracasso e da observação dos fenômenos das crises⁸.

⁶ Isto é, embora tais comportamentos sejam comuns a todos, “poucas organizações ou indivíduos entendem-nos e, ainda menos, nem são capazes de lidar com eles”, p. 481.

⁷ “O fracasso é nosso produto mais importante”.

⁸ Learning in Crisis: Rethinking the Relationship Between Organizational Learning and Crisis Management. **Journal of Management Inquiry**, 2014, Vol 23(1) 5–21.

Nosso objetivo de pesquisa atualmente é contemplar – e traduzir – a tragédia ática no Brasil para detectar problemas e soluções para o nosso país. Por certo, quando escolho tal foco, automaticamente afirmo que acredito que a tragédia não se limita ao entretenimento, nem às combinações sofisticadas – práticas da retórica de afetos violentos – de conceitos abstratos e técnicas complicadas; nem se resume à exibição de estratégias discursivas imaginadas e realizadas concretamente; ela sequer se contenta com pleitos e disputas que demonstram rivalidades encetadas e combatidas à nossa frente e, definitivamente, não é um objeto histórico que nada mais signifique decorridos milênios.

Estudar a tragédia a partir da contemporaneidade é igualmente o que faz o professor da faculdade de ciências teatrais da Universidade de Frankfurt, Hans-Thies Lehmann, defender essas manifestações artísticas como meios para formar um “ser humano esteticamente educado”. Segundo ele, Aristóteles, ao acionar a lógica e a emoção na *anagnórisis*, está já traçando um caminho valioso, visto que, no teatro, a experiência chocante da compreensão da não-compreensão é a provação pela qual o espectador deve passar (LEHMANN, 2011, p. 279). A partir de experiências carregadas de “sentido lúdico” adquiridas no teatro, o espectador estabelecerá parâmetros de comportamento, tendendo, depois das provações sofridas, a se comportar do modo mais social e acertado possível.

Assim a tragédia acaba por se configurar como um recorte de situações críticas em que, de fato, se observam as *hýbreis*, as *hamartíai* e as *anagnóriseis* pelas quais passam as personagens; a tragédia nos mostra, efetivamente, afetos que, sobrevivendo, exigem o pagamento de mágoas passadas que ressurgem vigorosas nos mais pacatos cidadãos. Nesses ataques, ela nos deixa ler, entrever, ver e compreender como se formam os embates, como são resolvidos ou disparados disputas políticas, brigas familiares e guerras civis. Para gerir tudo isso, a tragédia cria ritmos cênicos arrebatados, estratégias retóricas eficazes, sonoridades surpreendentes e todos os *et cetera* do teatro antigo; é, nesse sentido, uma corporificação de afetos (*páthe*) violentos: uma retórica encarnada e feroz.

Sim, ler, ver e reconhecer (*anágnosis* e *anagnórisis*) problemas é um processo trágico. Ninguém nega. Os termos, como se sabe, são aristotélicos e podem ser atualizados na oportuna interpretação de Lehmann:

[o] reconhecimento de uma pessoa é o que realmente interessa a Aristóteles. Tal reconhecimento gera, escreve ele, um alto grau de *éleos* e *phóbos* (lamentação e estremecimento diante do horror, medo e compaixão) o que constitui para ele, como se sabe, o objetivo da tragédia. O ideal é uma *anagnórisis* que coincida com a peripécia [reviravolta] – como no *Édipo Rei*, seu

modelo prototípico tantas vezes citado (LEHMANN, 2011, p. 274).

Que seja nosso propósito reconhecer-se e mudar de rumo como o Édipo. O objetivo da tragédia é provocar compaixão e horror, abalar emocionalmente para despertar o intelecto num ato de reconhecimento, sendo que a *anagnórisis* (reconhecimento) – com peripécia (reviravolta) – é desejável e necessária, pois, ao compreender-se em erro, a pessoa muda, naturalmente, a conduta e o destino. Isso significa

[...] uma reviravolta repentina, um giro que funciona como uma mudança radical na iluminação. De uma única tacada é realizada uma identificação e a *situação* dramática como um todo se revela de modo novo. Aquilo que havia sido registrado inconscientemente, sem concatenação, revela-se como concatenação, como a até então encoberta e ora revelada lógica dos acontecimentos (LEHMANN, 2011, p. 276).

Contudo, a

[a]*nagnórisis* não significa um conhecimento adquirido de uma vez por todas, a palavra aplica-se muito antes ao próprio *instante* de iluminação carregada de emoção que se dá como se fosse um relâmpago [a comparação com o relâmpago remete aqui ao Pseudo-Longino, que em *Peri Hypsous* compara a dimensão performativa da retórica (no sentido positivamente moderno da palavra) a um raio. A arte do orador, mais do que convencer o ouvinte, domina-o, atingindo-o como um raio, ou seja, faz alguma coisa com ele. O performativo já constitui o núcleo da antiga retórica] - (LEHMANN, 2011, p. 277).

A arte da retórica trágica, portanto, domina o espectador como um grito dado na hora certa, grito que desperta, que move, que comove. De outra forma: moção sentimental para tomada de decisão. Por tais motivos, me empenho a traduzir e encenar tragédias. Traduzir para me fazer coautora do texto; encenar para incorporar o escrito e testá-lo em sua exequibilidade experiencial cênica. Faço-o na certeza de estar oferecendo um instrumental prático para a sociedade brasileira, já que tais sobreabundantes afetos são vivenciados ainda hoje nos nossos grandes centros urbanos. Recordo o caso do irmãos Christian e Daniel Cravinhos e a então namorada de Daniel, Suzane Louise von Richthofen. O trio cometeu, em 2002, dois homicídios, agravados como parricídio por parte de Suzane, que passa a encarnar de algum modo a figura de Édipo e Electra simultaneamente. Rememoro ainda o incidente

ocorrido com a menina Izabela, de cinco anos, atirada da janela de seu prédio em 2008. Anna Carolina Jatobá, madrastra da criança, e Alexandre Nardoni, pai dela, foram condenados pelo júri popular, que considerou Alexandre culpado de filicídio, e Anna Carolina, de infanticídio. No ano de 2014, vivo ainda na memória está o ato de Graciele Ugulini e Leandro Boldrini, que parecem ter repetido o mesmo esquema criminoso que teria sido praticado pelo casal Jatobá-Nardoni. Acrescento nesse pequeno catálogo o surpreendente uxoricídio de Elize Matsunaga, que, possivelmente sozinha, matou e esquartejou o empresário Marcos Kitano Matsunaga, em abril de 2012.

Embora o termo “tragédia”, hoje, seja preferencialmente utilizado pela imprensa para tratar de fatalidades e casos de responsabilidade indireta (desastres naturais como enchentes e desabamentos, acidentes automobilísticos, incêndios, afogamentos), poderíamos caracterizar assim também a situação advinda da ignorância de reconhecer o perigo da prática inadvertida dos próprios atos – pequenos e grandes – transgressivos com aquela breve lista; eis os nossos Édipos, Electras, Medeias, Clitemnestras, Dejaniras, Héracles, todos nascidos e criados no nosso quintal.

É urgente ouvir, entender e ver os fracassos de nossa sociedade, e a tragédia, com efeito, os exhibe, tal como demonstram, entre muitos, os pesquisadores citados. Mas de que tragédia estamos falando? Certamente não é aquela que um dia vocês começaram a ler e foram levados a dizer, enfadados: que coisa chata, que falatório pesado, comprido, arrastado... Não. O enfado, na verdade, é provavelmente um problema de tradução e dramaturgia; a tragédia ática em grego antigo é excitante, movimentada, arrebatadora e surpreendente. Meu interesse – durante o processo tradutório – se volta, repito, para entender a amarração e o desencadeamento das ações por parte do dramaturgo, tomando-o como um observador privilegiado do humano e de seu entorno. Tento resgatar a vivacidade e a função teatral do texto quando traduzo.

Vou além: quero atingir a massa, quando proponho a encenação de tragédias, mas isso fica, por ora, em suspenso. As encenações de tragédia dizem respeito também a uma tradução adequada do gênero teatro e teatro que trata da violência doméstica e urbana, da disputa pelo poder, do prazer pela crueza e pelo perigo, da angústia do desconhecimento de si. Uma forma que, com esses condimentos, gera uma ação vocalizada e encenada a partir de assuntos de importância mor que nos impelem a difundi-la e torná-la acessível. Para mim, esse tipo de peça – que de resto é toda e qualquer tragédia grega – é quase um programa educativo, é um tema de relevância nacional⁹.

⁹ Evidentes, no entanto, são as situações delicadas e ásperas, os ranços coloniais europeus que mantêm a posição elevada (ou inacessível) para os estudos clássicos, enquanto eles deveriam estar na formação de base, na prática cotidiana e não no topo de uma pirâmide de erudição.

A tragédia, com a já mencionada *anagnórisis*, é capaz de levar à compreensão dos fatos sociais, políticos e familiares enquanto impele o espectador a decodificar a razão da não compreensão dos fatos antes da *anagnórisis*. Em outros termos, ela conduz o espectador a compreender o significado de não ter, em um dado momento qualquer, compreendido.

Pois bem, à parte tudo o que foi mencionado e justificado, e à parte também a qualidade dramatúrgica do *corpus* selecionado, falemos da retórica das tragédias, porque elas são um rico material para reflexão e estudo em situações de crise, quer nos campos mais práticos quer naquelas teóricas, ou seja, nos impasses do discurso, da filosofia, da política, da ciência social, das ciências da afetividade e da ética, constituindo-se, igualmente, como um arsenal valioso para a observação de nossos mais velados comportamentos, nossos gritos calados, sussurros exagerados e gestos dissimulados. Mas uma ressalva faço: para detectar os mais sutis lances retóricos, é preciso que o analista seja meticoloso, leia, reconheça e sofra o texto no processo de traduzi-lo. Essa é a minha metodologia para os textos de teatro, os que considero mais exigentes.

Tadeusz Kowzan (1992, p. 16-31), conhecido pioneiro em semiologia teatral, ensina que o teatro – qualquer que seja ele – lida com pelo menos treze sistemas de signos diferentes: a palavra, o tom de emissão da palavra, a mímica facial para a expressão da palavra ou qualquer outro som desejado (assobios, gargalhadas, suspiros, muxoxos), o gesto que acompanha a palavra ou o silêncio da palavra, o movimento cênico do ator, a maquiagem, o penteado, o traje, os acessórios, o cenário, a iluminação, a música, os efeitos sonoros. São, todos, sistemas separados, autônomos, que atuam a um só tempo: efusão comunicativa.

O material linguístico empregado no teatro compõe apenas um dos sistemas aqui arrolados, o qual, por sua vez, tem uma semiologia em vários planos: o semântico, o fonológico, o sintático, o prosódico etc. A ordem das palavras numa frase, o modo de operar e empregar as figuras retóricas num enunciado, as alternâncias rítmicas, prosódicas e métricas, tudo significa. Nada do que é visto sob o olhar atento de uma plateia, que anseia pela visão que lhe é oferecida, cai no vazio: a expressividade de sentimentos daquele que fala, as mudanças bruscas ou leves, a idade, o humor, o peso, a estatura. Essas categorias de signos sucintamente relatadas, o teórico Kowzan as elabora para organizar modos de análise dos espetáculos. Por mim, utilizo-as para pensar e sugerir possibilidades de tradução do texto grego para o português e do texto traduzido para a ribalta.

Traduzir dessa forma me dá satisfação. Vejo e leio o texto a um só tempo. O procedimento parece

[...] una obviada, pero no lo es tanto si uno no considera el teatro como um género independiente de la literatura. El arte dramático conlleva una serie de elementos más allá de la faceta filológica que hay que tener muy en cuenta a la hora de traducir. Um texto teatral es básicamente una partitura com espacio, tiempo y personajes concretos, es un volumen que toma forma y sentido en su escenificación, en su verticalización. Por eso, traducir teatro, es además de trasladar de una lengua a outra una historia, construirle a esta historia un espacio adecuado, para que se pueda oír y ver. (VINUESA, 2013, p. 285).

Foi em razão disso, por certo, que nomeei a efusividade comunicativa para o teatro, mas, para a tragédia, alargo a ideia; efusividade, nesse caso, se aplica à tragédia de maneira exacerbada; como força e coação, tirania que Platão, na *República*, 439e-441a, denuncia. E, sobre a violência sofrida, creio que o inevitável sempre acontece, um dia o cipó de aroeira volta e bate no lombo de quem deu. O que muito escolheu acaba decerto dando bom dia a cavalos. Isso é dito, de forma eficaz, pela tragédia ática. Poder-se-ia objetar que ver violência gera violência. Não sei.

Quem vai ao teatro – e fica até o fim – aprecia e admira o que viu. Incido sobre o verbo “admira”. Se levarmos em conta a opinião de Aristóteles (*Poética*, 1448b) e de Gotthold Ephraim Lessing, a representação ensina, dá prazer e gera admiração. Afinal, entre o teatro e a instrução, entre o teatro e o saber, e o teatro e a compreensão, desde a Antiguidade, existiu sempre uma conexão muito estreita (LEHMANN, 2011, p. 273) e “o prazer estético brota da apreciação da destreza do artista” (LESSING, 1998, p. 86)¹⁰. O recebedor compreende a técnica e admira o autor, daí Lessing afirmar que a “admiração é um afeto frio” (LESSING, 1998, p. 262). Desse modo, somos capazes de, friamente, julgar – no durante e no depois do espetáculo – o que, afetivamente, nos abalou durante o desencadear da ação. Razão e sensibilidade, λόγος¹¹.

Os que me leem dirão que falo aberto demais e por provérbios, logo aqui, em publicação tão respeitada. Não escondo; busco um efeito retórico. Quero pensar e praticar a retórica e o discurso; são eles, no meu entendimento, o patrimônio do homem comum e, com isso, no entredito, proponho a compreensão da retórica como patrimônio do cidadão comum, proponho, outrossim, que a tragédia grega seja avaliada como arte a um só tempo nobre e popular, discurso repleto de saberes comuns, regras sociais e morais

¹⁰ Todas as traduções de Lessing são de Márcio Seligmann-Silva.

¹¹ É no sentido de aliar razão e sensibilidade que leio a proposição de Manfred Kraus e compreendo que o λόγος na Grécia antiga significa sempre *palavra em ação*, ou seja, palavra oralizada para mover e produzir afetos em uma plateia (Cf. KRAUS, 2010, p. 96).

que foram estruturadas ao longo de séculos e resultaram em estratégias refinadíssimas de convencimento discursivo semiótico, aliando, igualmente, as emoções e o raciocínio, razão,

Vou a contrapelo do que hoje se pensa sobre esse gênero antigo. Acato o diagnóstico de Enéias Farias Tavares, para quem a “tragédia ateniense passou por um longo processo de leitura, tradução e recepção textual que deslocou o aspecto discursivo da sua utilização cênica”. Por consequência, a academia, ao entendê-la apenas como texto – e não como teatro, simulacro de vida em movimento – simplificou o que nasceu complexo. O signo múltiplo se limitou ao entendimento da palavra; o texto trágico foi reduzido à “função da sua construção textual” e abandonou seu contexto de enunciação para um coletivo, esquecendo-se que uma plateia será sempre heterogênea. Esse “descolamento do aspecto textual das práticas cênicas e corporais da tragédia resultou na abstração das figuras heroicas e na elevada valorização de determinados conceitos” (TAVARES, 2013, p. 16) que deixaram a tragédia hoje sem voz e sem corpo. Penso que a escolha por privilegiar o texto é de ordem prática. Fazer teatro é dispendioso, trabalhoso e complexo. Ademais, quando queremos representar corporal e visualmente ideias, conceitos e paixões desmedidas, da conjugação ideia e matéria surgem obstáculos multiplicados:

[...] mostrar ao olho o extremo significa atar as asas da fantasia e obrigá-la, uma vez que ela não consegue escapar da impressão sensível, a ocupar-se [sic: sob ela] com imagens fracas... (LESSING, 1998, p. 99-100).

Assim, por exemplo, ao contemplarmos um quadro em que alguém grita de horror ou de dor, nossa imaginação nos obriga, mesmo que de forma imperfeita, porque sem o som, o tom e a vibração, a “ouvir” o grito. Mas com o teatro é diferente. No teatro a voz tem intensidade, altura, registro, idade, volume e textura. Uma coisa é a impressão narrativa de um grito, outra coisa é esse grito, ele mesmo (cf. LESSING, 1998, p. 106). No entanto, pesa mais para os estudiosos contemporâneos, quiçá por limitações de tempo e dinheiro, ou talvez por uma estética estabelecida pelos séculos afora, uma urgência de decoro e elegância, ocupada em pensar e montar tragédias a partir de conceitos com nomes empolados: ὕβρις, ἁμαρτία, μίasma, κάθαρσις, φόβος, ἔλεος, περιπέτεια ... (*hýbris*, *hamartía*, *míasma*, *kátharsis*, *phóbos*, *éleos*, *peripéteia*)

Compreende-se: colocar em cena situações extremas e abstrações filosóficas provoca grandes constrangimentos. Como transpor ao corpo humano do ator as hipérboles imaginadas? A desmedida, o erro; como materializar

uma intenção suja, o assustador, o compadecente ou o avesso revirado sem cair no grotesco? Sim, os elementos estruturadores do trágico nos obrigam a buscar formas misturadas (humanas, vegetais e animais) para criar as figuras e as cenas extravagantes que esse tipo de discurso explora; afinal, nele tudo é extremo: imaginem Ágave dançando com a cabeça de Penteu morto em um ritual comandado por ela própria, a sua mãe; Édipo, cego, sangrando com os olhos mutilados; Teseu recolhendo os pedaços de seu filho Hipólito dilacerado nas ondas do mar. Se usássemos efeitos especiais poderíamos cair no ridículo da massa de tomate para o sangue, da cabeça de cera quebrada numa imperícia cênica, no cheiro de silicone novo que se exala de braços, mãos, pernas e dedos; efeito grotesco do excessivamente real que veda fruir o gozo estético (e isso tudo sem sequer supor a existência do crítico rival, gentilmente apontando uma tecnologia mais eficiente)...

Na verdade, o discurso trágico quer mostrar a dor maior, a ira mor e a loucura suprema; como fazê-lo? Com a palavra volátil, a figura construída pela sugestão do discurso, os gritos, os chiados, os gemidos e contorções extraordinárias do gesto do artista. Bocas, caras e caretas. Por isso, qualquer tragédia encenada corre o risco de se tornar deslocada, inchada, pavorosa e exacerbada. Se sofisticada, o perigo é incorrer na sofisticação dos dândis, ignorando o essencial e superelaborando o acidental. Onde está a eficácia, senão no primeiro patamar da criação, o texto? Poucos, contudo, leem o grego. Entra aqui, então, a tradução e a minha possibilidade de parceria com Êsquilo, Sófocles e Eurípides.

Sobre o uso da palavra na retórica e na semiótica e em suas abrangências deve-se notar que os gregos ousaram, sem pejo algum, tornar visíveis e audíveis as paixões destruidoras as quais é preciso identificar para ponderar. Eles montaram seus palcos e acharam soluções físicas para os exageros, porque, como, mais uma vez, afirma Lessing, diferentemente da posteridade dos europeus – gente “mais aquinhoadada em entendimento”, capaz “de dominar melhor” a boca e os olhos –, os gregos externavam suas dores e aflições e não se envergonhavam de qualquer das fraquezas humanas (LESSING, 1998, p. 85), antes faziam delas oportunidade de *anagnórisis*.

Penso que eles se aperfeiçoaram na “poética da conduta” – formulação de Jean Galard (2008) na obra *A beleza do gesto* – e com isso hipotetizaram, através do teatro, a retórica do grito, do gesto, do esquema corporal (σχήμα) e do movimento no espaço de visão de um público. Quando menciono o “esquema corporal em movimento”, estou pensando nos sistemas de Kowzan, ou seja, a palavra conjugada com o tom de emissão, a mímica facial (e no caso da tragédia antiga, a plástica da máscara), o gesto, o movimento cênico do ator, os acessórios (maquiagem, penteado, traje), os adereços cênicos (cenário, iluminação, música, efeitos sonoros). Trata-se de uma retórica

consciente da semiótica e ciente da textura, volume, cor e luz de uma palavra; técnica que tira proveito da sensação e da paixão, que usa do desequilíbrio para se (re)organizar no estranhamento poético. E como pode a tradução ser cúmplice da cena e da persuasão?

Respondo com um exemplo: a entrada em cena da uxoricida Clitemnestra na tragédia *Electra*, de Eurípides. Ao visitar sua filha e futura matricida, a personagem nos arrebatava. Clitemnestra irrompe em cena em comitiva: servos e criadas acompanham-na em um veículo puxado a cavalos. O aparato demandado – um carro, cavalos e escravos adentrando o espaço cênico – é uma figura retórica fisicalizada, isto é, hipérbole cênica: corpo berrante e aberrante. A figura é recurso comum nas tragédias: Agamêmnon, em *Ésquilo*, chega de carro e comitiva; Medeia sai num carro de fogo. As Oceânides desembarcam de ondas marinhas no *Prometeu* esquiliano, Ulisses atravessa, ao entrar em cena, um espaço cortado de varaus repletos de panos de pus, bandeirolas de dor, para compor o cenário...

E Clitemnestra? O coro de amigas de sua filha *Electra* manifesta, diante da entrada deslumbrante da rainha, um raciocínio muito temperado:

ἰώ, βασίλεια γύναι χθονὸς Ἀργείας, παῖ Τυνδάρεω, 990 καὶ τοῖν ἀγαθοῖν ξύγγονε κούροιν Διός, οἱ φλογερὰν αἰθήρ' ἐν ἄστροις ναίουσι, βροτῶν ἐν ἄλὸς ῥοθίοις τιμὰς σωτῆρας ἔχοντες: χαῖρε, σεβίζω σ' ἴσα καὶ μάκαρας 995 πλούτου μεγάλης τ' εὐδαιμονίας. τὰς σὰς δὲ τύχας θεραπεύεσθαι καιρός. χαῖρ', ὦ βασίλεια.	IôÔ Soberana mulher do Argivo chão! Filha de Tíndaro e irmã dos bons gêmeos – meninos de Zeus –, os dois que fulgem entre astros no ardente Éter, os que têm fama de salvar homens dos quebradouros de mar, salve! Igual aos bem-ditos de riquezas e abastança mor eu te venero! É muito boa hora pra reparar tua fortuna! Salve! Ó! Soberana! ¹²
--	--

Como se articula essa fala do coro?

O verso se abre com uma interjeição “ἰώ” constituída por duas vogais em tom crescente, com duração de meio tempo para o “i” e dois tempos para o “ώ”, isto é, temos uma semivogal somada com uma vogal duplicada. O efeito é a indicação precisa de uma situação de espanto.

O verso continua bastante expressivo e em gradação de extensão. O primeiro do trecho é todo ele um só vocativo, o segundo também, outro vocativo que ocupa cinco versos. São eles, “βασίλεια γύναι χθονὸς Ἀργείας” (soberana

¹² Tradução da *Trupersa*, trupe de tradução de teatro antigo. Toda a tragédia traduzida, no prelo, será publicada pela Editorial Ateliê.

mulher do argivo chão) e “παῖ Τυνδάρεω, καὶ τοῖν ἀγαθοῖν ξύγγονε κούροις Διός, οἱ φλογερὰν αἰθήρ' ἐν ἄστροις ναίουσι, βροτῶν ἐν ἀλὸς ῥοθίοις τιμὰς σωτῆρας ἔχοντες” (filha de Tíndaro e irmã dos bons gêmeos – meninos de Zeus –, os dois que fulgem entre astros no ardente Éter, os que têm fama de salvar homens dos quebradouros de mar). O efeito é uma amplificação em palavras da dignidade e da magnificência da personagem que entra em cena.

Na sequência, registra-se um verbo-sentença, “χαῖρε” (salve!), marcador de ação laudatória, utilizado na segunda pessoa do imperativo. O efeito é evidente: o coro exultante registra seu acolhimento.

Completa-se o verso com uma comparação “rainha igual à divindade”: ἴσα καὶ μάκαρας πλούτου μεγάλης τ' εὐδαιμονίας (eu te venero por causa da tua riqueza e abundância do mesmo modo que venero os deuses).

Finalmente, os últimos versos da saudação. Destaco-os pela ambiguidade, que, no meu ponto de vista, é a mãe de um discurso dobrado, econômico, que, com uma só palavra, diz muitas coisas num único instante, regalo para os tradutores. Nesses dois versos, o coro, empregando o verbo θεραπεύεσθαι (cuidar, honrar, venerar, restaurar, observar, prestar atenção a) no infinitivo passivo, sem agente, gera três possibilidades de leitura cênica: uma em que o agente é o próprio coro, outra em que se faz uma exortação para Electra e outra em que o agente é a soberana Clitemnestra, detentora de toda essa grande fortuna que se vê. Desse modo, tem-se, numa tradução que elimina a ambiguidade, a fala: “É uma boa hora para cuidar do teu destino, minha senhora”; porém, se o tradutor emprega um léxico mais flexível, ele traz para seu texto a riqueza da leitura original ao conservar a possibilidade dos triplos sentidos sugeridos. Assim: exortação ao coro e à própria Clitemnestra – “É muito boa hora para *reparar* a tua *fortuna*!”; exortação a Electra – “É muito boa hora para recuperares/ salvars a tua fortuna para teu próprio usufruto”. A ironia se mantém com o sentido: “É oportuno que tua fortuna seja preservada (e/ou notada e/ou recuperada) por ti mesma (e/ou por mim e/ou por Electra). Ainda, a palavra “fortuna”, na tradução, é apenas uma opção de léxico flexível, vocábulo que tenta preservar a ambiguidade da palavra τύχη, “sorte boa”, “destino desconhecido”, “ventura e desventura”. A enunciação é marcada pela ironia debochada, que, prosaicamente dita e desmascarada, fica assim: “Agora, nós que te olhamos nesse fausto todo, podemos perceber como és rica, Clitemnestra, mas cuidado, soberana, a hora é oportuna para tua filha te matar”. Percebe-se claramente que a ambiguidade é um recurso para o uso econômico da palavra; fala-se muita coisa em pouco tempo. A ambiguidade sem dúvida contribui para a ligeireza da palavra dita.

O trecho termina com a repetição do verbo de saudação e o vocativo soberana.

Percebe-se, portanto, que o dramaturgo tirou do exagero, da hipérbole visual (a entrada apoteótica) e dos verbos-emocionais um construto lucidamente montado para expor sua técnica e para garantir um coro caracterizado a partir de um discurso dubio, pleno de sentidos superpostos com argúcia e inteligência. Por tais meios ele pode facilmente mover os afetos da plateia. A técnica de introduzir a rainha com carro e comitiva foi resultado de um hábito criativo que possibilitou – dentro e fora da cena – a observação do fausto e da miséria simultâneos de alguém. Com esse engenho veio um raciocínio verdadeiro e uma conclusão acertada para as personagens e para o espectador. O alvo da ironia, Clitemnestra, é verdade, tem uma interpretação equivocada da saudação do coro. O espectador percebe a fragilidade da personagem, a malícia de Electra e a convivência do coro; estamos num laboratório de experimentação de vida.

Trata-se do deixar surgir das fantasias e dos ideais, mesmo que eles sejam tão ilegítimos ou indesejáveis do ponto de vista moral-pedagógico. O fascínio que o teatro exerce não é apenas estético. Ele tem a ver com situação, acontecimento, revelação e, se essa grandiosa palavra nos for permitida – com o humano (Lehmann, 2011, p. 272).

E tudo isso reafirma o mesmo que Vinuesa, que declarava (2013, p. 290) que “vida y teatro compartirían un mismo escenario”.

Propus-me apresentar minhas reflexões sobre gritos, sussurros e gestos, mostrei-os como um ato só, os gritos nos exageros, os sussurros nos ditos velados e macios, e os gestos no comportamento cênico. Informei que há um deslocamento funcional e receptivo do texto trágico, afirmei e reafirmei que postulo as tragédias gregas para o povo. Reitero isso, e argumento outra vez com Aristóteles, na *Poética* (1461b 26-1462 a-b): o filósofo registra que a tragédia, já na antiguidade, levava fama de ser uma arte vulgar que se fazia acontecer por atores que gesticulavam diante de um público rude. É verdade que o mestre citado se opõe à escola de interpretação dos exageros, critica os atores, isenta os dramaturgos e atribui a vulgaridade e a popularidade desse tipo de teatro somente aos intérpretes. Todavia não há como esconder que os exageros e vulgaridades estão presentes nos textos clássicos.

Neste momento teórico aristotélico contra os atores, creio, teve início uma divisão que perdura e que é nefasta, a saber, a ruptura entre o texto e a encenação. Como os discursos políticos, os sermões religiosos, as propagandas e as teses acadêmicas, o teatro, como já dissemos, é ato retórico que carrega sistemas semióticos múltiplos consigo. No que diz respeito ao texto trágico antigo, o comportamento cênico exagerado é facilmente corroborado por uma constatação básica: os textos são crivados de interjeições, isto é, de

marcadores de emoção inseridos na frase e dirigidos ao interlocutor, marcadores que diferem da linguagem referencial pelo som particular que têm. As interjeições são gritos ou melodias compostas por vogais alongadas, reduplicadas, consoantes e vogais ou partículas sintáticas que se juntam com a intenção de um apelo emocional. As interjeições – dou um exemplo, os versos 745-746 do *Filoctetes* de Sófocles: παπαῖ, / παππαῖ, παππαπαππαπαππαπαῖ! – constituem os gritos e sussurros mais difíceis de traduzir do pergaminho grego para o papel brasileiro e, desses dois, para o corpo. Mas a voz do ator facilmente lhes dá sentimento. Algumas interjeições como a que mencionei são sons puros, gritos inarticulados, gestos, gesticulações, onomatopeias, musicalização de algum tipo; outras são vocativos: nomes e verbos usados em casos específicos, tais como “vamos!”, “vede!”, “Édipo!”. No meu entender, as interjeições dos textos teatrais são, juntamente com as partículas, os marcadores que hoje chamamos de rubricas.

Interjeições mudas, as mais eficazes, proponho chamá-las de gestos-interjectivos. Uma mão levantada para agredir, parada no ar num instante de sensatez, é já agressão. As interjeições vozeadas, inversamente, poderiam também ser nomeadas como gestos de voz. Sejam mudos, sejam vozeados, eles contorcem e deformam o corpo que as emite ampliam o espaço da personagem, carregam de cores fortes os atos de transgressão: ὕβρις.

Mas encher a cena com dores e aflições pode resultar em um fiasco se não se sabe encontrar a medida exata, o momento oportuno, a forma e a intenção adequadas. Dominar a alegria e a dor, expressá-las de maneira contida ou derramada é um ato da razão artística pautada na estética retórica. Se não, vejamos, ouvindo mais uma vez Lessing:

Alguns acharam o terceiro ato [do *Filoctetes* de Sófocles] dessa peça desproporcionalmente mais curto que os demais. Com isso vê-se, afirmam os críticos de arte, que os antigos não se importavam com a igualdade de comprimento dos atos. Eu também creio nisso; mas nesse caso eu preferia me basear num outro exemplo do que nesse. As exclamações de lamento, o gemer, os ἤ, ἄ φεῦ, ἄτταταῖ, ὦ μοι, μοι! quebrados, as frases inteiras repletas de παπαῖ, παπαῖ que constituem esse ato e que deviam ser declamadas com alongamentos e interrupções muito diferentes daqueles necessários num discurso ordenado fizeram com que a representação desse ato sem dúvida durasse praticamente tanto quanto os outros. Ao leitor ele parece ser muito mais curto no papel do que terá parecido aos ouvintes (LESSING, 1998, p. 84).

O comentário de Lessing é de uma sagacidade deliciosa. Ele, no fundo, fala de dramaturgia (o que aqui não interessa particularmente) e de uma

diferença que a grande maioria dos estudiosos deixa escapar: teatro grego é língua escrita que finge ser oral, ou seja, Sófocles, quando sobrecarrega o terceiro ato de *Filoctetes*, sabe que a exteriorização indecorosa de sensações por gritos, afrontas, lamentos e lágrimas tem limite. Trata-se de expor o exagero para que, na fria admiração e na fruição do prazer estético, possamos contemplar e discernir o que somos e o que queremos ser.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- ANTONACOPOULOU, E. P.; SHEAFFER, Z. Learning in Crisis: Rethinking the Relationship Between Organizational Learning and Crisis Management. **Journal of Management Inquiry**, 2014, Vol 23(1), p. 5–21.
- CHILDS, P.; FOWLER, R. **The Routledge Dictionary of Literary Terms**. London, New York: Routledge, 2006.
- CUDDON J. A.; PRESTON, C. E. **The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory**. London: Penguin Books, 1998.
- EURIPIDES. **Fabulae**. DIGGLE, J.; MURRAY, G. (eds.) Tomus I, II III. Oxford: Oxford University Press, 1984, 1992, 1913.
- FORD, R. Why We Fail: How Hubris, Hamartia, and Anagnosis Shape Organizational Behavior. **Human Resource Development Quarterly**, v. 17, no. 4, 2006, p. 481-489.
- KOWZAN, T. El signo en el teatro. Introducción a la semiología del arte del espectáculo. In: ADORNO, T.W.; GOUTHIER, H. G.; BARTHES, R. et alii. **El teatro y su crisis actual**. Documentos. Tradução de Maria Raquel Bengolea. Caracas, Monte Avila Editores, 1992, p. 25-51.
- KRAUS, M. Aristotle on the arts of spoken word: correlations between his Rhetoric and Poetics. In: PEREIRA, B. F.; VÁRZEAS, M. (org.). **Retórica e teatro: palavra em ação**. Porto U. Porto Editorial, 2010, p. 95-108.
- LEHMANN, H-T. Das Crianças, do Teatro, do Não-compreender. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. Porto Alegre, v.1, n.2, p. 268-285, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/presenca>. Acesso em 30.10.2015.
- LESSING, G. E. **Laocoonte ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia**. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Editora Iluminuras, 1998.
- PERDICOYIANNI-PALÉOLOGUE, H. The interjections im Greek Tragedy. In: **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, v. 99, 2002, p. 49-88.
- PLATÃO. **República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- SOPHOCLIS. **Fabulae**. LLOYD-JONES, H.; WILSON, N. G. (eds.) Oxford: Oxford University Press, 1990.

TAVARES, E. F. Texto trágico, imagem cênica, música ditirâmbica: uma proposta para a leitura da tragédia ateniense. **Fragmentum**, n° 38, V. 1. Jul./ Set. 2013, p. 16-32.

VINUESA, C. La traducción teatral contemporánea. **Estudios de Traducción**, v. 3, 2013, p. 283-295.

LES LETTRES D'EMILIE DU CHÂTELET À MAUPERTUIS

Jürgen Siess

Université de Caen

Traductrice et commentatrice de Mandeville, de Leibniz et de Newton, Madame du Châtelet réclame sa participation “à tous les droits de l’esprit” à l’égal des hommes, en particulier dans le domaine de la science et de la philosophie¹. Dans le contexte de l’époque, il s’agissait d’aller contre l’exclusion des femmes de ce domaine. Il fallait “trouver une voix” et “œuvrer à convaincre un auditoire d’hommes de l’élite intellectuelle que cette voix était légitime” (Mary TERRALL, 1995, p. 283). Ceci n’impliquait pas l’accès à l’institution, à l’Académie des Sciences. Un petit nombre de femmes était admis, certaines étaient récompensées aux concours académiques de poésie et d’éloquence, et quelques rares femmes ont été élues à une académie de province, mais aucune à l’Académie des Sciences². Que Mme du Châtelet obtienne l’*imprimatur* de cette Académie en 1739 pour sa *Dissertation sur la nature et la propagation du feu* est la grande exception.

Œuvrant à convaincre les hommes qui règnent seuls dans cette institution, la marquise conduit son entreprise sur deux plans qui correspondent à deux activités et deux situations de discours. Dans la collaboration avec Voltaire, elle mène un travail de réflexion philosophique et d’expérimentation scientifique qui se réalise dans les genres de la dissertation, du commentaire ou de la préface. Cette réflexion est cependant entamée dès avant 1735 (l’année de l’installation du couple à Cirey en Lorraine, Emilie a 29 ans, et Voltaire 41 ans) à travers la correspondance et l’entretien avec des hommes de science dont Emilie sollicite l’enseignement. Ainsi, parallèlement à l’écriture scientifique-philosophique, Mme du Châtelet entretient de multiples échanges épistolaires.

Notons que le dispositif de la lettre permet de juxtaposer ou d’entrelacer divers discours et de poursuivre sur le mode du dialogue simulé des buts divers. Il est donc intéressant d’examiner la correspondance comme un genre à part entière, qui instaure un rapport dynamique avec le desti-

¹ On reprend ici la première partie d’un article qui a paru dans U. Kölving et O. Courcelle (éds), **Emilie du Châtelet, éclairages et documents nouveaux**, 2008, sous le titre “Image de la philosophe et égalité des sexes dans la correspondance de Mme Du Châtelet”. Elle a été revue dans la perspective de ce nouveau travail.

² John R. Iverson et Marie-Pascale Pieretti (2004, p. 313-332). Voir les belles pages que Daniel Roche consacre dès 1978 à la société académicienne “société masculine” (1978, p. 193 et ss.)

nataire. A travers cette dynamique on pourra suivre la gestation d'une image de femme hors du commun.

Dans quelle mesure les lettres de la marquise révèlent-elles la prétention à une position égale à celle des savants, à un plein partage de la vérité que les hommes se réservaient pour reléguer la femme à la place de l'auditrice ou de la spectatrice? Dans quelle mesure Madame du Châtelet épistolière perçoit-elle la différence des sexes comme première, comme celle sur laquelle "toutes les autres différences se fabriquent et se disent" (je cite la philosophe Geneviève Fraisse, 1996)³ – différence d'âge, d'état civil, de statut socio-professionnel, de position dans le champ? On a critiqué la marquise pour les concessions qu'elle a faites (PASSERON, 2001), on a parlé d'écriture et attitude ambiguës (TERRALL, 1995, p. 287). Peut-être est-il plus intéressant d'évaluer les images de soi que l'épistolière construit sur le plan du *dire* aussi bien que du *dit* et de dégager la fonction que ces images revêtent dans le projet qu'elle poursuit dans ses correspondances (voir ZINSSER, 1998).

Je dirai, à la suite de Fraisse (1996), que le sujet féminin de l'échange épistolaire se définit, qu'il le veuille ou non, par rapport à son destinataire et partenaire masculin, mais en plus et surtout l'image féminine en tant que telle appelle nécessairement son 'autre', l'image masculine. Aussi les deux images, de soi et de l'autre, s'insèrent-elles dans un projet dans lequel l'épistolière entend engager son correspondant. Le rapport au destinataire sera à 'renégocier' dans la mesure où celui-ci ne répond pas comme l'épistolière le souhaite, ou rejette l'image qu'elle lui propose.

J'examinerai les images de la savante ou de la femme d'esprit, de la philosophe ou de l'amante dans plusieurs lettres adressées à Maupertuis en 1738-39, telles qu'elles sont construites par Emilie à l'intention de son partenaire. Ce corpus épistolaire se situe dans les années de la vie intime avec Voltaire (en juin 1735 elle décide de se consacrer entièrement à celui-ci, en renonçant à sa relation amoureuse avec Maupertuis que laisse deviner ses lettres du début de 1734). Dans les années trente, Emilie est dans sa phase de formation et de mise en place d'une carrière qui à l'époque est exceptionnelle pour une femme, ce qui l'incite à jouer sur plusieurs plans - intellectuel et mondain, notamment - et avec plusieurs discours - scientifique et galant, notamment.

La lettre intime est un genre prégnant. Cependant, adressée à Maupertuis, le rapport amoureux sert la plupart du temps de prétexte pour que

³ Geneviève Fraisse (1996, p. 48) résume ainsi une hypothèse de Françoise Héritier: c'est à partir de la différence des sexes vue par les yeux des hommes que "tous les raffinements différentiels sont possibles, et les attributions de valeurs, de qualités, de caractéristiques propres à ces catégories [de l'identique et du différent] retenues par l'esprit" (HÉRITIER, 1994, p. 23).

le destinataire aide l'épistolière à atteindre l'auditoire des *scientifiques*. En d'autres termes, dans la correspondance au mathématicien, c'est l'intérêt scientifique et philosophique qui prévaut. Ici l'épistolière doit, au départ, reconnaître la place supérieure à l'autre, à l'homme de science qui est censé l'instruire. On verra qu'à l'intention de Maupertuis il s'agit davantage d'égalité sur le plan scientifique que d'égalité sur le pan affectif.

Les missives de 1734-1735 se situent dans une période où Emilie du Châtelet parle comme autodidacte en science et philosophie et pendant un temps aussi comme amante. En revanche on peut s'attendre à un autre ton et à un autre *ethos* en 1738-1739, lorsque le statut de l'épistolière a changé. Dès lors qu'elle vit en intimité intellectuelle et amoureuse avec Voltaire, la marquise, dans les épîtres adressées à Maupertuis, ne semble plus solliciter l'homme et s'intéresser uniquement au savant.

Dans la première période, la présentation de soi est marquée principalement par deux images, celle de la *savante en herbe* et celle de la *femme galante*. L'épistolière se donne à voir tantôt comme élève de physique et de mathématique, tantôt comme femme qui sait séduire. La première lettre conservée (du mois de janvier 1734) construit l'image du - de la - disciple: "j'ai passé hier toute ma soirée à profiter de vos leçons" - leçons contenues dans les deux manuscrits que Maupertuis lui a donné à lire -, "je voudrais bien m'en rendre digne je crains je vous l'avoue de perdre la bonne opinion que l'on vous avait donné[e] de moi"⁴. L'*ethos* se façonne ici dans la distinction par rapport à une image préalable, que d'autres ont pu transmettre au destinataire - celle de la savante: ainsi l'épistolière met en place un rapport entre l'élève et le maître. Ceci permet de compenser l'écart social qui sépare les deux correspondants. Les capacités intellectuelles et scientifiques de son partenaire, sous-entend-elle, élèvent le mathématicien de naissance plus modeste au niveau de la grande aristocrate. En minimisant ses propres connaissances, Mme du Châtelet valorise les compétences avérées de l'homme de science au détriment du rang social.

Le ton change dans la lettre 3. La référence à une connaissance commune donne lieu à la construction de l'image de la femme du monde qui fréquente les ambassades et l'opéra, et la sollicitation d'amener chez elle un personnage haut placé permet de jouer sur la mondanité et la galanterie. "J'ai mené une vie désordonnée ces jours-ci, je me meurs, mon âme a besoin de vous voir autant que mon corps a besoin de repos. Venez toujours [...] Vous me ferez un plaisir extrême" (janvier 1734, p. 31). Selon les manuels - Vaumorière (1690) ou Richelet (1689) -, séduire sied à l'homme, la femme devant être plus discrète, en d'autres termes, dans l'interaction

⁴ Je cite d'après l'édition Besterman des *Lettres*, Genève: Institut et Musée Voltaire, 1958. Ici p. 30.

galante, on laisse plus de liberté à l'homme qui peut être offensif. Mme du Châtelet qui sollicite la présence de l'homme, qui fait la cour au destinataire, reprend le discours galant à son compte. Elle observe cependant le code quand elle fait entendre qu'elle recevra l'ami, et non l'amant... Aussi trouvera-t-on à maintes reprises une image telle qu'elle apparaît déjà dans les lettres-modèles par lesquelles s'ouvre le recueil de Richelet⁵. Dès le billet suivant (no. 4, p. 32), la marquise parle directement la langue galante: "Je vous ai attendu tout ce jour. Si vous voulez réparer cela demain sur le soir votre grâce vous sera offerte. [...] Vous savez qu'en vivant avec vous je cherche plus à satisfaire mon goût que mon amour-propre". Dans le prochain billet d'Emilie, le discours se fait toutefois plus circonspect: l'image de l'élève prédomine – "J'ai beaucoup étudié et j'espère que vous serez un peu moins mécontent de moi que la dernière fois" (p. 33). Les deux facettes de l'image de soi se recouvrent parfaitement dans le no. 9 (janvier 1734): "Je reste chez moi. Voyez si vous voulez venir m'apprendre à élever un nôme infini à une puissance donnée [...] Venez à six heures aujourd'hui"⁶. Discours galant et discours scientifique s'entrelacent, le cours privé de mathématique pourra se muer en échange érotique... Dans la clôture du billet c'est la femme qui convie l'homme au rendez-vous, la marquise fait ainsi entendre que celle à qui on attribue la place de l'élève s'assigne la place du maître. Qui parle – la femme galante ou l'élève de mathématique? Au destinataire de voir à qui il a affaire...

En août 1735 – année de la rédaction de sa traduction de *The Fable of the Bees* de Mandeville – c'est la femme qui recherche l'échange avec les hommes de science qui se donne à voir:

Si je n'étais pas ici je voudrais être au mont Valérien. Pourquoi ne dites-vous pas du moins, si je n'étais pas au mont Valérien je voudrais être à Cirey? je me garderai bien de demander la préférence sur cette montagne depuis que vous avez rassemblé Mr. Algarotti et Mr. l'abbé Franquini, buvez à ma santé [...], vous ne m'aimez que quand vous ne me voyez point. Voltaire est ici plus votre admirateur que jamais et digne d'être votre ami. Si je puis vous rassembler, je m'estimerai bien plus heureuse que la reine Christine [...], je rassemblerai [dans mon royaume] ce qu'elle aurait été chercher bien plus loin que Rome; [...] Puisque j'ai osé vous écrire du milieu de mes maçons vous pouvez compter sur mon exactitude. Ne me

⁵ "Je suis folle de vous écrire ainsi tout ce que je pense. [...] Vous êtes honnête-homme, et je me flatte que vous en userez de la sorte".

⁶ "en algèbre deux nômes associés par un *plus* ou - forment un binôme" (*Lettres* 1, p. 35, note), p. ex. $x^2 + 7x$.

punissez point de ma timidité, donnez-moi de vos nouvelles, donnez-moi de vos nouvelles, et soyez bien sûr que madame de Lauraguais, madame de St Pierre ni toutes les duchesses du monde n'auront jamais pour vous une amitié plus tendre que madame de Cirey (p. 79).

Le mont Valérien près de Paris où vit une communauté d'"ermite" a été choisi par Maupertuis comme lieu de retraite. Il y reçoit la visite du mathématicien Clairaut, du physicien suédois Celsius, du comte Algarotti, historien de l'art et newtonien, de l'abbé Franchini, chargé d'affaires du Duc de Toscane et de la Société des Arts. L'épistolière entend se montrer à la hauteur de cette petite communauté d'hommes de science. Le but plus précis est de soustraire Maupertuis à ses amis pour qu'il rejoigne le couple que la marquise forme avec Voltaire, Cirey pouvant offrir les conditions d'une vie retirée tout autant que le Mont Valérien. Qui plus est, la marquise s'attribue la place que le mathématicien occupe par rapport à Algarotti et Franchini, à présent c'est elle la personne recherchée: dès lors que le destinataire vient à Cirey, elle entend se hausser au rang de la reine de Suède qui sollicitait l'instruction de Descartes. Dans la clôture, on retrouve le ton badin - Emilie se dit supérieure à ses rivales de la société mondaine -, mais aussi le discours amical ("tendre amitié"). La tendre amie est placée proche de l'homme à qui elle s'adresse. Pour ne pas paraître pesante - on reconnaît le code -, la marquise joue les maçons contre les savants: son trait d'esprit implique que Maupertuis devrait avoir de l'empathie et... venir la joindre. La marquise réattribue au grand mathématicien sa position, sans pour autant renoncer à sa demande d'être reconnue comme son égale. Elle peut présenter cette demande en toute sérénité: dans la retraite de Cirey, on est loin des académies où règnent les hommes seuls.

En décembre 1736, Mme du Châtelet écrit, à propos du voyage de Maupertuis en Laponie:

J'ai été charmée de recevoir de vos nouvelles. On avait mis dans la gazette que vous couriez risque d'être mangé des mouches. J'ai été bien aise d'apprendre qu'elles vous ont respecté. C'est peut-être à la protection de Mr de Réaumur que vous en êtes redevable, car il n'y a pas d'apparence qu'elles sentent autant ce que vous valez que les Lapones. On dit que toutes les lettres que vous écrivez à Paris sont pleines d'éloges de ces dernières. C'est apparemment pour quelqu'une d'elles que votre compagnon [Clairaut] m'a quittée. [...] Nous sommes devenus tout à fait philosophes. Mon compagnon de solitude a fait une introduction à la philosophie de Mr Newton qu'il m'adresse et dont je vous envoie le frontispice. Je crois que

vous trouverez les vers dignes du philosophe dont ils parlent,
et du poète qui les a faits.

L'épistolière s'éclipse au profit de Newton et de Voltaire. Evoquant l'image laudative due à un tiers, à son compagnon – Voltaire dans sa dédicace parlait de la "géométrie transcendante" de la marquise –, elle la relativise, et respecte ainsi le code épistolaire qui prescrit la modestie. Alors que Voltaire construisait l'image de la savante qui se distingue par une double compétence, la connaissance des mathématiques et la réflexion philosophique, Emilie se donne à voir comme simple compagne des philosophes, comme si elle voulait laisser à son destinataire le soin de compléter l'image, de déceler lui-même la figure de la philosophe.

Un an plus tard, ses lettres donnent une image différente, qui est à présent davantage orientée vers le domaine scientifique-philosophique. Le 2 février 1738 la marquise écrit au mathématicien depuis Cirey où Voltaire et elle-même attendent sa visite destinée à un séjour à la fois convivial et studieux:

Dans l'espérance de vous voir bientôt monsieur je vais tâcher de me rendre digne de vous, et de votre entourage. Je compte sur votre parole, et j'espère que vous vous trouverez si bien ici que vous n'irez point ailleurs. Ce qui est certain c'est que nous n'oublierons rien pour vous y retenir. [...] Vous aurez une petite cellule comme au mont Valérien, une extrême liberté, aucun étranger, et si vous voulez en sortir je ne vous conseille pas de prendre mon avis.

J'ai reçu il y a deux jours une lettre de madame de Richelieu. C'est la première depuis sa maladie. J'en ai été très inquiète. Je la félicite du bonheur qu'elle a de vous voir. Je n'ai pas pu deviner le nom de l'homme qui vous parle quelquefois de moi. Quel qu'il soit je lui en suis bien obligée car je ne désire rien tant que de n'être pas oubliée de vous, je voudrais que tout le monde vous parlât de moi (*Lettre*, 117, p. 212-13).

Elle voudrait tout faire pour se hausser à son rang, et à celui des hommes de science et des femmes du monde qu'il fréquente à Paris; aussi entend-elle, avec son associé Voltaire, se mesurer de haute main à cette concurrence. L'invité de marque tant attendu sera choyé, certes, mais sa correspondante semble y mettre une condition. Maupertuis sera, pour autant que cela dépende d'Emilie, enfermé avec elle et son compagnon. Bien sûr, le rassure-t-elle, il aura sa liberté... limitée seulement par le fort espoir de ses hôtes qu'il préférera passer le plus clair de son temps avec ceux qui lui feront

la conversation pour s'instruire le plus possible. L'épistolière projette un jeu de séduction dont elle ne se cache guère (le "je" est à l'avant-scène). Elle joue sur la figure de la gouvernante ("je ne vous conseille pas"), c'est une expression qui est ensuite contrebalancée par celle de la disciple. Qui plus est, elle cache aussi peu son désir de ce que tout le monde lui parle d'elle: l'*ethos* projeté est celui de la femme qui se croit en droit de demander à être reconnue par les hommes en place, ce qui se confirme par la suite. En effet, Maupertuis qui occupe une position de prédilection peut être un intermédiaire, transmettre à d'autres scientifiques les bonnes choses qu'on dit de Madame du Châtelet, voire contribuer à faire reconnaître la nouvelle-venue pleinement par un auditoire composé d'hommes seuls. Peu après on lit:

Permettez-moi de vous faire une question. J'ai lu beaucoup de choses sur les forces vives, je voudrais savoir si vous êtes pour Mr de Mairan, ou pour Mr de Bernoulli. Je n'ai pas l'indiscrétion de vous demander sur cela tout ce que je voudrais savoir, mais seulement lequel des deux sentiments est le vôtre. Le mien est de vous désirer et de vous aimer beaucoup (idem, p. 213).

Avec la notion de force vive (*vis viva* - énergie cinétique ou reliée au mouvement des objets) Leibniz s'est opposé au "mécanisme" de Descartes, et Bernoulli reprend et développe l'argument de Leibniz, qui est cependant rejeté par Dortous de Mairan et la grande majorité des académiciens⁷. "Votre sentiment" renvoie à l'opinion de Maupertuis dans la querelle des forces vives; en revanche, "mon sentiment" renvoie au rapport très privé de l'épistolière au destinataire. Ainsi, dans la clôture de la lettre, Mme du Châtelet joue avec l'étiquette épistolaire: comme il s'agit d'une question controversée, fait-elle entendre, elle veut rester discrète, et demander l'avis de l'homme de science seulement à titre personnel. S'y ajoute l'évocation de l'image de la galante. Selon les prescriptions de l'art épistolaire la femme doit être plus discrète que l'homme dès lors qu'il s'agit de désir et d'amour. Ne se retenant pas de dire ce qu'elle ressent pour son destinataire, elle enfreint une de ces prescriptions. Si elle passe ainsi du discours scientifique brusquement au discours galant, elle semble vouloir minimi-

⁷ Leibniz est ici le tiers absent. La marquise l'étudie d'une façon approfondie depuis son intérêt pour la nature du feu (1737) et il lui servira de fondement métaphysique à son adaptation de la physique de Newton. Dans l'**Essai de dynamique** (1691), Leibniz écrit: "Il se trouve par la raison et par l'expérience que c'est la force vive absolue [mv^2] qui se conserve et nullement la quantité de mouvement". Tandis que la force morte (ou quantité de mouvement) s'épuise dans l'instant même du mouvement actuel, la force vive se transforme ou se reproduit en fonction de l'espace, suivant les vitesses au carré et par rapport au temps - mv^2 (voir BOI, 1995, p. 415-16).

ser une demande qui peut paraître trop audacieuse. Elle minimise le sérieux de la demande, certes, mais son attente que le destinataire prenne position reste néanmoins présente.

Quant aux places données à soi et à l'autre: son rang social permet à la marquise de s'attribuer une place supérieure dès que l'académicien entre dans la sphère privée où elle est la maîtresse, et (dans la clôture de la lettre) de faire discrètement allusion à la relation galante qu'elle a eu avec lui dans le passé. Mme du Châtelet semble ici soucieuse de maintenir l'équilibre entre le respect pour l'homme haut placé dans le domaine pour lequel elle travaille et la prétention d'être considérée comme l'égale de son partenaire.

Vers le 10 février 1738, Emilie lui écrit:

Vous avez bien tort, monsieur, de croire que je ne m'aperçois pas de votre silence. L'exactitude avec laquelle je vous réponds vous est une preuve que j'y ai été très sensible. [...] Mr du Châtelet dit qu'une marque d'attention de votre part vaut mieux que la patente qu'il attend de la cour. Il ira vous remercier à Paris où il sera dans dix ou douze jours, et d'où il espère vous ramener, car il faudra bien que l'impression de votre livre finisse. Je l'attends avec plus d'impatience que celui de Mr Algarotti, quoique mon portrait soit à la tête. Il est assez plaisant de voir [ici] mon visage, et le nom de Mr Fontenelle. Il mérite assurément toutes sortes d'hommages philosophiques, mais je ne sais si celui d'un livre où l'on ne parle que du système d'optique de Mr Newton, et de l'attraction, était dû à son plus grand ennemi. Il sera sans doute bientôt traduit [...]. Vous pouvez apprendre des langues pour vous faire entendre aux personnes qui sont assez malheureuses pour ne pas savoir la vôtre, mais je ne vous conseille pas d'en apprendre jamais aucune pour entendre les livres des autres.

Mr de V. [dans son livre sur Newton] perd beaucoup de temps à réfuter le système de Descartes, et cette peine, très nécessaire quand on parle à des Français, est inutile dans les pays étrangers où [cette philosophie est] abandonnée entièrement et unanimement reconnue pour fausse.

Je vous avoue que j'ai ressenti en lisant ce que vous voulez bien me marquer au sujet des forces vives, le plus grand plaisir de m'être rencontrée avec vous. Mon extrême timidité quand j'écris à sir *Isaac Maupertuis* [je souligne], m'a empêchée de vous marquer mon sentiment avant de savoir le vôtre [...]. J'ai toujours pensé que la force d'un corps devait s'estimer par les obstacles qu'il dérangerait et non par le temps qu'il y employait, et cela pour deux raisons [...]

Il y a aussi dans les pièces qui ont remporté ou concouru pour

les prix de l'Académie une pièce qui commence ainsi, *l'opinion qui fait la force d'un corps le produit de sa masse par le carré de sa vitesse étant reconnue insoutenable* &c., et dans le même volume est la dissertation de Mr de Bernoulli, dans laquelle ne vous déplaie, cette *opinion insoutenable* est démontrée. Je vous avoue que je ne puis imaginer comment Mrs de l'Académie ont osé ne pas donner le prix à cette pièce de Mr de Bernoulli, qui me paraît un des ouvrages les mieux faits que j'ai vus depuis longtemps. Au reste je crois comme vous, que ce n'est qu'une dispute de mots [...].

Je vous avoue qu'il me reste une grande peine d'esprit sur ce que vous me dites, que si l'on prend pour *forces les forces vives* la même quantité se conservera toujours dans l'univers. [...] comment cette façon d'estimer la force des corps empêcherait-elle que le mouvement ne se perdît par les frottements, que les créatures libres ne les commençassent [...]. Il y a peut-être bien de la témérité à moi à vous supplier de me dire comment il s'ensuivrait qu'il y aurait dans l'univers la même quantité de force, si la force d'un corps en mouvement est le produit de sa masse par le carré de sa vitesse. [...]

Quels pardons ne dois-je pas vous demander de mes importunités [...] Vous devez juger par la longueur de cette lettre du désir que j'ai de vous voir. [...]

Madame de St Pierre m'a mandé qu'elle vous voyait quelquefois, et je vous jure que depuis que j'ai quitté le monde, voilà la seule fois que j'ai regretté d'être à Cirey pendant qu'on peut vous voir ailleurs, mais j'espère qu'on vous y verra aussi à ce Cirey où vous êtes désiré avec tant d'impatience [...].

Elle reproche à Maupertuis son manque de zèle, et lui rappelle l'invitation à la rejoindre à Cirey, en se référant à son mari qui se prête à seconder Emilie pour la réussite de cette entreprise. Son destinataire est supposé compenser son manque de zèle épistolaire par sa venue en chair et en os. On retrouve dans cette lettre le jeu des images: Mme du Châtelet apparaît comme une femme renommée pour son intérêt pour la science (son portrait est choisi par Algarotti⁸ pour son livre *Il Newtonianismo per*

⁸ Leibniz est ici le tiers absent. La marquise l'étudie d'une façon approfondie depuis son intérêt pour la nature du feu (1737) et il lui servira de fondement métaphysique à son adaptation de la physique de Newton. Dans l'**Essai de dynamique** (1691), Leibniz écrit: "Il se trouve par la raison et par l'expérience que c'est la force vive absolue [mv^2] qui se conserve et nullement la quantité de mouvement". Tandis que la force morte (ou quantité de mouvement) s'épuise dans l'instant même du mouvement actuel, la force vive se transforme ou se reproduit en fonction de l'espace, suivant les vitesses au carré et par rapport au temps - mv^2 (voir BOI, 1995, p. 415-16).

le dame), comme femme cultivée ou, en filigrane, comme traductrice, ou encore (dans la clôture, en badinant) comme femme retirée dans un couvent, mais aussi et surtout comme partenaire capable de discuter sur un pied d'égalité avec le grand scientifique, même si elle confirme à deux reprises la place supérieure qui revient à son correspondant (modestie oblige). Plus précisément, son plaidoyer pour Bernoulli, le mathématicien suisse, la montre en avocate habilitée à contester une décision du jury (l'Académie des Sciences). En effet, l'enjeu principal de cette épître où elle prend parti pour la conception de l'homme de science rejetée par les académiciens est de convaincre Maupertuis du bien-fondé de cette conception au détriment de celle de Mairan. La référence à Descartes comme philosophe dépassé semble susceptible d'appuyer l'argument que Mairan, membre de l'Académie, est lui aussi resté en arrière des thèses de Leibniz que Bernoulli reprend et développe et qui sont défendues tout autant par Mme du Châtelet. L'épistolière accuse le jury de manque de discernement (si ce n'est d'idées préconçues) et développe un argument au profit de Bernoulli. Dans sa démarche on peut distinguer cinq pas: "m'être rencontrée avec vous" - elle suppose un accord parfait, et attribue le rang le plus haut à Maupertuis (devenant l'*alter ego* d'Isaac Newton) [I]; "ne vous déplaie" marque une réserve par rapport à l'accord [II]; en affirmant que "je crois comme vous", elle offre à son destinataire une conciliation (la réserve est affaiblie) [III]; "peine d'esprit" marque une deuxième réserve, qui cette fois-ci est appuyée [IV]; "témérité à moi" [V] doit être lue comme une *captatio benevolentiae* censée réaffirmer la place supérieure de Maupertuis. Il n'en reste pas moins qu'en reprenant l'hypothèse du scientifique suisse, Emilie vise à amener son destinataire à confirmer cette hypothèse à son tour: dans le mode du dire même on décèle la figure de la femme qui prend le risque de mettre au défi l'homme de science consacré, et prétend s'attribuer un rang égal au sien. Notons la demande de pardon dans la conclusion de la lettre: la longueur de la discussion épistolaire avec l'homme de science est à présent supposée servir comme preuve des sentiments profonds destinés à l'ami. L'ami peut-il refuser ce que le scientifique est peut-être moins enclin à accepter? Le correspondant est censé recevoir le discours scientifique sérieux comme un don qu'on lui offre à son gré, mais en même temps l'épistolière sous-entend que ce don mérite reconnaissance, récompense: que l'autre vienne à elle, la passion pour la science devant réunir les deux partenaires. On voit ici la complexité du jeu des images due à la position difficile de la femme qui veut égaler les hommes qui occupent le domaine dont ils se réservent exclusivement l'accès.

Dans ses lettres de 1738-39, la fonction de la femme philosophe est considérée comme acquise. Dans cette phase de l'échange avec Mauper-

tuis, la marquise entend occuper la place du pair, s'attribue la place de la partenaire égale. Elle va plus loin dès lors qu'il s'agit de métaphysique. Celle-ci est un domaine où Maupertuis trouve son maître en elle, et au sujet de la querelle scientifique sur les forces vives qui l'oppose à Dortous de Mairan elle prétend au rang de celle qui distribue les places. Et si on se penche sur le plan du dire, on décèle la figure de la femme spirituelle qui invite son destinataire à se montrer à la hauteur.

La correspondance avec Maupertuis est destinée à légitimer la revendication de la marquise savante d'être pleinement reconnue par ceux qui occupent le domaine. Si elle espère y être reconnue, elle doit prendre en considération le *statu quo*. C'est la raison du jeu sur les images de l'élève, de l'amie et de la femme galante qui atténuent l'incongruité de l'attente: elle s'adresse à Maupertuis qui a une place supérieure dans un domaine, auquel l'accès est refusée aux femmes, aussi capables et aussi intelligentes soient-elles.

Qui plus est, le dispositif de la lettre privée choisie par Emilie se distingue par une dynamique inhérente au genre et par la possibilité d'introduire dans le discours amical ou amoureux d'autres discours – mondain, scientifique, philosophique... Mme du Châtelet les reprend au profit de l'échange intellectuel. Elle revendique plus ou moins ouvertement une égalité d'esprit qui est fondée, selon elle, sur une capacité de réflexion et de critique dans les sciences qu'elle partage avec son correspondant qui occupe une position qu'on empêche les femmes d'occuper. Notons qu'un an plus tard (le 26 janvier 1739), elle s'affirme comme femme philosophe qui s'adresse de plein pied à l'homme illustre: "est-ce Cassini le père ou le fils qui ont achevé le méridien? Faites-vous cas du père? Mais j'ai bien peur que vous ne fassiez guère cas de moi, vous pouvez négliger la philosophe mais vous devez toujours aimer l'amie".

Il faut ajouter que ce qui reste la plupart du temps implicite dans les lettres, quitte à être dit sur le mode du badinage ou de l'ironie, est dit explicitement dans la préface que la marquise écrit pour sa traduction de la *Fable of the Bees*, en 1735 (pas publiée de son vivant):

bien des femmes ou ignorent leurs talents, par le vice de l'éducation, ou les enfouissent par préjugé, et faute de courage dans l'esprit. [...] Je sens tout le poids du préjugé qui nous exclut si universellement des sciences, [...] Pourquoi ces créatures dont l'entendement paraît en tout si semblable à celui des hommes, semblent pourtant arrêtées par une force invisible [...]. Si j'étais roi, je [...] réformerais un abus qui retranche, pour ainsi dire la moitié du genre humain. Je ferais participer les femmes à tous les droits de l'humanité [...].

RÉFÉRENCES:

- ALGAROTTI, F., **Le Newtonianisme pour les dames**, trad. par Du Perron de Castera, Paris : Montalant, 1739.
- BOI, L. Leibniz sur l'espace, le continu et la substance. *Mathématique, physique et métaphysique. Philosophiques*, XXII-2, 1995, p. 407-436.
- FRAISSE, G. , **La différence des sexes**, Paris : PUF, 1996.
- HÉRITIER, F. **Les deux sœurs et leur mère**. *Anthropologie de l'inceste*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.
- IVERSON, J. R. et PIERETTI, M.-P. "Toutes personnes [...] seront admises à concourir": la participation des femmes aux concours académiques. **Dix-huitième Siècle**, 36, 2004, p. 313-332.
- KÖLVING, U.; COURCELLE, O. (éds). **Emilie du Châtelet, éclairages et documents nouveaux**. Ferney-Voltaire, Centre international d'Étude du XVIIIe Siècle, 2008.
- Les lettres de la Marquise du Châtelet**. Ed. Theodore Besterman. Genève: Institut et *Musée* Voltaire, 1958.
- LEIBNIZ, G. W. Essai de dynamique. **Journal des Savants**, 1691.
- PASSERON, I. Muse ou élève? Sur les lettres de Clairaut à Mme du Châtelet. In. DE GANDT, F. **Cirey dans la vie intellectuelle. La réception de Newton en France**, *SVEC*, 2001, p. 187-197
- ROCHE, D. **Le siècle des Lumières en province. Académies et académiciens provinciaux, 1680-1789**. Paris: La Haye, Mouton, 1978.
- TERRAL, M. Emilie du Châtelet and the Gendering of Science. **History of Science**, 33, 1995, p. 283-310.
- ZINSSER, J. Emilie du Châtelet: Genius, Gender, and Intellectual Authority. In. SMITH, H.L. (ed). **Women Writers and the early modern British political tradition**. Cambridge: CUP, 1998, p. 168-190.

AS EMOÇÕES E SUA IMPLICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

Helcira Maria Rodrigues de Lima

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Os estudos sobre argumentação tiveram de se reinventar no século XX, após a deslegitimação da Retórica e a formalização da Lógica no século XIX, como afirmou Plantin (1996). Ao ser considerada como imprópria ao saber positivista, a Retórica foi progressivamente excluída dos cursos fundamental, médio e universitário, na França e em outras partes do mundo¹. Além disso, outros fatores como sua associação ao Antigo Regime e à Igreja Católica também fizeram com que ela caísse em descrédito ao longo do tempo².

Essa necessidade de reinvenção fez com que o interesse pelas pesquisas sobre argumentação ganhasse novo fôlego a partir dos anos de 1990, com uma nova geração de pesquisadores europeus (Perelman & Tyteca, Toulmin, Curtius, Ducrot e, mais tarde, Meyer, Amossy, Plantin, Doury, Micheli, entre outros) e também brasileiros (Osakabe, Fiorin, Mosca, Guimarães, entre outros) os quais se valem das contribuições dos europeus, mas imprimem outro olhar aos estudos sobre o assunto. São diversas as contribuições de autores estrangeiros e brasileiros e as pesquisas começam a definir um caminho em si.

Nos anos de 1950 ocorre uma espécie de refundação dos estudos sobre argumentação, com a contribuição de autores como Curtius, pouco citado nos percursos históricos mais conhecidos, Perelman & Tyteca, Toulmin e Ducrot. Curtius, cuja obra foi originalmente redigida em alemão, apesar de traduzido para o francês em 1956, não circulou no meio acadêmico como os outros autores³. É interessante que ainda hoje, aqui no Brasil, as obras escritas em francês são tidas como as maiores referências para os estudos sobre argumentação, na maior parte dos grupos de pesquisa.

¹ Segundo Reboul (1991), embora ainda não relegada ao esquecimento, com os filósofos positivistas, com o Romantismo e com a revolução, a Retórica perde de vez seu lugar e, em 1885, ela desaparece do ensino francês, onde havia ocupado um espaço privilegiado durante um longo período.

² Para saber mais sobre o assunto ver: MEYER (dir.), 1999.

³ A obra de Curtius (1948), “La littérature européenne et le Moyen Age latin”, recebe esse título na tradução francesa de 1956.

Ducrot (1998), mesmo não se autointitulando um teórico da argumentação, mas sim um semanticista ou mesmo um “estruturalista do discurso”⁴, desenvolveu importantes pesquisas sobre as marcas linguísticas da argumentação, as quais são, ainda hoje, com todas as ressalvas feitas pelos analistas do discurso, uma referência para a abordagem da materialidade linguística.

No que concerne às obras de Perelman & Tyteca (1958) e Toulmin (1958), embora sejam originárias de horizontes diversos e tenham estilos distintos, se tornaram referência comum à prática jurídica e também a outros estudos sobre argumentação desenvolvidos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em 1979, Haquira Osakabe lança a obra “Argumentação e discurso político”, cujas bases são Aristóteles e Perelman. Essa obra, considerada precursora dos estudos sobre o assunto no Brasil, ainda hoje é uma referência. Depois dela, inúmeras pesquisas chegaram ao público, especialmente, nos anos 2000, momento em que, assim como em outras partes do mundo, há no Brasil um interesse crescente pela Retórica e pela Argumentação. Todavia, ainda hoje, a maior parte dos trabalhos não alcança a divulgação devida por aparecer como resultado de pesquisa acadêmica sob a forma de dissertações e teses apenas.

Nessa retomada, convivem lado a lado propostas que abordam a argumentação, seja por um viés mais descritivista e normativo, encabeçado por autores como Hamblin, van Eemeren e o grupo de Amsterdã, seja por perspectivas pautadas em bases mais filosóficas tendo como destaque Perelman e Meyer, e também por pesquisas mais voltadas para os estudos de Análise do Discurso, cujos nomes mais representativos são Amossy e Plantin. Contudo, não há uma linha determinante, pois o caminho é entrecortado por diversas disciplinas: Análise do Discurso, Linguística Textual, Semântica, Psicologia, Sociologia, Filosofia etc. As possibilidades teóricas são diversificadas, dando abertura a opções e, por consequência, a filiações.

Os pesquisadores que se interessam pelo assunto e fazem parte do terreno da Análise do Discurso (doravante AD) buscam empreender uma análise do discurso argumentativo, tendo como base as contribuições da Retórica Clássica e os princípios norteadores da AD. Nessa esteira, os estudos relacionados às provas retóricas se destacam, ao suscitarem reflexões

⁴ Em uma entrevista concedida à Heronides Maurílio de Melo Moura (1998), Ducrot esclarece: “Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia que você evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. *O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso* (grifo nosso)”.

e releituras, sobretudo, acerca das noções de *ethos* e de *pathos*. O caráter tridimensional das provas acaba pouco explorado, o que dá margem a equívocos e apropriações indevidas. Muito se fala na atualidade em um resgate do *logos*, deixado de lado pelas pesquisas sobre o assunto. O fato é que nos parece necessário pensar a argumentação em uma perspectiva tridimensional. Em outro momento, iniciamos uma discussão sobre o assunto e nosso propósito atual é rever alguns princípios, aliando contribuições de outros domínios, como a Psicologia, Antropologia e Filosofia⁵, de modo a destacar o papel das emoções na construção argumentativa. Embora nosso eixo seja o *pathos* e, mais precisamente as emoções⁶, isso não significa que desconsideremos a interrelação entre as provas. Ao contrário, trata-se justamente de repensar as emoções a partir de tal interrelação.

Nessa esteira, no presente artigo apresentaremos uma breve passagem por algumas abordagens teóricas acerca da argumentação, com ênfase em sua posição frente a um tratamento das emoções. Em seguida, procederemos a uma leitura de alguns fragmentos transcritos de um vídeo no intuito de demonstrar qual seria o papel das emoções na construção argumentativa.

Retórica, argumentação, emoções

A argumentação está no coração da Retórica e, justamente por isso, foi alvo de desconfiança e mesmo de descrédito por um longo período. O interesse pelo uso do discurso com determinados fins remonta aos gregos, dos quais temos os primeiros registros desse modo de organização discursiva.

Segundo consta nas obras destinadas a retomar a história da Retórica, o uso da linguagem com uma finalidade persuasiva teve início possivelmente com Empédocles, aproximadamente no século 5 – 465 a.C. –, mas se impôs somente com a criação do manual de Córax. Evidentemente, sabemos que se trata de um suposto mito fundador, pois “assim como não é possível afirmar com absoluta certeza que seria essa a primeira manifestação da Retórica, uma vez que ela existe desde que o homem começou a usar a linguagem como forma de ação, também não se pode defini-la com a precisão muitas vezes desejada pelos pesquisadores” (LIMA, 2015, p. 43).

⁵ Para saber mais sobre o assunto, ver Lima (2006).

⁶ Optamos pelo uso do termo “emoção”, apesar de não desconsiderarmos que neste a noção de *pathos* se faz presente de maneira fundamental. Apesar de nos valermos das contribuições de Meyer, não diferenciaremos, também, “emoções” de “paixões”. O uso do termo “emoções” nos parece mais abrangente e aponta para um movimento decorrente de um desejo de inserirmos em nossas pesquisas atuais contribuições de outros domínios como a Antropologia, a Filosofia e a Psicologia.

De todo modo, seguindo os registros a que temos acesso de forma direta ou indireta, foi Córax que, com seu discípulo Tísias, elaborou preceitos práticos para que os indivíduos pudessem recorrer devidamente à justiça em casos de posses indevidas de terras. Tais preceitos consistiam em fórmulas a serem utilizadas para tornar o discurso verossímil, pois não se visava, necessariamente, à construção ou à apresentação da verdade, mas sim à retomada de um determinado bem. De um modo geral, as informações acerca do surgimento da Retórica se relacionam à literatura, mas, como se vê, ela emerge em estreitas relações com as questões judiciais, sem ainda nenhum alcance filosófico. Na verdade, verifica-se, desde seu surgimento, a estreita relação entre Retórica e poder. Se a linguagem, como afirma Gnerre (2001, p. 22) pode ser “o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”, munir os sujeitos da capacidade de falar em público e se defender faz parte de um processo de empoderamento.

Segundo Plantin (1996), o legado dos sofistas é fundamental para tudo que se desenvolveu em termos de argumentação e uns dos pontos decisivos de suas contribuições aos estudos da argumentação são: a noção de *antifonia*, o sentido de *paradoxo*, a noção do *provável* e a *dialética* como determinante da interação argumentativa. A herança sofística ainda é pouco conhecida e explorada. Na atualidade, alguns autores buscam resgatar a importância dessas obras, através de vozes como a de Nietzsche, por exemplo.

Platão, considerado um dos maiores opositores aos sofistas, acreditava que eles falseavam a realidade e, por isso, propôs a filosofia como discurso, destacando o conceito de verdade. Para o filósofo, era sua retórica que dizia respeito à Filosofia e à Dialética e não à Sofística. Essa forma de pensar a Retórica aliada à ideia de que há, por um lado, o exercício rigoroso do pensamento e, por outro, “une habilité fondée sur l’ignorance ou la flatterie de l’auditoire”, como afirma (CARRILHO, 1999, p. 30), retomando a posição de Platão, provocou uma primeira cisão entre Filosofia e Retórica, e entre razão e emoção. Desse modo, enquanto a Filosofia assegurava o acesso à verdade, a Sofística passou a ser encarada como o domínio desvalorizado do útil. Com esse modo de enxergar a Filosofia e a Retórica, Platão acabou por contribuir com a decadência desta última no futuro. Foi ele um dos principais responsáveis pela má reputação da Sofística, graças às suas críticas e deformações do pensamento desses filósofos.

Após Platão, foi seu discípulo Aristóteles quem reestruturou toda a Retórica. É importante destacar que, apesar de os sucessores deste filósofo terem desenvolvido os estudos nesse terreno, foi ele quem apresentou os elementos fundamentais responsáveis por embasar os manuais didáticos e as discussões em torno do tema a partir de então. Isso porque foi Aristóteles quem repensou e reestruturou totalmente a Retórica, ao integrá-la em

um sistema. Com ele, a argumentação retórica passou a ser mais rigorosa e menos propagandística, pois, ao conferir uma definição mais modesta à disciplina, o mestre a tornou mais plausível e, portanto, mais eficaz.

O abandono da teoria platônica das ideias foi decisivo para Aristóteles, uma vez que a Retórica passou a não mais ficar submetida à Filosofia. Ela passou a ocupar, a partir de então, um espaço privilegiado e único. Todavia, apesar de recuperar o caráter contingencial do *logos*, o discípulo não chega a se opor completamente ao mestre. Sua contribuição é inegável para os estudos atuais sobre argumentação, uma vez que, além de tornar clara a “utilidade da Retórica”, Aristóteles mostrou que a verdadeira tarefa da Retórica consiste em ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão:

Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir; por exemplo, a Medicina, sobre o que interessa à saúde e à doença; a Geometria, sobre as variações das grandezas; a Aritmética, sobre o número; e o mesmo acontece com as outras artes e ciências. Mas a Retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso dizemos que ela não aplica suas regras a um gênero próprio determinado (ARISTÓTELES, 1998 [s.d.], p. 33).

Ademais do aspecto persuasivo, pode-se dizer que a Retórica de Aristóteles consiste na disciplina que estuda os meios utilizados pelo homem para negociar a distância que o separa do outro, acentuando-a ou atenuando-a. Desse ângulo, vê-se que sua inserção no social é muito grande; os assuntos da *polis* sempre estavam em jogo, eram eles que interessavam aos debatedores e aos filósofos e a Retórica ainda não estava restrita à análise das figuras, como ocorre tempos depois.

Este arcabouço desenvolvido e sistematizado pelo estagirita serviu de base para o desenvolvimento das teorias de argumentação que surgiram depois dele, mesmo com as contradições e limitações que possam, por ventura, ser identificadas. Para os propósitos desta breve reflexão, centrar-mo-emos nas provas inerentes ao discurso: *pathos*, *ethos* e *logos*. Isso porque, compartilhamos com CARRILHO (1999, p. 51), em sua retomada da voz de Aristóteles, a ideia segundo a qual

Le succès d’une quelconque argumentation dépend toujours du mode selon lequel le discours de l’orateur (*logos*) tient compte des dispositions et caractéristiques de l’auditoire (*pathos*) et

réussit à interférer avec celles-ci, compte tenu de la manière dont l'orateur révèle ou met en avant ses traits de caractère pertinents (ethos).

Todavia, o percurso histórico da Retórica nos mostra que, paulatinamente, as ressignificações feitas em diferentes períodos e por razões diversas acabaram contribuindo com um olhar fragmentado para as três provas. Nessa esteira, as teorias modernas da argumentação se apropriaram de maneira diversa dessa herança e é possível notar, em especial, um olhar reticente ou mesmo excludente para o *pathos* em algumas teorias.

O lugar das emoções

Perelman & Tyteca (1958) e Toulmin (1958) são os principais nomes que contribuíram para-a constituição da argumentação como uma disciplina, depois do hiato estabelecido com a desconfiança que recaiu sobre os estudos retóricos. Entretanto, em ambos não há espaço para o estudo das emoções na construção argumentativa.

Diante de uma lógica inapta a lidar com os usos da argumentação, Toulmin propôs um modelo da coerência argumentativa, cuja ideia central é estabelecer uma asserção que é colocada em destaque. O fato é que tal estabelecimento engaja um procedimento de “justificação”. O caráter justificável de uma asserção se traduz pela integração daquela em uma rede de enunciados. Quem participa de uma argumentação mostra sua racionalidade ou a falta desta pelas maneiras como conduz e responde às razões oferecidas a favor ou contra. Se alguém está aberto aos argumentos, reconhece a força das razões ou busca a resposta a elas, caso contrário, ignora as razões ou responde com afirmações dogmáticas.

O modelo de Toulmin se propõe, então, a descrever a maneira pela qual os enunciados estão dispostos ou arranjados entre si – o que ele chama de *layout* – para formar uma célula argumentativa coerente. Trata-se de um modelo flexível que aceita ambiguidades, mas é bastante descritivista. A argumentação, nesse caso, é considerada como estrutura e, ainda, as dimensões pragmática e contextual são negligenciadas. Isso porque ela não é entendida como atividade de sujeitos inscritos em uma determinada situação comunicativa e engajados na busca da produção de certos efeitos sobre os outros. Nesse caso, verifica-se a ausência do *pathos*, pois o argumento não necessita, para ser aceito, que as capacidades do auditório para exercer seu julgamento sejam alteradas pelo estímulo de seus afetos.

No que concerne à abordagem de Perelman & Tyteca, ao contrário da leitura de Toulmin, ela restitui a dimensão comunicacional e intersubjetiva

da Retórica. Essa abordagem retoma a Retórica Clássica e grande parte de seus fundamentos. Para os autores, na situação comunicativa, teses opostas convivem lado a lado e, nesse universo conflituoso, estas são apresentadas visando à solução de problemas. Os argumentos são razões contra e a favor de determinada tese, apresentados no intuito de persuadir o outro de que ela é útil, inútil, justa, injusta, moral, imoral etc. Nessa ótica, o discurso argumentativo não está subordinado à condição de verdade, mas a uma lógica de valores, a que qualquer sujeito social pode recorrer para argumentar sobre seus atos. Entretanto, o *pathos* parece ter sido negligenciado pelos autores e, mesmo ao *ethos*, pouco espaço é dedicado na obra *O Tratado da argumentação* e em outras obras de Perelman. Portanto, assim como o contemporâneo, as emoções não são consideradas em sua importância para a construção argumentativa.

Ducrot, por seu turno, embora não negue a presença do *pathos* de forma explícita, ele o faz na medida em que opta por uma teoria da argumentação linguística e não retórica, como afirma em 2004. Como sua abordagem não pretende lidar com procedimentos que visam a persuadir, não tem porque mencionar o *pathos* e incluí-lo em sua elaboração. Sua oposição a uma argumentação retórica é clara:

Moyennant ces approximations, mon exposé s'inscrit dans une opposition systématique à l'optimisme rhétorique d'Aristote et de ses innombrables successeurs; il souhaiterait promouvoir un retour à Platon et à une méfiance radicale vis-à-vis du discours. (DUCROT, 2004, p. 32)

Se em Perelman & Tyteca, em Toulmin e em Ducrot é possível notar uma falta de interesse na abordagem das emoções, mas não uma negação radical, em outras pesquisas, como as desenvolvidas pelo Grupo de Amsterdã, a partir dos anos de 1970, nota-se um movimento em prol do apagamento das emoções e mesmo em direção à negação radical das emoções. Tais pesquisas são mais voltadas à avaliação dos discursos argumentativos que à sua descrição. Nesse sentido, colocam em relevo um viés normativo e consideram as emoções como meios não argumentativos. A abordagem pragma-dialética, como atesta Micheli (2010), objetiva ocupar um espaço deixado pela incapacidade descritiva da Lógica e pela insuficiência normativa da AD. Segundo afirmam van Eemeren & Houtlosser (2004, p. 45),

La théorie pragma-dialectique de l'argumentation associe une conception dialectique de la rationalité argumentative à une approche pragmatique des procédés du discours

argumentatif. La conception dialectique de la rationalité argumentative s'inspire de rationalistes critiques et d'autres philosophes analytiques, tels que Karl Popper, Hans Albert et Arne Naess, ainsi que de logiciens élaborant une dialectique formelle, comme Charles Hamblin, Paul Lorenzen cum suis, Else M. Barth et Erick C. W. Krabbe. Elle est explicitée dans le modèle pragma-dialectique idéal de la discussion critique.

Essa breve passagem parece determinar o silenciamento em torno dos estudos acerca das emoções, mas temos, por outro lado, autores contemporâneos que atestam sua importância e oferecem contribuições muito significativas sobre o assunto, entre os quais poderíamos destacar Kerbrat-Orecchioni, Plantin e Amossy no domínio da Linguística e da AD e Meyer, no domínio da Filosofia.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2000), as emoções colocam para a Linguística verdadeiros problemas, apontando para desafios e por isso mesmo a relação estabelecida entre Linguística e emoções é de esquiva, de fuga. Todavia, em uma posição contrária, a autora defende a importância de se estudar a expressão das emoções no discurso. Mesmo que os métodos dos linguistas (análise sintática, semântica ou pragmática, análise conversacional, entre outras) não permitam que as emoções sentidas sejam estudadas, estas são lexicalizadas na língua, deixam traços nas escolhas lexicais, sintáticas ou pragmáticas operadas no discurso, sendo perceptíveis na fala e nas condutas não verbais dos locutores. Tais traços deixados pela enunciação são as manifestações emocionais que os linguistas devem buscar descrever e analisar e é, segundo atesta Kerbrat-Orecchioni, o que foi ignorado por um longo tempo.

Plantin (2003), por sua vez, defende a ideia de que é possível argumentar emoções, visto que, quando se acham em situação de conflito ou dissenso, os locutores podem buscar fundar a legitimidade de uma disposição afetiva. A formulação de um enunciado de emoção considerará os tipos de razões que sustentam a intencionalidade do discurso construído pelas respostas que buscam legitimar uma emoção. No seu ponto de vista, são os *topoi* que asseguram a coerência do discurso “emocionado”. O objetivo do autor é propor um modelo que permite reconstruir o desenvolvimento das emoções na fala, com apoio especial da Linguística (Kerbrat-Orecchioni, Wierzbicka etc.) e da Psicologia (Scherer, Ungerer etc.).⁷

Amossy (2010) se mantém fiel ao projeto retórico e aborda as emoções pelo viés da retórica clássica, de modo a destacar a interrelação entre *ethos*,

⁷ Em 2011, Plantin lançou a obra **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné, na qual apresenta de forma mais detalhada os resultados de suas pesquisas sobre as emoções ao longo dos últimos anos.

pathos e *logos*. Para a autora, a cisão operada ao longo da história não procede e as emoções não podem ser dissociadas da razão. Nessa perspectiva, a análise argumentativa do discurso leva em conta o elemento emocional tal como ele se inscreve no discurso em estreita ligação com a *doxa* do auditório e os processos racionais que visam a alcançar a adesão. A *mise en scène* e a verbalização, por exemplo, do sofrimento de um terceiro situado fora da interação, produzem um efeito que depende do tipo de troca na qual o sujeito se encontra engajado, assim como do dispositivo comunicacional que regula a troca. Para Amossy,

[...] la rationalité au fondement de l'entreprise de persuasion ne suffit pas pour la soutenir. En effet, l'image projetée par l'orateur ne doit pas seulement susciter chez l'auditoire un jugement de valeur fondé en raison; elle doit aussi parler au coeur, elle doit émouvoir (AMOSSY, 2008, p. 117).

Assim como Amossy, Meyer (2007) também destaca a necessidade de se considerar a interrelação entre as três provas. Segundo o autor, os diversos lugares conferidos às provas retóricas ao longo do tempo fizeram da Retórica algo de contornos mal definidos e confusos, que parece não ter objeto próprio. Como encontrar unicidade? As três provas devem ser postas em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórico-argumentativa.

É na tríade – *ethos*, *pathos* e *logos* –, segundo Meyer (2008), que se jogam as questões, as respostas e também sua formulação dentro de uma transação linguageira. Isso porque orador, auditório e linguagem são igualmente essenciais. A partir dessa premissa, o autor definirá a retórica como negociação da distância entre os indivíduos sobre uma questão dada. A “problematicidade”, termo usado por ele, leva a uma melhor compreensão da Retórica, uma vez que não discutimos sobre o que já está acordado. Discutimos sobre o que constitui um problema, sobre o que não é verdade absoluta, por isso podemos dizer que a Retórica é o estudo da relação entre as perguntas e as respostas que abrangem o problema. A Retórica trata da problematicidade que afeta a condição humana, tanto nas suas paixões quanto nas suas razões e no seu discurso. Enfim, qualquer distância entre os homens precisa de uma justificativa.

Como tudo se faz na e pela linguagem, é nela que toda a construção argumentativa se realiza. É nela e através dela que negociamos a identidade e a diferença, a própria e a dos outros. Nesse sentido, a linguagem não é vista como transparente, mas ao contrário ela é opaca, conflituosa, tal como apregoam as bases da AD, em seu diálogo com a herança da Retórica Clássica. As relações de força estariam em jogo na construção de todo e

qualquer texto, uma vez que “[...] c’est toujours dans un espace d’opinions et de croyances collectives qu’il tente de résoudre un différend ou de consolider un point de vue” (AMOSSY, 2010, p. 85).

É por isso que Amossy afirma ser a *doxa* referente a saberes ou evidências partilhadas, que constitui a base de toda construção retórico-argumentativa. Nesse mesmo sentido, Meyer (2008) salientará o papel do termo “valor”, definindo-o como o responsável por recobrir as identidades e as diferenças valorizadas socialmente. O fato de a pureza e a inocência da criança serem valores a se preservar é o que condena a pedofilia, por exemplo. Charaudeau (2004), por seu turno, ao tratar de assunto correlato a esse tema, nos fala sobre a “memória de discursos”, que abrange os *saberes de crença* e os *saberes de conhecimento*⁸, os quais edificam as identidades coletivas e criam as diversas comunidades discursivas.

A dignidade da vida se coloca em debate em casos de eutanásia, pena de morte, aborto e outros assuntos polêmicos de modo diferente em cada sociedade. O que determina essas diferenças tão essenciais e profundas? Nas comunidades arcaicas a identidade do grupo é um imperativo absoluto de reconhecimento mútuo e de sobrevivência do grupo. Essa identidade tem por corolário a rejeição à diferença e ainda hoje tenta resolver as ligações sociais de uma comunidade excluindo a diferença. O estranho é mal visto, o que não age como todo mundo, que não se veste como todo mundo e, ainda, o que não sente o que a maioria sente.

Como se pode observar nesse breve percurso, embora os estudos sobre o papel das emoções na construção argumentativa tenham sido negligenciados e até mesmo negados, pesquisas atuais atestam sua importância e colocam em cena abordagens teóricas distintas para lidar com essa problemática⁹.

Emoções e valores: notas sobre uma polêmica

Sem pretender desconsiderar, como já afirmamos, o papel da dimensão da construção das imagens e da dimensão da construção discursiva¹⁰, assim como a interrelação entre as três dimensões, destacamos, agora, o papel das emoções a partir da leitura de alguns fragmentos de um vídeo-resposta, divulgado na internet pelo Grupo *Procure Saber*. Antes de iniciar

⁸ “Saberes de crença”: visam a sustentar um julgamento sobre o mundo; referem-se a crenças partilhadas. “Saberes de conhecimentos”: são científicos, não dependem de julgamento humano, são centrados na realidade.

⁹ Para saber mais sobre o assunto, ver: Micheli (2010).

¹⁰ Entendemos que a dimensão *patêmica* relaciona-se à mobilização das emoções com fins persuasivos, mas também à expressão das emoções. Isso porque, embora o analista do discurso não disponha de instrumental para lidar com a emoção sentida, defendemos que,

a leitura, apresentaremos algumas considerações sobre o imbróglio que deu origem à produção do vídeo e à formação do grupo.

A controvérsia sobre a publicação de biografias não autorizadas no Brasil ganhou dimensão quando o cantor e compositor Roberto Carlos, em uma disputa judicial que visava a retirar de circulação a biografia “Roberto Carlos em detalhes”, saiu vencedor, em 2007. Esse evento gerou a resposta da Associação Nacional dos Editores de Livros (de agora em diante, Anel), que entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra os artigos 20 e 21 do Código Civil os quais protegem os biografados. Além desse evento, que suscitou calorosos debates, no dia 5 de outubro de 2013, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos, artistas de renome nacional e internacional, uniram-se a Roberto Carlos, fundando o grupo *Procure Saber*. O objetivo do Grupo, entre outros, é evitar a publicação de biografias não autorizadas, apoiando-se justamente nos artigos mencionados. Em uma posição oposta a desses artistas, a Anel argumenta que a norma contraria a liberdade de expressão e de informação, e pediu que o Supremo Tribunal Federal declare não ser preciso autorização do biografado para a publicação dos livros. Esse imbróglio acionou uma memória discursiva sobre a relação público/privado no Brasil e o fantasma da censura, de modo a suscitar apaixonados debates. A imagem de artistas, biógrafos, empresários e advogados foi construída e desconstruída nos textos publicados em veículos de grande circulação no país, como *Folha de São Paulo*, *O Globo* etc.. O tema gerou uma avalanche de artigos de opinião e entrevistas, entre os quais se destaca a divulgação

a partir da contribuição de autores como Wierzbicka (1999), Kerbrat-Orecchioni (2000), Plantin (2003, 2011), é possível analisar elementos concernentes à *expressão das emoções no discurso* ou, melhor dizendo, à *atribuição de emoções no discurso*. A dimensão da *construção das imagens (de si e do outro)*, por sua vez, relaciona-se à ideia do *ethos* retórico, embora não se restrinja à construção da imagem de si no discurso. O outro – e a imagem que se constrói acerca dele – não se faz presente apenas como um destinatário ideal, mas, também, e, sobretudo, como um sujeito também construído no discurso. Trata-se de colocar em destaque a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade e a alteridade. Tal relação aponta para a própria definição de Retórica, defendida por Meyer (2008), como sendo negociação da distância entre os homens. A terceira e última dimensão, nomeada em trabalhos anteriores, por falta de um termo melhor, de *demonstrativa* e agora denominada de *dimensão da construção discursiva*, foi pensada inicialmente como tendo como eixo o funcionamento da argumentação no Tribunal do Júri brasileiro, e como sendo relativa a um uso da linguagem sob as bases de uma racionalidade mais calculada. Isso não quer dizer que não haja racionalidade nas outras duas dimensões, mas sim que ela levaria em conta o recurso às provas técnicas, tais como laudos, documentos, fotografias etc., bem como uma organização do discurso voltada para o convencimento. Contudo, ao refletir sobre outros gêneros discursivos e sobre a interrelação entre as três dimensões, acreditamos ser necessário salientar que essa dimensão diz respeito também e, sobretudo, à construção discursiva, aos elementos usados na materialidade linguístico-discursiva que amparariam a construção argumentativa (LIMA, 2015).

do vídeo¹¹, de quase cinco minutos, produzido pelo grupo *Procure Saber* em uma resposta às críticas recebidas por seus membros¹².

A partir da apresentação das condições de produção do discurso, partiremos, agora, para uma breve reflexão tendo como fio alguns fragmentos transcritos do vídeo.

A origem dos valores é, para Meyer (2008), a diferença e mesmo um conjunto essencial de diferenças essenciais, responsáveis por fundar a vida em grupo, sem as quais a vida não seria possível. Entretanto, destaca o autor, a identidade do grupo, justamente por refletir algo comum àqueles membros, rejeita toda diferença. Isso porque, por definição, a diferença e a identidade são realidades contraditórias. Essas diferenças essenciais referem-se àquelas da vida e da morte, do respeito aos pais e às crianças, das relações entre homens e mulheres que tornam possível a família e a pátria, por exemplo. Para tornar essas diferenças intocáveis em um mundo definido pela identidade é preciso *sacralizá-las*: “Le sacré est ce que l’on met à distance: Il protège, mais Il est aussi dangereux et terrifiant, exigeant et redoutable” (MEYER, 2008, p. 192).

Ciente disso, em uma empreitada de persuasão, os sujeitos, ao mobilizarem os saberes partilhados, opiniões comuns, valores que eles reúnem, anulam o efeito de distanciamento em relação ao auditório. Há, assim, um desejo de se eliminar a incerteza no nivelamento, no qual cada um se acomoda no papel de espelho do outro.

Isso parece ser o que acontece no caso da polêmica instaurada sobre as biografias no Brasil, pois há um desejo de se proteger a vida privada, evitar o embate e a aparição de diferenças. Talvez haja um receio de mostrar algo que pode não ser aceito pelo Grupo. Na resposta dada pelo *Procure Saber*, parece haver um movimento para diminuir a diferença, a distância entre eles e o auditório, que, nesse caso, abrange a opinião pública de um modo geral.

As emoções são essenciais a esse embate, pois é através delas que as distâncias são negociadas. A identidade dos grupos é constituída pelos valores que são comuns aos sujeitos e os transcendem também. Todavia, é importante salientar que não entendemos esses valores como naturalmente comuns, mas sim como historicamente construídos para parecerem naturais.

¹¹ O vídeo, editado por João Daniel Tikhomiroff, conhecido por seu premiado trabalho em publicidade e pela direção do longa-metragem “Besouro”, traz depoimentos de Roberto, Gil e Erasmo Carlos durante quase cinco minutos.

¹² É importante mencionar que no dia 10 de junho do ano corrente, os ministros do Supremo Tribunal Federal deram um fim ao processo, votando a favor da publicação de biografias não autorizadas. Uma fala da Ministra Carmem Lúcia merece atenção por refletir o rechaço à censura que poderia advir em caso de uma possível proibição: “Censura é uma forma de calar a boca. Cala a boca já morreu. É a Constituição brasileira que garante”.

Na polêmica sobre as biografias, o que se nota é que a imagem da vida privada, da intimidade, de alguma maneira, foi construída como algo sagrado e, por isso mesmo, intocável por parte dos defensores das ideias do *Procure Saber*. Esse processo de *sacralização* incita a uma escamoteação da importância do debate sobre a problemática relação entre público e privado no Brasil, além de visar à produção de determinados efeitos patêmicos no auditório. O privado é apresentado como algo ligado a mais profunda intimidade do sujeito, algo que deve ser preservado, enquanto que o público é construído como o que pode ser visto, mostrado e explorado, sobretudo pela mídia, embora a polêmica se trate da publicação de textos biográficos. É o que se nota na seguinte passagem do texto-resposta do grupo *Procure Saber*:

Nunca quisemos exercer qualquer censura; ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo. [...] Só existiremos enquanto sociedade se existirmos enquanto pessoas.

Na passagem em destaque, a estrutura da negação “nunca... (mas) ao contrário [...]” aponta para um pseudoato de retificação¹³, que visa à reconstrução da face do locutor. Não se trata de um ato de retificação no molde padrão, porque o segundo enunciado da estrutura não retifica o conteúdo do primeiro, mas sim apresenta outro argumento que seria aquele defendido pelo grupo.

Nesse caso, temos o item lexical “censura” negado no enunciado 1 em uma suposta relação de oposição à “intimidade”, item presente no enunciado 2. Porém, a defesa à intimidade não se coloca em uma relação de contradição ou contrariedade em relação à censura. Na verdade, a defesa da intimidade está ligada, nesse caso, à mesma rede semântica da censura: “não à censura” levaria a “sim à liberdade”, mas, nesse caso, “não à censura”, leva a “sim à intimidade”.

O privado, dessa maneira, passa a ser esse lugar da intimidade, mas, nesse caso, não como alternativa às relações massificadas e sim como forma de proteção de interesses pessoais, o que se nota na seleção do item lexical “pessoas”. Tal termo se associa à rede semântica do “pessoal”. Nesse

¹³ Moeschler (1982) assim define o ato de retificação: ele incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos, nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Sua estrutura formal é bastante estável, necessitando da presença de um conjunto antonímico que possua as propriedades seguintes: (i) possa ser introduzido pelo conector pragmático “mas”. Nesse sentido, o conector “mas” é um marcador indicativo de retificação. (ii) conserve uma relação de oposição semântica (contradição ou contrariedade).

caso, talvez, se o item “indivíduos” fosse usado, a associação com o termo “individual” pudesse ser vista de uma maneira ainda mais negativa.

De acordo com Hanna Arendt (2003), a consequência imediata das mudanças pelas quais a modernidade passou em relação ao trabalho e as consequentes mudanças em relação ao par opositivo público e privado é que a vida e a necessidade assumem lugar central da questão política, reduzindo cada vez mais a política ao campo das necessidades. Como consequência dessas relações, a esfera da vida privada se tornou a única preocupação comum que restou. O fragmento abaixo parece ser ilustrativo dessa problemática:

Por acreditar nesta fantástica conquista do direito à intimidade é que colocamos nossa cara a tapa, com todo respeito, no entanto, à liberdade de informação. Nossa vida é nossa melhor defesa.

O uso da modalidade, que sinaliza um trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. Ao colocar em destaque a expressão “com todo respeito”, os sujeitos não só protegem a própria face, mas também resguardam a face do outro. A seleção lexical “fantástica conquista” aponta para a rede sógnica da luta pela liberdade, o que traz à cena a memória da ditadura, ressignificada, nesse caso.

Nesse perigoso jogo entre relações públicas e privadas, talvez o que incomodou mais e incitou a publicação de tantos artigos de opinião seja uma ambiguidade própria à vida dos artistas, o que faz com que a manifestação pública predomine sobre a privada em determinados momentos. Momentos em que se mesclam paixões variadas e que não é fácil manter o controle da distância em relação ao outro. Além disso, o debate foi mediado por múltiplos interesses da mídia e os fatos foram noticiados exaustivamente.

As críticas que recaíram sobre o *Procure Saber* podem ser pensadas em sua relação com um medo que assombra a mídia desde sempre: qualquer coisa que aponte para a regulação, para o controle da informação pode desencadear na censura. Ademais, é importante lembrar algo inegável: a vida de pessoas públicas tem uma dimensão pública. A respeito disso, Souza (2011, p. 29) afirma que “o mercado de notícias sensacionalistas do mundo globalizado opera, portanto, a diluição gradativa das esferas pública e privada, graças ao enfraquecimento dos valores que definiriam os seus componentes”.

Disso resulta que a vida dos artistas é esmiuçada em jornais e revistas, os quais se valem do desejo do público de se aproximar do “star” e o sustentam com elementos que, ao suscitarem paixões diversas, criam a ilusão de diminuir a distância que separa o admirador de seu ídolo. A relação

é complexa, porque, ao mesmo tempo em que a mídia cria e recria informações de cunho íntimo – o que é recriminado e alvo de processos –, em uma tentativa de nunca cair no esquecimento, esses mesmos artistas alimentam a mídia de informações sobre sua vida privada a fim de fomentar esse desejo pelo que é escondido, íntimo, proibido.

É relevante lembrar que o argumento usado vai contra a própria defesa do grupo: “nossa vida é nossa melhor defesa”. Se a vida deles é pública como defender a privacidade desse modo?

Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias, o direito de sermos cidadãos que têm uma vida comum, que têm família e que – acreditem – sofrem e amam, às vezes a dois ou na solidão, sem compartilhar com todos, momentos que são nossos.

No terceiro fragmento em destaque, o termo “família” surge como um valor. Na verdade, trata-se de um dos valores mais fortemente evocados na argumentação do *Procurer Saber* e que ainda constitui um elemento forte na cultura brasileira, apesar de todas as mudanças pelas quais nossa sociedade vem passando. Mesmo com a modificação da estrutura basilar da família: mãe, pai e filho, ainda assim ela se apresenta como um valor, um cimento social. Além disso, o *ethos* prévio de sujeitos que lutaram contra a ditadura brasileira e a toda forma de repressão é resgatado, de modo a minimizar o peso das afirmações divulgadas pelo Grupo. A relação entre liberdade e privacidade é apoiada por termos de emoção: “sofrem, amam, solidão”. Tais termos funcionam como “detonadores de emoção”. Se não há como defender a liberdade de expressão e o direito de impedir a divulgação de fatos de sua vida a partir de outros argumentos, a construção pela emoção funcionaria como o recurso necessário e adequado à demanda do momento. Isso porque, na verdade, os defensores da proibição estão longe de serem cidadãos comuns. Optaram pela vida artística! É o pacto!

Ao se referir à polêmica sobre a censura por parte de determinados biografados, a historiadora Heloisa Starling, juntamente com Lilia Moritz Schwarcz, retomando Sérgio Buarque de Hollanda, afirma:

No Brasil, a vida privada ocupa ainda hoje o papel de nossa principal referência. A interpretação mais frequente desse fenômeno aposta na ideia de que a ancoragem no privado é sinal de maturidade democrática. O suposto é que essa expansão democrática se sustenta em direitos e, uma vez que os direitos são respeitados, não há motivo para maior preocupação (STARLING e SCHWARCZ, 2003, p. 1).

Para as pesquisadoras, com tudo isso, Sérgio Buarque de Hollanda talvez se espantasse com a maneira como o homem cordial reapareceu na agenda do dia, disposto a marcar o debate sobre o tema das biografias e a reivindicar para suas demandas e desejos individuais o amparo da lei.

Como a premissa filosófica da cordialidade é a supervvalorização da intimidade, o medo da violação parece ser o mote do desejo da interdição, da proibição das biografias sem consentimento – a despeito dos interesses financeiros em pauta. Quais seriam os receios do grupo? O que estaria próximo o suficiente para incitar o medo da violação? O que não poderia ser visto, lido, conhecido? Para Aristóteles (2003 [s.d.]), só os males que podem nos causar mágoas profundas e que estão próximos de nós podem nos provocar medo. O medo aponta para uma imagem negativa do outro que suscita essa paixão. Segundo o filósofo, tememos os fortes e não os fracos.

O fato é que o direito à preservação da intimidade não se mostrou suficiente no caso das biografias, uma vez que elas possuem uma importância capital à história do país. O argumento tão destacado pelo *Procure Saber*, que coloca a família como elemento intocável, da mais alta intimidade do sujeito, poderia fazer valer a afirmação de Meyer (2008) de que se convence mais facilmente alguém se a vida ou a família é colocada em questão. Porém, nesse caso, nem mesmo a família, elemento importante na escala de valores que podem patemizar o discurso, mostrou-se suficiente para acalmar os ânimos alterados pelo medo da possibilidade de censura. O medo aqui aparece na posição contrária. É por isso que podemos dizer que as paixões passam por um processo de construção de imagens de si e do outro: as paixões apontam para o “como me vejo”, “como vejo o outro” e “como imagino que o outro me vê”.

No último fragmento, nota-se uma tentativa de se construir uma perfil positivo dos membros do grupo de modo a apagar ou, no mínimo, a minimizar a imagem de “censores”, tão destacada pela mídia e de modo também a construir argumentativamente outras emoções ou, como afirma Plantin (2003), de modo a argumentar outras emoções. Para tanto, mais uma vez o outro/a família aparece como bem maior, algo a ser preservado. Usa-se, ainda, o recurso à expressão da emoção para suscitar emoção. É o que reza o catecismo retórico: *mostre-se emocionado para emocionar mais*:

Nós somos artistas, passamos a vida a tentar interpretar o sentimento das pessoas, ou, ao menos, a desnudar os nossos. Passamos a vida inteira a falar de amor e do amor. Nem por isso somos experts no assunto. Falamos com sinceridade e com emoção, tentando ser simples e tentando representar, com alguma leveza, a alma das pessoas que nos acompanham ao longo do tempo.

Ao destacar o amor, que se trata de uma paixão que elimina a distância entre os sujeitos, que é o lugar da conjunção, atrelada a um *ethos* de sinceridade e humildade, o Grupo pode tecer uma trama que o apresenta como vítima e não como algoz. Isso porque as paixões suscitadas aparecem como respostas às representações dos outros, de modo a operar como imagens mentais: informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim. Por isso, pode-se afirmar que identidade e diferença, supostas ou reais, é o que parece governar a estrutura aristotélica das paixões. A resposta do grupo *Procure Saber* é uma resposta apaixonada nesse sentido, ela é regida pela lógica das paixões já que esta se trata de uma “lógica das consequências: tanto daquelas que não queremos como das que queremos, e daquelas com que nos ofuscamos mais ou menos intencionalmente” (MEYER, 1998, p. 145).

Para concluir, é preciso afirmar, com Meyer (2008), que, para encontrar certa harmonia nos valores em jogo e em sua relação com as paixões, é preciso realizar a circulação social ou cada um ser o outro, o que coloca em jogo o risco de perder o próprio lugar... Talvez seja essa a lição que a Retórica deixa ao debate sobre a publicação de biografias. Ou talvez ela afirme o contrário, por mostrar, por outro lado, a impossibilidade de se encontrar uma única via, já que a linguagem em si incita ao jogo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 14ª Ed. Rio de Janeiro: ediouro, 1998.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Discours politique, littérature d'idées, fiction. 3.ed. Paris: Armand Colin, 2010.
- _____. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: RINN, Michael (org.). **Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue**.:Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- CARRILHO, M. M. Les racines de la rhétorique: l'antiquité grecque et romaine. In. MEYER, Michel (dir.) **Histoire de la rhétorique. Des grecs à nos jours**. Paris: Librairie Générale Française, 1999, p. 17-82.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours politique*: les masques du pouvoir. Paris, Vuibert, 2005.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In. MACHADO, I. L. e MELLO, R. de. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.
- CURTIUS, E. R. **La littérature européenne et le Moyen Age latin**. Trad. francês. Paris: PUF, 1956.

- DUCROT, O. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In. DOURY, M.; MOIRAND, S. (éds). **L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.
- _____.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. Um estudo das conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XX siècle? Remarques et aperçus. In. PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les interactions**. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 33-74.
- LIMA, H. M. R. de. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- _____. Emoções e discurso: notas sobre a vergonha” In. CHAUVIN, J.-P. (org.). **Interfaces**. SP: Editora Mackenzie, 2015.
- MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Principia rhetorica**. Une théorie générale de l'argumentation. Paris: Fayard, 2008.
- _____. **Histoire de la rhétorique. Des grecs à nos jours**. Paris: Librairie Générale Française, 1999.
- _____. **Questões de Retórica**: Linguagem, Razão e Sedução. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MICHEL, R. **L'émotion argumentée**. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français. Paris: CERF, 2010.
- MOESCHLER, J. **Dire et contredire**. Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne: Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.
- MOSCA, L. do L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3ª Ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2004.
- MOURA, H. M. M. **Semântica e argumentação**: diálogo com Oswald Ducrot. D.E.L.T.A., v.14, nº.1. Florianópolis, ABRALIN/UFSC, 1998.
- OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Éditions Seuil, 1996.
- _____. Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. In. COLLETA, J.-M.; TCHERKASSOF, A. **Les émotions: cognition, langage et développement**. Belgique: Pierre Mardaga, 2003.
- _____. Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Berne: Peter Lang, 2011.

- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. Peut-il avoir une argumentation non rhétorique? In. LEMPEREUR, A. (ed.), **L'argumentation**. Paris: Pierre Mardaga, 1991. p. 106-119.
- SOUZA, E. M. de. **Janelas indiscretas**. Ensaios de crítica autobiográfica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- STARLING, H.; SHCHWARCZ, L. M. Medos privados em lugares públicos. São Paulo: Folha de São Paulo/Ilustríssima, 03/11/2003.
- van EEMEREN, F. H.; HOUTLOSSER, P. Une vue synoptique de l'approche pragma-dialectique. In. DOURY, M.; MOIRAND, S. (éds). **L'argumentation aujourd'hui**. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 45-75.
- WIERZBICKA, A. **Emotions Across Languages and Cultures: Diversity and universals**. Australia: The press syndicate of the University of Cambridge, 1999.

PAIXÕES E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O GOLPE DE ESTADO BRASILEIRO DE 1964

Eduardo Lopes Piris

Universidade Estadual de Santa Cruz

Introdução

Quando se menciona a temática do Golpe de Estado de 1964, parece inevitável o despertar da memória dos brasileiros para os fatos mais contundentes da campanha repressiva do período ditatorial: o uso da violência e da tortura contra aqueles que discordavam do rumo que a política brasileira começava a tomar em 1964.

A esse respeito, é preciso considerar que, durante e após o processo de desestabilização e derrubada do governo de João Goulart – processo minuciosamente descrito por Dreifuss (1981) –, se desenvolveu e se intensificou, ao lado das práticas de repressão física, a produção e circulação de um discurso de legitimação do golpe de Estado e desqualificação da resistência subsistente, o que culminou na construção de um discurso hegemônico que legitimou a permanência de um regime ditatorial no poder por vinte e um anos.

Portanto, dedico-me aqui a analisar discursos que revelam um aspecto mais velado dos acontecimentos que simbolizam o início de um período traumático da recente história política do Brasil. Assim, ao me concentrar nos discursos da imprensa escrita que, de um modo ou de outro, teve seu papel na assunção do regime militar ao poder em 1964, focalizo minha atenção no modo como a relação entre os discursos “revolucionário”¹ e “antigolpista” constitui os discursos de dois grandes jornais daquela época: *O Globo* e *Correio da Manhã*.

Do ponto de vista teórico, assumo os postulados da Análise do Discurso, tal como iniciada pelo grupo de pesquisa liderado por Michel Pêcheux, a partir dos quais irei explorar a questão das paixões no discurso do jornal, mais precisamente os efeitos de sentido passionais que circulam

¹ Todas as ocorrências referentes à palavra “Revolução” devem-se ao fato de que, neste trabalho, estou observando a denominação construída pelos discursos dos jornais analisados, mas ressalto que, baseado em *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, obra do brasilianista René A. Dreifuss (1981), entendo esse movimento não como outra coisa a não ser um golpe de Estado.

entre os sujeitos “jornal” e “leitor do jornal”, uma vez que, no discurso jornalístico, as paixões ocupam papel crucial na construção da adesão² do leitor ao ponto de vista proposto pelo jornal.

Situado no campo dos estudos argumentativos, Plantin (2008, p. 124) afirma que “é impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista”. Então, inspirado nessa tese da indissociabilidade dos pontos de vista e seus afetos, procuro argumentar, num quadro de análise do discurso, que os efeitos passionais construídos no e pelo discurso jornalístico revelam modos de sentir que estão imbricados com a posição ideológica da empresa jornalística, de modo que esses sentidos amalgamados circulam socialmente como se fossem uma evidência, uma evidência ideológica.

Dessa forma, proponho refletirmos acerca da relação entre as paixões discursivas e as posições ideológicas, por meio da análise dos discursos dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã* sobre a deposição do presidente João Goulart em 1º de abril de 1964.

1. As paixões numa perspectiva discursiva

Considero aqui que o estudo das paixões na linguagem remonta à Antiguidade, pois são, pelo menos, 2.300 anos de tradição sobre o assunto, desde este célebre excerto da *Retórica* de Aristóteles:

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio (ARISTÓTELES, 1998 [c. 330-326 a.C.], p.49).

Interessa-me aqui destacar e observar a dimensão discursiva das paixões apontada por Aristóteles em sua *Retórica*, ou seja, considerar as paixões construídas por meio do discurso. Para que possamos chegar ao ponto de nossa discussão, irei me eximir da tarefa de apresentar uma revisão da literatura sobre as paixões na linguagem, pois, como já apontei em outra oportunidade:

² Tratamos a ideia de adesão como um efeito de evidência construído a partir das modalidades de tomada de posição do sujeito perante a formação discursiva que o domina e dos efeitos de identificação, contra-identificação e desidentificação, conforme postula Pêcheux (1997 [1975]).

Um trabalho como esse englobaria uma investigação da retórica clássica, dos estudiosos medievais – como Santo Agostinho, que legitimou o pensamento aristotélico no interior da Igreja Católica – e das descobertas da Modernidade, tais como as contribuições oferecidas pela Psicologia, pela Psicanálise e por outras ciências humanas (PIRIS, 2012, p. 56).

Desse modo, passemos à discussão acerca da dimensão ideológica dos efeitos passionais no discurso. Entendo que o ponto de partida para o estudo das paixões discursivas está na concepção de sujeito. Ressalvo que, nos estudos da linguagem, a reflexão incide não sobre a descrição das paixões vividas por indivíduos empíricos e de seus estados fisiológicos, mas, particularmente, sobre a representação imaginária dos modos de sentir que são inculcados nos sujeitos por meio da interpelação ideológica: conceito postulado por Althusser, para explicar o mecanismo do reconhecimento ideológico, mecanismo este que garante a reprodução das relações de produção, ou seja, o “comportamento dos indivíduos-sujeitos que ocupam os lugares que a divisão técnica e social do trabalho lhes atribui na produção, exploração, repressão, ideologização, prática científica etc.” (ALTHUSSER, 1996 [1970], p. 138).

Dando continuidade ao projeto althusseriano, Pêcheux distingue a concepção idealista da concepção materialista do sujeito, apontando que o erro central da visão idealista consiste em “conceber que elas [as ideologias] têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas *‘constituem os indivíduos em sujeitos’*” (1997 [1975], p. 129).

Trata-se aí de uma retomada da tese althusseriana de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, em que Pêcheux (1997 [1975], p. 214) empresta de Paul Henry a formulação de que essa interpelação supõe o desdobramento do sujeito do discurso em (i) sujeito da enunciação e (ii) sujeito universal da formação discursiva, para então postular que essa relação entre sujeito enunciador e sujeito universal assume três modalidades distintas de tomada de posição do sujeito com a formação discursiva que o domina, definindo, portanto, que as formações discursivas são reconfiguradas num trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição. Dessa forma, para Pêcheux, essas três modalidades geram, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido:

- Identificação: em que há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da formação discursiva que o domina;
- Contra-identificação: em que o sujeito da enunciação luta contra a evidência ideológica que o sujeito universal lhe dá a pensar;
- Desidentificação, em que há “um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 217).

Assim, as bases dos efeitos de identificação e de contra-identificação estão, respectivamente, nos processos de recobrimento e de rejeição, ao passo que o mecanismo de transformação-deslocamento está na base do efeito de desidentificação, ou seja, da ruptura do sujeito enunciador com o sujeito universal, a ponto de configurar uma nova formação discursiva.

Segundo Zandwais (2009, p. 32), Pêcheux contribui para a discussão acerca da interpelação ideológica, configurando “os Aparelhos de Estado como ‘palcos’ tanto para a perpetuação das relações de produção, como para as relações de transformação das formações ideológicas e das formações discursivas”, expandindo as possibilidades de análise para os processos de ruptura.

Estes são conceitos importantes que nos fazem compreender que (i) não há sujeito sem ideologia, em que o funcionamento desta “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162) e que (ii) a interpelação ideológica não se restringe à ideia de um aprisionamento do sujeito a uma determinada ideologia, mas que há espaços também para a negociação, o dissenso e a ruptura.

Nesse contexto teórico, concebo as paixões como efeitos de sentido construídos no e pelo discurso, que circulam como evidências ideológicas indissociáveis das tomadas de posição do sujeito na formação discursiva que o domina. Dessa maneira, proponho uma perspectiva de análise que se afasta da concepção idealista das paixões como peça de um jogo de estratégias arquitetadas por um orador plenamente consciente dos usos que ele faz dos recursos da linguagem para persuadir seu ouvinte (cf. PIRIS, 2012).

A partir desses princípios, penso que as análises podem ser conduzidas de várias maneiras distintas. Assim passo a discorrer sobre uma dessas possibilidades, focalizando a ideia de que o mecanismo discursivo de construção das paixões consiste, basicamente, na produção e circulação de efeitos passionais entre posições-sujeito, num jogo de imagens de si (sujeitos do discurso) e do referente (objetos do discurso) sustentado pelo funcionamento das formações imaginárias.

Para compreender o mecanismo discursivo dessa construção imaginária, é preciso considerar outros dois conceitos elaborados por Pêcheux: o de formações imaginárias e o de funcionamento do discurso. Acompanhemos o autor:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência

ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 2001 [1969]), p. 78).

Para Pêcheux (2001 [1969]), em um discurso, não apenas se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no* e *pelo* funcionamento discursivo, de modo que, parafraseando o autor, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 82), bem como a imagem de seu referente. As figuras 1 e 2 esquematizam como Pêcheux formula seu conceito de formações imaginárias:

Figura 1 – Formações imaginárias referentes aos protagonistas do discurso

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (2001 [1969], p. 83).

Figura 2 – Formações imaginárias referentes aos objetos do discurso

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“Que de ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux (2001 [1969], p. 84).

Tributária aos trabalhos de Pêcheux, Orlandi retoma seus postulados, reiterando que o modo de funcionamento da linguagem “não é integralmente

linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso” (ORLANDI, 2011 [1983]), p. 117). A retomada de Orlandi se justifica pela ênfase que a autora aplica não apenas na ideia de representação imaginária que os interlocutores fazem de si no discurso, mas, sobretudo, na ideia da relação que esses interlocutores mantêm com a formação ideológica.

No caso do discurso do jornal, a análise das formações imaginárias volta-se para a representação dos interlocutores desse discurso – o jornal e seu leitor – e sua relação com a formação ideológica. Assim, os lugares que A e B se atribuem cada um a si e ao outro são construções do próprio discurso jornalístico.

Bem entendido que os efeitos passionais são produzidos no funcionamento das formações imaginárias, passemos à descrição do mecanismo de construção das paixões. Considerando que o estudo das paixões na linguagem remonta à Antiguidade, inspiro-me em um postulado aristotélico para formular uma proposta de análise dos efeitos passionais dentro do quadro teórico da Análise do Discurso. Observemos que Aristóteles, no Livro II de sua *Retórica*, sublinha três pontos de vista sobre as paixões que devem ser considerados para compreender como as mesmas podem ser inspiradas no ouvinte:

Devem-se distinguir, relativamente a cada uma [das paixões], três pontos de vista, quero dizer, a respeito da cólera, por exemplo, em que disposições estão as pessoas em cólera, contra quem habitualmente se encolerizam, e por quais motivos. De fato, se conhecêssemos apenas um ou dois desses pontos de vista, mas não todos, seria impossível inspirar a cólera; o mesmo acontece com as outras paixões (ARISTÓTELES, 2000 [c. 330-326 a.C., p. 5]).

Assim, baseado nesses três pontos de vista sobre as paixões, sugiro que a construção discursiva dos sentidos passionais se estabelece na relação entre:

- As formações imaginárias relativas aos sujeitos colocados em A e em B, especificamente as imagens que se fazem de um e de outro sobre as disposições em que eles estão quando atravessados e constituídos por uma dada paixão ou por um dado conjunto de paixões;
- As formações imaginárias relativas aos pontos de vista (R) dos sujeitos colocados em A e em B e os motivos e as razões que sustentam a construção dos efeitos passionais, isto é, dos objetos do discurso colocados em R.

Para ilustrar, compreendo que, no funcionamento do discurso do jornal, os protagonistas do discurso são o sujeito-jornal (A) e o sujeito-leitor

(B), e que o referente discursivo consiste no objeto de discurso (R), o que inclui aí os sujeitos a quem A e B se referem, interpretando suas ações de acordo com suas posições ideológicas.

2. A construção da posição ideológica nos editoriais de 2 de abril de 1964

Uma vez entendida a relação entre sujeito, ideologia e os efeitos de sentido passionais, passemos à análise dos discursos jornalísticos sobre a deposição do presidente João Goulart, focalizando, inicialmente, a construção da posição ideológica.

Nos Anexos 1 e 2, podemos ver as imagens das primeiras páginas d'O *Globo* e do *Correio da Manhã* de 2 de abril de 1964, nas quais são publicados, respectivamente, os editoriais intitulados "Ressurge a Democracia!" e "Vitória".

Embora a posição ideológica do grupo social que tem seus interesses representados pela empresa jornalística esteja materializada na íntegra de cada edição do diário impresso, é na forma linguístico-discursiva do editorial que os sentidos dessa posição circulam entre as posições-sujeitos "jornal" e "leitor" de forma declarada. Em síntese, é com base na ilusão da centralidade do sujeito que o discurso jornalístico produz o efeito de que o editorial é, por excelência, o espaço em que a voz do jornal opina sobre os fatos políticos do momento.

Desse modo, notamos que os títulos dos editoriais apontam que os discursos d'O *Globo* e do *Correio da Manhã* são favoráveis à deposição do presidente João Goulart e, assim, sugerem que ambos os sujeitos-jornais são interpelados pela formação discursiva "revolucionária". Porém, seria ingênuo assumir que a posição favorável à deposição do presidente seja um dado suficiente para definir se o discurso do jornal está inscrito em tal formação discursiva. É preciso analisar se há, na relação entre o sujeito da enunciação dos discursos jornalísticos e o sujeito universal da formação discursiva "revolucionária", um trabalho de recobrimento, de rejeição ou de transformação dessas subjetividades.

Antes, é importante destacar que a especificidade dessas subjetividades encontra-se na construção discursiva não da imagem antropomórfica de políticos, jornalistas ou esportistas, mas da imagem humanizada de empresas jornalísticas: o jornal opina, pensa, fala, denuncia, conclama, sente e ocupa lugar no mesmo mundo que todos nós compartilhamos, lemos, enfim, interpretamos. Na circulação dos discursos sociais, a ilusória força centralizadora do nome do jornal reúne não apenas a construção de um patrimônio ético associado à marca da empresa jornalística, mas

também todo um imaginário que integra o funcionamento do mecanismo de interpelação do indivíduo em sujeito-leitor desse jornal mesmo antes de ele ler a manchete do dia.

Assim, para analisar essa relação entre os sujeitos do discurso jornalístico “jornal” e “leitor” e o sujeito universal da FD “revolucionária”, definiremos uma FD de referência (FDR), ou seja, uma FD que domina as sequências discursivas selecionadas pelo analista durante a etapa de construção do *corpus*, no qual se consideram as posições ideológicas antagônicas (cf. Courtine, 2009 [1981], p. 109, p. 149). Dessa maneira, as sequências discursivas (SD) que compõem o *corpus* deste trabalho foram selecionadas com base no interdiscurso da FDR “revolucionária”, interpretado aqui como a articulação contraditória entre o que estou chamando de FD “revolucionária” e FD “antigolpista”.

Acompanhemos as seguintes sequências discursivas (SD) pertencentes ao editorial d’*O Globo* “Ressurge a democracia!”:

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável [...].

ÊSTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. [...].

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. [...] (O GLOBO, 1964).

Nessas SD, podemos notar que o discurso d’*O Globo* constrói a derrubada do governo como, se me permitem a paráfrase, um “movimento político civil-militar animado por um intuito redentor”, um “movimento político” em que as “Forças Armadas” desempenham o papel “heroico” e “divino” de “libertar” e “socorrer” o “povo brasileiro” “vitimado” pelo “governo irresponsável”. A construção discursiva dessa derrubada e de seus atores materializa-se por meio de denominações e escolhas lexicais que reproduzem o que pode e deve ser dito³ (e como deve ser dito) pelo sujeito inscrito na FD “revolucio-

³ “[A]quilo que [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” é a definição de formação discursiva apresentada por Pêcheux (1997 [1975], p. 160).

nária”. Assim, num processo de recobrimento, o sujeito universal da FD “revolucionária” sobrepõe-se ao sujeito da enunciação *O Globo*, construindo um efeito de identificação do sujeito-jornal (e, logo, do sujeito-leitor) com a FD “revolucionária”. E, inscrevendo-se em tal FD, o discurso d’*O Globo* reproduz a posição ideológica da chamada revolução redentora.

Observemos agora as seguintes SD do editorial do *Correio da Manhã* “Vitória”:

Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente seus dirigentes. Não recua diante da reação porque êle sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia. O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira. (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Diferentemente do discurso d’*O Globo*, podemos identificar na formulação do discurso do *Correio da Manhã* que a protagonização no processo de deposição do presidente não pertence às Forças Armadas e grupos políticos alinhados, “à direita”, ou seja, há um trabalho de rejeição e transformação da FD “revolucionária” que interpreta a deposição de João Goulart como ação exitosa, “vitória”, em que a “nação brasileira” desempenha papel protagonista na conquista de valores como “a democracia”, “a legalidade”, “a disciplina”, “a lei”, construindo, portanto, o efeito de desidentificação do sujeito-jornal com o sujeito universal da FD “revolucionária”.

Assim, embora favorável à deposição do presidente, o discurso do *Correio da Manhã* constrói uma posição ideológica distinta daquela do discurso d’*O Globo* e, logo, desloca-se dessa FDR “revolucionária”, configurando e se inscrevendo numa nova FD, que podemos chamar de “antigolpista”, uma vez que a noção de golpe de Estado se materializa no editorial do *Correio da Manhã* nestas SD:

O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Ademais, é importante destacar que os discursos dos dois jornais disputam o sentido da palavra “democracia”. No discurso do *Correio da Manhã* e no discurso d’*O Globo*, o sentido de “democracia” está associado a valores como legalidade, disciplina, lei e ordem, todavia há um desliz de sentido em cada uma dessas palavras, conforme são ditas em um e em outro discurso. Isso porque, de acordo com Pêcheux (1997 [1975], p. 160-161), o sentido não existe em si mesmo nem está vinculado à sua literalidade, pois ele é construído na relação que as palavras de uma formação discursiva mantêm com as palavras de outra formação discursiva, ou seja, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 53).

Para ilustrar, vejamos como se constroem os sentidos de “legalidade” e “ordem” nestas SD do discurso d’*O Globo*:

[...] a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem [...]

[...] desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. (O GLOBO, 1964).

No discurso d’*O Globo*, inscrito na FD “revolucionária”, os sentidos de lei, legalidade, disciplina e ordem são construídos como uma evidência ideológica que fornece aos sujeitos do discurso do jornal *O Globo* sua realidade. Esse efeito de evidência produz o efeito de identificação do sujeito-jornal e do sujeito-leitor do jornal com o sujeito universal da FDR “Revolucionária”, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de um discurso-outro capaz de ameaçar os valores desses sujeitos interpelados como “revolucionários”. Assim, “anarquia”, “comunismo”, “subversão”, “agitadores” são construções discursivas que representam esse outro que deve ser combatido, banido, deposto.

Por sua vez, o discurso do *Correio da Manhã* contrapõe também duas subjetividades: de um lado, “aqueles que sempre ameaçaram as instituições”; de outro lado, “aqueles que sempre as defenderam”. Incluindo-se nesta última categoria, atribui a “vitória” não “à direita”, mas “aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei” (CORREIO DA MANHÃ, 1964). No discurso do *Correio da Manhã*, o sentido de “vitória” é a conquista de valores como “a democracia”, “a legalidade”, “a disciplina”, “a lei”, que, distintamente do discurso d’*O Globo*, reproduz a posição ideológica da nação brasileira como vencedora: “esta vitória é da democracia e da nação brasileira”.

Como não há discurso sem sujeito, a produção desses dois discursos com posições ideológicas contraditórias põe em circulação na sociedade sujeitos antagônicos que, intrinsecamente, constituem suas identidades por meio dos mecanismos de denegação do discurso-outro. No discurso d'*O Globo*, o povo brasileiro, as Forças Armadas e a Divina Providência opõem-se ao comunismo internacional. No discurso do *Correio da Manhã*, aqueles que acreditam na democracia opõem-se aos que pretendem um regime de exceção. Nesse processo discursivo, as paixões afiguram-se como efeitos de sentido construídos no e pelo discurso que circulam entre esses sujeitos discursivos, indissociavelmente de suas tomadas de posição ideológica, integrando, assim, o conjunto de coerções de uma dada formação discursiva: é o *que pode e deve ser sentido* associado ao *que pode e deve ser dito*.

3. A construção das paixões discursivas nos editoriais de 2 de abril de 1964

3.1 As paixões no discurso do jornal *O Globo*

Como a análise deve ter em vista que as posições ideológicas são indissociáveis dos efeitos passionais que circulam entre os sujeitos, retomemos que o discurso d'*O Globo* inscreve-se na formação discursiva “revolucionária”. Desse modo, vejamos como são construídas as paixões discursivas, observando as seguintes sequências discursivas (SD):

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal (O GLOBO, 1964).

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. [...] (O GLOBO, 1964).

Nessas duas SD, podemos notar que a imagem do objeto (R) do discurso d'*O Globo* refere-se à construção do sentido do movimento dito “revolucionário”, o qual consiste na ação de um sujeito heroico e católico (“Forças Armadas”, “Providência Divina”) que restitui a um sujeito vitimado (“a Nação”, “o povo brasileiro”) valores como “paz”, “tranquilidade” e “progresso”, outrora subtraídos por um sujeito opressor (“os vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal”).

Essa denominação “os vermelhos” é uma forma pré-construída que faz irromper no fio do discurso d’*O Globo* o discurso-transverso, incessantemente repetido nos discursos de desestabilização do governo João Goulart, de que o Partido Comunista Soviético estaria instalado no governo janguista, para implantar uma ditadura comunista no Brasil. A complexa disputa política entre as forças reformistas lideradas por João Goulart e as forças conservadoras representadas pelos políticos associados ao interesse multinacional é construída no discurso d’*O Globo* como uma guerra maniqueísta que divide o Brasil entre o bem e o mal. Essa evidência ideológica interdita qualquer outro tipo de interpretação da realidade que se possa esboçar num cenário de tensão política, fazendo circular os efeitos passionais do medo e da insegurança.

Assim, ao construir a imagem da vítima, produz-se o efeito passional da incerteza e da falta de esperança, que é experimentada pelo “povo brasileiro”. Ao construir o herói, constrói-se a expectativa do povo brasileiro nas Forças Armadas, produzindo, assim, o efeito passional da esperança, porém uma esperança passiva, em que “o povo” não é o agente da ação transformadora, pois a transformação fica sob a responsabilidade de um terceiro: as Forças Armadas. Atribuindo ao presidente João Goulart os efeitos passionais de medo, insegurança, incerteza e falta de esperança e, às Forças Armadas, o sentimento de esperança, o discurso d’*O Globo* constrói o sentimento de satisfação e alegria pela deposição de João Goulart.

Nesse sentido, Fiorin (1988), ao analisar o discurso do General Castelo Branco, primeiro presidente do regime ditatorial instalado a partir de 1964, mostra que o grupo golpista consegue produzir um discurso em que “Goulart” engana o “povo” ao se alinhar “o movimento comunista internacional”, gerando a insatisfação e a decepção do “povo”, que passa a confiar nas “Forças Armadas” (p. 34). Fiorin mostra ainda que o dito discurso “revolucionário” promete tirar o Brasil do “caos” (desordem, desgoverno, inflação, subversão, anarquia etc.) e estabelecer a “ordem” (disciplina, desenvolvimento, não-inflação, respeito à hierarquia) (p. 52-54), concluindo que “restauração da ordem não é reforma, é a negação do reformismo, que é apresentado como ‘subversão’” (p. 63).

Depreendemos, portanto, que os discursos d’*O Globo* e do presidente General Castelo Branco estão inscritos na mesma formação discursiva dita “revolucionária”. Retomando a indissociabilidade entre posição ideológica e paixão, esse é um exemplo da associação entre *o que pode e deve ser dito* e *o que pode e deve ser sentido*.

Retomando o mecanismo de construção das paixões, argumento que os sentidos passionais que observamos na construção da imagem do objeto (R), a saber, a “revolução”, são postos a circular entre os sujeitos A e B. O

sujeito-leitor do jornal identifica-se com o sujeito referido no objeto do discurso (R), “povo brasileiro”, assim, ao ler a primeira página, ele se identifica com esse “povo” caracterizado pelo jornal e os efeitos passionais passam a circular entre os sujeitos do discurso jornal e leitor do jornal. Dessa maneira, o sujeito leitor d’*O Globo* é construído como aquele que confia nas Forças Armadas e se mantém paciente e passivo, assistindo ao afastamento do presidente João Goulart (seu anti-herói) pelas Forças Armadas, que ocupam o lugar do sujeito ativo, dono das ações, governante. Igualmente, a satisfação e alegria são efeitos passionais amalgamados ao efeito de evidência ideológica da vitória do bem sobre o mal – as Forças Armadas depõem João Goulart – que circulam entre o sujeito-jornal e o sujeito-leitor do jornal.

3.2. As paixões no discurso do jornal *Correio da Manhã*

Partindo da indissociabilidade entre as posições ideológicas e os efeitos passionais, lembremos que identificamos a inscrição do discurso do *Correio da Manhã* na formação discursiva “antigolpista”. No editorial de 2 de abril de 1964, o sujeito-jornal (A) *Correio da Manhã* constrói a imagem do objeto discursivo (R), a saber, situação política do presidente, enunciando que o “Sr. João Goulart” contrai uma relação tumultuada com “a Nação” por causa “de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem” (CORREIO DA MANHÃ, 1964). Do ponto de vista passional, o editorial constrói a imagem de uma nação que convive com a falta de liberdade e a falta de confiança no presidente:

A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Na relação entre as subjetividades referidas pelo sujeito-jornal, “João Goulart” provoca, na “Nação”, os sentimentos de opressão e de desconfiança, da quebra de expectativa do povo em seu governante. Esses dois sentimentos sustentam e produzem o efeito de sentido da indignação que, por sua vez, se constitui no motor passional que justifica a ação “vitoriosa” da “nação” contra o “Presidente João Goulart”. Essa vitória gera os sentimentos de justiça e de satisfação. No entanto, o discurso do *Correio da Manhã* não manifesta uma satisfação plena, como vimos no discurso d’*O Globo*, pois seu editorial enuncia a preocupação do jornal com o porvir e se mostra de prontidão a um possível regime de exceção:

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Como já disse anteriormente, na interpelação ideológica, o sujeito-leitor do jornal se reconhece como parte do povo brasileiro e, no editorial, ele se identifica com esse “povo” caracterizado pelo jornal e, assim, os efeitos passionais da opressão circulam entre o jornal e o seu leitor. Esse sujeito leitor/povo é interpelado a vencer o medo e tornar-se o sujeito da deliberação⁴, transformando o presidente João Goulart em seu anti-herói.

O discurso do *Correio da Manhã* projeta em seu leitor os sentimentos de justiça (o povo afasta João Goulart) e de satisfação (a liberdade e a legalidade saíram vitoriosas), porém uma satisfação resguardada, pois se mostra preocupado com o porvir, ao despertar as paixões da preocupação e da inquietude (quem assumirá a presidência?). É nesse sentido que, embora favorável à deposição de João Goulart, entendo que o discurso do *Correio da Manhã* inscreve-se na formação discursiva “antigolpista”. Evidentemente, outros jornais da época se identificaram como antigolpistas sem, necessariamente, apoiar a deposição do presidente do Brasil. Trata-se aí de mais um exemplo do processo de transformação-deslocamento, o qual pode reconfigurar uma formação discursiva.

Considerações

Darei uma pausa nesta interlocução, fazendo três apontamentos: um sobre os discursos analisados; outro sobre a pertinência da perspectiva teórica assumida neste trabalho; outro ainda sobre a atualidade da temática abordada.

A deposição do presidente João Goulart foi um acontecimento que organizou duas formações discursivas que já vinham se alinhando de acordo com a política internacional ditada pela guerra fria. Vimos que, no primeiro momento após a queda de João Goulart, a chamada grande imprensa não apresentava – à primeira vista – divergências quanto à derrubada do presidente João Goulart. No entanto, pudemos mostrar que, apesar disso, as posições ideológicas são distintas, uma vez que os discursos d’*O Globo* e do

⁴ Aristóteles (2000, p. 31) já nos mostra que “para temer é preciso guardar no íntimo alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta [...]: o temor nos torna aptos a deliberar”.

Correio da Manhã apresentam sentidos de “democracia” bem contraditórios entre si. Enquanto o discurso d’*O Globo* constrói a imagem de um jornal que fica ao lado do povo e espera com satisfação plena a restituição da democracia pelas mãos das Forças Armadas, o discurso do *Correio da Manhã* constrói a imagem do jornal – satisfeito, porém desconfiado – que se coloca ao lado de um povo pronto para defender a democracia.

Neste trabalho, elegi apenas um representante dos estudos clássicos, a retórica aristotélica, para desenvolver uma reflexão acerca das paixões no discurso que – muito mais do que dar uma nova roupagem ao que já fora dito – procurou articular conceitos da Antiguidade a conceitos que marcam a modernidade, como a ideologia e o inconsciente, ambos constituintes da noção de sujeito discursivo assumida aqui. Como não me parece que as feridas narcísicas abertas por Marx e por Freud sejam feitos menores e sem impacto à própria concepção moderna de Homem, afinal somos homens e mulheres do nosso tempo, espero que este trabalho possa contribuir para a reflexão das paixões na ordem do simbólico, considerada aí em sua materialidade linguística e histórica.

Analisando esses discursos de 1964, vimos que o discurso da imprensa escrita projetou nas Forças Armadas a imagem do herói que afasta a Pátria da ameaça promovida pelos vermelhos, comunistas. No Brasil de 2016, a temática deste estudo voltou a estar em voga, porque, desde 2015, após o resultado da eleição presidencial, esses discursos voltaram a ser reproduzidos pela grande mídia impressa e televisiva e a circular com muita força pelas “ruas” e pelas redes sociais. Nesse “novo” episódio da trama política, o discurso da grande mídia tem se limitado a reproduzir os mesmos papéis de salvador e de inimigo da Pátria como protagonistas da cena política, numa polarização marcada pelo tom apaixonado de ambos os lados.

FONTES

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, p. 1.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, p. 1.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). [1970]. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia.** Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução de César Benjamin. Contraponto: Rio de Janeiro, 1996. p. 105-142.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [c. 330-326 a.C.].

_____. **Retórica das paixões.** Tradução do grego de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [c.330-326 a.C].

- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Supervisão da tradução por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 2.ed. Superv.Trad. Else Ribeiro Pires Vieira. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992 [1977].
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990 [1983].
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1993 [1969]. p. 61-151.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997 [1975].
- PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva da argumentação e do discurso: focalizando as noções de *ethos* e de *pathos*. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.2, p. 52-62, mai. 2012.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008 [2005].
- ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

TEXTO NA
6.ª PÁGINA

1598 XXXIX - Musée d'histoire, 5^e série, 2 de avril de 1968 - 16^e de mai

FUNDACÃO DE IRINEU MARINHO

NEW YORK (AP) — The U.S. Coast Guard today said it was looking for a missing 19-foot inflatable boat with two people on board, one of whom is a U.S. Marine.

O Instituto de ENE analisa e aprimora a qualidade de serviço de quem

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos.
Porque sonhamos unir-se todos
os patriotas, independentemente de
vinculações políticas, disputas ou
opiniões sobre problemas baldados,
para salvar o que é essencial: a de-
mocracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS A BELTSAD e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedecendo a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tratavam de destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil tornou-se de novo governável, que indubitavelmente em arrasada e pura rumos contrários à sua ruína e tráfego.

COMO DIZIAMOS, no editorial de antontem, a legalidade não poderia ser a garantia de sobrevivência, a sintonia dos agitadores, o silêncio do desordeiro. Foi neste dia de legalidade que seria legítima admitir a existência das instâncias, como se víssemos, diante da Nação horrorescoda.

AGORA O CONGRESSO dará o crânio constitucional à situação existente, para que o País evolua: ou a marcha em direção a um grande destino, ou que os direitos individuais sejam afetados, ou que as liberdades públicas desapareçam, ou que o poder do Estado volte a ser usado em favor da farsa, da hipocrisia e de tudo aquilo que nos retarda ou leva à anarquia e ao caos.

PROFESSORES, desde hoje, encaixar o futuro constantemente errado, comum, de que todas as coisas possuídas terão soluções, pois as coisas públicas não estarão geridas com mal-fé, demagogia e incoerência.

SALA-DE-BA COMEÇAÇÃO que
ritualmente se preparam, os
homens devem agradecer aos
homens militares, que se protegem
com os seus inimigos. Derivam
felicidade nos parques em Flórida. A
muito, não se dispõem a consi-
derar a Pátria e a garantir os po-
deres constitucionais, a lei e a or-
dem, não confundindo a sua re-
venda sob as suas e os seus ade-
lados em Cristo, de apenas um
dignos poderes, a Executiva.

AN FORÇAS ARMADAS, em 1964, Art. 170 da Carta Magna, "os institutos penitenciários, organizados com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E. BENTHON LEMUS DA LIZ".

NOS DOCUMENTU eui que a Sr. João
Eusebio Ignácio a hierarquia e
desporem a disciplina de um de

VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES

A Câmara Municipal está reunida também para votar o "impeachment" do Prefeito Polígono Silveira.

Alcance da edição proibida

1000

ramos das Fôrças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerada como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, no círculo realizado no Automóvel Clube, vincularam-se, definitivamente, aos adversários da demo-

ATENDENDO AOS anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impendibilidades, nos últimos tempos, pela ação subversiva orquestrada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamam-nos a si a defesa de valores a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a da ameaça que lhe estava reservada pelas trevas que haviam envolvido a Executiva Federal.

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a situação escapava a significação das simples presenças. Alargaram-se as mais diversas liberdades políticas, as mais crespidas. Governadores, com a serena intuição reclusos que animou as Forças Armadas. Era a saída da democracia no Brasil que estava em jogo. A *Força* lidera não desmonta, igualmente, as

MAN. FOI ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento italiano não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer ideia que, enquadra-se dentro dos princípios constitucionais, almejasse o bem do povo e a estrutura do País.

SE OS BANDEIROS, para intrigarem os bandeireros com seus líderes e com os chefes militares, afirmaram a existência, exterior ao município, de um exército, procurando enganar os homens trabalhadores, que não têm direito de dar ordens. Confundiam com que o Congresso federal, rapidamente, as medidas tomadas para que se iniciasse no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

MAIS UMA VEZ a porta brasileira foi varrida pela Prochidris filina, que lhe permitiu superar a grade ribe, sem maiores sacrifícios e luta. Nenhum digno de tão grande faena.

PIRANTE as longas horas em que permanece braço-e-ombro no seu posto de Polícia Quarentena, ameaçada de inúmeras pragas fúnebres, o Coronel Carlos Lacerda tira o conforto de ver, a sua lado, disposto a qualquer sacrifício, seu sobrinho desobediente Ruy de Paula Brito, um aluno, recém de alçada, das aulas, e de artilheiro, de guerra, em sua companhia mas que acortaram a luta pela Comandante de Estação - O Regente acima e de momento em que, um grande sorriso, o Sr. Carlos Lacerda volta ao lado do Coronel, lembrar sempre ao Exército que se armou as rebeliões mas salvamos tantas das guerras e o resto do Brasil.

As Forças Armadas

São Para Defender o

Leij. Nãõ a Baderna

NA CIRCULAR reservada aos 25 de março dirigiu-se aos representantes de todos os Clãs do

deixar do Exército após sofrer os conseqüências do golpe de dia 13, deixava claro que os Forças Armadas não poderiam atrair a Brasil. Ao referir-se a esse de C. reconhece que a pretensão de umação geral de País, quadro de sistema institucional, significava, portanto, uma calamidade pública. Assim, ao julgar que não seria possível aos militares fugirem Unidos do Brasil, os militares de comando de submissão, afirmou-se para a necessidade de defender a legalidade contra a "REVOLUÇÃO" de Almirante e a Constituição. (TEXTO NA L.º FASIN)

Silêncio Após

a Fuga

Não se trata de um livro
 que pretenda ser de fácil
 compreensão para o leitor
 e simplesmente a busca de

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

[illegible][illegible]

È questa personalità che si è rivelata indispensabile per Franco Biondi. Niente, a lui, da quel professore così timidamente schivo, sedotto dal capogiro, con quegli occhi lucidi, con la bocca sì, inattesa, ma non proprio bene coperta.

Anexo 3 - Transcrição do editorial d'O Globo, de 02/04/1964

Ressurge a democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

COMO DIZÍAMOS, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinato das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEREMOS, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que cêleremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis no dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

AS FORÇAS ARMADAS, diz o art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI”.

NO MOMENTO em que o sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis

à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

ATENDENDO AOS anseios; nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Fôrças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

ÊSTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A êsses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

MAS, POR ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANIDOS, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e de harmonia social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

Anexo 4 - Transcrição do editorial do Correio da Manhã, de 02/04/1964

Vitória

A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças emanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida. Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

Não pertence aos oportunistas que permaneceram em silêncio e escondidos até o instante da vitória. Pertence aos que tomaram uma atitude franca e decisiva para defender as instituições ameaçadas. Não àqueles que sempre ameaçaram estas instituições e sim aos que sempre as defenderam.

Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja.

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das idéias.

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes.

A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de medíocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto

para o estabelecimento de um regime que não esteja plenamente de acôrdo com a dignidade do povo brasileiro.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente seus dirigentes. Não recua diante da reação porque êle sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia. Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos dêste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O *CORREIO DA MANHÃ* desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.

O presente volume é um bom exemplo da vitalidade que os estudos do discurso, da argumentação e da retórica têm hoje no Brasil. Nele podemos identificar uma saudável postura de pluralismo teórico e metodológico, consonante com uma visão multidimensional deste domínio de estudos. A sua publicação resulta da realização do II SEDIAR, que ocorreu em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em novembro de 2014. Nele se reúnem os textos das conferências que aí foram proferidas e, posteriormente, preparadas para esta publicação. Pela riqueza e diversidade que apresentam poderá o leitor ajuizar sobre a valia deste livro

